

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DE AGRICULTOR A OPERÁRIO:  
LEMBRANÇAS DE MIGRANTES**

**VALDETE DAUFEMBACK NIEHUES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DE AGRICULTOR A OPERÁRIO:  
LEMBRANÇAS DE MIGRANTES**

**VALDETE DAUFEMBACK NIEHUES**

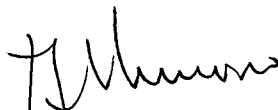
**Dissertação orientada pelo Professor  
Doutor Valmir Francisco Muraro e  
apresentada à Banca Examinadora  
como requisito para obtenção do título  
de Mestre em história.**

# DE AGRICULTOR A OPERÁRIO LEMBRANÇAS DE MIGRANTES

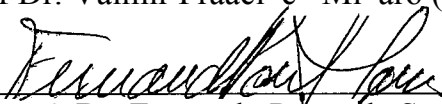
VALDETE DAUFEMBACK NIEHUES

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do  
título de MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL.

## BANCA EXAMINADORA



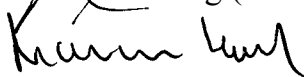
Prof Dr. Valmir Fraaije (Orientador/UFSC)



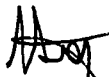
Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa (PGSPA/UFSC)



Prof. Dr. João Klug (UFSC)



Prof MSc. Marcos Vinícios de Almeida Saul - suplente - (UFSC)



Prof. Dr. Artiff César Isaia  
Coordenador do PPGH/UFSC

Florianópolis, 24 de maio de 2000.

**“É importante recuperar o que pudermos sobre o mundo como os trabalhadores viviam, agiam e pensavam e, na medida em que agora está se produzindo uma grande quantidade de história oral; [...] há uma importante ampliação de nossa perspectiva”.**

**Éric Hobsbawn**

**Dedico este trabalho a todos os que de alguma maneira contribuíram para a sua realização, em especial, aos entrevistados que confiaram o seu passado relatando e revelando aspectos da vida pessoal e profissional. Agradeço a cada um deles, com os quais muito aprendi; pelas lições de vida que me encantaram e impulsionaram a presente pesquisa.**



**NIEHUES, Valdete Daufemback. De Agricultor a Operário: Lembranças de Migrantes. Florianópolis, 2000. 245 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.**

**Orientador: Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro**

**Defesa: 24/05/2000**

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, sob a perspectiva da História Oral, a trajetória de agricultores que nas décadas de 1970 e 80, deixaram o local de origem, deslocando-se para Joinville em busca de uma vida melhor. Foram entrevistados homens e mulheres que, desencantados com a lavoura, ou seduzidos pela cidade, trocaram as atividades no campo pelo trabalho na fábrica. Estes trabalhadores experimentaram no espaço fabril, situações adversas em relação ao mundo do trabalho, encontrando dificuldades de ajustarem-se às normas da empresa. Acostumados com uma vida simples dentro de um círculo de relações restritas e estáveis, esses migrantes, diante da complexa teia que encontraram na cidade, trilharam por diferentes caminhos para reelaborar os valores e garantir a sobrevivência.

**Palavras-chave: agricultor; trabalho; migração; operário; memória.**

## **ABSTRACT**

**This research aims to analyze, under the perspective of the oral history, the walk some farmers have had, in the decades of 1970 and 1980, leaving their original place, moving to Joinville in the search for a better life. We have interviewed men and women who, disillusioned with the farm, or seduced for the city, have shifted from their rural activities to the factory. These workers have experienced, in the factory, adversities regarding the labouring world and difficulties to adjusting to company's rules. Used to a simple life, in a circle of close and steady relationships, these migrants, faced the complex web of city life, and walked down different ways to reelaborate their values in order to guarantee their survival.**

**Keywords: agriculturist; work; migration; laborer; memory.**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
1 - NEM SÓ DE SUOR VIVE O HOMEM.....	15
2 - OS FILHOS NÃO HERDARÃO A TERRA.....	58
2.1 - Tem que ser Joinville.....	69
3 - ARQUITETOS DAS CHAMINÉS.....	82
3.1 - Da roça para a linha de produção.....	92
4 - AS LUZES DA CIDADE.....	116
4.1 - O burburinho da fábrica.....	138
5 - VIDAS TRANSPLANTADAS.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	234
FONTES PERIÓDICAS E DOCUMENTOS.....	240
ENTREVISTAS REALIZADAS.....	243

## APRESENTAÇÃO

“A onda do mar é igual à vida da gente. Ela vem, se fomia lá longe, vem vindo e vem diminuindo, chega na areia, deixa aquele rastro de espuma, volta e se acaba. É aquele rastro que nós deixamos na nossa história, por onde nós passamos. Nós somos a onda do mar. A onda do mar nos mostra o que nós vimos; é a realidade da nossa vida. Que nós não deixamos mais que um passado, a marca de uma história, um rastro que é a espuma que a onda traz e deixa na areia”. (Dilnei da Rosa)\*

A presente pesquisa contempla as décadas de 1970 e 1980, período de maior índice de crescimento populacional na história de Joinville, provocado pelo deslocamento de trabalhadores de vários municípios dos estados de Santa Catarina e do Paraná, em busca de melhores condições de vida.<sup>7</sup> O desenvolvimento industrial, somado a outros fatores, provocou um surto migratório, principalmente de agricultores, atraídos pelas promessas de bem-estar que a cidade podia lhes proporcionar ou, então, porque o trabalho na fábrica era uma alternativa de sobrevivência econômica.<sup>8</sup> Dentro desse contexto, pretende-se pesquisar a trajetória de homens e mulheres acostumados com o tempo representado pelos processos cíclicos da natureza, com a sucessão definida dos dias e das noites, e que, quando

---

\* Oilnei da Rosa, ex-agricultor, soldador, 36 anos, desquitado, natural de Amiazém, SC, residente em Joinville. Entrevista concedida à autora. Joinville, 27 jul. 1998. Arquivo Histórico de Joinville.

<sup>7</sup> Conforme estatística da Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville - IPPUJ, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1960, a população de Joinville era de 70.687 habitantes: em 1970, 126.559; em 1980, 235.812; em 1991, 347.151; em 1996, 397.951.

<sup>8</sup> Em 1970, havia, em Joinville, 42.937 migrantes, oriundos principalmente de vários municípios de Santa Catarina. Em 1980, 113.091 migrantes, dos quais, 57.640 procedentes da área rural, entre os quais, 13.509 oriundos do Paraná. Em 1991, o total de migrantes era de 166.607. Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo demográfico de Santa Catarina, 1970, 1980, 1991, respectivamente.

inseridos no trabalho assalariado, ajustaram-se ao tempo que gira de acordo com os símbolos mecânicos das horas marcadas pelo relógio. Busca-se, portanto, investigar as formas de ajustamento do migrante rural na cidade de Joinville.

Joinville, como a maioria das cidades industriais no Brasil, vive hoje um processo de retração na oferta de empregos nas empresas de produção de bens. Essa retração é consequência da política neoliberal - responsável pelas importações - e do uso das novas tecnologias - que eliminou postos de trabalho - aumentando, em decorrência, o número de pessoas desempregadas, atingidas pela exclusão social. Fábricas inteiras estão sendo fechadas. Na visão de Paul Singer, as pessoas que conquistaram uma certa estabilidade nos anos dourados, estão perdendo “seus empregos para robôs ou para trabalhadores de países periféricos”, onde as leis trabalhistas atuam minimamente. Para o referido autor, esses trabalhadores “não foram capazes de se reciclar profissionalmente e de se deslocar para as cidades em que os novos postos de trabalho estão surgindo”.<sup>^</sup>

Hoje Joinville está direcionando as suas atividades para a área de prestação de serviços. Este setor recoloca no mercado de trabalho uma fatia muito pequena de desempregados, qualificados ou não. Os trabalhadores dispensados das indústrias são, em sua maioria, migrantes oriundos do campo. Ao chegarem na cidade, esses migrantes vivenciaram com muito sofrimento a necessidade de reelaborar os valores culturais, tendo que se adaptar à estranha vida urbana. As diversas atividades executadas diariamente no espaço rural foram substituídas pelo trabalho repetitivo na linha de produção, sob a ação vigilante e disciplinadora da fábrica, onde o migrante aprendeu a desenvolver mecanismos de sobrevivência, tais como

---

demonstrar, satisfação, enquanto resistia, em silêncio, às inúmeras pressões psicológicas e tentava manter resguardados seus princípios morais.

Além da bibliografia acadêmica utilizada para fundamentar teoricamente o presente trabalho, foram pesquisados jornais da época, impressos em Joinville, de circulação diária ou semanal. Dentre todos, o *Extra* foi aquele que dedicou número significativo de matérias e reportagens envolvendo a problemática do migrante. Criado com o apoio do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em oposição ao A *Notícia*, o referido jornal circulou na cidade entre 1978 e 1987, quando foi extinto. Considerado na época um veículo de comunicação combativo, pela forma polêmica com que abordava os temas, é de importância fundamental para o historiador que trabalha com pesquisas voltadas para a questão popular, pois contém informações “silenciadas” por outros jornais da cidade.

Além dos jornais mencionados, pesquisei nos periódicos de fábrica, cuja circulação se dava entre os empregados da empresa e/ou na comunidade. Três desses órgãos de comunicação foram de grande valia para a pesquisa, não só por evidenciar, nas suas páginas, o produto da fábrica, mas também por apresentar os trabalhadores como produtores de riqueza da nação, além de beneficiários da empresa. O *Informativo Consul* dedicava-se aos valores da própria empresa, explorando assuntos sobre o desenvolvimento da sua produção, a dura caminhada do patrão e o desenvolvimento econômico do país. O *Atualidade Hansen* estava voltado aos interesses do grêmio esportivo da empresa, valorizando seus desportistas e atleta. O *Correio Tupy* divulgava a empresa utilizando-se das falas dos trabalhadores, fazendo com que o operário se sentisse valorizado, saindo do anonimato para ser destaque nas suas páginas. Depoimentos e discursos em momentos solenes revelavam a existência de um trabalhador realizado e feliz no

interior da empresa. A empresa, por sua vez, demonstrava que era responsável pelo bem-estar do operário, causando boa impressão aos que estavam fora dela.

Todos os periódicos mencionados foram localizados no Arquivo Histórico de Joinville. Pesquisaram-se também os registros do Livro Tombo no Arquivo da igreja Cristo Ressuscitado, na qual a Teologia da Libertação teve uma atuação significativa, influenciando as ações dos trabalhadores que freqüentavam a paróquia.

Como as fontes impressas não ofereceram informações suficientes para compreender o processo de ajustamento do trabalhador rural na cidade de Joinville, entrevistei vinte e quatro migrantes oriundos de vários municípios de Santa Catarina e do Paraná, que trabalharam ou que ainda trabalham em fábrica; quatro agricultores com idade acima de 45 anos e que permanecem no campo; dois funcionários da Fundação Tupy, encarregados de recrutar trabalhadores no interior de Santa Catarina e do Paraná; e uma assistente social que trabalhou na Fundação Tupy durante o período de maior crescimento econômico da empresa. As fontes orais assumem uma posição de destaque na presente pesquisa, valorizando as experiências dos migrantes rurais.

Há uma considerável produção historiográfica sobre a fixação dos imigrantes alemães em Joinville, ressaltando a sua devoção ao trabalho e, por extensão, a vocação industrial da cidade, que a fez merecedora do título de “Manchester Catarinense”, orgulhosamente difundido pelos formadores de opinião. No entanto, os operários não aparecem como atores desta industrialização. Os registros apontam para um domínio que pertence ao reino dos descendentes de imigrantes europeus, portanto, herdeiros legítimos da história, excluindo a participação dos trabalhadores comuns.

Suzanne Desan analisa a importância dos historiadores sociais, citando E. P. Thompson e Natalie Davis como os precursores que “deram voz às grandes massas de pessoas que deixaram poucos registros escritos e cuja história ficou por escrever durante várias gerações”.<sup>4</sup>

Michel Trebitsch fez uma reflexão sobre a importância que assume a História oral atualmente, num tempo em que a história institucionaliza-se, expulsando “a tradição oral do campo científico em proveito das fontes escritas”.<sup>®</sup> Para tanto, foram criados os arquivos nacionais, transformando “a história no território dos arquivistas, que a reduzem à caça aos documentos, encerrando-a no estudo dos tempos longínquos”.<sup>®</sup> O mesmo autor, citando Michel Foucault, afirmou que “é preciso devolver a palavra à criança, ao louco, às minorias sociais, raciais, sexuais, oprimidas. Por detrás da vontade espontânea saída da “boca” dos bons selvagens do século XX contra a instituição, a escrita, o poder, emerge o apelo à *vivência*, do indivíduo cotidiano, da família, da sexualidade, do nascimento e da morte que vai resultar na busca de identidade e na nostalgia passadista, na moda do biográfico e no retomo às raízes”.<sup>^</sup>

Os entrevistados foram selecionados de acordo com alguns princípios básicos, como, por exemplo, ter sido agricultor, ter-se deslocado para Joinville e ter tido experiência com o trabalho fabril. Foram entrevistados homens e mulheres, moradores de vários bairros da cidade. Cheguei até eles por intermédio de amigos.

<sup>4</sup> DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.74.

<sup>®</sup> TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da História oral no discurso da história Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p.22.

<sup>®</sup> Idem, Ibidem. p.23.

<sup>^</sup> FOUCAULT. Apud. TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da História contemporânea. Op. cit., p. 32.



por indicação dos próprios entrevistados e de encontros ocasionais nos cursos de formação política realizados no Centro dos Direitos Humanos ou nas Associações de Moradores nos bairros de Joinville. Consegui localizar e entrevistar alguns dos trabalhadores homenageados através das páginas dos periódicos de fábrica, ou que foram notícia no Jornal *Extra*, em reportagens sobre migrantes. Foi relativamente fácil conseguir entrevistados do sexo masculino, porque o migrante rural sem qualificação profissional, ao chegar em Joinville, foi trabalhar como operário, na linha de produção. Houve uma certa dificuldade de encontrar mulheres que reunissem as características básicas acima citadas, pois a maior parte veio para Joinville acompanhando a família. Outras vieram porque casaram-se com migrantes. Enfim, nos dois casos, ao chegar na cidade, a mulher, de imediato, não trabalhava na fábrica, ocupando-se dos afazeres domésticos. Era comum a mulher solteira chegar a Joinville com emprego garantido como doméstica em casa de família, na qual permanecia até ajustar-se aos hábitos da cidade. Poucas delas saíram da área rural sem a família para enfrentar o mundo desconhecido na cidade e conquistar um emprego na fábrica. Por isso, o número de entrevistados do sexo feminino foi menor.

No primeiro contato, através do telefone ou pessoalmente, procurava deixar claro o objetivo da entrevista. A data e o local da realização da mesma eram marcados pela pessoa a ser entrevistada. Uma conversa informal antes de começar a gravação era sempre necessária para que o entrevistado se sentisse à vontade e confiante na intenção da entrevistadora. Como o meu interesse era acompanhar a trajetória do trabalhador do campo e sua integração na cidade, preferi, ao contrário de optar por um roteiro de perguntas fechado, permitir ao entrevistado a possibilidade de narrar a sua história de vida, suas experiências, pelo exercício da memória.

O historiador Antonio Montenegro, estudioso da memória histórica e autor de obras significativas que discutem a história oral, observa que:

A memória é resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais. Nesse sentido não se deve imaginar que o depoente responderá de forma conclusiva a nossas indagações. A memória possibilita resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, determinados momentos, determinados acontecimentos; ou mesmo o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual e ou coletiva.

No início de cada encontro, os entrevistados foram solicitados a falar da sua relação com o campo, da adaptação na cidade e do relacionamento com o trabalho na fábrica. Cada entrevista constituía um momento singular, próprio, conforme as condições temperamentais e psicológicas do depoente. Procurava-se dar sentido e consistência ao depoimento. As inferências eram feitas no decorrer da narrativa, conforme a necessidade. Duas ou três perguntas, dependendo da espontaneidade do entrevistado, bastavam para obter as informações necessárias. No entanto, havia os que se limitavam a responder as perguntas e que, portanto, precisavam ser instigados a falar o tempo todo. Por isso, cada entrevista representava uma revelação, pois o texto não era conhecido de antemão, mas construído com as possibilidades do diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado. Para Mercedes Vilanova, este confronto é importante para formar a unidade que se busca na constituição da história. Segundo a mesma autora, “esta dinâmica do diálogo é um dos aspectos mais apaixonantes do trabalho com as fontes orais”.<sup>®</sup> Percebi que o maior desafio, neste caso, seria vencer o silêncio, que me pareceu perturbador para o depoente. Foi um aprendizado mútuo. O depoente, ao conceder a entrevista, se

---

<sup>®</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n. 25/26, set. 92/ ago.93. p.56.

<sup>®</sup> VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade - estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p.47.

doa completamente, entregando o seu passado a alguém, na maioria das vezes desconhecido, confiando nos usos da sua fala.

Trabalhar com História oral foi uma experiência preciosíssima para a pesquisadora e para a cidadã. Depois de ouvir as histórias dos migrantes, público eleito para a minha pesquisa, o meu olhar sobre estas pessoas, nunca mais será o mesmo. Quando encontro na rua um operário de uniforme, olho para ele como se fosse o único, e começo a imaginar o que teria ele para contar, qual seria a sua história.

Muitos dos entrevistados referiram-se à importância da entrevista, porque nunca tinham tido a oportunidade de falar sobre as suas vidas. Ninguém havia se interessado até então pelas suas histórias. Dilnei da Rosa, quando soube do meu interesse pela história dos migrantes, enviou-me um bilhete revelando estar ansioso para ser entrevistado. No dia marcado, esperava-me na sua modesta casa, toda arrumada, e me convidou para sentar no sofá da sala porque teria muitas coisas para contar. Logo que liguei o gravador, foi dizendo o quanto era importante aquela entrevista, “porque se ninguém perguntar, a gente pensa, conta, mas não é a mesma coisa como a gente conversar abertamente com uma pessoa que está interessada em saber”.<sup>10</sup>

Para Paul Thompson,

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.^^

<sup>10</sup> ROSA, Dilnei da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 27 jul. 1998. Arquivo Histórico de Joinville.

" THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 44.

Lembranças queridas, lembranças sofridas vão sendo verbalizadas, acompanhadas de gestos, de expressões faciais, mudança no tom da voz, às vezes de lágrimas que escapam, resultado da manifestação espontânea da emoção, suprimidas pela mão, cúmplice da racionalidade.

Tenho percebido que o migrante semi-analfabeto, que começou na fábrica como operário, e continua como tal, geralmente consegue falar de si, das suas experiências com maior fluidez, se comparado àquele que saiu da condição de trabalhafjor braçal após ter freqüentado uma faculdade ou ingressado no caminho da política. Este último tem dificuldades de falar das experiências que antecederam ao tempo presente e, quando fala, é sobre os seus projetos passados dos quais se valeu para chegar aonde chegou. Parece ter perdido a capacidade de falar do seu passado ou, então, procurando negá-lo, preocupa-se em mostrar aquilo que conseguiu ser, conforme a auto-imagem construída, ressaltando o grau de conhecimento adquirido em livros.

Antonio Montenegro observa que alguns entrevistados tentam racionalizar um discurso devido à preocupação em mostrar coerência à sua memória em vias de se tomar do conhecimento público. Afirmo o referido autor:

Existem diferenças marcantes entre as entrevistas com pessoas comuns e com líderes políticos, comunitários, religiosos, esportivos, estudantis... Entre esses últimos observa-se constantemente uma nítida preocupação em construir um discurso que tenha uma lógica, uma coerência, e que fortaleça a imagem que o entrevistado deseja pública.<sup>12</sup>

Mercedes Vilanova fala da dificuldade que temos em relação à subjetividade, e acabamos sendo o que os outros querem e não o que queremos ser. Isto nos

---

<sup>12</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Op.cit., p.57-58.

diferencia dos analfabetos, que, segundo ela, não enganam, são “os fiéis depositários desta fonte oral”.^^

Realizada a transcrição das fitas, estabelecia-se um novo contato para fazer a leitura e as alterações, caso o entrevistado quisesse mudar alguma parte da sua fala. Durante a leitura, era comum o autor ser tocado emocionalmente pela sua história e solicitar uma cópia para deixar aos filhos o registro da sua trajetória de vida.

A leitura da entrevista geralmente resultava em pedidos para apagar parte dela, às vezes, parágrafos inteiros, para evitar prejudicar alguém na empresa na qual trabalham ou trabalharam. Com isso, muitas das Informações emitidas na fala foram suprimidas na transcrição. Parece que o depoente só se dava conta do quanto falou ou do que falou, quando lia o resultado em forma de texto. Procurei respeitar a fala do entrevistado, na transcrição das fitas, evitando modificar a forma da narrativa na escrita do texto.

A constatação da existência de poucas informações sobre migrantes rurais registradas nos periódicos proporcionou, conforme a presente pesquisa avançava, que a História oral, a princípio utilizada apenas como recurso complementar das fontes impressas, passasse para a linha de frente em importância. Dando voz aos trabalhadores, foi possível vislumbrar além da visão do jornalista responsável pelos discursos convenientemente arranjados e perceber no texto o ocultamento das informações que afetava o trabalhador e comprometia a empresa. Mas como a memória permanece em domínio privado, independente da postura ideológica da empresa, as entrevistas realizadas com trabalhadores demonstraram haver outra história, ou outras histórias - não de poder, de domínio, ou de qualquer outro valor

---

<sup>13</sup> VILANOVA, Mercedes. Op. cit., p.53-54.

assentado em razões políticas e econômicas. Mas uma história de luta, de sofrimento, de trabalho e de resignação. Esta pesquisa só foi possível, portanto, na perspectiva da História oral. E, para que se pudesse atribuir a essa História oral um valor documental, transcrevemos, com a autorização de seus sujeitos, os depoimentos colhidos nas entrevistas, os quais se encontram depositados no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

Todavia, trabalhar com memórias é um desafio porque a memória transita sobre um campo minado, coberto de gramas macias. Nele estão os resíduos de conflitos, das derrotas e das vitórias. O risco é constante porque não se tem como saber até que ponto a visibilidade do cenário apresentado é real ou imaginária. É preciso ter cautela ao interpretar os dados fornecidos pelos informantes, porque a memória é seletiva, podendo haver distorções devido à idealização ou à simplificação do passado.

Escrever a história dos vivos é, ao mesmo tempo, fascinante e perigoso. Talvez por isso não são muitos os historiadores que embarcam nesta aventura de criar as fontes, pois, ao interpretá-las, o historiador lembra que as personagens da história em construção estão por aí, presentes no espaço geográfico e na memória do narrador.

O presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos e subcapítulos:

O primeiro capítulo, *Nem só de suor vive o homem*, privilegia o modo de viver nas comunidades rurais em algumas regiões de Santa Catarina e do Paraná, sob a ótica do migrante: os costumes, os preceitos religiosos, o trabalho, o lazer e as dificuldades de sobrevivência na lavoura. Historiar o passado dos migrantes rurais, sua experiência de vida no local de origem, só foi possível com a utilização das

fontes orais. Nas histórias de vida, o aspecto religioso permeou o sentimento coletivo nas comunidades rurais, assumindo uma importância fundamental na manutenção dos valores e servindo de alento ou refúgio às condições de sobrevivência, por vezes, agudizantes. Além das entrevistas, foram consultados, ainda, os autores José de Souza Martins, que analisou o comportamento das comunidades rurais no Brasil, e o estudioso dos costumes camponeses na Inglaterra, E. P. Thompson. As transformações nas áreas rurais que aproximaram os hábitos da cidade ao campo, mudando toda uma cultura de pensamento, foram sustentadas teoricamente à luz do conhecimento dos autores Éric Hobsbawm e Renato Ortiz.

O segundo capítulo. *Os filhos não herdarão a terra*, procura mostrar, com base nas entrevistas, a luta dos agricultores que se endividaram junto aos bancos ao contrair empréstimos, as dificuldades daqueles trabalhadores rurais que nunca conseguiram realizar o sonho de ser proprietários de um pedaço de chão para plantar, e a falta de perspectivas dos filhos de pequenos agricultores em permanecer no campo, porque a família não tinha posses para aumentar a propriedade. No subcapítulo, *Tem que ser Joinville*, apresenta-se uma discussão dos agricultores que, diante da desvalorização do trabalho agrícola, migraram para Joinville por influência de amigos, parentes e da publicidade encampada pelas empresas que prometiam uma vida de prosperidade trabalhando na condição de assalariado. Ao abordar este tema, buscou-se na pesquisa de Eder Sader, sobre os movimentos sociais populares, elementos teóricos para analisar as aspirações e o estranhamento dos migrantes que chegam na cidade; e em Eunice Ribeiro Durham, que reconstituiu a trajetória de famílias rurais que se deslocaram para a cidade de São Paulo, motivadas pelo desejo de melhorar de vida, mas que encontraram, muitas vezes, a

discriminação, a miséria, constituindo um grupo de indivíduos desarticulados e desajustados em relação aos padrões da vida urbana.

O terceiro capítulo, *Arquitetos das chaminés*, discute o processo de industrialização de Joinville, sob a ótica historiográfica de autores catarinenses, entre eles, Carlos Gomes de Oliveira, Apolinário Ternes, Américo Augusto Costa Souto, Isa de Oliveira Rocha, e Ido Luiz Michels. Este último discorda dos demais, ao considerar o crescimento das indústrias de Joinville não somente como resultado do acúmulo de capital originado pelo comércio, ou como consequência da vocação industrial e da disciplina herdada dos antepassados germânicos, mas também a uma combinação de manobras políticas entre o poder estatal e o setor econômico, que favoreceu alguns industriais, e à exploração do trabalho operariado. Para ampliar a discussão, outros autores brasileiros como Juarez Rubens Brandão Lopes, Sonia Regina de Mendonça, Paul Singer, Guido Mantega e Maria Moraes foram analisados. Estes conduzem a discussão do desenvolvimento da indústria brasileira dentro do contexto histórico e político nacional e internacional. O subcapítulo, *Da roça para a linha de produção*, analisa, a partir do crescimento industrial de Joinville no período do “Milagre econômico brasileiro”, as campanhas publicitárias desenvolvidas para atrair trabalhadores no interior de Santa Catarina e do Paraná. Foram de extrema importância, neste capítulo, os depoimentos de ex-funcionários da Fundação Tupy, os quais atuaram no setor de recrutamento e seleção. Para explicar a superação do desequilíbrio entre a oferta de empregos e a quantidade de trabalhadores disponíveis, o autor Paulo Martinez discute a desvalorização do trabalho agrícola em favor das atividades industriais.

O quarto capítulo, *As luzes da cidade*, levanta a problemática do impacto cultural que sofreu o migrante quando se deparou com as contradições existentes



entre as promessas de melhorar de vida na cidade e o que, de fato, lá encontrou. Nesta perspectiva, Lúcio Kowarick mostra a idealização da cidade pelo migrante e a constatação da segregação dos espaços urbanos; e Ariete Moysés Rodrigues aponta alternativas nem sempre humanamente dignas para o trabalhador urbano que não consegue adquirir casa própria. O subcapítulo, *O burburinho da fábrica*, faz uma abordagem do espaço fabril e o estranhamento do migrante rural com a disciplina do trabalho ao qual teve que se ajustar. A opressão, o medo, o cansaço, a tristeza, o adoecimento foram alguns dos desafios do migrante, que precisou encontrar mecanismos para superá-los, ou suportá-los. Além do depoimento de trabalhadores e das fontes impressas, Christophe Dejours indica as distorções das informações contidas nos periódicos, revelando o direcionamento e a opressão do patrão, ocasionando um processo de adoecimento dos trabalhadores; e Paulo Sérgio do Carmo descortina as sutilezas ideológicas exercidas sobre o empregado no ambiente do trabalho.

O quinto capítulo. *Vidas transplantadas*, procura evidenciar as rupturas, as permanências e/ou as reelaborações dos valores culturais dos migrantes, contrastando as perspectivas de melhorar de vida ao sair do local de origem com as conquistas e as derrotas após longos anos de trabalho na cidade. Para abordar este tema, fez-se necessário uma reflexão fundamentada em Eunice Durham, Lúcio Kowarick e Ecléa Bosi, a qual analisa a condição do migrante rural na cidade sob a perspectiva do desenraizamento.

“Eu lembro dos domingos lá do local. Na infância se jogava futebol aos domingos de manhã e de tarde. Na escola se jogava muito futebol. Eu então quando via um velho, pensava; Puxa. não é legal ser velho, porque velho não joga futebol”.  
(Hélio Daufemback)\*

Pelos relatos dos trabalhadores rurais, Independentemente do local onde moravam, percebe-se que até o início dos anos 70 a vida rural possuía um estilo muito semelhante. O sociólogo José de Souza Martins desenvolveu intensas pesquisas sobre a questão agrária no Brasil. Para ele, as comunidades rurais possuem características homogêneas. A explicação dessa homogeneidade estaria no fato de a comunidade agricultora apresentar-se praticamente isenta de outras infiltrações ocupacionais além das atividades relacionadas ao campo. Entre os membros da comunidade rural, há uma “similaridade de características psicossociais adquiridas, tais como linguagem, crenças, opiniões, tradições, padrão de comportamento”.<sup>14</sup> Esta similaridade é que sustentava as relações de favores, de troca e de ajuda mútua entre a vizinhança, necessárias para a sobrevivência das famílias. As mulheres geralmente mantinham um sistema de interação solidário diante das necessidades emergenciais ligadas à saúde e à economia doméstica. Fazia parte das relações entre vizinhas prestar assistência a parturientes ou doentes, pedir emprestado e emprestar gêneros alimentícios de primeira

---

\* Hélio Daufemback, ex-agricultor, técnico metalúrgico, 44 anos, casado, natural de São Ludgero, SC, residente em Joinville. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 23 ago.1998. (AHJ)

<sup>14</sup> MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à Sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.204-205.

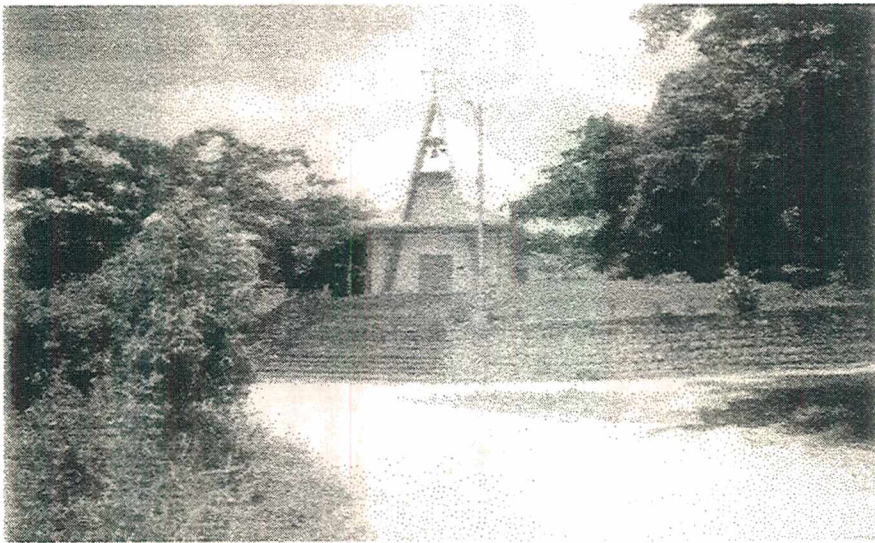
necessidade, presentear com mantimentos considerados caros e de difícil aquisição. Uma vez que a maioria da alimentação consumida pela família era produzida na propriedade, ou adquirida no armazém do município no final de semana, recorria-se à vizinhança sempre que necessário para emprestar uma xícara de açúcar, de sal, de pó de café, de banha, ou um pedaço de sabão. Uma ou duas vezes por ano, cada família “cameava” um porco para garantir alguns suprimentos derivados, como a banha e o sabão, considerados essenciais no uso diário. Como não havia geladeira ou *freezer*, nessa atividade empenhava-se a família toda, preparando a morcilha e a lingüiça, salgando a carne, derretendo o toucinho e fazendo o torresmo e a banha, e confeccionando o sabão, enfim, um dia de trabalho desgastante que adentrava a noite na execução de múltiplas tarefas, sob a iluminação de lamparinas a querosene. Neste dia, como um ritual, a dona da casa presenteava as vizinhas com uma porção de carne e toucinho. Eram as crianças que entregavam o presente. Como agradecimento, a agraciada retribuía com “alguns trocados”, com ovos, ou frutas.

Nas comunidades rurais, o centro de convivência social limitava-se ao entorno da igreja ou da capela. Na verdade, a vida social, de alguma forma, estava ligada às atividades religiosas, havendo pouca separação entre ambas. As relações sociais misturavam-se com a religiosidade. Aos domingos, somente após cumprir as obrigações com a vida espiritual, a prática da diversão assumia importância entre os moradores do local. Carmelita Kesting de Oliveira, pertencente à comunidade de Morro do Cruzeiro, município de São Ludgero, SC, afirmou:

A gente se brigava para ir à missa em São Ludgero. A gente tinha que andar quase sete quilômetros. Frio, inverno, chuva, mas aquilo a gente ia com tanta vontade. Quando ia à primeira missa, então, saía de casa às cinco e meia da manhã. A gente chamava a colega quando ainda estava escuro. Aquela que ia à missa chegava em casa e lavava a louça do meio dia. [...] Pra nós lá, era uma coisa, se tinha uma missa lá na capela, meu Deus, tu largava tudo, largava a roça. A gente largava tudo para ir à missa pra se

encontrar. Para nós, a igreja era o essencial. Antes do divertimento, tu tinha que primeiro ir na igreja. No domingo à tarde tinha que primeiro ir no terço, depois podia jogar vôlei. Mas o essencial era a igreja. Hoje a gente tem que mandar as filhas para a igreja.^^

Largar todos os afazeres e ir à missa para encontrar-se, mesmo que para isto fosse preciso enfrentar as intempéries, parece revelar a importância que estes encontros assumiam enquanto condição necessária para dar sentido à existência social nessas comunidades. Assim, a igreja cumpria a função de regular as necessidades da alma, enquanto integrava a comunidade e socializava os sentidos. A obrigação religiosa era a porta de entrada que facilitaria o encontro das pessoas, pois sem ela, a convivência social não teria legitimidade e nem argumentos para efetivar a sua existência.



Capela na localidade de Morro do Cruzeiro, no município de São Ludgero, S/C, reformada em 1973.  
A torre e o sino foram inaugurados em 1984.

Pela faia dos depoentes, percebe-se que os agricultores consideravam o domingo um dia especial. Além do cuidado com o espírito, buscava-se na recreação o equilíbrio do corpo e da mente, recuperando as energias perdidas durante a semana de trabalho. Até mesmo a alimentação, preparada para o consumo no

domingo, destacava-se daquela dos demais dias. Na comunidade de Morro do Cruzeiro, habitada predominantemente por descendentes de alemães, durante a semana o pão de milho e o pirão de feijão faziam parte da dieta alimentar das famílias agricultoras. Mas no domingo, ficava proibido o aparecimento do feijão na mesa, sendo substituído pelo “gemüse”, um prato típico muito apreciado no local, feito com batata inglesa e couve, servido com frango. Carmelita relembrou que, aos domingos, “de manhã cedo a primeira coisa era fazer o Gemüse. Fazia aquele Gemüse e botava embaixo da coberta de pena pra ficarquentinho até ao meio-dia”.<sup>16</sup>

Maria Ivonete Vieira, natural de Lauro Müller, SC, relatou que “no domingo, o nosso lazer era ir ao terço de manhã, nas Capivaras, e à tarde tinha a gruta. Era aí que a gente se reunia. Os rapazes jogavam bola e nós ficávamos por ali, rodeando, paquerando”.<sup>17</sup>

Aldira Herbst, natural de Papanduva, SC, relatou que no tempo de solteira nunca saía à noite. “Baile, o pai não deixava nós ir. Só na missa aos domingos de manhã, voltava e ajudava a mãe a fazer o almoço e à tarde ia com as colegas assistir às corridas de cavalo. Era o único divertimento”.<sup>18</sup>

Dilnei da Rosa afirmou que “lá em Armazém [município onde morava], o que fazíamos era trabalhar. Trabalhava na roça. O meu pai não gostava de religião, então era difícil nós sairmos e ir a divertimentos na igreja. Não tínhamos divertimento. Não tínhamos nada a não ser trabalhar desde criança”.<sup>19</sup> Para Dilnei, o fato de o pai não freqüentar à igreja afastava a família do convívio social, uma vez que no local praticamente inexistiam outros espaços destinados ao lazer.

---

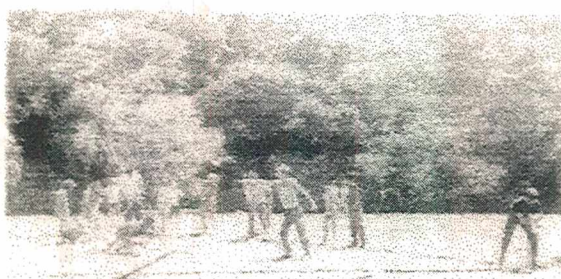
<sup>16</sup> OLIVEIRA, Carmelita Kesting de. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>17</sup> VIEIRA, Maria Ivonete. *Entrevista concedida à autora*. Joinville. 14 jun.1998. (AHJ).

<sup>18</sup> HERBST, Aldira de Jesus Pereira. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 30 jul. 1998. (AHJ).

<sup>19</sup> ROSA, Dilnei da. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

Para as comunidades que viviam raros momentos entregues à diversão, com poucas opções de entretenimento, estes encontros nos finais de semana representavam a superação, em parte, das agruras da vida. Hélio Daufembach recordou que, na juventude “a gente esperava a semana inteira pra jogar vôlei. A gente comentava: Por que não existe mais dias para jogar vôlei e menos dias pra trabalhar?”.^



Grupo de jovens constmindo uma quadra de voiei-boí na localidade de Morro do Cruzeiro, São Ludgero, na déc. de 1970.

Esporadicamente, eram realizadas as domingueiras ou bailes nas comunidades, desde que não coincidissem com as datas consagradas pelo calendário religioso. O local para a realização da domingueira era improvisado na casa de alguém que tivesse um espaço relativamente amplo, no qual os pares pudessem se movimentar ao som de uma gaita, um pandeiro e um chocalho. Maria fvonete acrescentou que, juntamente com seus irmãos e irmãs, iam “àqueles bailes caipiras, Tinha dois colonos que tinham casa bem grande, eles mesmos tinham a gaita, tocavam e faziam o baile”.^^

Helena do Nascimento, natural de São Ludgero, lembrou com riqueza de detalhes das domingueiras na comunidade do Morro do Cruzeiro, à qual pertencia:

Na domingueira, os rapazes ficavam de um lado e as moças do outro. O rapaz é quem deveria tomar a iniciativa de tirar a moça para dançar. O rapaz se aproximava do lado das moças, fazia sinal com o dedo para uma delas e os dois começavam a dançar. As vezes, o rapaz, de onde estava, fazia sinal com a cabeça e a moça ia ao encontro dele no meio da sala. A moça não podia negar marca ao rapaz. Se ele tirasse ela pra dançar, três vezes seguidas, isto era chamado de 'infestar marca'. Significava que ele queria namorar com ela. Se ela não aceitava namorar com ele, neste caso, poderia negar marca, negar o pedido da dança a partir da segunda vez.<sup>^</sup>

Esta forma de diversão causava um certo desconforto aos pais das moças que se preocupavam com a reputação das filhas. Eram comuns os comentários sobre a conduta de algumas moças que freqüentavam bailes. As domingueiras, que sempre terminavam antes do anoitecer, para dar tempo de chegar em casa ainda com a claridade da luz do sol, eram proibidas pela Igreja, durante o período do Advento e da Quaresma, e também em alguns domingos considerados especiais. Os membros da Congregação Mariana só poderiam dançar no último domingo do mês. Por isso, geralmente as domingueiras aconteciam naquele domingo.

A religiosidade era sentida nas manifestações culturais, no ensino formal, no interior das casas. Em qualquer espaço onde ocorriam as relações sociais, havia marcas de religiosidade, ou eram determinadas por ela.

Dentre os entrevistados, percebe-se que os migrantes procedentes do município de São Ludgero, SC são os que mais sentiram a influência da religião como fator determinante na formação do caráter, pois foram educados nos preceitos da Igreja Católica tradicional, tendo o catecismo como norteador das ações, do pensamento e da conduta moral.<sup>^</sup> Era uma vida de obrigações regulada pela

---

<sup>22</sup> NASCIMENTO, Helena D. do. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 19 fev. 1999. (AHJ).

<sup>23</sup> Sobre a moral católica da comunidade de São Ludgero, ver ALVES, Elza Daufenbach. *Discurso Religioso Católico e Normatização de Comportamentos* (São Ludgero, SC, 1900-1980). Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina.



vigência de um Deus que a tudo via<sup>24</sup> e que usava de atitudes punitivas para corrigir os pecadores.

Nas aulas de catecismo, anjos e demônios ocupavam o mesmo espaço em importância nas lições pontuadas pelo catequista que, com muita propriedade, narrava as histórias das batalhas entre o bem e o mal. Nessas histórias, os anjos assumiam uma característica frágil, tímida, protetora, e sofriam quando um humano caía em tentação. Vestiam túnica branca ou azul clara, tinham cabelos encaracolados, iluminados por um círculo de ouro, que pairava sobre a cabeça. Os demônios, por sua vez, eram agressivos, sedutores, zombeteiros e enganadores. Helena, a quem os ensinamentos religiosos marcaram profundamente, descreve as características físicas do demônio:

Era passado pra gente que o demônio era um homem com chifres na calaieça, possuía uma cauda de cachorro, os pés eram redondos como os cascos de cavalo, olhos vermelhos, unhas compridas e sempre com um garfo na mão. Eu vi uma vez numa revista um diabo com um *colant* vermelho. Eu associei esta imagem e ficou na minha mente aquele tipo de diabo.<sup>25</sup>

Com essa feição horripilante, era de se perguntar, como alguém poderia permitir a sua aproximação e deixar-se seduzir? Segundo a depoente, o catequista dizia que o demônio, para conquistar as suas vítimas e levá-las ao pecado, nunca mostrava a sua verdadeira fisionomia. Ele tentava as pessoas em estado espiritual ou tinha o poder de assumir aspectos de beleza celestial. Só depois, quando a pessoa estava em pecado, ele poderia aparecer como verdadeiramente era. Neste caso, seria necessário confessar-se o mais rápido possível depois de cair em tentação, para evitar que o diabo aparecesse. Helena afirmou que, quando era

---

<sup>24</sup> O catequista semanalmente tomava os apontamentos do catecismo que eram decorados pelos catequizandos. O catequista iniciava a sabatina perguntando: “Deus vê e sabe tudo?” Os catequizandos respondiam: “Deus vê e sabe tudo, até os nossos pensamentos mais ocultos”.

<sup>25</sup> NASCIMENTO, Helena D. do. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).



tentada a fazer alguma coisa, imaginava que de um lado estava o demônio cutucando com um garfo, e do outro, estava Deus, muito triste. Então era necessário “fazer um esforço muito grande pra deixar estas tentações de lado pra não entristecer Deus”.<sup>^</sup> Além do mais, quem por ventura morresse em pecado mortal, iria para o inferno, um abismo cheio de fogo que nunca pararia de queimar, e no qual, todas as manhãs, seria importunado por um demônio que espetaria a vítima com o seu garfo afiado. Conforme a entrevistada, tanto o demônio, como Deus, lhe causavam pavor. Assim se expressou;

Deus, era um castigador. Eu via Deus, assim; sentado nas nuvens, sempre vigiando, com barba comprida e vestido comprido. Ou imaginava Deus como sendo um olho entre as nuvens, sempre olhando tudo o que a gente fazia. E na hora que a gente pecava, a consciência já vinha porque Deus estava vendo a gente.<sup>^^</sup>

A criança vivia neste ambiente imaginário, habitado pelo antagonismo do bem e do mal, travando entre si uma luta interminável. A culpa e o medo constituíam fundamentalmente a expressão da religiosidade, sobrepondo a virtude do amor e do perdão, todavia professados nas lições da catequese. Deus, na sua onipotência, manifestava-se aos fiéis com severidade, diante das suas fraquezas humanas. Por determinação religiosa, exigia-se, portanto, dos pecadores - incluindo-se neles as crianças - a observação contínua de atitudes e procedimentos diários, para que nada escapasse à justiça divina. Neste sentido, o depoimento de Hélio Daufemback ajuda a entender o mundo aterrador no qual viviam as crianças:

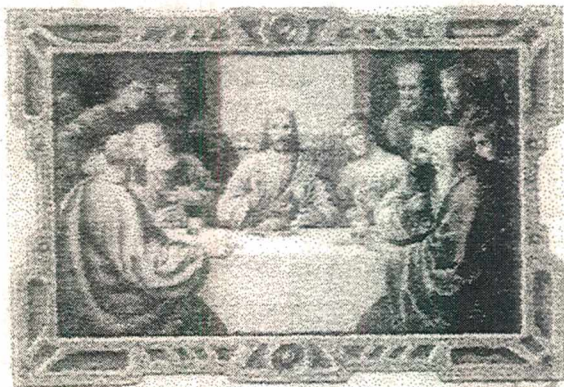
Eu, quando criança, sempre acreditei muito na igreja, em tudo o que ela dizia. Se deixasse de confessar, pra mim era um pecado muito violento. O seu João Kesting [professor e catequista] falava que quando fizesse uma confissão mal feita, se por algum motivo você não falou toda verdade, não falou todos os pecados, e se na próxima confissão não disser ao padre que na confissão passada ficou alguma coisa de fora, que eu não disse tudo, ou escondi alguma coisa, enquanto não resolver aquela confissão anterior, nada daquilo que vem depois, resolve. Então eu pensava comigo: “Eu estou

no fundo do inferno, porque não tem mais como eu voltar pra lembrar qual a confissão que eu fiz mal feita, depois de tantas mal feitas. Não tem mais jeito, eu estou perdido”. Eu creio que isto deveria ser uma coisa comum nas pessoas de lá; a interiorização do inferno, que estava dentro de si. Isto me acompanhou até eu vir para Joinville.^

Além do inferno e do demônio - elementos de coerção utilizados pela crença religiosa - outras personagens faziam parte do universo da crença popular, assustando adultos e crianças. As histórias de aparições de almas penadas, chamadas de “aparência”, preenchiam o cenário das noites escuras sob o brilho das estrelas. A aparência manifestava-se sempre no mesmo lugar, geralmente numa curva de estrada cercada por um matagal. A aparição se dava de várias formas, podendo, às vezes, ser percebida apenas por um gemido ou por um tufão de vento que apagava a luz da lamparina de querosene do transeunte, como poderia aparecer envolta em um lençol branco, ou em forma de chama luminosa. Diomício De Bona, natural de São Ludgero, narrou que na localidade de Bom Retiro, onde morava, sempre ouvia histórias de aparições, mas não acreditava nesta crendice, pois andava constantemente à noite pelas estradas e nunca viu nada que o amedrontasse, ou que não tivesse explicação. Segundo ele, “as pessoas passavam nestes lugares escuros, sempre assobiando ou cantando, para espantar o medo e também como uma forma de não ser confundido com a própria aparição, caso encontrasse alguém”.^

Por mais que os padres tentassem afirmar que tais aparições não existiam, a população insistia em desafiar o medo e, para tanto, seria imprescindível continuar acreditando em aparências. E assim, a linha que dividia o espaço entre o imaginário e o real era, por vezes, imperceptível, quase inexistente.

A religiosidade estava expressa em todos os lares. Na parede da sala e dos quartos de dormir, molduras sustentavam gravuras de santos e anjos. Na cozinha, um quadro da Sagrada Família, ou da Santa Ceia, dava ao ambiente um tom sagrado.



Quadro da Santa Ceia

À noite, depois da ceia, todos rezavam juntos o terço e, ao terminar, dirigiam-se aos seus quartos. Passando pelo corredor, uma parada se fazia necessária diante da pequena pia de água benta, na qual era alçada a mão direita e em seguida cumpria-se o ritual do sinal da cruz.<sup>^</sup> Na cama, antes de dormir, as crianças rezavam ao anjo da guarda em voz alta ou em voz baixa: *“Santo anjo do Senhor, meu zeloso, guardador, se a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, guarda, governa e Humina. Amém”*<sup>^</sup>

---

<sup>^</sup> NASCIMENTO. Heíena D. do. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

<sup>31</sup> ALELUIA; coleção de cânticos e orações. Tubarão: Imprimatur, 1958. p.225.



Imagem do Anjo da Guarda internalizada pelas crianças à partir das lições do Catecismo.

A reza era cumprida de forma ritual, sem muita compreensão das palavras complicadas que adquiriam uma interpretação ou um significado próprio para cada fiel. Não havia, por parte dos adultos, a preocupação de explicar o significado de cada oração; e nem por parte das crianças, em entendê-las, mesmo porque pedir explicação sobre os preceitos religiosos constituía um pecado mortal, pois a fé estava sendo posta em dúvida. O que contava para a salvação seria a fé, e não o entendimento das palavras para dar sentido à oração. Para não correr o risco de aumentar o elenco de pecados até a próxima confissão, melhor seria não duvidar da fé, e se a dúvida aparecesse, teria que despiá-la com a força da oração.

A prática da confissão tinha dias e horas marcados. Geralmente os padres atendiam os fiéis aos sábados e aos domingos pela manhã, antes e durante a celebração das missas. Para fazer uma “boa confissão”, as crianças em idade escolar, na comunidade do Mon<sup>o</sup> do Cruzeiro, preparavam-se com a ajuda do professor e catequista, uma ou duas vezes por mês, durante a aula aos sábados de manhã. Depois de rezar em conjunto algumas orações, prosseguia o “exame de consciência”. Os alunos se debruçavam sobre a carteira escolar com os olhos fechados e o rosto escondido entre os braços. E assim permaneciam enquanto o

professor lia nas páginas de um livro, o Aleluia, uma interminável lista de pecados possíveis de serem cometidos. Pausadamente, ele ia falando;

“Desobedeci aos meus pais? Menti? Roubei? Pequei contra a castidade? Fiz maldade no meu corpo? Duvidei da fé? Chamei o Santo Nome de Deus em vão? Pequei em pensamentos? Tive preguiça? Comi demais? Bebi demais? Fui à Igreja com vestidos indecentes, transparentes?”.<sup>^</sup>

Helena recordou;

Tínhamos que ver se havíamos cometido estes pecados, ou não. O catequista perguntava certas coisas absurdas, como por exemplo, “desejou a mulher do próximo?” E nós, pequenos, não sabíamos exatamente o que era isto, mas era perguntado no exame de consciência.<sup>^</sup>

Com uma bagagem de pecados armazenados, depois de cumprir o ritual da preparação que constava do exame de consciência, seguido do ato de contrição, no sábado à tarde procedia-se à confissão. Na fila do confessionário, cada rosto estampava as marcas de preocupação com o conteúdo que iria dizer ao padre, ou de esquecer algum pecado. Helena lembrou que o catequista informava: “A penitência é dada de acordo com a quantidade de pecados de cada um”.<sup>^</sup> Com isso era grande a preocupação em terminar de rezar a penitência descrita pelo padre, o mais rápido possível, para não levantar suspeitas diante dos colegas.

Depois da confissão, iniciava-se o período de jejum e abstinência. Para poder comungar na manhã do dia seguinte, seria necessário que se cumprisse um jejum de doze horas. Antes da comunhão, nenhum alimento poderia ser ingerido, nem mesmo água. Conversar, só o estritamente necessário.

Na hora da comunhão, o coração acelerava. Tamanho era o medo de que a hóstia ficasse colada no céu da boca, ou que fosse tocada pelos dentes. Helena

---

<sup>32</sup> ALELUIA; Coleção de cânticos e orações, p.228-231.

<sup>^</sup> NASCIMENTO, Helena D. do. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>^</sup> NASCIMENTO, Helena D. do. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).



recordou que, no lugar onde morava, contavam-se muitas histórias de hóstias que teriam sangrado. O catequista, repetidas vezes, contava o caso de um herege que não acreditava no mistério da transubstanciação. Ao comungar, ele retirou a hóstia da boca, levou-a para casa e partiu ao meio. A hóstia sangrou de tal forma, que tiveram de chamar um padre para dar jeito na situação criada pela falta de fé.<sup>^</sup>

Os ensinamentos da Igreja eram indiscutíveis, compreendidos ou não. A fala de um dos entrevistados ilustra bem como eram utilizados artifícios na prática de silenciar as inquietudes das crianças e levá-las à aceitação do ensinamento religioso.

Eu acreditava em tudo o que diziam. Eu não discutia. Ter fé era indiscutível. Era dado como exemplo a Santíssima Trindade. Diziam que havia um santo que estava querendo entender a questão da Trindade. Ele estava numa praia refletindo sobre isto para entender. De repente chegou um anjo e fez um buracozinho na areia e buscava água do mar e colocava lá dentro. Aí o santo perguntou o que ele estava fazendo. E ele respondeu que estava tentando colocar toda a água do mar naquele buraco. O santo achou que o anjo estava louco. Aí o anjo falou que quem estava louco era o santo, que queria entender a questão da Trindade, pois a Trindade não é coisa pra se entender. É um mistério, e tinha que acreditar. Estes argumentos eram usados como forma da gente aceitar. <sup>^</sup>

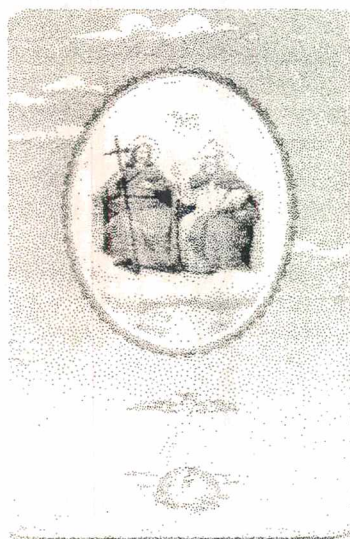


Imagem da Santíssima Trindade

Histórias, parábolas, imagens e argumentos ideológicos compreendiam algumas das formas de disciplinar a criança nos preceitos religiosos. A rigorosidade disciplinar não permitia espaço para um outro pensar, senão aquele delineado pelo ensinamento do catequista, a quem era atribuída a incumbência de disciplinar o corpo e a alma, sem restrições. A severidade com que ele zelava pelo encaminhamento dos bons modos dos meninos e das meninas era notável. Investido de uma autoridade que lhe fora conferida pelo poder eclesiástico, e legitimada pela comunidade, tinha o poder de interferir na educação de todas as crianças, tanto no sentido de ensinar, como para repreender, independente do local em que se encontrava. José Fausto, natural de São Ludgero, relatou com um certo grau de humor que, na adolescência, levou uns tapas do padre José, pároco do local:

Eu estava aprendendo a ser coroinha. Algumas vezes cheguei a tocar aquela “catraca” na quinta-feira Santa. Tinha aquelas coisas da adolescência. Eu tinha uma namoradinha, a gente acatiou, assim, não tendo coragem de chegar pra ela e conversar. A gente acabava mandando recadinho [entenda-se, bilhete], E numa dessas ele acabou pegando o recadinho. E não era pra ele pegar, é lógico.^

Carmelita, lembrou-se das práticas utilizadas pelo catequista no cumprimento do dever, e relatou, com certa mágoa, o desconforto de ter vivido uma experiência vexatória diante dos colegas, por ter sido repreendida em público.

Uma que eu não me esqueço, até hoje, é que quando nós éramos pequenos, a gente no terço [na capela], as meninas e os meninos ficavam aí na frente, separados. Um dia, não sei o que aconteceu lá, nós começamos a rir. O tio João [catequista], que rezava ajoelhado lá no meio, de paletó e gravata, foi lá, pegou o Aleluia [livro de cânticos] e “pof na minha cara, porque eu estava rindo. Era um livro assim..., preto e vennelho. Ele bateu com tudo na minha cara porque eu estava rindo, não sei porque, decerto por qualquer coisa lá. Aí ele bateu bem na minha cara. Eu fiquei vennelha, não foi a dor, não foi nada, foi a vergonha.^

<sup>37</sup> FAUSTO, José. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 30 jul. 1998. (AHJ).

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Carmelita Kesting de. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

No interior da igreja durante a celebração da missa, ou de qualquer ritual religioso, a divisão sexual assumia características bem definidas. Um corredor separava os bancos ocupados por homens, que ficavam à direita do altar, e na esquerda, as mulheres. No interior desta divisão, outras divisões hierárquicas delimitavam rigidamente os espaços. A entrevistada Carmelita relatou;

Quando a gente era mais pequena, na hora da oração, na capeia, ficava na frente. E quando ficava mais mocinha, daí parava mais lá atrás em pé. Mas tinha uma idade que tinha que adivinhar o tempo que podia ir lá atrás, ficar em pé ali nos bancos. Até um certo tempo tinha que ficar ajoelhada na frente. Quando era mais mocinha tu vinha ficar junto com as moças. Mas daí tinha uma passagem. Nos primeiros dias ficava meio ressabiada para ficar junto com as moças, porque não se sabia o tempo certo. Nas primeiras vezes, havia comentários; “Ah, Deus o livre, aquela ficou lá trás”. Era comentado se ficava lá atrás antes do tempo. Tinha que adivinhar o tempo certo. Então ficavam as meninas na frente de joelhos. Depois as moças, naquela carreira, ficavam no centro. Atrás ficavam as mulheres, tudo separado dos homens.<sup>1</sup>



1® comunhão na localidade de Morro do Cruzeiro, em 196G, revela a divisão do espaço entre meninos e meninas. À frente, no centro, o pároco da Igreja Matriz de São Ludgero, padre José pereira Kuntz; à esquerda, o professor e catequista João Kesting; à direita o professor Manoel Medeiros

Havia um código silencioso, não revelado verbalmente, mas transmitido pela prática da observação intuitiva, que proibia as meninas de ficarem junto das moças



dentro e fora da igreja. Não diferia muito a situação das moças em relação às mulheres. A diferença era que, ao contrário das meninas, as moças sabiam qual o tempo certo de ficar em companhia das mulheres. A data limite para que a mulher pudesse ocupar o lugar entre as senhoras seria o dia seguinte ao do seu casamento. A partir de então ela deveria, por definição, passar a ter comportamento de mulher casada.”” Não seria de bom tom vê-la em lugares públicos entre as moças. O inverso também era verdadeiro. A moça que fosse vista com frequência junto às mulheres casadas corria o risco de entrar na lista das malfaladas.

Certas atitudes ou comportamentos eram desaconselhados para as “moças decentes”. Uma simples tendência da moda poderia levantar suspeitas à reputação e causar uma situação de embaraço a uma moça diante do grupo. Helena relatou que “na hora da reza do terço, havia os moralistas que vigiavam as moças. As moças com vestido sem manga eram postas para fora da capela”.^^ Cobrir ao máximo o corpo era sinônimo de estar bem vestida. As medidas do vestido seguiam as determinações rígidas da fita métrica e da dimensão dos dedos da costureira. O comprimento era acertado na hora da prova. A recomendação dos entendidos em assuntos de moral era de que a bainha do vestido ultrapassasse não menos que quatro dedos abaixo dos joelhos. Mais do que cobrir as pernas, era necessário ocultar os braços. Carmelita lembrou a dura experiência ao ousar vestir-se em desacordo com os padrões da moda local:

Na minha primeira comunhão, ganhei de presente do meu padrinho o

---

<sup>40</sup> A mulher casada, quando ia à igreja, teria de cobrir a cabeça com véu preto. Fora da Igreja, deveria ter um comportamento sóbrio, evitando expor-se em público, sorrindo moderadamente para evitar demonstração de felicidade. A alegria poderia ser sinônimo de infidelidade conjugal. Abandonava a maior parte das roupas que usava quando solteira. Vestia-se com trajes folgados, menos colorido e mais longos. Ao término do culto religioso, a mulher não transitava no entorno da igreja, como faziam as moças, mas permanecia ao lado, junto das demais, conversando sobre os afazeres domésticos, gravidez, crianças, marido, queixando-se ou elogiando a vida de casada e criticando o comportamento da juventude.

<sup>41</sup> NASCIMENTO, Helena D. do. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

vestido. Era de seda. O meu era o mais bonito. Era muito lindo. Depois que fiz a primeira comunhão, eu ganhei mais um vestido. Só que daí naquele tempo tinha que fazer tudo de manga comprida. E eu mandei fazer de manga curta, pelo cotovelo. Ele disse que não gostou e que nunca mais iria me dar presentes. E nunca mais me deu.'^^



Grupo de jovens da localidade de Morro do Cruzeiro, Município de São Ludgero. Detalhe; a padronização do comprimento da roupa feminina. (Década de 1970).

As novidades da moda era sempre uma ameaça nesse sentido. Portanto, nada poderia sair dos padrões de comportamento estipulados pelos guardiões da moral e dos bons costumes. A mudança poderia ocorrer de duas formas. Uma, através da transgressão continuada das normas morais por alguém que se dispusesse a enfrentar o “falatório” até que outras pessoas aderissem á nova prática e a comunidade acabasse aceitando-a. A outra, através da permissão das autoridades religiosas para incorporar na comunidade uma prática não usual. Exemplo disso se deu quando algumas moças se interessaram pela moda de “encrespar” os cabelos: as mães foram pedir aconselhamento e permissão ao pároco da Igreja para que as suas filhas pudessem modificar a aparência visual, sem o ônus do pecado da vaidade. O padre aceitou o pedido das mães, por considerar esta moda uma medida higiênica para as atividades na cozinha.

Nas comunidades rurais configuravam-se, no campo do trabalho, algumas diferenças no relacionamento familiar, variando de acordo com a região. A divisão de trabalho evidenciava-se nas atividades domésticas, nas quais os papéis estavam bem definidos entre homens e mulheres. Com raras exceções, era a mulher quem de manhã acendia o fogão a lenha, preparava o café e despertava a família. Geralmente as mulheres ordenhavam as vacas e tratavam as galinhas, enquanto os homens se ocupavam dos porcos e do gado.

Na roça, praticamente inexistia a divisão sexual do trabalho, exceto nas famílias com predominância de filhos homens, aos quais cabia, então, fazer o serviço mais pesado, como derrubar a mata e arar a terra. Na maioria das famílias, todos trabalhavam igualmente, segundo a capacidade de cada um, inclusive as crianças, que desde os sete anos de idade já acompanhavam a família na lida diária, dividindo o seu tempo entre os estudos e os afazeres na roça, ou em casa, aprendendo com os adultos o conhecimento transmitido por gerações.



Família de agricultores da localidade de Morro do Cruzeiro, em São Ludgero, a caminho da roça. (Década de 1980).

O historiador inglês Edward Palmer Thompson, ao estudar a sociedade camponesa dos séculos XVII e XVIII, revelou que, em muitos aspectos, as regiões rurais na atualidade continuam com características da época, na medida em que a economia familiar do agricultor pode ser orientada pelas necessidades na execução das tarefas, sem a preocupação de acompanhar o horário de trabalho pelo relógio. Nesse sentido, o dia de trabalho poderia se estender pela noite, dependendo das atividades."<sup>44</sup>

Carmelita desde criança conhecia bem o significado do trabalho. Enquanto freqüentava o primário, já ajudava a sua mãe nas tarefas domésticas, passando, com o tempo, a executar trabalhos juntamente com os seus irmãos mais velhos.

Saí da escola com doze anos. Já ia pra roça. Quando chegava da escola tinha que ajudar a mãe a fazer o pão. Ralava a batata [...] e o cará. Aí aprendi a amassar o pão. Depois eu fazia o pão. Com doze, treze anos, a gente era criança. Não era como agora. Meu pai criava porcos. O trabalho dos menores, treze, doze anos, era buscar batata. Era um serviço meio pesado. Era buscar batata no lombo do burro, com cargueiro, daí cozinhar a batata e tratar os porcos. Chiava domingo, antes de sair à tarde, tinha que cozinhar batatas pros porcos."

A batata a que a entrevistada se refere é a batata doce, bastante cultivada e utilizada como alimento básico dos animais e na alimentação da família. Buscar batata significa arrancá-la da terra e transportá-la da roça para a casa.

A criança iniciada nos trabalhos da roça usava, nos primeiros meses, uma enxada velha, gasta pelo tempo de uso, e seu tamanho não ultrapassava as medidas de uma das mãos do novo dono. "Ganhar" uma enxada nova representava um rito de passagem. Simbolizava ter capacidade e responsabilidade no trabalho, bem como pertencer ao mundo dos adultos.

---

<sup>44</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 271.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, Camielita Kesting de. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).



Apesar de a família inteira trabalhar na roça e plantar o essencial para a subsistência, não diminuam as dificuldades financeiras da maioria dos agricultores, especialmente para os pequenos proprietários cujas terras situavam-se nas regiões montanhosas, uma vez que o trabalho todo era executado de forma manual. A enxada, a foice e o machado constituíam o arsenal de ferramentas utilizadas para a execução dos serviços cotidianos na lavoura. Nos terrenos não pedregosos, o trabalho era facilitado pelo emprego da tração animal para cultivar a terra. Toda produção era transportada da roça para o paiol em carro de bois, lombo de burros ou em balaies carregados nos ombros dos trabalhadores.



Agricultores da localidade de Morro do Cruzeiro, no município de São Ludgero, voltando da roça no final de um dia de trabalho. (Década de 1970)

Além do cultivo da lavoura de subsistência, que garantia o alimento da família, plantava-se em maior quantidade algum tipo de cultura com aceitação no mercado, cuja venda possibilitaria a aquisição de produtos industrializados, adquiridos no armazém, ou na cooperativa, caso houvesse. Helena lembrou que no município onde morava, São Ludgero, as compras eram feitas na Cooperativa Agrícola.

Lá tinha os caixeiros, que ficavam atrás de um balcão grande, e a gente ia lá com uma listinha de compras. Conforme a gente ia pedindo, o caixeiro colocava tudo em cima do balcão. Os mantimentos estavam em caixotes e eram colocados em pacotes de papel e aí colocava na balança pra pesar. Assim também era a roupa. A fazenda era pedida em metro, que ele media na frente da gente. Se tinha dinheiro, era pago. Se não, era marcado na cademeta e pago no final da safra. [...] Roupas, para quem plantava fumo, era comprada uma vez por ano em Tubarão, quando ia receber o dinheiro do fumo. Se fazia uma compra grande porque era mais barato."<sup>45</sup>

Nas décadas de 1970 e 1980, o cultivo da lavoura de fumo sobressaía-se entre as demais. Laércio Goeder, natural de Imbuia, SC, disse que seu pai “foi um plantador de fumo durante vinte e cinco anos, pois esta lavoura era a base da economia do município”.<sup>46</sup> As vantagens desta cultura, em termos de mercado, eram imensas para o agricultor, pois além de ter toda a assistência técnica passada através dos instrutores, havia a certeza de preços fixos e a garantia de escoamento da produção, com a entrega de toda a safra à Cia. Souza Cruz. O trabalho envolvia toda a família, especialmente na época da colheita e na preparação final das folhas secas, classificadas e amarradas em fardos, para serem levadas à fábrica de cigarros.

Cultivar fumo significava trabalho árduo e contínuo, que tomava quase todo o tempo da família do agricultor, entre os meses de junho a abril. Na colheita e secagem, o trabalho era intensificado. Aumentava também o cansaço e o desconforto de quem estava envolvido nesta atividade, pois com chuva, trovoadas ou calor, as folhas tinham que ser colhidas semanalmente e levadas à estufa para secar. Caso contrário, haveria prejuízo na safra, porque o valor pago pela empresa tabagista dependia da qualidade das folhas. Por isso teriam de ser colhidas no tempo exato, quando a cor atingia um tom amarelado. Ao mesmo tempo que

oferecia algumas garantias, como o preço e o mercado seguro, o fumo era também a lavoura que mais oferecia riscos de endividamento. A família que se dedicava ao seu cultivo ficava praticamente impedida de se dedicar a outras culturas, o que a tornava dependente do armazém, destino da maior parte do lucto obtido na safra. Todo o trabalho poderia resultar num esforço em vão, dependendo das condições climáticas. Neste caso, o resultado significava dificuldades de sobrevivência da família.



lavoura de fumo em uma propriedade rural na localidade de Bom Retiro, no município de São Ludgero, na década de 1960.

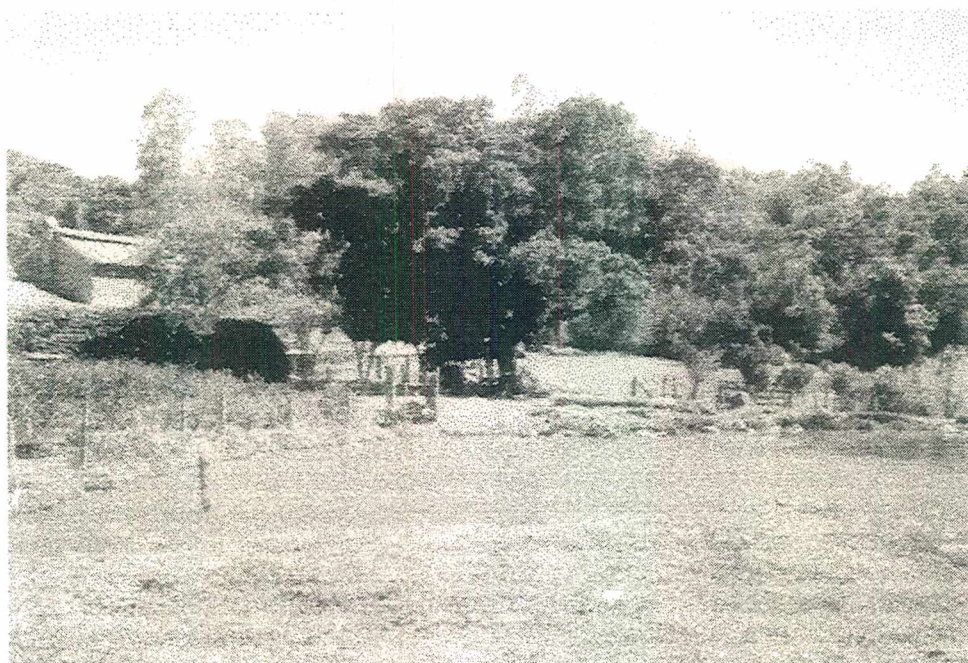
Maria Ivonete Vieira recorda que as terras do seu pai na localidade de Rio do Amaral, em Lauro MCiller, eram muito ruins e por isso ela e toda a sua família transferiram-se para o Rio Laranjeiras, no município de Orleães, onde passaram a trabalhar como arrendatários na plantação do fumo. Assim a entrevistada se expressou:

Na lavoura do fumo, no começo nós estranhávamos com o cheiro. Na hora de amarrar o fumo, dava aquela meleca na roupa. Isso a gente estranhou demais, porque estávamos acostumados a serviços mais limpos. Capinando na terra e arrancando mandioca, sujava apenas as mãos. A gente não se acostumava a andar suja. Tinha gente que usava aquela roupa suja de fumo a semana toda e pendura lá para, na outra semana, vestir assim grossa. Então para quem não estava acostumado com a sujeira do fumo, era difícil."



Hélio Daufemback também não aprovava o trabalho na lavoura do fumo e, sobre o assunto, dedarou;

Trabalhar na lavoura de fumo, era um pavor. Tenho péssimas recordações do fumo pelo fato da gente trabalhar de soi a sol, chegando às vezes a desmaiar no meio da plantação. Aquela resina que o fumo soltava me agoniava muito. Depois na estufa, tinha pavor daquele cheiro, daquele pó. Eu não suportava aquilo. Eu sempre tinha muita disposição e vontade de brincar. Mas não podia porque desde os nove anos já tinha que trabalhar. E no fumo, era predso trabalhar até as dez, onze horas da noite. E no outro dia tinha que ir para a roça de novo. isto era muito desgastante, Pra mim, a plantação do fumo seria o primeiro trabalho que eliminaria.\*®



Propriedade agrícola na localidade de Morro do Cnuzeiro, município de São Ludgero.  
Aos fundos, à esquerda, uma estufa de fumo em fundonamento até hoje.

Nas pequenas propriedades, os agricultores entendiam que o cultivo do fumo era uma atividade economicamente luaativa, pois empregava a mão-de-obra da família toda, inclusive das crianças, por ser considerado um trabalho leve e que não necessitava de grandes habilidades para executá-lo. O trabalho das crianças era fundamental, tanto na roça, recolhendo os feixes da erva apanhada pelos



adultos, como as dependências da estufa, auxiliando na amarração das folhas preparadas para a secagem. A colheita era, talvez, o período mais intenso desta atividade, no qual os trabalhadores despendiam maior energia, pois uma estufa de fumo deveria ser preenchida dentro de três dias no máximo, para obter uma safra de boa qualidade. Isto se repetia a cada semana, entre os meses de novembro e fevereiro. Portanto, a reclamação das crianças e também dos adultos em relação ao desgaste físico, ocasionado pelo cultivo do fumo, não é nenhum exagero. Se todo este trabalho fosse remunerado, certamente os rendimentos da safra não cobririam as despesas. Esta atividade foi incentivada pela Cia. Souza Cruz, no âmbito da agricultura familiar, por haver uma relação de trabalho entre o agricultor e seus filhos, e não de empregador/empregado.

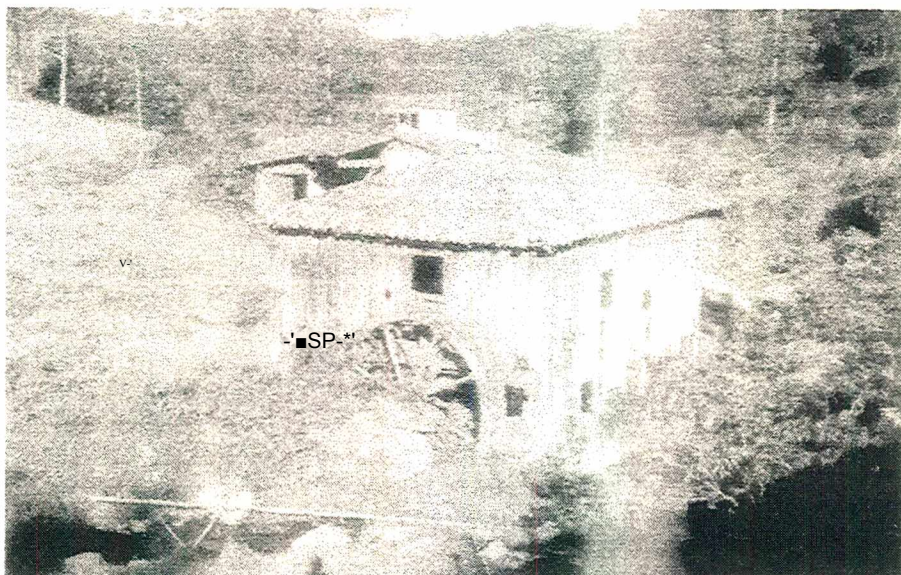
Para quem não plantava fumo, a principal atividade agrícola envolvia o cultivo do feijão, do tomate ou da mandioca. A plantação da mandioca era mais vantajosa para o proprietário do engenho, pois não estava sujeito à exploração de terceiros. O trabalho no engenho de farinha, porém, não era menos desgastante do que na estufa de fumo. Apenas a temporada era menor. Carmelita revelou;

Nós plantávamos mandioca e fazíamos a farinha. Como no inverno era frio! Lavar aquele polvilho, ficar até às dez horas da noite fazendo a farinha. Havia uma sociedade no engenho. Eram em quatro irmãos: o pai [Conrado], o tio Luiz, o tio Antônio e o tio Humberto. Cada um plantava a sua roça. Quando chegava no inverno, na hora de fazer a farinha, todos se ajudavam. "Hoje vamos nesta roça arrancar mandioca". Fazia primeiro de um e todos ajudavam a an-ancar mandioca naquela roça, levar para o engenho e fazer a farinha. Quando acabava naquela roça começava na do outro. Todos se ajudavam. Aquela família de quem estava sendo arrancada a mandioca ficava encarregada de fazer o almoço para todos e levar na roça. Levava numa bacia e botava aquela bacia no meio e todos sentavam ao redor, umas doze pessoas, todos comendo na mesma bacia."®

A sociedade dos irmãos Kestering, a que a depoente se refere, era um conjunto de engenhos movidos pela força hidráulica. Compreendia o engenho de

---

farinha de mandioca, o engenho de açúcar, a centrífuga, que retirava o excesso de meiado do açúcar mascavo, que era chamado de “açúcar grosso”, o descascador de arroz e a atafona.



Ruínas do engenho dos irmãos Kesiering. Vista parda!.

Vital da Costa, um dos entrevistados, que nasceu em Joinville, foi agricultor e trabalhou na roça entre os treze e os vinte anos de idade, no itinga, local onde morava com seus pais e doze irmãos, hoje um dos maiores bairros de Joinville. Parece que morar nas áreas agrícolas de Joinville, até os anos 60, não diferia muito da situação dos agricultores migrantes. Para Vital, “não era fácil na roça. Capinar, plantar aipim, cana, mandioca, fazer farinha, fazer carvão, tudo era difícil. Meu pai era doente e eu tive que trabalhar, batalhar desde cedo”.^

Percebe-se, através da fala dos entrevistados, que as dificuldades de sobrevivência dos agricultores eram imensas. As famílias trabalhavam desde o amanhecer até altas horas da noite para dar conta das atividades que fazem parte da rotina da vida do agricultor. Rea Stahnke, procedente de Rio do Sul, SC, conta

que desde a sua infância trabalhava com a mesma responsabilidade dos adultos.

Quando moça, imaginava que o casamento poderia lhe proporcionar uma vida mais tranqüila. Ao casar-se, porém, e com o nascimento dos filhos, sentiu a necessidade de trabalhar ainda mais.

Eu levantava às quatro horas da manhã e ia dormir às dez da noite. Enquanto estava escuro, trabalhava em casa. Fazia pão, tirava leite, tratava as criações e, quando clareava o dia, jogava a enxada nas costas e ia pra roça, com as crianças no cesto. Carregava o cesto no ombro. Era um balaio. Botava as crianças dentro. Na roça, deixava eles na sombra. Fazia uma cabana e ali eles brincavam e eu capinava. Ao meio-dia, voltava, fazia o almoço, e às duas horas já subia de novo. Nos finais de semana era a mesma coisa. Mas ainda tinha que lavar roupa, passar roupa, buscar trato pro gado e pros porcos pra semana toda. Botava a roupa pra quarar, deixava limpinha. A roupa de cama era fervida. Botava cinza na água pra roupa ficar branquinha.^^

Com todo este esforço da família em trabalhar o máximo de horas por dia e de dias por semana, as compensações materiais eram mínimas ou inexistentes. O excedente de produção era tão ínfimo, que os recursos conseguidos com a venda da safra mal davam para pagar a conta do armazém. A família numerosa levava algumas vantagens no tocante aos trabalhos realizados, refletindo no aumento da produtividade, mas, ao mesmo tempo, os gastos e as dificuldades no poder de compra, certamente não eram menores.

Roupa de passeio, ganhava-se uma ou duas vezes por ano, geralmente por ocasião das festas religiosas do local. O primeiro par de sapatos, a criança ganhava quando fazia a 1ª Comunhão. Comprava-se ou encomendava no sapateiro, sob medida. As medidas eram tiradas da seguinte forma; o sapateiro, munido de um lápis preto, riscava em torno dos pés da criança, apoiados sobre uma folha de papel de embrulho, respeitando a sua forma anatômica. Depois era só esperar até o dia da prova, quando eram feitos os ajustes, se necessário fosse. O sucesso da confecção

de um par de sapatos e a sua aprovação não dependia somente do cuidado do sapateiro na hora de tirar as medidas. Era necessário seguir as instruções da pessoa adulta que acompanhava a criança: em nome dela escolhia o modelo, a cor e o tamanho do sapato. O sapateiro era sempre lembrado de que “o pé da criança cresce muito rápido”, portanto, seria necessário que o sapato, além do tamanho do pé, conferido sob medida, tivesse uma folga na espessura de dois dedos da mão, no caso, do sapateiro. Desta forma, a criança aproveitaria mais o calçado. As considerações relativas ao tamanho dos sapatos eram conferidas no dia da prova. A criança era convencida da importância da folga. Alguns dias antes da 1ª Comunhão, treinava em casa com o calçado, andando de um lado para o outro, para não fazer feio no dia “mais importante de sua vida”. Helena contou como foi a sua experiência com o primeiro par de sapatos que ganhou;

Na minha época, não tinha sapato feito. Quando fiz a 1ª Comunhão, fomos encomendar o sapato numa fabriqueta que nós chamávamos de sapataria. No dia da 1ª Comunhão, eu olhei, tinha umas sete ou oito meninas, todas com o mesmo estilo de sapato. Era uma sandália preta, com tirinhas por cima. Este foi o meu primeiro par de sapatos. [...] Eu lembro que fiquei tão contente com o meu sapato. Eu tive que ensaiar pra andar de sapato. Eu colocava o sapato uns dias antes da 1ª Comunhão e andava várias voltas ao redor da casa, até que deu um calo no pé. Eu contei pra todo mundo que tinha dado um calo no pé com a sandália, de tão contente que a gente ficava quando ganhava um par de sapatos.<sup>^</sup>





**Meninas da localidade de Morro do Cnizeiro no município de São Ludgero, no dia da 1ª comunhão. Detalhe; as “sandálias de tiras”.**

**O segundo par de sapatos e os seguintes, a criança ganhava somente quando os pés já não entravam no anterior. Os irmãos mais novos herdavam os calçados deixados pelos mais velhos. Os sapatos eram usados estritamente o necessário, em determinados locais e horários. Carmelita também contou a sua experiência quanto ao uso do sapato:**

Nós íamos à missa a pé. íamos descalços e levava o sapato na mão. Um pouco era porque machucava o pé e um pouco era pra não gastar. E aí lavava o pé naquele ta! de “lava pé” [um riacho]. Levava um paninho, secava, calçava o sapato e ia na missa. Depois vinha só um pedaço da estrada com o sapato no pé e já tirava pra não gastar. Se chegava em casa da missa e alguém dissesse: “Mãe, ela veio calçada até mais adiante”, já ganhava um pito porque não tirou o sapato, pois assim ia gastar. Para comprar um par de sapatos era aquele sacrifício.<sup>53</sup>

**Evanir Elizabeth passou a infância e a juventude com os familiares em uma fazenda no Interior de Londrina, PR. O seu depoimento ficou fortemente marcado pela presença de sentimentos extremos entre os bons momentos que passou na**

---

fazenda, junto dos amigos, e as dificuldades de sobrevivência da família, trabalhando de arrendatária. Declarou que na infância não chegou a concluir o ensino primário por causa da distância da escola.

Muitas vezes nós íamos descalços, com frio [...] Lá a gente não tinha sapatos, roupa boa. A mochila era feita de pano de saco. A roupa das crianças tamtém era de pano de saco [...] que era pra ensacar arroz, feijão, saco de sal, de trigo. [...] Até hoje eu tenho raiva daquelas “congas”. Tenho uma raiva daquilo que eu não posso ver até hoje, porque era o calçado que ganhei [...] A gente foi ter mais roupa mesmo, depois de treze, quatorze anos. Hoje meus filhos compram calçado este mês, no mês seguinte querem outra roupa, de marca. E nós não sabíamos nem o que era marca.®^

Durante a entrevista, a depoente buscava no passado a justificativa para entender o presente e se apoiava no presente para explicar o passado. Constantemente comparava a sua vida à vida da sua mãe, em relação à educação dos filhos, para encontrar um alento ao convencer-se de que pelo menos pode oferecer a eles condições materiais favoráveis, às quais não teve acesso na infância. Até mesmo os momentos da vida considerados marcantes pelos demais entrevistados, como a 1ª Comunhão, para Evanir não teve um sentido positivo. A lembrança que a depoente guarda desse dia não é das melhores, pois, segundo declarou, “Quando fiz a 1ª Comunhão, andamos dezoito quilômetros de carroça. Não existia caminhão, carro. Então foi de carroça. Deu uma trovoada. Nos molhamos tudo. A chuva era de pedra. Então aquilo eu nunca esqueço. Tem pedaços da vida da gente que a gente não esquece”.®

Nas comunidades do interior, as festas religiosas atraíam toda a população local e das circunvizinhanças, assumindo importância fundamental na socialização dos participantes. É possível afirmar que a festa, além de cumprir o papel de

---

^ MATIAS, Evanir Elizabeth Gross. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 12 maio 1998. (AHJ).

<sup>55</sup> MATIAS, Evanir Elizabeth Gross. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

socializadora, tinham a função de conferir e de reconhecer o poder econômico ou político das famílias, pelo grau de envolvimento e destaque na participação do evento, demonstrado nos gastos com bilhetes de rifas adquiridos, na compra de churrascos e bebidas. A festa do padroeiro, ou da padroeira, era, entre todos os eventos, o maior. Os preparativos da festa começavam com uma semana de antecedência, envolvendo várias famílias que se dedicavam voluntariamente para dar conta das atividades. Para organizar a festa, os voluntários não necessitavam de reuniões, de registros, ou de cálculos complicados. Lápis e papel eram dispensados na elaboração do planejamento, pois tudo estava registrado na memória de cada um, de um ano para o outro. Havia grupos de trabalho para a confecção dos bolos, para preparar o churrasco no espeto, encomendar e vender a bebida e ornamentar o local da festa.

Alguns dias antes da festa, um grupo de homens montados a cavalo se espalhava pelo município, arrecadando prendas.<sup>56</sup> Salésio Rõhden referiu-se à festa da igreja na localidade de Graciosa onde morava, município de Paranavaí, PR, como um evento grandioso que se realizava em um bosque, das dez às dezessete horas, tendo, como resultado, um grande lucro. Afirmou que, nos vinte anos que mora em Joinville, nunca viu festa igual àquelas do local de origem. O sucesso da festa foi por ele assim descrito;

Havia os prendeiros, que tiravam prendas. Uns davam porcos, outros davam galinhas, outros davam peru, outros davam temeiros, novilha. Depois, aquilo que era de animal, era tudo arrematado [leiloado]. Mas a festa em si mesmo, todo mundo vinha e festejava. Era coisa bonita.®^

---

<sup>56</sup> Prendas eram donativos que os fiéis davam para fazer a festa da igreja; poderiam ser víveres (gado, porcos, galinhas), ingredientes para fazer os bolos (ovos, farinha, açúcar) ou, ainda, poderia ser uma quantia em dinheiro. O hábito de arrecadar prendas não se reservava somente às ocasiões das festas religiosas, mas também quando havia um casamento costumava-se utilizar esta prática socializadora entre os convidados, para ajudar a família dos noivos nas despesas da festa de núpcias.

De acordo com Helena, a quantidade de galinhas arrecadadas pelos predeiros para a festa no local onde morava representava a crença no poder milagroso do padroeiro:

Muitas pessoas faziam promessas pra se livrar da peste que matava as galinhas, prometendo galinhas, que seriam pagas para a igreja ou para a capela na época da festa do padroeiro. [...] As galinhas eram recheadas para rifar. Os bolos também eram rifados. [...] À tarde tinha roleta e arrematação de porcos e de galinhas. Era engraçado, porque o an-ematador arrastava o porco gritando no meio das pessoas e perguntava: “quem dá mais, quem dá mais”. Quem dava mais dinheiro pelo porco, ficava com ele. Era uma cena engraçada.®

Como o lucro da festa revertia em benefício da igreja ou da capela, a comunidade não media esforço, nem poupava energia humana, tanto nos preparativos durante a semana que a antecedia, como nos trabalhos no dia da festa; assim como era grande a parcela de doação de cada um no empenho em contribuir com a compra de churrascos, de rifas e demais serviços oferecidos. Carmelita relatou com detalhes as festas que costumava freqüentar:

Quando a gente era jovem, a gente saía para as festas, a gente ia longe. Tinha festa lá no Rio Coral, que tinha que andar uma hora e meia, duas horas. Lá a gente comprava o churrasco. A gente reunia as amigas e comprava um ou dois churrascos e um ou dois refrigerantes, que naquele tempo a gente dizia gasosa, que vinha numa gan^afa. Não tinha geladeira naquele tempo. Nós sentávamos lá no pasto com as colegas e comia o churrasco com pão. Levava uma faquinha, mas quem não levava, cortava lá do jeito que dava. Nós íamos no Mar Grosso, Bom Retiro, que nós subíamos aquele morro. Levava duas horas e meia, eu acho. Na grutinha, na Ponte Baixa, lá não tinha dança. No Rio Coral sempre tinha dança de tarde. E o dia que nós anoitecemos na estrada! Nós tínhamos tal hora pra chegar em casa. Morro pra subir, morro, andamos, andamos. No outro dia me deu uma dor na pema. Fiquei uma semana sem poder andar. Deu uns caroços na pema. Nós tínhamos ordem pra chegar antes da noite em casa. Antes de sair nós tínhamos ordem pra chegar antes da noite. Se chegasse depois, já vinha a briga. A mãe brigava.^®

Como já foi mencionado, as festas na igreja tinham uma importância fundamental, porque reuniam as comunidades. Ao agricultor, que passava a maior



parte do tempo na propriedade, restringindo-se ao convívio dos membros da família e/ou na companhia de poucas pessoas na comunidade, o estar no meio de uma multidão era um ato excepcional, uma oportunidade de sair da rotina e experimentar a magia de um espaço complexo, de vozes e comportamentos diversos. Comparecer a estas festas, além da satisfação proporcionada pelas diversas formas de entretenimento, poderia representar o início de novos relacionamentos, novas amizades, ou simplesmente rever amigos e parentes. Não comparecer a esses eventos significava ficar por fora do círculo das conversas durante as semanas seguintes.

Muitas das famílias foram constituídas a partir do namoro dos casais iniciado em festas de igreja. Pelo relato de Helena, os relacionamentos amorosos começavam, geralmente, ao entardecer, no final da festa; aos domingos de manhã, ao término da missa, ou, no final de uma domingueira, aos domingos à tarde.

Quando terminava a missa, em São Ludgero, as moças começavam a andar pra lá e pra cá, de braços dados entre elas. Os rapazes ficavam ao lado da rua, embaixo dos pés de cedrinho. As moças cortejavam os rapazes, e eles cortejavam as moças com palavras, demonstrando que queriam namorá-las. Poderia começar o namoro, quando a moça mandava, através de uma amiga, convidar um rapaz que lhe interessava para acompanhá-la. Se o convite fosse aceito - raramente não era, a menos que o rapaz estivesse interessado em outra moça e visse a possibilidade de namorar com ela - o rapaz se aproximava da moça e acompanhava ela até um certo pedaço da estrada. Podia acontecer também que o rapaz se interessava por uma moça e mandava perguntar pra fulana se ele poderia ir com ela, até certo ponto na hora em que fosse embora. Quando ele se aproxima dela, os dois ficavam pra trás do grupo. Dizia-se então, que os dois “vieram de carrete”.®°

Carrete significava o ato de um rapaz e uma moça andarem lado a lado a sós na estrada. Porém, não tão a sós, pois a moça, para manter a reputação, não poderia se distanciar muito do grupo. Se o namoro continuasse, todos os domingos o rapaz acompanhava a moça. Depois de algum tempo, o rapaz começava a

---

freqüentar a casa da namorada. Isto seria uma demonstração da intenção de efetivar um relacionamento mais sério. Helena lembrou;

Os namorados ficavam a maior parte do tempo sentados na sala, sempre vigiados, geralmente pela mãe. Se eles saíam para algum lugar, eram vigiados por uma imriãzlnha dela, sempre mantendo uma distância atrás dos dois. Depois de algum tempo de namoro, o rapaz ia na casa da moça e pedia, para o pai dela, a mão da moça em casamento. Se o pai consentisse, eles noivavam. Durante o período de noivado, eles já podiam andar de mãos dadas. Eu me lembro que quando os namorados, depois de noivar, vinham descendo a estrada, eles vinham de mãos dadas. A moça trazia o paletó dele no braço e ele, trazendo a sombrinha dela.®^

Os namorados podiam andar de mãos dadas somente depois do noivado.

Não era uma norma expressa, passada aos jovens com palavras, e todos, dentro desse sigilo velado, sabiam como funcionavam os regulamentos que equilibravam a ordem moral na comunidade. Esta vigilância parece que era comum nas famílias das áreas rurais. Aldira informou que seu marido já trabalhava em Joinville quando o conheceu. Ele se deslocava uma vez a cada dois meses para visitá-la em Papanduva. Nos dois anos de namoro, porém, nunca ficaram a sós, conforme relatou:

O pai deixava a gente namorar, mas o nosso namoro era assim: ele ficava junto com a gente também. Até as sete horas da noite a gente podia ficar junto, depois não podia ficar mais. O namoro era dentro de casa junto dele. Não deixava a gente sair pra namorar fora. Só conversava sempre com o pai junto, até a hora do casamento. O regime dele era assim. A gente aceitava, porque a gente não sabia como era viver diferente em outros lugares. Achava que era assim que tinha que ser. O meu namorado também sempre concordou, porque ele sabia que se quisesse namorar tinha que ser daquele jeito.®^

A autoridade do pai de Aldira prevaleceu sobre a sua vontade até a hora do casamento, na igreja, ocasião em que fora entregue ao seu noivo. A partir daquele dia, a responsabilidade que o pai tinha sobre ela foi transferida para o marido. Era assim que seu pai entendia ser correto. Como Aldira não conhecia outra forma de

relacionamento e nunca teve oportunidade para discutir este assunto com o seu namorado, aceitou as normas impostas pelo pai, sem qualquer espécie de “crise” ou de resistência.

A festa de casamento era motivo de mobilização da comunidade. O número de convidados dependia das posses econômicas das famílias do noivo e da noiva.

Conforme depoimento de Helena:

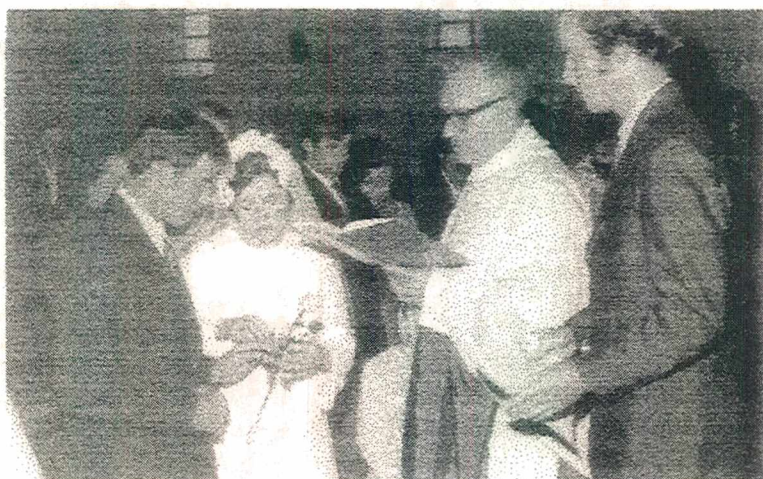
Três semanas antes do casamento, colocava-se os pregões na igreja. Eram três avisos colocados na porta da igreja e o padre também anunciava no púlpito na hora do sermão, que fulano e fulana iam se casar. No dia do primeiro pregão, os pais da noiva iam na casa dos pais do noivo tratar o casamento. Eles combinavam toda a preparação para o dia do casamento.®^

O convite para a festa de casamento era feito pessoalmente pela família dos nubentes, duas semanas antes da sua realização. Normalmente, os parentes próximos e os vizinhos eram convidados para a festa e dela participavam o dia todo. As famílias mais distantes recebiam o convite para comparecerem à festa na parte da tarde. A cerimônia do casamento realizava-se geralmente no sábado pela manhã. Os preparativos começavam alguns dias antes, com a confecção dos bolos, bolachas, pães, macarrão. Na sexta-feira, mulheres e crianças se ajudavam na tarefa da matança de galinhas e na ornamentação do ambiente da festa, na casa dos pais do noivo, ou da noiva, dependendo do lugar no qual passariam a morar após o casamento. Folhas e pés de palmeiras, bambus, flores como copos-de-leite, lírios, margaridas enfeitavam os espaços que seriam ocupados durante toda a festa, como a casa, o pátio, e o paiol que, por um dia, deixava de ser um lugar onde se guardavam os suprimentos para transformar-se em salão de dança. Enquanto os parentes, amigos e vizinhos se ocupavam dos preparativos da festa, os noivos, na

---

tarde de sexta-feira, preparavam-se para começar uma vida a dois. Heiena, no depoimento, foi pontuando detalhadamente as cenas que envolviam os noivos, antes e depois da cerimônia de casamento:

Na sexta-feira, depois do almoço, os noivos iam até São Ludgero falar com o padre. Era uma tarde de preparo para o casamento, para a vida a dois. Eles iam pra São Ludgero de charrete, que a gente chamava de aranha, sempre com acompanhante. Mesmo no dia antes do casamento, uma irmãzinha ia junto. Eies não podiam ir sozinhos. No outro dia de manhã bem cedo, as pessoas se preparavam para realizar a cerimônia do casamento. Eu me lembro quando eu era pequena, os noivos iam para São Ludgero a cavalo. Tempos depois, os noivos iam de caminhão. Os noivos iam na cabine do caminhão e os convidados na canroceria. Quem não ia à cerimônia, ia ajudar nos tratajinhos da festa. De repente, se escutavam os fogos. Eram os noivos que estavam chegando. Eles vinham até certo ponto de caminhão, até onde era possível levar o caminhão. Se fosse possível! ir de caminhão até o quintal da casa, que se chamava terreiro, ia até lá. Se não, o caminhão ficava na estrada principal e dali, vinham a pé, os noivos na frente, as testemunhas atrás. Seguidos dos convidados. Vinham gritando: “Viva os noivos! Viva!” Na porta da casa, ficavam duas meninas pequenas, geralmente irmãs do noivo e da noiva, conforme a escolha deles. Elas ficavam na porta com uma bandeja na mão, uma de um lado e outra do outro, com dois copos de vinho. Na porta, os noivos paravam para ouvir um discurso, geralmente preparado por uma moça para os noivos. Quando ela tenninava, era oferecido vinho aos noivos. Ele oferecia um copo para a noiva e ele pegava o outro copo. Eles tomavam um gole e ofereciam o copo às testemunhas. Cada um tomava um gole. Aí as testemunhas e os noivos davam uma oferta em dinheiro para as duas meninas que ofereceram o vinho. Depois eles entravam e se dirigiam ao quarto, onde estavam os presentes deles. Tinha duas cadeiras onde eles se sentavam e recebiam os convidados. O pessoal que ia chegando, ia colocando os presentes na cama.<sup>64</sup>



Cerimônia de casamento de Afonso (Alice) Kesting celebrado pelo pároco da Igreja Matriz de São Ludgero, padre José Pereira Kuntz, em 1971.

Todo este ritual cumpria-se de forma quase que natural. Sem qualquer tipo de ensaio, o evento transcorria dentro da normalidade desejada. Os noivos, seus pais, as testemunhas e os convidados sabiam exatamente como proceder neste dia, porque cada cena da cerimônia e da festa acontecia sempre do mesmo jeito, há muito tempo. Assim, bastava observar, desde criança, o comportamento dos adultos para um dia atuar em qualquer dos papéis, como ator principal, coadjuvante, figurante, ou nos bastidores. Qualquer criança sabia qual o lugar que os noivos ocupariam na mesa na hora do almoço. Mas certamente não entendiam o significado do lençol branco que cobria as cadeiras dos noivos e nem tão pouco “os ataques de choro” da mãe da noiva.

Quando o casamento acontecia entre jovens que não pertencesse à mesma comunidade, alguns dias antes da festa o noivo, acompanhado de familiares e amigos, buscava a mudança da noiva. No carro de bois, vinham os pertences da noiva e o enxoval de casamento que compreendia roupas de cama, de mesa, louças, e às vezes, uma máquina de costura. Quando a família da noiva era mais abastada, recebia também uma vaca leiteira. Porém, independente das posses econômicas, o enxoval não estaria completo se não tivesse uma pia de água benta. Se o noivo era quem iria morar na propriedade dos pais da noiva, seguia-se o mesmo ritual, invertendo a situação. Por sua vez, a mudança compreendia uma junta de bois, móveis e alguns sacos de mantimentos. A comunidade toda ficava sabendo do evento da mudança. Os moradores situados na beira da estrada lançavam olhares curiosos em direção ao carro de bois que passava acompanhado pelo cortejo, como quem fiscalizasse a entrada de mais um membro na comunidade.

---



Havia, porém, casos em que a cerimônia de casamento escapava da normalidade habitual: se, por alguma razão, a família do noivo ou da noiva não dispusesse de condições para preparar o enxoval ou fazer uma festa de casamento, ou, ainda, se o pai não aceitasse o pretendente da filha (era raro, mas acontecia), ocorria, então, de o casal “fugir”. Neste caso, os noivos casavam-se com uma cerimônia simples, sem a presença de convidados. José Manoel da Silva, um dos entrevistados, procedente de Ibirama, SC, contou que depois de dois anos de namoro com Doraci, sua esposa, resolveram fugir por não terem condições de gastar com festa de casamento, e o pai dela estava pressionando-o a assumir logo o compromisso com a filha, ou terminar o namoro. Não que José Manoel não quisesse casar-se com Doraci. Apenas naquele momento não seria possível, pois segundo o depoente, “Eu tinha uma irmã que o pai tinha que aprontar pra casar naquele ano. Daí eu tinha que esperar mais um ano, pois ficava muito pesado ele aprontar dois no mesmo ano”.® Durante a entrevista com José Manoel, dona Doraci, que estava por perto envolvida com os afazeres domésticos, interferiu na fala do depoente de forma muito tranqüila e interessante, complementando as informações reveladas pelo marido. O que chamou a atenção, neste caso, foi o fato de dona Doraci acompanhar a entrevista do marido, entrando na conversa com naturalidade, o que não aconteceu com os demais entrevistados. Na maioria dos casos, enquanto o marido estava depondo, a mulher ficava na cozinha, quieta, sem aparecer no local onde ocorria a entrevista. Não houve, em nenhum momento, ao longo da entrevista, qualquer contradição na fala dos dois, ou discordância entre o que um e outro relatavam. Por isso resolvi considerar o depoimento de Doraci. Seus relatos revelam uma história de sofrimento, de dificuldades, de luta pela sobrevivência, e por justiça.

Unidos pelo sofrimento, o casal informou estar tomando o mesmo tipo de calmante para continuar lutando pela vida. Foi possível porém perceber alegria no semblante do casal, principalmente ao lembrar o passado, quando se conheceram e começaram a construir uma vida juntos. Em meio a risos, recordaram o início do namoro, num baile na roça. Doraci argumentou que, “desde os oito anos eu saía pra trabalhar pra sustentar a minha mãe e o meu pai, que era descontado de uma perna. Eu trabalhava por dia. Daí eu passava todos os dias na frente da casa dele”.<sup>66</sup> Seu Manoel lembrou com orgulho, que ela passava todos os dias na frente da sua casa, com uma enxada nas costas. Mas contou que se aborreceu com o pai dela porque, além de ruim, não queria mais permitir que ele visitasse a namorada. Afirmou:

Aí eu fui ficando com raiva. Eu digo: “Eu quero mostrar pra ti se eu não caso. Se eu não caso, eu roubo”. Eu disse que não podia casar. Daí ele disse; “Então nada feito, sai daqui, suma”. Daí eu disse: “Então o senhor me dá licença de eu conversar um pouquinho com eia?” “Dou, pode ir, depois já vai embora. Tira a limpo e não volta mais aqui”. Fui lá conversar com ela e convidei ela pra fugir. E ela disse: “Isto é ridículo”. ^

#### Doraci complementou a fala do marido:

Cada vez que ele ia lá em casa era uma tristeza. Eu chorava. Ele chegava lá e eu estava chorando. Então ele disse: “Tu não vai mais chorar, não. Vamos fugir que tu não sofre mais. Eu vou te levar e tu não sofre mais”. Aí eu falei pra falecida mãe. Tinha uma sortista que eu nunca fui na minha vida. Ela disse: “Minha filha, tu foge porque é a tua sorte. Eu tenho três filhas que fugiram e estão bem”. Aí cheguei em casa e falei pra mãe. Aí a minha mãe respondeu: “Minha filha, foge porque o teu pai nunca vai te aprontar mesmo, porque ele não tem condições de te aprontar. Tu gosta dele? Se tu gosta, então foge”. Aí fugimos. Fui morar com a minha sogra. [...] Nós fugimos num domingo à noite. Aí quando foi na segunda-feira, a minha sogra botou nós na frente e disse: “Vamos lá na casa do teu pai”. Fomos lá, pegou a papelama da parte do falecido pai, da falecida mãe, levamos na igreja e na terça-feira já casamos. Ela fez nós casar. [...] Nós falamos com o padre, ele deu muitos conselhos. Ele sempre via nós na igreja.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> BELA, Doraci. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 25 jul. 1998. (AHJ).

<sup>67</sup> SILVA, José Manoel da. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

Entende-se que a comunidade já estava sabendo da proposta de fuga do casal. Mas o conhecimento do fato era uma situação velada. O casamento no religioso e os conselhos do padre após a fuga se faziam necessários, pois devolvia ao casal a condição de pertencer à comunidade cristã, restabelecendo o equilíbrio moral das famílias envolvidas. José Manuel e Doraci nunca se casaram no civil, pois consideraram que o casamento religioso é o suficiente para sustentar a base familiar.

Os padrões de comportamento das famílias rurais começaram a mudar no final dos anos 60, se não em todos os lugares, mas nas comunidades nas quais foi implantada a JAC (Juventude Agrária Católica), por influência e orientação de lideranças da Igreja.

Este movimento de tendência social cristã propiciou aos jovens a possibilidade de refletir sobre determinados valores, trazendo, para o centro das discussões, temas relativo às questões sociais e morais. Desta forma, a juventude, ainda que timidamente, foi mudando de comportamento, quebrando tabus e criando uma certa autonomia, ao mesmo tempo que escandalizava os mais velhos. O depoimento da Carmelita parece o exemplo mais adequado para explicar a mudança de comportamento da juventude;

Quando surgiu o movimento de grupos de jovens no nosso lugar, começamos a fazer encontros com outros grupos de jovens. A gente soltou-se mais. Foi um tempo melhor. Quando surgiu este grupo, teve uma revolução. Os mais velhos não aceitaram. Teve uma revolução, com tipos diferentes de comportamento. Surgiu a calça comprida para as mulheres. A primeira a usar foi a Dalva. Ela já estava em Florianópolis. Ela chegou com uma calça azul, era *jeans*. Foi um drama para o pessoal aceitar. “Moça de calça!” Devagarinho o pessoal foi aceitando. A primeira vez que eu usei calça, êh! o pai não aceitava. Aí, depois o pai começou a aceitar que eu usasse pra roça. Achou melhor a calça. “É, por que tu não bota a calça que é bem melhor pra trabalhar na roça?” Antes ele não queria aceitar. “Ah, aquela moça lá, todo mundo falou que ela veio de calça”. Daí isto foi devagarinho até que aceitaram a calça das moças. Eles nem diziam calça. Era *slack*. Depois foi tão bem aceito, que todo mundo começou a usar Foi uma revolução muito grande.®®

---



A ignorância dos mais velhos levou muitos dos pais a tomarem atitudes conservadoras em relação às filhas, proibindo-as de andar em companhia das moças que aderiram ao uso da calça comprida. São Ludgero, por sua localização geográfica, é um local no qual faz muito frio no inverno, estando sujeito a freqüentes quedas de temperatura, acompanhada de geadas. O uso da calça comprida poderia ser uma forma de proteger-se do frio, no entender de algumas das moças. Mas não era assim que as autoridades zeladoras dos bons costumes viam a entrada desta nova moda no lugar. Na tentativa de tornar o frio menos doloroso durante o período das aulas, “estas ousadas amazonas” foram pedir permissão ao pároco e à freira diretora do colégio, para usar a roupa tida como exclusiva da moda masculina. O pedido foi consentido, porém com uma ressalva: a calça comprida poderia ser usada desde que por baixo do vestido. Para Helena, diante desta situação criada, valia a pena arriscar uma desobediência e correr o risco de ser desacatada em público pelo padre, a ter que passar o ridículo de sobrepor as duas peças de roupa. Habituar-se com a nova moda seria uma questão de tempo. A praticidade e a persistência dos jovens se encarregariam da mudança de hábitos, como bem colocou a Carmelita no depoimento acima.

Como a Carmelita, Helena também relacionou as mudanças no local, com o surgimento da organização do grupo de jovens:

Quem dava a palavra final eram sempre os mais velhos. E de repente o grupo de jovens começou com idéias novas. Eles não aprovavam as reuniões que os jovens faziam. Eles não sabiam o que era. Eu acho que eles relacionavam com o comunismo, com uma revolução. Tinham medo que os filhos vissem o mundo de outra maneira e não aceitassem a opinião deles. Lá, os mais velhos tinham muito medo do comunismo. Eu lembro que quando era pequena, eles falavam que Fidel Castro castigava as crianças nas roças de cana e que os padres eram presos, que eram mortos pelo comunismo. Que matavam e comiam crianças. Eu lembro que tinha uma revista chamada de

---

Ação Democrática que mostrava uma reportagem sobre um padre muito magrinho, que nem conseguia segurar uma xícara de café, porque esteve muito tempo preso em Cuba, sendo maltratado por Fidel. Então a gente era induzida a ver o comunismo como uma coisa ruim. Havia, na revista, caricaturas horríveis de Fidel Castro. Aquilo espalhava medo. [...] Às vésperas do golpe militar, em 64, as mulheres lá do lugar diziam que o comunismo estava chegando e ia levar os filhos, e choravam. Eu acho que este era o medo dos velhos, de perder a juventude, porque a partir deste grupo de jovens, a gente começou a ter outras informações e os jovens começaram a sair para a cidade, trabalhar na cidade.<sup>^o</sup>

No final dos anos 60, as informações que chegavam nas áreas rurais, através da comunicação entre os diversos grupos de jovens, permitindo o acesso aos materiais pedagógicos que fundamentavam as discussões nos encontros, modificaram as relações entre as gerações. O conhecimento que se expandia entre os mais jovens trouxe medo aos mais velhos, diante da possibilidade de ver partida a estrutura da hierarquia e de seus valores. O historiador Eric Hobsbawm, ao analisar os aspectos da revolução cultural, relaciona a crise familiar com as mudanças ocorridas nesse contexto. Assim se expressa o referido historiador:

A melhor abordagem dessa revolução cultural é portanto através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e gerações. Na maioria das sociedades, essas relações resistiram, de maneira impressionante, à mudança súbita, embora isso não queira dizer que fossem estáticas.<sup>^^</sup>

Em algumas regiões, as fendas surgidas nos anos 60 tomaram-se brechas na década de 1970, acentuando as modificações dos hábitos no campo. A extensão das redes de energia elétrica para as áreas rurais e a aquisição de automóveis pelos agricultores aproximaram o campo da cidade. A facilidade de locomoção de um lugar para outro, com o tempo, acabou descaracterizando as comunidades locais. A capela como espaço socializador foi sendo substituída pelo salão de dança nos centros urbanos. A televisão levou para dentro dos lares as novidades dos

eletrodomésticos e da moda, universalizando os gostos e mudando o estilo de vida dos agricultores mais abastados. Para Renato Ortiz, a sociedade brasileira teve uma reorganização na esfera cultural, “sobretudo com a consolidação, nos anos 60 e 70, das indústrias culturais (Televisiva, Rede Globo)”<sup>72</sup> O mercado e a publicidade puseram á disposição dos consumidores produtos industrializados, contribuindo para que antigos hábitos fossem gradativamente suprimidos ou substituídos. O sabão confeccionado em casa para uso doméstico e higiene pessoal foi substituído pelo “Rinso”, sabão em pó “que lava mais branco”, e pelo sabonete “Gessi”. No café da manhã, a nata, a coalhada e a manteiga perderam o prestígio para o bem humorado pote de “margarina Primor”. Para matar a sede na hora do almoço, a limonada “temperada” com o açúcar grosso foi praticamente esquecida com o aparecimento do Q-Suco adoçado com o açúcar União.

O impulso na mecanização da lavoura favoreceu uns poucos que dela pôde fazer uso, enquanto outros continuavam a trabalhar mantendo o padrão de cultivo voltado à subsistência alimentar familiar. A partir de então, uma divisão social se fez presente dentro das comunidades rurais. Os relacionamentos começaram a ser mensurados pelo poder aquisitivo das famílias. Os bens materiais e o conforto por eles proporcionados foram substituindo a experiência coletiva pela prática do individualismo, promovendo a destruição dos costumes locais.

A aproximação dos costumes urbanos nas áreas rurais e o desequilíbrio das famílias de pequenos proprietários dentro da nova ordem econômica resultou no fenômeno que Reinaldo Lindolfo Lohn chamou de “a vitória da cidade sobre o

---

<sup>72</sup> ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

p. 184.campo”,^ desencadeando um processo migratório principalmente de jovens atraídos pelo conhecimento de novas formas de convivência social e de trabalho.

---

<sup>73</sup> LOHN, Reinaldo ündolfo. A cidade contra o campo. In: BFRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.57.

**“Nós virava a terra tudo a braço. Nunca pagava máquina. No ano que botei a estufa, eu paguei a máquina pra destocar a terra. Paguei oito milhão. Aí não deu mais nada. Jive que vender tudo pra se livrar da dívida”. (José M. da Silva).\***

O setor industrial do país teve um desenvolvimento acelerado a partir do final da década de 60, movido pelo incentivo governamental, enquanto o setor agrário conheceu a desvalorização da agricultura tradicional, em favor da agricultura de mercado, desestruturando pequenos e médios produtores rurais.

A política que viabilizou o processo de transformação na agricultura tinha a intenção de libertar o Brasil do “atraso” das técnicas inadequadas de produção. Para Iraíde Marques de Freitas Barreiro, esta idéia de superação do atraso na produção agrícola foi implantada “na gestão de Juscelino Kubitschek”, utilizando-se de uma campanha pedagógica “para transformar a mentalidade dos camponeses e tomá-los receptivos às inovações tecnológicas do campo”<sup>74</sup>. A partir de então, os governos investiram na grande lavoura com programas de investimentos, incentivando a agricultura mecanizada, produzindo safras especializadas para o mercado externo.

Também em Santa Catarina, segundo Reinaldo Lindolfo Lohn, as idéias em favor da modernização tecnológica atingiram o campo: “Era preciso que os Jecas

---

\* José Manoel da Silva, ex-agricultor, ex-operário, ex-comerciante, 69 anos, casado, natural de Ibirama, SC, residente em Joinville. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 25 jul.1998. (AHJ)

<sup>74</sup> BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas a Juscelino. *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. V.14, n.27, São Paulo; ANPUH/Marco Zero, 1994. p.149-150.

Tatus catarinenses se adaptassem aos novos tempos. Só para ressaltar o impacto dessas idéias, vale mencionar que por essa época quase 70% da população catarinense vivia no campo”.<sup>75</sup>

Pode-se dizer que a mecanização da lavoura contribuiu para o esvaziamento do campo, na medida em que a agricultura tornou-se um apêndice da indústria nacional ou internacional. A agricultura mecanizada, voltada para o mercado de exportação, não precisava mais de mão-de-obra para o plantio e colheitas, nem do mesmo número de famílias de agricultores para abastecer o mercado.

Para muitos dos agricultores, os empréstimos realizados nos bancos credenciados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para a aquisição de máquinas e sementes resultaram em dívidas e, conseqüentemente, na perda da terra,<sup>76</sup> pois nem sempre havia mercado ou lucro suficiente para resgatar a hipoteca. Havia, ainda, a questão das intempéries a que está sujeito o agricultor. As tempestades, as chuvas continuadas, ou as secas, responsáveis pelas constantes perdas na lavoura, contribuíram para a migração de agricultores que optaram pela vida na cidade, preferindo a garantia de um salário fixo na fábrica.

A desestruturação da agricultura tradicional obrigou boa parcela de trabalhadores a abandonar uma das mais antigas atividades produtivas desenvolvida secularmente por homens e mulheres, rompendo o elo de identificação cultural entre gerações ligadas ao cultivo da terra. Éric Hobsbawm afirma ter sido esta mudança a mais profunda e também a mais rápida registrada pela história, marcando o início da Era de Ouro. Conforme o autor, “o terceiro quartel do século

---

<sup>75</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. cit., p. 42.

<sup>76</sup> Ao fazer empréstimo, o banco hipotecava a propriedade como garantia.

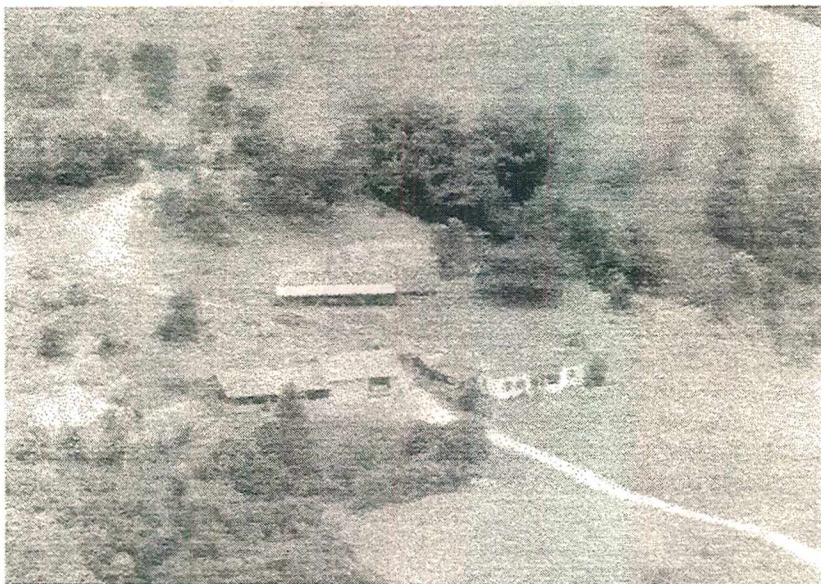
assinalou o fim de sete ou oito milênios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra, quando mais não fosse porque ele encerrou a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos”.<sup>^</sup> Foi dentro deste contexto de reestruturação econômica que milhares de agricultores deixaram o campo. Ressalte-se que também nas regiões de relevo predominantemente íngreme, nas quais foi impossível o emprego da mecanização na agricultura, o êxodo rural se fez presente. Ocorreu mesmo nessas regiões montanhosas, onde não havia motivo para dispensa de trabalhadores, pois as pequenas propriedades continuavam operando com a mão-de-obra intensiva, agregando todos os membros da família, geralmente numerosa,<sup>^</sup> para suprir as necessidades da agricultura tradicional.

---

<sup>^</sup> HOBBSAWM, Éric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 18.

<sup>78</sup> No campo, as famílias precisam ser numerosas para a lavoura. A natalidade sempre foi incentivada nas comunidades rurais. Ter muitos filhos conferia um certo *status* ao chefe de família. O tamanho da prole representava um indicador de prosperidade ou de estagnação. O controle de natalidade, considerado pecado mortal por contrariar os desígnios do Criador, era desencorajado ou mesmo proibido pela igreja Católica, sob pena de *amargar na eternidade* quem dele fizesse uso. Por isso, a cada ano chegava um novo membro para fazer parte da família. Os nascimentos do sexo masculino eram mais bem-vindos porque entendia-se que certas atividades agrícolas exigiam a habilidade de *braços fortes*. Chegando na idade adulta, os filhos conheceram a dificuldade de permanecerem todos na mesma propriedade, pois o esforço da família no trabalho nem sempre resultava na geração de excedentes que pudessem proporcionar a aquisição de novas terras.





Propriedade agrícola na localidade de Morro do Cruzeiro, em São Ludgero.

O aumento populacional somado à falta de condições para expandir a propriedade foram alguns dos fatores que proporcionaram a saída de trabalhadores rurais, rumo à cidade; além disso, não havia disponibilidade de áreas para a expansão agrícola. Carmelita pertence a uma família numerosa. No local de origem, alimentava o sonho de poder estudar e ter uma profissão. Mas seu pai entendia que, pelo fato de não poder aumentar a propriedade, o estudo era privilégio dos filhos do sexo masculino. Todas as tentativas de convencimento da depoente falharam, enquanto assistia aos irmãos mais novos estudarem, migrando em seguida para a cidade. Conforme revelou: “Eu sempre queria estudar e nunca tive diance. Me matriculei em São Ludgero, mas o pai daí tirou eu e botou o Uno, porque eu era mulher, e tinha que trabalhar mais na roça. Ele dizia que ele não comprava terra, então os rapazes tinha que estudaf.”<sup>79</sup>

Para Joinville deslocaram-se, também, inúmeras famílias desestimuladas



com o resultado da produção agrícola. José Manoel da Silva, hoje com 68 anos de idade, está em Joinville desde 1978. Antes de vir para a cidade, criava gado e trabalhava com a lavoura de fumo de estufa, em Ibirama, até que endividou-se junto aos bancos, não conseguindo mais recuperar-se. José Manoel lembra com tristeza dos tempos em que era proprietário de um sítio, no qual produzia o suficiente para assegurar as necessidades básicas da família que compreendia o casal e treze filhos. No meio de uma longa entrevista, ele afirmou:

Quando eu saí de Ibirama, eu vendi tudo, o terreno, que já estava hipotecado por causa que a lavoura não deu para pagar as despesas do dinheiro que peguei emprestado pra pagar a máquina *que* comprei pra preparar a terra, pra plantar fumo. Daí o fumo não deu nada e esperaram pro outro ano. Daí eu plantei de novo, não deu de novo. Aí já estava hipotecado. Tive de vender o terreno, e o fumo, o pouco que deu, tudo pra pagar o banco. [...] Fui obrigado a vender tudo o que eu tinha. Tinha vinte cabeças de gado. Fui obrigado a vender tudo, pagar o que eu devia no mercado [...] Eu não queria vir pra cidade, mas fui obrigado, se não eu ia perder o terreno tudo.®

Outros tantos agricultores tiveram a mesma experiência de José Manoel, tendo que vender a propriedade para livrar-se da dívida contraída por conta dos empréstimos. Além do mais, o cultivo do fumo impossibilitava que o agricultor diversificasse a produção, ficando a subsistência dependente dos resultados de uma única safra anual.

Natural do município de Grão-Pará, SC, Salésio Blasius Rohden, procedente de Paranavaí, é atualmente operário de uma fábrica em Joinville. No final da década de 50, ainda criança, migrou com a sua família para o estado do Paraná. Na entrevista, explicou que no Paraná, juntamente com os seus irmãos e o pai, sempre trabalharam de arrendatários. Nunca conseguiram comprar um pedaço de terra, porque o preço de uma propriedade estava muito acima das suas possibilidades econômicas. Ele concluiu;

No último tempo que moremos lá [Paranavaí], não arrumemos mais terra pra plantar. Estava três anos seco, só dava aquela chuvinha pra não acabar com a pastagem. Não dava pra plantar mais nada. O patrão não estavam mais querendo que a gente morasse lá. O nosso dinheiro tinha acabado. Nós trabalhava num dia, pra comer no outro.®^

Histórias como a de Salésio são comuns entre os migrantes. Trabalhando como arrendatário, dificilmente alguém conseguiria adquirir uma propriedade, que fosse suficiente para assegurar o seu sustento. Pedro Sedino Cardoso, natural de Itaiópolis, SC, como o seu pai, trabalhava em terra arrendada, não tendo condições de adquirir uma propriedade, pois a parte que lhe tocava com a divisão da colheita mal dava para o sustento da família, conforme relatou; “Eu tive muito sofrimento. Quando trabalhava no sítio, nós sofria porque nunca tinha um alimento suficiente. Era tudo controladinho. Então tinha dias que a gente não tinha comida nem pra dar pros filhos. Isso tudo magoou muito a gente. Foi a vez que a gente tratou de sair”.®^

José Fausto, procedente de São Ludgero, partiu da sua terra natal em 1974. Indagado sobre o motivo, declarou que foi “por falta de condições, por não ter terra própria. Minha família sempre trabalhou com o sistema de arrendamento, de prestador de serviços”.®^

De certa forma, estes agricultores sofreram uma “expulsão voluntária”, se é possível usar esta expressão, na medida em que as condições de vida no campo não ofereciam perspectivas para continuar trabalhando na lavoura.

Não foram somente os trabalhadores rurais que viviam exclusivamente da lavoura as vítimas do endividamento junto aos bancos promovido pelos empréstimos. Havia, nas comunidades rurais, pequenos proprietários de terras que exerciam também a atividade comercial, vendendo produtos industrializados aos

agricultores, os quais, por sua vez, pagariam ao dono da “venda” anualmente, com os lucros obtidos no final da safra. Os comerciantes também endividaram-se na medida em que não conseguiram honrar os compromissos bancários, uma vez que os fregueses, ao final da safra, não tinham como pagar as contas acumuladas no armazém durante o ano. Remi Hermesmeier, natural de Santa Rosa de Lima, SC, mudou-se para Joinville com a família em 1976. Na entrevista, relembrou com saudades do tempo em que acompanhava o seu pai nos negócios, quando a família levava um padrão de vida razoável. Disse que a sua mãe ainda chora quando fala sobre o assunto. E lembra;

Meu pai trazia roupa de São Paulo. Os colonos vinham buscar de cargueiro. Meu pai trazia até carros pros colonos. E daí ficava pra pagar na safra e a safra às vezes não dava nada e aí eles não pagavam. Aí os negócios começaram a ficar ruim. Meu pai tinha feito um empréstimo no banco e os negócios começaram a ir pra trás. O pessoal não pagou as dívidas que tinham que pagar pra nós. De quem nós tínhamos pra receber, não pagavam e pra quem nós devíamos, eles vinham buscar. Então levaram tudo, praticamente. [...] Nós tínhamos terra *que* plantávamos alguma coisa e tivemos que vender para pagar um restinho da dívida que tínhamos.®^

Entre os ex-agricultores, há aqueles que trabalhavam de arrendamento e nunca conseguiram ter a sua própria terra, e aqueles que a possuíam e perderam-na por causa de dívidas. Há ainda aqueles que desistiram da terra, desanimados de tanto trabalhar, ano após ano, de safra em safra, sem vislumbrar perspectivas de continuar a atividade agrícola, como é o caso de João Medeiros, procedente de São Ludgero. Afirmou que o trabalho na roça deixou-o traumatizado pelas dificuldades encontradas na produção e comercialização da lavoura de tomates. Por isso abandonou a atividade agrícola que desenvolvia com seus familiares. Afirmo o entrevistado.

---

A situação lá onde eu morava, a cada dia que passava estava mais precária, então a gente resolveu buscar um outro meio de vida diferente. Lá em São Ludgero, no Morro do Cruzeiro, a gente plantava muito tomate. Muitas vezes, plantava mas não colhia; e se colhia, não conseguia jogar tudo no mercado, porque o preço era muito ruim e nem compensava mesmo o cara colher pra pagar o trabalho. Por isso a gente deslocou-se da agricultura.<sup>^^</sup>

Havia, no entanto, outros fatores que impulsionavam a saída do campo, principalmente a dos jovens. A dificuldade no relacionamento familiar, que consistia, geralmente, no desentendimento com os pais, ajudava na tomada de decisão em abandonar o lar. Dilnei da Rosa alegou que o descontentamento pela forma como seu pai se dirigia à família contribuiu para a sua saída da roça. Depois que deixou a terra natal, poucas vezes tem retornado ao local para visitar os familiares. Argumentou que a propriedade na qual trabalhou durante tanto tempo, “pode se acabar, que eu não me importo com a herança, não me importo com aquilo lá”.<sup>®®</sup>

Hélio Daufemback revela que se sentia discriminado onde morava, no Morro do Cruzeiro, por conta dos procedimentos do seu pai, que sempre agia em desacordo com a conduta praticada pelos chefes de família do local. Segundo ele, a maneira de ser do seu pai acabava influenciando na situação econômica da família.

O entrevistado declara:

Estava bem fimfie pra mim, naquela época, que aquilo lá não era o meu lugar. Desde pequeno eu já sentia que não tinha condição de ficar lá. Mesmo porque vendo a produção lá do pai, porque ele não tinha como competir de jeito nenhum com o pessoal de lá. Se o pai plantasse tomate, ninguém iria comprar tomate dele, por uma questão de discriminação também. E se perdia tudo na roça. Pegavam de outros e dete não, por causa da amizade. O pai nunca teve amizade lá. Havia todo um processo, que o pai já procurava ser diferente dos outros. Fazia questão de se mostrar diferente. De repente mais inteligente, alguma coisa assim. E com certeza eie deveria ser. Era lá no local o único homem que lia alguma coisa, ficava o dia inteiro lendo. Ele já enxergava as coisas um pouco diferente dos outros, sem dúvida. Isto deveria despertar a inveja nos outros. E a outra questão é a questão moral dele, que realmente não era de acordo com os costumes do local, como, por exemplo, de ele nunca se confessar, de quando ter uma cerimônia religiosa ele nunca presenciava e quando ia, era muito forçado. *Então não* havia espaço para nós lá, como filho do seu Alfredo. Jamais nós teríamos algum sucesso naquele

local, pela discriminação que passava de pai para filho. Filho do seu Alfredo, o que que é filho do seu Alfredo? Então tinha que realmente ir buscar alguma coisa fora.®^

Casos desta natureza não eram tão freqüentes. A maior parte dos entrevistados revelou a existência de um relacionamento familiar equilibrado. A harmonia familiar, porém, não bastava para garantir que o jovem agricultor continuaria no campo. No sítio, como foi mencionado anteriormente, a presença de famílias numerosas era comum, inviabilizando a permanência de todos os filhos na pequena propriedade. Diomício De Bonna, revelou ter uma vida muito sofrida no sítio, pois desde pequeno, assim que começou a freqüentar o primeiro ano escolar, já trabalhava com a responsabilidade de um adulto. Contou que levantava às quatro horas da manhã para trabalhar no engenho de farinha juntamente com um “camarada”.®® Às sete horas, voltava para casa, lavava as mãos e os pés e ia para o colégio. Voltava ao meio-dia, almoçava, retornando a seguir para o engenho. As tarefas da escola eram realizadas com a luz de querosene. Conforme foi crescendo, a família foi diversificando as atividades na pequena propriedade. Ele assim se expressa:

Plantamos fumo durante onze anos. No último ano, choveu muito e grande parte do fumo apodreceu. Eu então disse que seria o último ano que plantava fumo. [...] Decidi sair de lá, porque éramos em onze irmãos e o terreno era muito pequeno. Eu queria casar, já namorava há quatro anos. [...] Pedi para o meu pai se eu podia sair de casa e enfrentar outra vida. Eu queria casar e, ficando na propriedade do pai, não ia dar, pois já tinha um irmão casado morando lá. Ele consentiu e eu resolvi ver como era a vida na cidade.®®

---

<sup>87</sup> DAUFEMBACK, Hélio. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

<sup>\*\*</sup> Na região Sul de Santa Catarina, chamava-se “camarada” o empregado de um pequeno proprietário que morava junto à residência da família, recebendo os proventos no final da “empreitada”, ou da safra.

<sup>89</sup> DE BONNA, Diomício. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

A razão que levou Diomício a deixar o campo parece ter sido a somatória de três fatores fundamentais que pesavam na decisão da escoliia dos jovens em optar entre o trabalho na lavoura, ou na fábrica; a falta de perspectiva na lavoura, o grande número de pessoas na família dividindo o espaço de plantio na mesma propriedade, a impossibilidade de adquirir outras *terras* para quem almejava casar-se e constituir família.

Rea Stahnke, depois da morte do marido, precisou trabalhar dobrado para sustentar os três filhos menores. Trabalhando sozinha na pequena propriedade da família, nunca passou grandes necessidades, mas a lavoura não lhe oferecia segurança. Ao perder o marido, preocupava-se cada vez mais com os filhos e, sobre aquela época, assim se manifestou;

Eu achava que não fosse dar conta. Muitas vezes eu colocava os três filhos sentados dentro da zorra e ia morro acima com eles pra roça. Aí era só trabalhar. Aos sátiados, durante três anos, eu ia ao cemitério. Durante três anos. Chegava sábado à tarde, pegava a minha bicicleta, botava o pequeno na frente, na cesta, a mais grande atrás com o outro no colo e ia três quilômetros de bicicleta todos os sábados. Até que um dia a mãe disse: “Chega, nós vamos embora daqui e tu vai junto”. Anrumei tudo e saí. Se não, eu ainda estava aquela viúva no cemitério.<sup>90</sup>

José Manoel da Silva apostou muitas vezes na lavoura de fumo. Depois de perder a terra e vir para a cidade, retomou outras vezes para o sítio, trabalhando como agricultor. Segundo ele, na agricultura, na lavoura do fumo principalmente, aproveitava-se a mão-de-obra de todos os membros da família, incluindo-se as crianças pequenas, que na cidade representam apenas gasto. O casamento de alguns dos filhos interferia na situação econômica da família, uma vez que estes deixavam de contribuir com uma parcela do salário para as despesas da casa. Declarou não ter tido sorte com os filhos, pois casavam-se logo que começavam a

---

trabalhar na fábrica. Em meio a risos, disse que o primeiro salário da filha mais velha teve como destinatário o marido dela. Desta forma, o seu Manoel, estando na cidade, retornava para o campo sempre que a quantidade de dependentes financeiros era maior do que a quantidade de filhos com idade para trabalhar na fábrica. Voltava a investir as suas energias e da família na lavoura do fumo, trabalhando como arrendatário. Mas só conseguiu acumular decepções. Afirmou que, como plantador de fumo, “passava fome. Muitas vezes comia feijão seco. Faltava comida e não tinha dinheiro pra comprar, pois quando plantava fumo, não dava pra plantar outras coisas”.®’

A falta de perspectivas na lavoura foi uma das causas do êxodo rural. Milhares de agricultores, a exemplo de José Manoel, buscaram na cidade uma saída, trocando o trabalho na roça por um emprego na fábrica.



## 2.1 Tem que ser Joinville

“Todo mundo dizia: ‘Ali, Joinville é melhor de emprego’. Eu tinha um vizinho [...] ele virou a me atentar; ‘Vamos pra Joinville, vamos pra Joinville’. Eu digo: ‘Tá, então vamos’. Viemos.” (José Manoel da Silva)\*

A desvalorização da agricultura de subsistência com base na organização familiar gerou incertezas quanto ao futuro dos pequenos agricultores e, principalmente, dos milhares de jovens. O sistema de distribuição de terra neste país excluiu a maior parte deles. Na área rural era comum a existência de famílias numerosas. Geralmente, apenas um dos filhos herdava a propriedade. Filhos adultos representavam uma preocupação, uma vez que a compra de terras para assentá-los tornava-se cada vez mais difícil, pois a soma obtida com a venda do excedente da produção mal dava para cobrir as despesas com as necessidades básicas da família. Esses foram alguns dos motivos do êxodo rural. Além do mais, uma expressiva parcela desses jovens recebera influência dos meios de comunicação - em franca expansão na época - sentindo-se seduzida pelas imagens que recebia da cidade e pelo que ouvia falar sobre ela. O espaço urbano passou a ser idealizado enquanto opção de futuro, liberando as pequenas propriedades do excesso populacional, pois “o caráter da comunidade rural agrícola é tal que ela ‘não mantém’ e ‘envia para a cidade’ os indivíduos que se tornam [...] excessivamente pobres, ou que aspirem a prazeres, fama, *status* e a atividades que a comunidade não pode proporcionar”.®^

---

\* José Manoel da Silva, ex-agricultor, ex-operário, ex-comerciante, 70 anos, casado, natural de Ibirama, SC, residente em Joinville. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 25 jul.1998. (AHJ).

^ SOROKIN, Pitirim A., et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à Sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, 1986. p.207.

Até o início dos anos 60, Santa Catarina era um estado predominantemente agrícola. A industrialização limitava-se às áreas têxtil, alimentação e mobiliário,<sup>93</sup> destacando-se principalmente as cidades de Brusque, Blumenau e Joinville. A mão-de-obra existente no local supria as necessidades da produção das empresas. No entanto, a partir da administração dos governos militares, o Estado brasileiro passou a intervir nas empresas, injetando vultosas somas de capital para sustentar o modelo de desenvolvimento econômico adotado. As indústrias em Santa Catarina entraram na década de 1970 fortalecidas. Joinville destacou-se no setor metal-mecânico e na metalurgia. Considerada área de Segurança Nacional, Joinville usufruiu o incentivo do governo para desenvolver a industrialização. Segundo informante que não quis ter seu nome revelado, a Indústria de Fundição Tupy, por exemplo, fez um acordo com o governo federal de, caso houvesse um levante popular ou uma guerra civil, a mesma passaria a produzir armamentos bélicos; em troca, receberia empréstimos, o quanto fosse necessário para expandir a produção fabril. A rapidez com que a empresa citada se desenvolveu obrigou-a a buscar mão-de-obra fora de Joinville. As campanhas de recrutamento e seleção empreendidas pela Indústria de Fundição Tupy fez com que Joinville se tornasse conhecida nos “quatro cantos” de Santa Catarina e do Paraná, estados percorridos pela equipe de profissionais encarregada de divulgar a oferta de emprego na empresa, criando uma expectativa sobre a cidade, uma espécie de “eldorado” moderno. Por isso, quando o agricultor, cansado de acumular prejuízos e decepções na lavoura, pensava em desistir e procurar outra alternativa, geralmente já tinha ouvido falar da cidade de Joinville por intermédio de um parente, ou conhecido.

---

<sup>93</sup> MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico -1956, aos precatórios -1997*. Campo Grande, MS: UFMS, 1998. p. 136.

Mais do que qualquer outra cidade do estado, Joinville recebeu muitos migrantes rurais nas décadas de 1970 e 1980,<sup>94</sup> em consequência do chamamento levado a efeito pelas empresas, em especial pela Fundação Tupy.

Embora o olhar dos meios de comunicação em Joinville - assim como em outras cidades - mostrava-se caolho em relação às questões sociais, no final da década de 1970 a imprensa escrita já discutia as causas da migração, principalmente o jornal *Extra*, que abordava temas sobre a problemática do migrante. Não seria mais possível ignorar as centenas de migrantes que chegavam todos os meses a Joinville. Em 1978, o referido periódico chamava a atenção para o problema do agricultor excluído do trabalho no campo e para as dificuldades que encontrava na cidade, em busca de emprego;

Cerca de oitenta por cento das pessoas que diariamente procuram emprego nas indústrias joinvilenses procedem de outras cidades do estado. Esse índice oscila levemente para menos, dependendo de condições as mais diversas como, por exemplo, épocas de safra no setor agrícola e consequentemente industrialização de produtos regionais (colheita de fumo na região centro catarinense, frutas cítricas e cana-de-açúcar no litoral). O parque industrial joinvilense, pela sua pujança, transforma-se na fonte de esperança de muitas famílias que para aqui vêm, contando com muita disposição para o trabalho mas dependendo também das incertezas da sorte.<sup>95</sup>

Dilnei da Rosa, em 1980 saiu de sua terra natal, Armazém, aos 18 anos, por levar uma vida sofrida pela forma com que era obrigado a executar o trabalho na roça desde criança, sem no entanto visualizar qualquer perspectiva de futuro, enquanto agricultor. Ele, como seus irmãos, apostou na cidade de Joinville para começar a viver tudo o que um dia sonhou. Na entrevista, afirmou que, do lugar onde viveu trabalhando na roça, só tem saudades de quando era menino, das

---

<sup>94</sup> Confonne Censo Demográfico de Santa Catarina, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1970, 80 e 91; Dados mencionados na primeira página da apresentação deste trabalho.

<sup>95</sup> EMPREGO: a Via Sacra de todos os dias. *Extra*. Joinville, 1-7 abr. 1978. Ano I, n.4, p.10.

caminhadas silenciosas que costumava praticar no meio da mata, ouvindo apenas o cântico dos pássaros e o murmúrio das águas, enquanto respirava o ar puro com cheiro de mato. Sobre o motivo de ter escolhido Joinville para morar, ele explica:

Lá não tinha como nós ter uma renda, por isso é que nós pensava que quando tivesse os 18 anos, tivesse os documentos todos, depois do alistamento militar, nós ia embora pra Joinville como fez o nosso vizinho. Foi o primeiro a abrir caminho pra Joinville. Quando ele ia lá passear, levava roupa pra nós, coisa que nós não tinha condições de comprar. Isto nos entusiasmava, incentivava, ajudava que nós viesse pra cá, que ia ter uma vida melhor. Então o nosso pensamento era só Joinville. Não existia outro lugar.®®

Parece que comprar roupa e melhorar a aparência, como fazia o vizinho, ou o amigo, eram razões suficientemente válidas para sair da roça e alcançar a cidade que tudo oferecia. A aparência era mais que um detalhe; significava a expressão visual que simbolizava o bem-estar, a fartura, conquistada por meio do trabalho na fábrica, considerado leve e mais valorizado do que as inúmeras ocupações exercidas na roça.

Hélio Daufemback, procedente de São Ludgero, *conta* que partiu aos 18 anos, pelas dificuldades que o trabalho na lavoura apresentava, sem qualquer compensação. Mesmo assim, alegou que tinha muito apego ao lugar onde nasceu, pelo encanto da natureza, pelas manhãs radiantes e pelo cantar dos galos. Fora isto, nada o prendia à roça e à terra natal. A cidade o seduziu mesmo antes de conhecê-la:

---

Eu via o pessoal que vinha pra cidade, como alguém superior pelo perfume que usava, pelo dinheiro que tinha, que supostamente tinha, pela fômia de se vestir, pela forma de falar, porque adquiria outro vocabulário. Então almejava também querer ir pra cidade para também ser diferente, superior. Estas aspirações iam se formando dentro da gente. Agora, aquela manhã de fevereiro de 1973, quando foi pra vir para Joinville, aquele momento foi de uma emoção muito grande. Seria uma mudança muito brusca. Eu olhei pro canto da casa, vi uma enxada e pensei: “Tu, eu nunca mais vou te pegar”. Eu tinha uma visão negativa da enxada, que não sabia bem o que era.<sup>97</sup>

A enxada simbolizava as dificuldades e as precariedades no mundo do trabalho agrícola. Deixar de pegar na enxada significaria deixar para trás o sofrimento. E Joinville parecia um bom lugar para começar vida nova, Foi por isso que em 1974, José Fausto veio para Joinville. Toda a sua família deixou São Ludgero, depois da “grande enchente”.<sup>98</sup> Sobre a escolha da cidade, explica: “A gente acabou vindo pra Joinville, com a esperança de conseguir viver melhor. A gente sempre ouvia falar em Joinville, Joinville, Joinville. A grande propaganda que se fazia de Joinville me trouxe a conhecer esta cidade”.\*

De fato, a propaganda sobre a prosperidade de quem morava em Joinville foi responsável pelo surto migratório de milhares de agricultores. A vinda de trabalhadores rurais para a cidade, conforme o depoimento de Dilnei, era facilitada quando estes tinham algum amigo ou parente que abrisse caminho, ou seja, que os ajudasse na busca por um emprego e que lhes proporcionasse abrigo. Maria Ivonete concorda ao afirmar que veio para Joinville, “porque a minha irmã mais velha veio de muda para cá e disse que aqui era bom de serviço. Era só chegar e pegar serviço.

---

<sup>97</sup> DAUFEMBACK, Hélio. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>98</sup> No mês de março de 1974, uma enchente inundou Tubarão e cidades adjacentes, deixando um rastro de destruição nas áreas rurais e urbanas, espalhando medo e desespero entre os que viveram a experiência do “dilúvio”. Para milhares de famílias, restaram apenas incertezas quanto ao futuro, ou a única certeza de que não poderiam permanecer no local, para recomeçar tudo do nada.

Como a minha vontade era sair da roça para trabalhar na fábrica, eu vim morar com ela”.<sup>^oo</sup>

João Medeiros também trocou a vida do campo, em São Ludgero, pela cidade de Joinville, aos 21 anos, por razões idênticas aos demais; as incertezas com a agricultura e as promessas de uma vida próspera, na cidade. E argumenta;

Lá era muito comentado, na época, que em Joinville tinha muito emprego. O cara vinha do interior, saía para a cidade, isso aí era dois toques, já estava empregado. Era o que diziam lá [...] Eu e o meu amigo tínhamos uma carta de recomendação do D. Gregório Warmeling [Bispo da Diocese de Joinville, natural de São Ludgero], Apresentamos a carta na Companhia Hansen, quando os caras leram que era por intermédio do Bispo, nós já estávamos empregados. Foi coisa mais fácil.<sup>^o^</sup>

Como se percebe, somavam-se às dificuldades encontradas no campo a propaganda que se fazia em torno das facilidades de emprego em Joinville, razão pela qual tornava-se difícil convencer um jovem a permanecer na agricultura. Além do mais, a pequena propriedade rural como unidade produtora não correspondia às necessidades dos filhos de agricultores que quisessem constituir família. Mas não eram só os jovens agricultores que se deslocavam do campo para a cidade. Com as indústrias em franco crescimento, conseguir emprego não constituía problema para o agricultor que abandonasse o campo. A sua entrada na fábrica tornava-se ainda mais facilitada se tivesse a referência de algum parente ou amigo que nela trabalhasse, ou de alguém com influência na cidade.

Salésio Rohden declarou ter trabalhado na agricultura até 1978, quando decidiu deixar a roça. Indagado sobre os motivos de ter vindo para Joinville, afirmou que veio em busca de uma vida mais segura. E explicou;

Eu tinha uma intia que já morava aqui em Joinville. O meu cunhado falou: “Olha, se vocês quiser, eu dou uma força lá pra vocês. É melhor do que vocês trabalhar aqui na roça”. Daí nós pensamos; “Melhor ir pra lá, já que

estamos trabalhando só pra comer mesmo. Trabalhar só pra comer, lá também dá”. Daí viemos pra cá.<sup>103</sup>

A ajuda de parentes era sempre decisiva para quem pensava em trocar o campo pela cidade. Geralmente, um irmão ou uma irmã influenciava os demais membros da família a vir para Joinville. Neste sentido, os depoimentos das irmãs Enedir Regelin Besen e Terezinha Regelin Fernandes exemplificam os procedimentos da maior parte dos migrantes. As duas irmãs, ambas casadas, vieram de Três Barras, PR, num intervalo de tempo de cinco anos. Enedir alegou ter vindo para Joinville na companhia do marido à procura de trabalho. Quanto à preferência por Joinville, explicou:

Já tinha a minha mana [Terezinha] morando aqui. E assim uma pessoa vai atrás da outra. Eles trabalhavam os dois, ganhavam bem, conseguiram alguma coisa. Então a gente, com pouca terra, não sobrava nada. Aí foi onde a gente pensou em vir pra cá, porque se tem trabalho, a gente vive melhor. Daí a gente conversou com eles, e viemos.<sup>104</sup>

Terezinha revelou que enfrentava problemas de saúde quando trabalhava na roça. A opção por um emprego na cidade foi a forma encontrada para garantir a assistência médica através da Previdência Social. E Joinville foi a cidade escolhida:

O irmão dele [do marido] tinha vindo antes que nós pra cá. E o irmão dele estava bem. Estava empregado, vivendo bem. Na roça não tinha mais como sobreviver. Na roça não tinha mais como sobreviver. Lá era ruim de emprego. Então nós pensamos em vir morar pra cá.<sup>105</sup>

E assim, como afirmou Enedir, “uma pessoa vai atrás da outra”. Famílias inteiras deslocaram-se para Joinville, às vezes, um a um, até que os pais não tinham mais condições de ficar sozinhos no sítio e acabavam seguindo o caminho dos filhos. Este é o caso da família da Carmelita Kestering de Oliveira, já citada várias

---

ROHDEN, Salésio Blasius. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).



vezes. Dos quinze irmãos, somente a irmã mais velha não migrou para Joinville, por ter-se casado com um agricultor que herdou as terras do pai, permanecendo em São Ludgero até hoje. O irmão mais velho, o primeiro a vir para Joinville, retornou ao sul, para a cidade de Tubarão. A Carmelita foi uma das últimas a sair. Ela informou que foi praticamente obrigada a mudar-se para Joinville quando se viu quase só, executando as diversas atividades próprias da lavoura de subsistência. E afirmou;

Os meus irmãos, cada um que terminava o ginásio, vinha pra cá. Eu fiquei tomando conta da casa. Aí foi indo, ficamos só eu, a Corina e a Santana. [...] Quando o pai faleceu, eu tomei conta daquilo lá. Era sacrificado. Foi aí que a gente se obrigou a vir para cá. O que nós mulheres íamos fazer lá na roça, só as mulheres? E foi onde a gente veio pra cá. Eu estava com vinte e seis anos, mas estava solteira ainda.<sup>105</sup>

Eunice Durham, ao analisar as expectativas e as condições de vida dos migrantes rurais na cidade de São Paulo, observou que “um parente bem colocado é sempre considerado uma agência de empregos<sup>106</sup>, uma referência, alguém que indica as oportunidades de emprego e dê apoio até conseguir estabelecer-se.

Evanir Elizabeth não teve muita opção na escolha da cidade que iria morar ao sair de Londrina em 1973. Como muitas das migrantes, ao casar-se, acompanhou o marido que se estabeleceu em Joinville em virtude da oferta de emprego. Declarou;

Eu nem imaginava da gente vir pra cá. Nunca imaginei. Falava assim pra mim, que era um fim de mundo. Mas como eu tinha que casar e acompanhar o meu marido, era o meu esposo e eu tinha que acompanhar. [...] O irmão dele veio pra cá [...] Na época tinha muito emprego. Então ele só chegou aqui e já estava empregado na Tupy.<sup>107</sup>

Rea Stahnke partiu de Rio do Sul, rumo a Joinville, em 1972, alguns anos depois de ficar viúva. Segundo a entrevistada, “O serviço da roça era pesado. Aqui

<sup>105</sup> OLIVEIRA, Cannelita Kesting de. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>106</sup> DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984. p.211.

<sup>107</sup> MATIAS, Evanir Elizabeth Gross. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

em Joinville tinha indústria. Eu queria trabalhar numa fábrica. As minhas irmãs já estavam aqui e elas queriam que eu viesse pra cá, porque na roça era muito pesado. Aí eu vim”.<sup>108</sup>

Trocar o trabalho na roça pelo trabalho na fábrica constituía, quase sempre, uma garantia, uma segurança para o futuro. Para Vital da Costa, permanecer na roça seria impossível, pois pretendia casar-se um dia e, para tanto, teria que sair da casa do seu pai.<sup>109</sup> Além do mais, fora influenciado pelos colegas a trabalhar na fábrica. Segundo ele, “a gente via os colegas trabalhando na fábrica e eles falavam que era bom. Então a gente tinha que experimentar para ver. Eu queria trabalhar na fábrica para ter salário, ser um pouco melhor, pegar uma aposentadoria mais tarde”.<sup>110</sup> Como já foi mencionado anteriormente. Vital não era propriamente um migrante. Sempre morou em Joinville, mas vivia da agricultura. Por isso a sua entrevista foi importante nesta pesquisa, na medida em que se pode observar algumas singularidades na sua fala em relação ao migrante, quanto às expectativas com a mudança no trabalho. O migrante não só mudaria a atividade; mas, principalmente, de ambiente geográfico. A expectativa de morar em Joinville assumia uma relevância fundamental. O trabalho na fábrica era um detalhe dentro das possibilidades que a cidade oferecia. Desta forma, para quem morava em Joinville, como Vital, a cidade era o detalhe. Era uma possibilidade a mais de desfrutá-la, tendo um trabalho remunerado na fábrica.

---

<sup>108</sup> STAHNKE, Rea. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>109</sup> Nas pequenas propriedades, a casa na qual morava a família geralmente tinha poucos cômodos, dificultando a possibilidade de abrigar mais pessoas com um mínimo de privacidade. Nem sempre o agricultor teria condições de construir uma moradia para os nubentes. Os filhos mais velhos teriam de encontrar outra alternativa, uma vez que, geralmente, era o mais novo quem recebia a herança da terra, conforme o costume.

<sup>110</sup> COSTA, Vital da. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

Sebastião Rodrigues, natural de Angelina, SC, deixou a roça aos dezoito anos ao prestar o Serviço Militar. Como na roça trabalhava de jornaleiro, preferiu ficar em Florianópolis após ter recebido baixa no Exército, trabalhando temporariamente na construção civil. Sebastião relatou que desde a época em que ganhava a vida trabalhando na roça, pensava;

“Um dia eu ainda vou morar em Joinville”. Diziam que a Tupy era muito grande. Diziam que na Tupy, se um cara entrasse lá dentro sem um acompanhante, o cara se perdia, isto eles contavam. Então, em agosto de 1971, eu peguei a minha trouxa e vim para Joinville.”<sup>111</sup>

A população urbana via como benéfica a mudança camponesa para a cidade, pois assim os migrantes estariam experimentando uma forma de progresso oferecida pela industrialização e pela urbanização. Esta visão otimista era, também, partilhada pelo agricultor, que assimilou um discurso, ou um imaginário construído pelos outros sobre ele. Um imaginário que relacionava o urbano com o progresso, e o rural com o atraso, para cuja superação a cidade era a alternativa. Em comparação com a cidade, o interior passou a ser concebido como um lugar inferior em termos de sobrevivência. Nos meios acadêmicos, esta concepção foi percebida pela crítica no final dos anos 60, com a “teoria da marginalidade”, diante da percepção dos mecanismos de exclusão, marginalização e desenraizamento que atingem os migrantes, sofrendo com a rejeição de seus conhecimentos e tendo que adaptar-se a uma cultura estranha.”<sup>112</sup>

Para Eunice Durham, a migração é motivada por insatisfação, sobretudo no sentido econômico. A vinda para a cidade significa a possibilidade de uma vida

---

<sup>111</sup> RODRIGUES, Sebastião. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 8 maio 1998. (AHJ).

<sup>112</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - 1970-1980*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988. p. 89.

melhor, que é a aspiração do migrante, o que condiciona todo o processo de integração na zona urbana<sup>113</sup>

A atração irresistível das facilidades que a vida na cidade eventualmente podia oferecer projetou a fuga de milhares de agricultores do campo para a cidade, como Luiz Fabeni, procedente de Tubarão. Entrevistado pelo jornal *Extra*, em 1978, Luiz, então com 29 anos, justificou o motivo de ter trocado o campo pela cidade: “Emprego na cidade dá mais garantia de médico e outras coisas [...] Depois tem o décimo terceiro também”.<sup>114</sup>

Para estes agricultores, insatisfeitos com a profissão que conheciam e nela estavam desde que nasceram, Joinville foi a cidade “escolhida” como se fosse a única, talvez porque era dela que ouviam falar enquanto opção de trabalho e perspectiva de futuro. Por outro lado, o agricultor que possuía uma propriedade suficiente para viver com algum conforto preferiu ficar na roça. A propaganda sobre a cidade de Joinville, apesar de causar um efeito sedutor na maioria dos jovens, não conseguiu conquistar aqueles que ainda encontravam razões para continuar sonhando com a possibilidade de uma vida mais promissora, exercendo atividades no campo. Matias Weber, reside desde criança no município de São Ludgero. Quando jovem, viu os seus colegas saírem da agricultura em direção à cidade; citou, por exemplo, o nome de Diomício De Bonna e Celso Schiickmann, que buscaram opções de sobrevivência através do trabalho assalariado em Joinville. Matias declarou que na época não se sentiu atraído pela cidade, apesar das “recomendações do padre José durante o sermão nas missas de domingo: gente, quem não pode comprar terra para os seus filhos, vão a Joinville, que lá dá pra

---

<sup>113</sup> DURHAVI, Eunice R. Op. cit. São Paulo: Perspectiva, 1984. p.145.

<sup>114</sup> EMPREGO; a Via Sacra de todo dia. *Extra*. Joinville, 1-7abril 1978. Ano I, n.4, p.4.

ganhar muito dinheiro.<sup>115</sup> Hoje, aos 51 anos, Matias diz estar realizado como agropecuarista e vê perspectivas para o futuro, na organização dos agricultores através de cooperativas. Mas confidenciou que, decorridos alguns anos após o seu casamento, trabalhando na lavoura, chegou a sentir inveja dos colegas, os quais tinham ido para a cidade. Quando regressavam à comunidade para passar as férias no final de ano, cada qual tinha um bom carro de passeio, enquanto ele ainda andava de charrete, a cavalo ou de bicicleta. Sua vida melhorou quando liderou a mobilização dos agricultores criando uma cooperativa de leite em São Ludgero. A partir daí, entrou para a política, elegendo-se vereador e depois prefeito, exercendo atualmente o seu segundo mandato.

Apesar dos apelos, muitos dos jovens, por razões pessoais, não se sentiram seduzidos pela cidade, talvez porque de alguma forma vislumbravam a possibilidade de continuar trabalhando na profissão que aprenderam na infância junto aos mais velhos. Percebe-se, então, que a desistência de agricultores e/ou de filhos de agricultores do trabalho agrícola tenha tido, certamente, como causa maior, as dificuldades de sobrevivência da organização familiar na pequena propriedade rural, uma vez que esta não conseguiu se inserir nas novas necessidades da modernização agrária do sistema econômico voltado para a produção capitalista de exportação. O êxodo rural foi, portanto, uma consequência do desenvolvimento desigual das relações de produção, que excluiu milhares de trabalhadores rurais de suas atividades, empurrando-os para a cidade. O deslocamento de agricultores para as cidades industriais só pode ser compreendido se analisadas as condições de vida no campo. O trabalho assalariado na fábrica representou a garantia de sobrevivência. Os trabalhadores que migraram para Joinville, talvez não tiveram

---

muita opção na escolha da cidade. Optaram por Joinville pela influência de amigos, parentes que trabalhavam nas indústrias, aparentemente bem sucedidos profissionalmente, os quais, sendo referência para os moradores no seu local de origem, representavam um canal que intermediava a desesperança do trabalho no campo e a expectativa de melhorar de vida na cidade, onde, orgulhosamente, as chaminés não paravam de crescer, e que possuía a maior indústria de ferro maleável e a maior companhia fabricante de PVC, da América Latina.

---



“Quem construiu a Tebas de sete portas?  
Nos livros estão nomes de reis.  
An-astaram eles os blocos de pedras?^  
Bertold Brecht\*

A industrialização em Joinville tem sido, nas últimas décadas, um campo de estudo relativamente explorado, mas pouco discutido nos meios acadêmicos. A ausência de incentivo na pesquisa histórica por parte das instituições de ensino tem relegado às empresas a tarefa da produção historiográfica de Joinville. Dentre os primeiros livros sobre a história da cidade, o mais conhecido. *Crônica da Colônia Dona Francisca*, foi escrito em 1965 por Carlos Ficker e patrocinado pela Fundação Tupy.”<sup>116</sup> De maneira geral, a historiografia nas duas últimas décadas pouco avançou. Orientando-se pela visão dos historiadores autodidatas, a nova geração de historiadores praticamente repetiu a interpretação histórica, considerando a industrialização um fenômeno evolutivo, resultante do capital acumulado pela extração da erva-mate, e que, mais tarde, deu origem ao setor metalúrgico e metal-mecânico.

Apolinário Ternes, jornalista e historiador, respeitado na cidade de Joinville por sua produção historiográfica, publicou alguns livros sobre a história de Joinville, dando enfoque à imigração e à industrialização. No livro *História de Joinville, uma abordagem crítica*, Apolinário Ternes deu ênfase à fase inicial da ocupação da

---

\* BRECHT, Bertold. Perguntas de um trabalhador que lê. In: *Poemas/1913-1956*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>116</sup> FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídio para a crônica da colônia Dona Francisca*. Joinville; Ipiranga, 1965.

Colônia Dona Francisca (Joinville) pelos imigrantes alemães, seguindo uma ordem cronológica de descrição de fatos que considera fundamentais para o desenvolvimento econômico alcançado em Joinville. Este desenvolvimento não seria possível sem o elemento germânico, que conseguiu vencer com perseverança os obstáculos encontrados na implantação da Colônia, canalizando o seu potencial criativo e empreendedor nas atividades industriais. ^ ^ ^

Carlos Gomes de Oliveira diz que os imigrantes que colonizaram Joinville, ainda na década de 1850, foram praticamente abandonados pela Sociedade Colonizadora Hamburgo (responsável pela colonização) que se encontrava em crise; nessas condições, os colonos endividavam-se cada vez mais. Estes teriam desanimado diante das más colheitas, visto que as terras não eram agricultáveis. Segundo o autor, um relatório de 1856 informa o estado crítico em que se encontrava a Colônia: “Dos 1.760 colonos vindos da Europa e dos 42 nascidos ali, restam apenas 901. A maioria, desanimada, se havia retirado para outros lugares”.<sup>117</sup> Para continuar o empreendimento, o apoio aos imigrantes teria vindo do governo imperial, que assinou vários contratos com a Colonizadora Hamburgo. O mesmo autor afirma, ainda, que, até o início do século XX, Joinville centrou as suas atividades econômicas no ramo extrativista. A madeira, a cal e a erva-mate eram negociadas com outros estados. O extrativismo já era realizado pela população luso-brasileira que habitava a região antes da chegada dos imigrantes alemães. A atividade ervateira só foi possível na Colônia, quando a Estrada da Serra foi concluída, em 1873, alcançando o planalto e, conseqüentemente, as florestas de ervais nativos. Segundo o autor, o desenvolvimento dessa atividade viria por

---

<sup>117</sup> TERNES, Apolinário. *História de Joinville, uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1984.

<sup>118</sup> OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Integração: Estudos Sociais Histórico, Joinville, Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984. p. 69-70.

influência de paranaenses experientes no ramo que se deslocaram para Joinville, pois, “desde 1880, eles [os paranaenses] e alguns joinvilenses também foram instalando engenhos”, surgindo, em 1891, a Companhia Industrial Catarinense, formada pelas firmas “Abdom Batista e Oscar, Augusto Ribeiro e Procópio, Oliveira e Genro, Ernesto Canac e Cia., Mira e Ribeiro, de Joinville e F. Kaminski e Cia., de São Bento.”<sup>119</sup> Percebe-se, pela denominação das firmas acima citadas, a evidência da maioria luso-brasileira à frente desse empreendimento.

Sobre a industrialização de Joinville, Isa Rocha desenvolveu uma pesquisa na qual explica que a produção industrial foi gestada no interior das oficinas instaladas para atender as necessidades da população local, na fabricação de peças de manutenção das carroças que transportavam a erva-mate, e de equipamentos utilizados nos engenhos de beneficiamento da mesma.<sup>120</sup>

Américo Augusto da Costa Souto segue a mesma interpretação de Isa Rocha, ao afirmar que, de 1880 a 1914, Joinville preparou as bases industriais para tornar-se o mais dinâmico parque industrial do estado. Para o autor, “a partir da década de 1880 o mate se torna particularmente lucrativo e fornecerá os capitais para a industrialização que se iniciava [...] As empresas do mate estimularam o artesanato metalúrgico e madeireiro, em termos de fornecimento de equipamentos e peças”<sup>121</sup>. Neste sentido, o desenvolvimento comercial de importação e exportação teria proporcionado o surgimento das indústrias. O autor afirma, ainda, que a Colônia Dona Francisca, desde a fundação, em 1851, até 1880, manteve uma economia de

---

<sup>119</sup> OLIVEIRA, Cartos Gomes de. Op. cit., p. 91-92.

<sup>120</sup> ROCHA, Isa de Oliveira, *industrialização de Joinville, SC: da gênese às exportações*. Florianópolis: [s.n.], 1997. p.63.

<sup>121</sup> SOUTO, Américo Augusto da Costa. *Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. In: BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.138 e 146.

subsistência, desviando o ramo de atividades da agricultura principalmente para a construção de estradas, porque a terra não era apropriada ao cultivo da lavoura.<sup>^^</sup>

Decorrido mais de meio século da sua fundação, Joinville mantinha uma produção com características artesanais. A situação começou a modificar-se depois da Primeira Guerra, acompanhando o surto industrial brasileiro. Neste sentido, outras variáveis poderão ser observadas, se for estudado o desenvolvimento industrial de Joinville dentro do contexto nacional.

Juarez Lopes considera que as colônias no Sul do Brasil, fundadas a partir da imigração européia, assumiram uma posição relevante no desenvolvimento da economia mercantil, uma vez que houve uma articulação no consumo urbano. Nestas colônias, a ausência do predomínio do trabalho escravo significou também a ausência de paternalismo, favorecendo, ao mesmo tempo, o surgimento do trabalho assalariado.<sup>^^</sup> O mesmo autor afirma que a própria industrialização brasileira teve o seu desenvolvimento principalmente nos períodos de crise do comércio exterior, isto é, durante a Primeira Guerra, na Depressão e Segunda Guerra. Na década de 1950, o desenvolvimento foi mais visível nas regiões que foram beneficiadas com investimentos financeiros subsidiados pelo governo.<sup>^^""</sup>

Conforme Sônia Mendonça, a partir de 1955 o Estado brasileiro “optou” por um modelo de desenvolvimento voltado à produção de bens de consumo duráveis, valendo-se para tanto das empresas multinacionais, às quais o capital nacional passara a associar-se, e da abertura dos investimentos estrangeiros disponíveis sob

---

<sup>122</sup> SOUTO, Américo Augusto da Costa. Op. cit., p.134.

<sup>123</sup> LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento, e mudança social: formação da sociedade urbana industrial no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1980. p. 8.

<sup>124</sup> LOPES, Juarez Rubens Brandão. Op. cit., p. 12.

forma de empréstimos.<sup>^^</sup> Neste contexto, seriam beneficiadas não só as empresas que se associassem às multinacionais, mas também as genuinamente nacionais, que seriam as suas fornecedoras. A burguesia brasileira não se opôs a este modelo de industrialização, porque as empresas multinacionais de alguma forma impulsionaram a modernização das nacionais. Assim, a industrialização no Brasil “tornou-se cada vez mais solidária com o movimento do capital internacional”,<sup>^^</sup> enquanto perdia o controle sobre a indústria do país.

Para Isa Rocha, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek prometia intensificar o ritmo de industrialização como premissa para o desenvolvimento do Brasil. Conseqüentemente, durante o período desse desenvolvimentismo brasileiro, os governos catarinenses seguiram, da mesma forma, uma política de incentivo à industrialização. Em Joinville, muitas das indústrias como a Fundação Tupy, a Metalúrgica Wetzel, a Corrocerias Nielson e a Indústria de Refrigeração Consul, entre outras, surgiram ou expandiram-se durante a década de 50, utilizando-se dos recursos financeiros gerenciados pelo governo do estado. Estas empresas tiveram o seu ponto máximo de desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980, consolidando-se no mercado nacional e internacional. A Fundação Tupy, por exemplo, em 1956 passou a produzir e fornecer peças de carros e caminhões para as montadoras vindas para o Brasil, por iniciativa da política de abertura às multinacionais e aos investimentos estrangeiros por obra do governo de Juscelino Kubitschek.<sup>127</sup>

Apolinário Ternes analisa o desenvolvimento de Joinville no contexto nacional, e justifica da seguinte forma;

---

<sup>125</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964). *Revista Brasileira de História, Brasil: 1954-1964*. São Paulo: Marco Zero, v.14, n. 27, p.89, 1994.

<sup>126</sup> SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Ten<sup>a</sup>, 1989. p.48.

<sup>127</sup> ROCHA, Isa de Oliveira. Op. cit., p.74.

O *boom* econômico, fortemente ajudado pelo espírito familiar e a conhecida disciplina alemã, explica a nova geografia e o novo urbanismo da cidade, a partir da década de 1950. Joinville aproveita o momento para expandir a sua vocação original, a da indústria, depois de ter vencido o ciclo da economia de subsistência, o ciclo do mate e a sua transformação em importante pólo comercial, nas décadas de 1930/40/^(®)

Procurando explicar as razões pelas quais Joinville se desenvolveu industrialmente, o referido autor tenta imprimir um caráter vocacional aos descendentes dos imigrantes alemães, classificando-os como dotados de um espírito empreendedor e ordeiro, donos de uma disciplina inerente e observadores dos valores morais e familiares, qualidades que justificariam o desenvolvimento industrial. Acompanhando o raciocínio de Apolinário Ternes, entende-se que, em todas as regiões colonizadas por imigrantes alemães, o curso do desenvolvimento econômico teria se desenrolado nos moldes de Joinville. Sabe-se, no entanto, que várias comunidades agrícolas em Santa Catarina, organizadas a partir de imigrantes alemães, continuam investindo na agricultura como a principal atividade econômica.

Ao escrever a história da Indústria de Fundição Tupy, Ternes enaltece os donos da empresa pela capacidade e sabedoria de fazer os trabalhadores assimilarem “as noções de disciplina e respeito, além de sensibilizá-los para os valores como a qualidade no trabalho, a ordem e o asseio”.<sup>128</sup> Em nenhum momento o autor situa os operários como participantes do processo de crescimento da empresa, embora relacione o desenvolvimento econômico de Joinville ao aumento populacional, que, na década de 1970 foi de 6,4% ao ano, ficando muito acima da média nacional, que era de 3,8, conforme afirmou. Joinville, neste sentido, não apenas acompanhou o processo econômico do país, mas se transformou numa

---

<sup>128</sup> TERNES, Apolinário. *Joinville: a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira Gráfica e Editora S/A, 1993. p.158.

cidade líder. Para Temes, só foi possível chegar a este resultado, “em razão de condições existentes, desde o espírito empreendedor, disciplina operária, disponibilidade de energia elétrica, posicionamento geográfico e capital acumulado”.<sup>130</sup>

Ido Michels, depois de realizar uma minuciosa revisão da produção historiográfica referente à industrialização em Santa Catarina, fez uma severa crítica a tudo o que foi escrito até então sobre o assunto. Coloca-se abertamente contra os schumpeterianos, ou seja, aqueles que defendem o desenvolvimento industrial de Santa Catarina a partir do espírito empreendedor de audaciosos empresários, especialmente aos de origem germânica e italiana, que souberam combinar o trabalho e a sua liderança, com a introdução de novas técnicas no interior do processo produtivo. Em nota de rodapé, esclarece que não iria analisar sistematicamente o trabalho historiográfico de Apolinário Ternes porque, além de ter uma base interpretativa derivada da matriz schumpeteriana, limita-se a fazer apologia dos empresários catarinenses, sem uma abordagem maior da economia do estado. A sua observação não pára por aí. Ele reprova com veemência os autores periféricos, aqueles que analisam a formação do desenvolvimento econômico de Santa Catarina dentro de uma concepção cepalina de relação “centro-periferia”, dando ênfase à acumulação de capital necessário à industrialização a partir do comércio de importação e exportação. Michels propõe que se estude a industrialização *catarinense* a partir da ação do Estado e da força de trabalho do operariado.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> TERNES, Apolinário. *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira Gráfica e Editora S/A, 1993. p.167-168.

<sup>131</sup> MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico - 1956, aos precatórios - 1997*. Campo Grande: UFMS, 1998. p. 60-64.



Paul Singer<sup>132</sup> afirma que na passagem dos anos 50 e 60 a política externa brasileira procurou ser um instrumento para a realização de projetos nacionais, no caso, a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo. O projeto de industrialização do governo de Juscelino Kubitschek e a abertura da economia ao capital internacional harmonizavam os interesses do empresariado brasileiro e das potências capitalistas, em especial dos Estados Unidos, país ao qual o Brasil estava alinhado.

Nos primeiros anos da década de 1960, a taxa de crescimento da economia brasileira começou a declinar. O modelo desenvolvimentista trouxe a modernização, acompanhada de inflação, desemprego e dívida externa, dificultando a ação dos governos seguintes. Mesmo depois do golpe de 1964, a economia não devolveu a confiança aos brasileiros, pois não mostrou sinal de recuperação até 1968, quando foram realizadas mudanças na política econômica do país, permitindo, então, um desenvolvimento rápido. Foram criados mecanismos no sistema de crédito, estimulando um crescimento a determinados ramos da indústria, especialmente aos que estavam ligados à produção de bens duráveis de consumo. Para Guido Mantega, era “o início do *milagre brasileiro*, alimentado pelo arrocho salarial; empréstimos externos; inversões estrangeiras; expansão das grandes empresas estatais, privadas, nacionais e de capital financeiro<sup>133</sup>. Isto resultou em lucros fabulosos e na concentração de riqueza nacional nas mãos de poucos.

É neste contexto que as empresas catarinenses se desenvolveram consideravelmente, ampliando o seu patrimônio, pois as condições se mostraram

---

<sup>132</sup> SINGER, Paul. Evolução da economia brasileira: 1955-1975. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda. n. 17, jul./ago./set. 1976.

<sup>133</sup> MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.15.

propícias diante dos incentivos e subsídios que o Estado lhes proporcionava. O empresariado catarinense, na ânsia por maiores lucros, clamavam pela intervenção estatal para desenvolver o setor produtivo e atender à demanda do mercado. O Estado respondeu ao apelo com a liberação de financiamentos destinados à ampliação do parque industrial. Empresas como a Fundação Tupy, Grupo Hansen, Refrigeração Consul e a Döehier, todas de Joinville, consolidaram-se nacionalmente nos anos 70. Nesta análise, fica difícil defender a idéia da abordagem schumpeteriana, na qual o empresário é caracterizado como um empreendedor ousado que corre riscos ao investir por livre iniciativa nas atividades empresariais.

Ido Michels afirma que o desenvolvimento da Fundação Tupy está associado ao processo de industrialização nacional, à princípio com a instalação da indústria automobilística que lhe possibilitou entrar no mercado nacional. Depois disso, a Tupy manteve uma estreita relação com os agentes estatais para manter o nível de crescimento produtivo e aumentar o seu patrimônio<sup>134</sup>. Foi uma das empresas brasileiras que mais recebeu visitas de autoridades políticas do país. Notadamente foi a empresa catarinense que mais fez uso da intervenção estatal para expandir o seu domínio econômico. Do BNDE recebeu o maior financiamento já concedido por esta instituição financeira. Em 1971, a Tupy tinha um patrimônio líquido declarado de 17 milhões de dólares; em 1981, 125 milhões de dólares; e em 1991, 152 milhões de dólares. Portanto, o seu crescimento entre 1971 a 1981, foi de 650%. Interessante perceber que no período de maior expansão patrimonial, nas décadas de 1970 e 1980, com certa frequência funcionários da Tupy assumiram cargos em empresas

---

<sup>134</sup> Sobre a participação do empresariado na política catarinense, ver: MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

estatais.<sup>^^</sup> O autor cita ainda outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da Tupy. Conforme o relatório da CELESC, em 1992, “a Tupy era a maior empresa devedora para a distribuidora de energia catarinense, tendo um débito de Cr\$ 861.515.740,00”.<sup>^^</sup> E continua Michels;

Foram os recursos da sociedade catarinense, via Estado e agentes financeiros estatais, regionais e mesmo federais, que possibilitaram o estupendo enriquecimento privado dos que, hoje, se constituem nos grupos de porte internacional. A socialização da constituição dos empreendimentos privados catarinenses redundou, entre outras, após duas décadas e meia (início da década de 60 com a implantação do Plano de Metas do Governo, até meados da década de 80) de atuação deficitária do Estado e seus agentes, na intervenção do Banco Central do Brasil no Banco do Estado de Santa Catarina, e no Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, bem como no completo endividamento do governo estadual catarinense. Por outro lado, enquanto as instituições públicas estaduais e mesmo federais vão encerrar os anos 80 absolutamente desprovidas de fundos próprios para sequer funcionar em mínimas condições, verifica-se, concomitantemente, o vertiginoso aumento do patrimônio dos grupos privados de Santa Catarina e o acentuado empobrecimento da sociedade catarinense.<sup>^^^</sup>

O rápido desenvolvimento industrial trouxe a necessidade de buscar trabalhadores fora do perímetro urbano para garantir o ritmo da produção fabril. Estes, atraídos pelas luzes da cidade, alimentaram a corrente migratória, que perdurou intensamente por duas décadas. Verifica-se, portanto, que o crescimento econômico das indústrias joinvilenses está vinculado às circunstâncias do contexto histórico nacional, ao aproveitamento das condições financeiras, postas pela reestruturação do capitalismo, e à divisão internacional do trabalho, a que se soma, ainda, a exploração dos trabalhadores, em sua maioria procedentes das áreas rurais.

---

<sup>135</sup> MICHELS, Ido Luiz. Op. dt., p. 161,192, 210, 216.

<sup>136</sup> Idem, Ibidem. p.212-213.

<sup>137</sup> Idem. Ibidem. p. 186-187.

### 3.1 Da roça para a linha de produção

A partir de 1969, o país entrou no clima de euforia, com o desenvolvimento do chamado milagre econômico brasileiro. Esse desenvolvimento foi favorecido pelos interesses da economia internacional, disponibilizando, ao Brasil, investimentos e empréstimos, incentivando o setor industrial, principalmente na produção de bens de consumo duráveis. O crescimento industrial foi impulsionado, principalmente pela indústria automobilística que, notadamente, influenciou a expansão de outros ramos produtivos.<sup>^^</sup>

Foi neste contexto que empresas de Joinville agarraram-se à oportunidade de ampliar as suas instalações e aumentar a produção. Empresas como a Fundação Tupy, indústria de ferro maleável, entrou no mercado nacional nos anos 60 produzindo equipamentos para as indústrias automobilísticas, como a Volkswagen. No entanto, na década de 1970, ampliou e diversificou as suas atividades, produzindo blocos de tratores para o mercado internacional. O acelerado processo de desenvolvimento industrial gerou um desequilíbrio entre a oferta de emprego e a quantidade de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho. Conforme Paulo Martinez;

A indústria brasileira consome excessiva mão-de-obra. Em razão de os processos industriais utilizarem tecnologias e instalações em grande parte superadas e até obsoletas, de alta rotatividade de mão-de-obra praticada pelas indústrias e da seletividade usada na contratação de operários, a indústria necessita de uma reserva de trabalhadores muito maior do que o número efetivamente empregado.<sup>^^</sup>

---

<sup>138</sup> MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Teaa, 1979, p. 51-52.

<sup>139</sup> MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* São Paulo: Moderna, 1987. p.24.

Moacir José Floriani, natural de Atalanta, SC, trabalhou no setor de pessoal da Metalúrgica Schulz entre 1970 e 1976, quando recebeu um convite para atuar na Indústria de Fundição Tupy, onde permaneceu até 1992. Afirmou que na década de 1970 todas as empresas de Joinville cresceram de forma vertiginosa, devido ao desenvolvimento econômico pelo qual passava o Brasil. Na sua visão, as empresas só não cresceram mais por falta de mão-de-obra. Além do mais, como era grande a oferta de emprego, havia, na mesma proporção, uma rotatividade de trabalhadores nas empresas. Por isso, o quadro de pessoal nunca estava completo. Declara o depoente:

Cada empresa tinha uma placa de “Precisa-se”, de pelo menos dez títulos diferentes de vagas. Era uma coisa assombrosa o que você via de vagas, que às vezes demorava meses para serem preenchidas. [...] O pessoal da produção trabalhava direto. Eu mesmo, na área de pessoal, trabalhei durante seis anos sem ter férias. Trabalhava virando sábado, domingo. Era uma coisa de louco. A área produtiva era assim. Havia uma pressão violenta. Na época a gente participava das reuniões de produção, não porque a gente devesse necessariamente ouvir, mas a gente era cobrado mesmo. O gerente de produção vinha em cima da gente e cobrava; “Olha, aquelas cinquenta vagas, como é? Não estou conseguindo produzir, você não me colocou as pessoas.”<sup>140</sup>

Para Moacir, este problema era mais grave exatamente na área de metalurgia. A rotatividade era altíssima, porque os trabalhadores buscavam em outras empresas melhores condições de trabalho e salário promissor. Por isso, a falta de mão-de-obra nesta época era uma constante. Empresas como a Cia. Hansen e a Indústria de Refrigeração Consul tinham uma facilidade maior de atrair trabalhadores, devido à qualidade do serviço, mais leve e limpo, e ao ambiente de trabalho mais arejado. Para concorrer com outras empresas pela mão-de-obra, o setor metalúrgico teve de elevar o salário na área de produção.

O jornal *Extra* confirma o depoimento de Moacir sobre a evidência da rotatividade de trabalhadores nas empresas. Este periódico, discutindo a questão de emprego em Joinville, salientou;

Um operário [...] à medida que trabalha depois de admitido em certa firma, vai aperfeiçoando seus conhecimentos. Dois ou três meses depois, munido do que aprendeu e diante da possibilidade, agora, de ganhar mais em outro local, pede sua demissão e busca novo emprego. Não são raros aqueles, que, em apenas um ano de trabalho, possuem registro em sua carteira profissional de três ou mais passagens por outras firmas.<sup>141\*</sup>

Havia empresas que dificultavam a readmissão do operário que dela saía. A Carteira Profissional representava o espelho do trabalhador. Registros constantes de empresas diferentes nela contidos significava pontos negativos na hora da seleção. Porém, diante da necessidade de trabalhadores, a empresa chegava a admitir o mesmo operário até três vezes, desde que nada constasse no cadastro que pudesse comprometer a sua readmissão.

Para atender ao mercado nacional e internacional, algumas das empresas tiveram que desenvolver métodos para atrair um contínuo fluxo de trabalhadores e garantir o ritmo da produção fabril.<sup>142</sup>®

Numa longa entrevista, Verner Lemke relatou a sua experiência do período em que foi responsável pelo setor de recrutamento e seleção de pessoal. Afirmou que na época da sua entrada na empresa, o recrutamento de pessoal era feito por quatro pessoas, sem muito critério, “na base do grito: você, você”.<sup>143</sup>® Porém, logo à sua entrada na empresa, houve uma grande expansão, assim descrita:

O chefe me chamou e disse: “Olha, a Tupy vai fazer uma fábrica, que tu estás vendo aquele prédio grande em construção, de 500 metros por 150 de largura. Aquilo lá vai ser uma fábrica de blocos de motores. Vemer, você vai

<sup>141</sup> EMPREGO: a Via Sacra de todo dia. Jomal *Extra*. Joinville, 1-7 abr. 1978. Ano I, n.4, p.10.

<sup>142</sup> A Fundação Tupy, a partir de 1973, profissionalizou o serviço de recrutamento e seleção de pessoal. Verner Lemke, hoje aposentado, foi contratado em 1973 e atuou nesta área até 1988, período de maior crescimento da empresa. O senhor Verner liderou uma equipe de trabalho e, segundo ele, foi responsável pelo recrutamento de mais de seis mil empregados.

<sup>143</sup> LEMKE, Verner. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 24 jun. 1999. (AHJ).

ter que preencher aquilo lá e mais aqui, porque em razão daquilo lá, vão se criar outras vagas dentro da empresa". [...] Você imagina ter três mil empregados e em um ano e meio, ou dois, chegar a oito, nove mil pessoas? Você não tinha só o operário para buscar. Você não tinha o engenheiro, o técnico, e achar aonde? Os operários disponíveis começaram a escassear. Aí começou a minha vida dura de recrutador.<sup>144</sup>

Conforme declarou, o depoente organizou uma equipe de vinte profissionais sob sua responsabilidade para iniciar o recrutamento dos trabalhadores e atender à demanda da empresa;

Era necessário uma quantidade muito grande de trabalhadores. [...] Primeiro nós tentamos aqui, recrutar trabalhadores de outras empresas. Eu comecei a colocar fundonários em rodoviária, em fila de batalhão em época de "baixa", ia um recmtador lá pra conversar e nós fomos atacando, até aqui no centro, em frente ao tenninal de ônibus, bem em frente tinha uma loja grande, eu aluguei e botei dois homens lá pra atrair o pessoal que circulava no tenninal.<sup>145</sup>

Toda esta movimentação parece ter resolvido o problema da falta de mão-de-obra apenas temporariamente, pois a quantidade de trabalhadores não aumentava proporcionalmente às necessidades da produção. As dificuldades nesta área continuaram. O entrevistado acrescentou;

A ddade não oferecia e [eu] tinha que buscar fora. Não tínhamos jeito nem de pegar no grito. [...] Operário começou a escassear. Uma das primeiras providências que nós fizemos, foi fazer uma coisa aqui na região, foi colocado ônibus para buscar trabalhadores pra Tupy. Ia pra Guaramirín, Massaranduba, Ban-a Velha, Garuva, Jaraguá, São Francisco, Corupá. Eu ia pra região, ou *um* funcionário meu, com folhetos. Nós trabalhávamos mais ou menos assim; primeira providência, ir no local e sentir mais ou menos como é que estava de mão-de-obra lá. Inclusive na área agrícola, pois as opções locais há muito haviam se esgotado. [...] íamos na prefeitura, falávamos com o prefeito da cidadezinha, procurava o juiz, o padre da paróquia, isso era verdade. Era para que o padre não entendesse aquilo como uma debandada do rebanho dele. Foram anos de luta nesta história de pegar gente de fora."<sup>146</sup>

Para superar a falta de mão-de-obra, portanto, a Indústria de Fundação Tupy empreendeu uma campanha de recrutamento de trabalhadores nos municípios

---

144

145

146



vizinhos. O rádio foi um veículo de comunicação que teve uma função importante enquanto recurso pedagógico, no afã de atrair trabalhadores para a linha de produção. A Rádio Cultura, emissora do Grupo Tupy, exibia todos os dias pela manhã, durante a programação, em meio aos reclames comerciais, a gravação; “Dona Maria, o seu Zé está? Não, ele está trabalhando na Tupy”.<sup>147</sup> Esta metodologia contemplou as necessidades da empresa apenas por algum tempo, pois os agricultores, em sua maioria, não desejavam morar na cidade. Por isso, a Fundação Tupy manteve, durante alguns anos, o equivalente a 80 linhas de ônibus fazendo o percurso de Joinville aos municípios citados acima pelo entrevistado, transportando trabalhadores que dividiam o seu tempo entre o trabalho na fábrica e na lavoura.<sup>148</sup> Segundo o entrevistado, a idéia de colocar linhas de ônibus para transportar os trabalhadores todos os dias da sua casa para a fábrica e vice-versa não partiu da empresa, mas foi expressa por um morador do interior de Guaramirim, na localidade de Guamiranga, a um dos recrutadores. A empresa acatou esta idéia e viabilizou o transporte mesmo com um custo elevado, “porque tinha compromissos internacionais. O governo federal investiu, emprestou dinheiro e era compromisso internacional do próprio governo federal”.<sup>149</sup>

Moacir Floriani reconheceu que a Tupy foi precursora no recrutamento externo, até mesmo pela necessidade do momento, mas argumentou que a Schultz

---

<sup>147</sup> LEMKE, Vemer. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>148</sup> Para maiores informações sobre a proletarização do agricultor, ver: SEYFERTH, Giraida. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: USP, 1983/84, v. XXIX, p.73-96. Apesar de a pesquisa estar voltada especificamente aos agricultores do município de Guabiruba, situado no Vale de Itajaí, que buscavam trabalho nas indústrias de Blumenau e de Brusque com o objetivo de aumentar a renda familiar e, assim, ter condições de continuar executando as atividades na lavoura e permanecer na área rural, a situação é semelhante a dos agricultores dos municípios vizinhos que deslocavam-se todos os dias para trabalhar nas fábricas em Joinville.

<sup>149</sup> LEMKE, Vemer. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

foi a pioneira na experiência de buscar trabalhadores na periferia de Joinville, inclusive com a implantação de uma linha de ônibus em Araquari, pois, segundo ele:

Naquela região, tinha muita mão-de-obra ociosa, o pessoal de pesca mesmo, que a gente trazia. Utilizava eles num turno de trabalho, que era o turno da tarde, que pra eles era interessante, pois trabalhavam até uma parte da noite, voltavam e de madrugada ainda iam pescar até de manhã. Descansavam até ao meio dia. À tarde vinham com o ônibus para trabalhar. [...] Mas era uma mão-de-obra que causava uma série de problemas. Mas você precisava. Não tinha alternativas. Então você tinha que usar o que estava disponível. [...] Quando acontecia uma vinda muito grande de tainhas, tinha uma debandada. Às vezes era só falta, mas às vezes o pessoal acabava não voltando mais mesmo.<sup>^®</sup>

Se, por um lado, os pescadores não desistiram do mar pela fábrica, por outro, grande parte dos agricultores trazidos pela Tupy acabaram trocando a roça pela cidade, transferindo-se definitivamente para Joinville, em parte, devido à crise da produção agrícola na pequena propriedade, em face da mecanização da lavoura provocada por uma economia de mercado exportador. Esta mudança no sistema da economia agrícola foi responsável pela formação das correntes de migrações que alimentaram o crescimento das cidades.

Conforme o depoimento de Verner, dentre os trabalhadores procedentes dos municípios vizinhos citados, os melhores eram os que vinham de Corupá. Explicou o que ocorria na empresa:

Todo mundo queria o operário de Corupá. Era um operário de uma qualificação muito boa [...] Nós fizemos uma pesquisa, pra saber porque se preferia o trabalhador de Corupá e percebemos que eles eram os mais alfabetizados. [...] Em Corupá mostrou-se assim, um pessoal mais esclarecido, saudáveis, um pessoal com um nível de qualidade de vida boa. E isso era necessário pela atividade, que afinal, a atividade numa fundição, ela não é leve. Ela é quente, é altamente poluída, embora o trabalhador trabalha com um monte de equipamentos pra cuidar da saúde.<sup>^^^</sup>

Além de Corupá, citado por Verner, Moacir elencou uma série de outros lugares como Alfredo Wagner, Ituporanga, Bom Retiro, Petrolândia, Atalanta,

Agronômica, Rio do Sul, que, na sua visão, tinham “uma mão-de-obra de boa qualidade”.<sup>152</sup>

Quando nas proximidades de Joinville esgotou-se a capacidade de fornecer recursos humanos para abastecer as empresas, a campanha de recrutamento foi ampliada para o Sul do Estado, conforme relata Verner:

As necessidades da empresa continuavam. [...] Então eles chegavam e diziam; “Olha, 900 pra macharia, 300 pro acabamento, 400 pra não sei o quê, 120 pra cá, 80 pra lá” e mais os especializados. Isto não era fácil. [...] Aquilo parecia uma nave espacial que estava enchendo de gente que ia pra outra galáxia. A boca era tão grande e nós até falávamos: “Será que não estão jogando gente dentro dos fomos?” Por isso tivemos que ir pra fora. Começamos com reautamento em outras cidades. Mas para buscar estas pessoas fora, precisávamos primeiro criar uma infra-estrutura, para receber estes trabalhadores. [...] Eu tinha que pensar o que fazer. Depois eu dava as ordens. Começamos a fazer contatos com as emissoras de rádio, por telefone. [...] Os homens da comunicação são sempre ávidos por infonriação. Eu estive em Braço do Norte recrutando o pessoal do Sul no cine Guadalajara. Eu mesmo pegava um canro com motorista, ia pra lá fazer os contatos. [...] Eu falava com o prefeito e com o padre. Como eu sabia que lá no sul todos eram muito católicos, muito religiosos, se dedicavam muito à igreja, nós buscávamos o apoio do padre. Em Tubarão, pegou a região toda pelo anúncio no rádio. A primeira vez que nós fomos, ao Sul, em Braço do Norte no cine Guadalajara deveria ter umas 800 pessoas. Aquilo ficou pretinho pelos cantos. Ficou cheio<sup>153</sup>

Desta forma, atraindo a confiança das autoridades locais, tornava-se mais fácil o trabalho dos recrutadores. A saída da população em direção aos centros industriais, na maioria das vezes, representava uma solução para minimizar os problemas sociais pelos quais passavam os municípios, cuja atividade econômica pautava-se na agricultura.

Através da emissora de rádio, estabelecia-se o primeiro contato com a região escolhida para buscar trabalhadores. Esta, encarregava-se de anunciar aos ouvintes a oferta de trabalho na próspera Joinville, informando o local e data do recrutamento e seleção para quem desejasse trabalhar como operário na Indústria

de Fundação Tupy. O prefeito e o padre da paróquia eram procurados, para que fosse reforçada junto aos trabalhadores, a sugestão da mudança no ramo de atividade, da roça para a cidade. Para tanto, uma equipe de profissionais autorizada pela empresa se estabelecia na região para facilitar a transferência de quem nela quisesse trabalhar, garantindo emprego e outras regalias oferecidas ao trabalhador pela Fundação Tupy, como alimentação, moradia e assistência social. O recrutamento direto dos trabalhadores do interior pela mediação destes agentes constituiu um elemento favorável ao deslocamento de uma parcela considerável de trabalhadores rurais.

Ageu Silvano Fernandes, natural de Pedras Grandes, SC, dos 16 aos 19 anos trabalhou na lavoura de arroz no município de Tubarão. Em 1973 transferiu-se para Joinville. Ele conta que só saiu do lugar onde morava porque estava com emprego garantido na Fundação Tupy. Na entrevista, Ageu recorda como foi a sua contratação pela empresa:

Quando eu tinha 19 anos de idade, a Fundação Tupy foi até Braço do Norte e colocou anúncio na rádio de Tubarão, que quem quisesse trabalhar na Fundação Tupy em Joinville, eles estariam cadastrando no cinema de Braço do Norte. Eu e meu colega escutamos no rádio que eles estavam chamando gente pra empresa e eu disse; 'Nós vamos pra Joinville'. "Então vamos lá". Aí nós estivemos em Braço do Norte, conversamos com o pessoal do recrutamento da Fundação Tupy e ficou decidido que nós iríamos pra Joinville pra trabalhar na Tupy. Nós fizemos alguns exames na cidade de Tubarão e viemos pra Tupy. [...] Chegamos em Joinville, fomos direto na Tupy, porque já estávamos assim ligados com a Tupy. Nós não sabíamos aonde é que iríamos parar. A Fundação Tupy ofereceu alojamento pra nós. Nós já tínhamos até a papelada e os exames feitos lá. Chegamos na Tupy, já prontos pra fazer o resto dos exames pra começar a trabalhar.<sup>154</sup>

Moacir Floriani informou que foi convidado pela Tupy para integrar-se à equipe de seleção e recrutamento. A empresa na época estava fazendo o trabalho no Sul do estado de Santa Catarina, para onde deslocou-se várias vezes, mantendo

---

contato e selecionando pessoal em algumas cidades na região de Tubarão. Conforme salientou, a prefeitura do local a ser visitado constituía-se no elo de ligação com a Tupy. Uma correspondência era enviada à prefeitura mostrando a dificuldade que a empresa estava passando pela falta de trabalhadores e o interesse de buscar a mão-de-obra ociosa, se por ventura houvesse. Diz o depoente:

Ficávamos aguardando uma confirmação. Dificilmente, em algum lugar desse, o prefeito não foi receptivo. Nomialmente ele tinha este interesse porque foi nesta época que as pessoas no sítio come<sup>155</sup>ram a despertar para esta realidade de vir para a fábrica, vir para a cidade.

Verner informou que, em alguns municípios, fora interrogado pelo padre da paróquia sobre o futuro que teriam estes agricultores na cidade. Mas, segundo ele, sempre tranquilizava-o, assegurando que havia uma infra-estrutura esperando por eles em Joinville. “E se eles forem espertos, vão ganhar muito dinheiro lá. Está aqui o meu cartãozinho. O senhor pode ligar lá pra Tupy, eu sou funcionário lá. E esta foi uma decisão que a empresa tomou<sup>156</sup>”. A infra-estrutura oferecida ao trabalhador recrutado, à qual o depoente se referiu, consistia em assegurar as condições básicas de sobrevivência; alojamento e alimentação. No entender de Verner, dentro destas condições, o operário que trabalhava na Fundação Tupy teria a possibilidade de “ganhar dinheiro”. Mas a estrutura montada pela empresa atendia às necessidades de trabalhadores que vinham sós, sem a família. Afirma o entrevistado;

Nós dávamos preferência para os solteiros. Casado não trazíamos porque não tínhamos estrutura. [...] Nós tínhamos pensões no Boa Vista. Tinha uma com cerca de 1.200 leitos. [...] Nós fazíamos contato com o dono da pensão, ele dava cama, chuveiro pra pessoa tomar banho e nós dávamos o café da manhã, almoço e janta. Isto ele fazia no refeitório da empresa. Quando ele chegava, a primeira coisa, colocávamos o homem lá na pensão.<sup>157</sup>

<sup>155</sup> FLORIANI, Moacir José. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

<sup>156</sup> LEMKE, Verner. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

A assistente social Marlene Silveira Custódio informou ter iniciado a trabalhar na Fundação Tupy, em 1979, quando a busca do migrante no interior de Santa Catarina e do Paraná já estava em baixa. Mas a empresa ainda mantinha o sistema de pensões. Na entrevista, ela recorda:

A Tupy pagava pensão para o trabalhador dormir e com o café da manhã. O almoço e a janta era na empresa. Tinha algumas pensões perto da Tupy, depois da Cooperativa. Era casa de madeira com quartos e banheiro. A Tupy pagava para a pessoa que alugava os quartos para os empregados, para garantir que eles ficassem. Então eles tinham uma pensão garantida. Três meses a empresa pagava. Depois eles se viravam. Tinha gente que morava na pensão o tempo todo. Mas daí já eram eles quem pagavam. Tinha uma pessoa no Setor Social que cuidava das pensões.<sup>158</sup>

Neste sentido, as informações fornecidas por Marlene complementam o depoimento de Verner. Por sua vez, Moacir Floriani também recordou das pensões que a Tupy mantinha. Afirmou que a empresa tinha uma parceria com umas dez pensões, normalmente de ex-funcionários, ou funcionários da empresa que tinha terreno nas imediações. A Tupy doava a madeira, e apoio para que a pessoa construísse este alojamento. O dono da pensão garantia no contrato o número de quartos que colocava à disposição da Tupy, que, por sua vez, pagava o valor combinado independentemente de ter ou não operários da empresa alojados. Segundo Moacir, essas providências facilitava o trabalho dos recrutadores;

Quando a gente saía para fazer o recrutamento, ficava mais tranquilo, porque a pessoa não tinha esta preocupação de não saber aonde ficar. Nós falávamos pra pessoa, que, "se você for aprovado no processo de seleção, você vai embarcar num ônibus, nós vamos te levar pra fazer um exame médico e se estiver tudo bem, você vai ver o serviço, e se você aceitar o trabalho, se tiver tudo bem pra você, você vai assinar o contrato pra começar a trabalhar. Você vai ficar numa pensão e vai fazer as refeições na empresa. Nos finais de semana, você vai ter outra alternativa, outro local para fazer a refeição e você não vai ter preocupações".<sup>159</sup>

Para Moacir, isto trouxe um saldo positivo para a Tupy, pois os trabalhadores, ao chegar em Joinville, percebiam a seriedade da empresa e escreviam cartas para os parentes. Estes, a partir de então, começaram a vir espontaneamente. Geralmente vinham os solteiros mas, segundo Moacir, “o pessoal chegava com a família, de caminhão, a mudança em cima e chegava lá, entregava a Carteira de Trabalho, dizendo: Olha, sou recém-chegado. Vim ver a minha vaga, depois eu vou descarregar o caminhão”. <sup>160</sup>

Esse fluxo de famílias para Joinville foi abordado como um dado preocupante pelo jornal *Extra*, uma vez que era comum entre os migrantes afirmarem; “Se eu achar casa pra morar, emprego depois a gente dá um jeito”. <sup>161</sup>

A Fundação Tupy manteve uma equipe publicitária volante para recrutar trabalhadores sempre que necessário, na busca por mais braços para ampliar a sua produção. Além do mais, era grande a rotatividade na fábrica.<sup>162</sup> Verner informou ter percorrido quase todos os municípios do Sul do estado. Nas suas lembranças, citou de imediato. Tubarão, Criciúma, Braço do Norte e São Ludgero.

José Fausto saiu de sua terra natal, São Ludgero, em 1974. Assim como Ageu, José Fausto também lembrou das estratégias utilizadas no meio rural, pela Fundação Tupy, para convencer os agricultores a trabalhar na fábrica em Joinville;

A Fundação Tupy foi lá em São Ludgero chamar o pessoal pra trabalhar. Levaram carro de som, subindo ali no Morro do Gato, Taipa, Mar Grosso. Eles usavam uma *kombi* com alto falante em cima, colocando que quem quisesse vir pra Joinville, viesse pra trabalhar na Fundação Tupy. Eu estava lá nesta época, em 1972, 73. Isto ocorria freqüentemente. Não era coisa de um dia. i-iouve muitas e muitas vezes. Eles traziam o pessoal pra cidade. Isto porque a falta de mão-de-obra na cidade era grande. Imagina só a Fundação Tupy, que era uma empresa chave, de produtos maleáveis na América

---

<sup>160</sup> FLORIANI, Moacir José. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>161</sup> EMPREGO: a Via Sacra de todo dia. *Jornal Extra*. Joinville, 1-7 de abril de 1978. Ano I, n.4, p.10.

<sup>162</sup> Conforme o informante Osvaldo Antônio de Sousa, que era chefe de segurança na Fundação Tupy na década de 70, para trabalhar naquela fábrica entravam, em média, por mês, 350 operários e saíam 200, porque não se adaptavam com o trabalho.

<sup>162</sup> FAUSTO, José. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

Latina, na falta de mão-de-obra, vão fazer o que? Vão buscar o pessoal. E eles foram no Sul do estado. Isto ocorreu antes da enchente. E com a desgraça da enchente em 74, isto forçou muito mais a migração. Em Tubarão tinha um programa de rádio, “o entardecer na roça”, do chamado “compadre Valdir”. Esse fez uma grande campanha na época através da rádio Tubá, pro pessoal vir pra Joinville. Era matéria paga. Além da propaganda em rádio, também fizeram através da propaganda ambulante, trazendo o pessoal.^®^

A eficácia do trabalho desses agentes, mediadores entre a empresa e os trabalhadores rurais, estava diretamente associada, por um lado, ao desenvolvimento da industrialização e, por outro, às dificuldades de sobrevivência no campo. As localidades citadas pelo informante José Fausto pertencem ao município de São Ludgero que, na época em questão, era predominantemente agrícola. Até hoje estas comunidades sobrevivem basicamente da avicultura.

A enchente de 74 praticamente destruiu Tubarão e os municípios vizinhos. Este episódio contribuiu para o deslocamento em massa de trabalhadores para Joinville, confiantes na promessa da “terra prometida” para recomeçar a vida. Foi desta forma, utilizando-se de argumentos que não deixavam dúvidas quanto às vantagens e o bem-estar que a cidade de Joinville proporcionava a quem nela morasse, que as indústrias conseguiram manter um número suficiente de trabalhadores e garantir a estabilidade da produção.

Havia, por parte da imprensa escrita, em especial do jornal *A Notícia*, uma preocupação constante com relação à falta de mão-de-obra nas empresas. Durante a década de 1970, no editorial do referido periódico, esta problemática aparece como responsável pelas dificuldades no crescimento da economia, pois, segundo o parecer do editor, “Joinville, o maior município em índice de industrialização, debate-se com o grave problema da escassez da mão-de-obra de todos os tipos. 0

---



empresário enfrenta a concorrência no mercado de trabalho...”.<sup>®^</sup> Costumava-se relacionar a falta de mão-de-obra à desqualificação profissional. Em 1976, o SINE realizou, em Joinville, uma pesquisa entre os assalariados, no intuito de fazer um levantamento parcial da disponibilidade e das tendências no mercado de trabalho. Para tanto, distribuiu formulários em 9.300 residências, tendo constatado, dentre os resultados da pesquisa, a pouca qualificação profissional dos trabalhadores.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a Fundação Tupy ampliou a sua campanha publicitária além dos limites de Santa Catarina, no intuito de atrair mais trabalhadores para engrossar a reserva da mão-de-obra. Foram enviadas, para diversos municípios do estado do Paraná, equipes de profissionais encarregadas de convencer os trabalhadores rurais a transferirem-se para Joinville.

Marlene lembrou de um panfleto convidando trabalhadores para ingressarem na Fundação Tupy. A depoente assim descreve o panfleto:

Era lindo, feito com um papel bonito e tinha uma foto da empresa, bem bonita. Era algo bem chamativo e dizia; “Venha trabalhar. É sua oportunidade de emprego.”. Alguma coisa assim. Foi solto no final do ano, na época das férias coletivas para que o parente levasse para o parente. Eu lembro disso. Naquele tempo, o responsável pelo recrutamento era o seu Verner Lemke.<sup>^®^</sup>

Seu Verner afirmou não lembrar dos dizeres contidos nos panfletos. Moacir Floriani é quem descreveu os dizeres. Afirmou: “Eu lembro como hoje deste panfleto. Havia uma foto aérea da empresa e frases do tipo: A Tupy guardou uma vaga para você. Indique um amigo ou parente”.<sup>^®®</sup>



FUNDAÇÃO TUPY S.A.  
JOINVILLE SC

## **VOCÉ ESTÁ À PROCURA DE MELHORES OPORTUNIDADES DE EMPREGO?**

### **A TUPY GUARDOU UMA VAGA PARA VOCÊ!**

Se você deseja irabamar nuna GRANOE EMPRESA, a FUNOIAO TUPY pode olerecer-lhe esta oportunidade. Eis algumas informações soore a FUNDAÇÃO TUPY LEIA E OECIDA.

Dizeres de um dos panfletos que continha infomrjações sobre a empresa

O panfleto era colocado dentro da cesta de brindes oferecida aos operários da Indústria de Fundação Tupy. Continha, no verso, uma ficha de inscrição para ser preenchida com os dados de algum candidato a emprego. Estes operários, saídos do campo, mantinham ligação com o local de origem, e retornavam à sua terra, na qual passavam as Festas de Natal e de Ano Novo com os familiares, ocasião em que as empresas costumavam dar férias coletivas à maioria dos empregados. Desta forma, mais parentes eram incentivados a sonhar com uma vida de prosperidade que o trabalho assalariado poderia lhes proporcionar, com acesso a novos bens de consumo. Prontamente vinham também para Joinville, pois viam facilitada a sua entrada na empresa. Foi assim, que muitos dos trabalhadores rurais na situação de migrantes viram-se frente à perspectiva de ingressar na condição de operários em Joinville.

**Boas férias,  
descanse isastante.**

**Na volta,  
traga um amigo  
para trabalhar  
com a gente.  
É bom trabalhar  
entre amigos.**

Dizeres do panfleto que trazia a foto da Empresa, o Pórtico de Joinville e a ficha de inscrição

Mesmo com todo o cuidado que existia, segundo declaração de Verner, no recrutamento de pessoal, em selecionar somente os trabalhadores solteiros, vinham para Joinville inúmeras famílias, atraídas pelas propagandas que se faziam da cidade e das vantagens em trabalhar numa empresa como a Fundação Tupy. Conforme o entrevistado, havia uma insistência por parte dos agricultores casados na hora da entrevista, porque queriam vir para Joinville também. Enfatizou;

Os casados até se propuseram a vir e deixar a mulher e filhos lá na tenra deles, mas nós não aceitávamos. Nós éramos seletivos neste ponto. Isso era uma coisa que eu exigia. Depois o cara aparecia aqui. Eu perguntava; 'Mas aonde é que tu está?' "Ah, eu vim com a mulher e os filhos e estou na casa de um primo meu". Aí começou a inchar o Boa Vista. Mas não éramos nós que trazíamos. Nós trazíamos os solteiros.^®^

Moacir alegou que, no trabalho de recrutamento, não havia necessariamente uma norma para selecionar somente os solteiros por ser menos problemático para a empresa. Ao contrário, observou; "os solteiros tinham mais facilidade de vir, mas também tinham mais facilidade de voltar. Eles eram mais oportunistas e não se prendiam muito à situação",^®® o que, às vezes, para a empresa, representava um problema e não uma solução. Para Moacir, o casado

vinha para ficar, porque necessitava definir a sua vida. Se viesse com a família, isto o comprometeria ainda mais com a empresa, tendo que se adaptar à rotina da fábrica, pois dificilmente teria como regressar ao seu local de origem.

Assim, alguns dos bairros de Joinville, como Boa Vista, Espinheiros, Iririú e Aventureiro, em especial, formaram-se, a partir da vinda de migrantes, em sua maioria agricultores do interior de Santa Catarina e do Paraná.

É comum ouvir entre os operários entrevistados, especialmente os paranaenses, que as empresas preferiam admitir os trabalhadores rurais, por serem mais eficientes, mais fortes e, por estarem acostumados com o trabalho duro na roça, enfrentavam qualquer tarefa. Sobre esta questão, a assistente social Marlene afirmou que quem deveria saber a resposta era a pessoa responsável pela entrevista na hora da admissão. Mas admitiu que “a empresa preferia gente do interior, primeiro porque estava mais necessitada, por questão de sobrevivência. Quando precisa sobreviver, acaba se adaptando em qualquer trabalho”.<sup>170</sup> Por sua vez, Moacir Floriani acrescentou;

o pessoal daqui escolhia serviço. Chegava e já dizia “Tem vaga no controle? Tem vaga na roçagem?” Já sabiam de cor e sateado onde o trabalho era mais leve, mais tranquilo, com menos calor, menos poeira. O pessoal que vinha do sítio não escolhia. Eles perguntavam: ‘O que você tem aí pra eu fazer? Eu quero trabalhar’. É uma coisa bem diferente.<sup>171</sup>

Sobre os migrantes rurais, Moacir não fez distinção entre catarinenses e paranaenses, mas declarou que, “o agricultor, a princípio, era interessante, exatamente porque ele vinha com as mãos calejadas. Este trabalho, na época, era bem mais pesado. Quem vinha com as mãos calejadas, tinha um ponto favorável”.<sup>172</sup>

---

CUSTÓDIO. Marlene Silveira. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

Admitiu que nem sempre era possível contratar trabalhadores com qualidades compatíveis aos interesses da empresa para ocupar as vagas disponíveis.

Quando a gente precisava e não havia trabalhadores suficientes, nós não olhávamos muito; fechávamos os olhos e contratávamos. O que a gente procurava era tentar colocar ele mais dentro da real condição dele. Como tinha uma gama muito grande de vaga, então eu sempre procurava na apresentação adequar as características mais próximas à função, conforme as suas habilidades, estatura, escolaridade. A gente procurava enquadrar ele dentro dos parâmetros que desse uma condição melhor de permanência.^^^

No depoimento, Moacir reclamou da forma pela qual os gerentes de produção encaminhavam os pedidos para preencher as vagas existentes na fábrica.

Os pedidos eram feitos de um dia para o outro. Quando abriam as vagas, não havia tempo para fazer uma boa seleção, a fim de avaliar a sua habilidade e o grau de escolaridade do candidato. Isto o intrigava porque sentia uma certa desvalorização do seu trabalho, como declarou;

Tinha gerente que dizia: “Eu quero quinhentos na linha amanhã. Põe gente aí dentro”. Ora, não é põe gente. A gente faz um trabalho diferente. [...] Eu lembro que em 77, 78, nós implantamos o plantão. Era época que eu fazia faculdade. Não interessava que tinha aula. Nós atendíamos de 2ª a 6ª feira até onze horas da noite. E atendíamos aos sábados e domingos inteiros, como fôra de pegar este cara que estivesse até mesmo empregado. Como a empresa tinha um salário atraente, então abria para isto. Vinha um cara de uma empresa menorzinha, de fundição, a Tupy oferecia mais e ele dizia: “Ah, eu vou pedir demissão e vou aparecer aqui na semana que vem”. E ia pedir demissão.’^

Pelo exposto, percebe-se que havia uma competição exacerbada entre as empresas para conseguir trabalhadores. Nesta luta valia tudo, menos a lealdade, até mesmo porque quem respondia por estes atos eram os gerentes, não os empresários.

Moacir Floriani declarou que a Tupy mandou profissionais em quase todas as regiões do estado de Santa Catarina para buscar trabalhadores. Através do mapa geográfico, foi apontando os municípios por onde a equipe desenvolveu as campanhas de recrutamento e seleção. Além dos lugares citados por Verner, nos quais a empresa mantinha linhas de ônibus permanentes para transportar os trabalhadores, Floriani apontou outros municípios como, Campo Alegre, Schöereder, Luis Alves, Armação, Itapoá. Afirmou ter participado efetivamente deste trabalho na região Sul, relacionando lugares não mencionados por Verner, como, Turvo, Jacinto Machado, Meleiro, Timbé do Sul, Araranguá, Criciúma, Imaruí. Da mesma forma, no planalto serrano, na região de Curitibanos, Lages, Ponte Alta e Corrêa Pinto. Declarou que “a região do Oeste catarinense foi tarefa para outra equipe. O Francisco, ex-gerente de recursos humanos da Tupy, foi no Oeste, Joaçaba, Chapecó, e outros lugares menores, como Porto União, União da Vitória e Canoinhas”.^^^.

Os olhos e as mãos de Floriani deslizavam sobre o mapa de Santa Catarina com movimentos coordenados no exercício de reconhecimento e de memória, sobre os lugares de atuação da empresa. Prosseguindo o depoimento, destacou;

Quando nós chegamos à exaustão neste nosso mapa de Santa Catarina e aqui já não nos propiciava mais a necessidade que a gente tinha, o número de vagas crescendo dia a dia, o *tum over* alto, aí nós tivemos que partir para outro lado. A gente foi fazer primeiro um trabalho na região de Ivaiporã. [...] Veio tanta gente! Foi feito um atendimento lá uma vez, eu acho que cinquenta por cento de Ivaiporã veio para Joinville, nos anos de 79 e 80. Foi uma loucura. A gente perguntava por perguntar: “De onde é que você vem?” “De vaiporã”, o cara dizia.^^^

Verner argumentou que o Paraná foi o recurso final quando a reserva de mão-de-obra em Santa Catarina se exauriu. Mesmo porque em Santa Catarina a

equipe de recrutamento só percorreu as regiões que não haviam se industrializado.

Por isso que o Oeste de Santa Catarina, segundo ele, ficou de fora, pois aquela região também estava experimentando o processo do milagre econômico brasileiro, e precisava de toda mão-de-obra disponível. Porém, o mesmo não ocorria em algumas regiões do Paraná.

As regiões do Norte e Nordeste do Paraná eram pouco industrializadas. Nestas regiões a agricultura estava em alta. Eu fui uma só vez em Cascavel, fiquei lá quatro, cinco dias. Vintia gente de todos os lugares, porque a rádio alcançava longe, e vai de boca em boca. Eu trouxe, acho que quatro ou cinco ônibus, numa comitiva de Cascavel para Joinville. Depois nós fomos aqui no sudoeste do Paraná, duas vezes. Mas era um pessoal mim, aqui em Francisco Beltrão, Pato Branco. Não era como aquele pessoal próximo a Cascavel, Maringá; ali era um pessoal bom. E ainda em Ivaiporã, cidadezinhas pequenas, tudo um pessoal assim de boa índole, até religiosos, católicos, que a maioria encontrava aqui as comunidades e logo se adaptava.<sup>176</sup>

Moacir Floriani entende que a responsável por este êxodo rural foi a mecanização da lavoura associada à cultura da soja. Afirmou que Ivaiporã era uma região de grandes produtores, os quais aproveitavam a mão-de-obra no tempo do plantio, da capina e da colheita. A partir da década de 1970, os grandes investimentos voltados para a lavoura de exportação exigiram resultados mais rápidos. Foi, então, utilizada a tecnologia para agilizar a produção o que, em consequência, desempregou centenas de famílias. Para Moacir, “o ciclo migratório foi positivo no sentido de resolver um problema social que estava se criando. Se o Paraná não tivesse tido estas oportunidades, que foi o pessoal ou ir para o Norte do país, ou vir para a área industrial, não sei o que seria deles”. 177

Algumas experiências de recrutamento, no entanto, parecem ter sido frustrantes. Em algumas áreas litorâneas do Paraná, a população não estava

---

<sup>176</sup> LEMKE, Vemer. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

propensa a mudar de profissão. Em outras, como Cascavel, foram os fazendeiros que não permitiram a retirada em massa do exército de mão-de-obra no local.

Moacir conta a tentativa de recrutamento nestas regiões;

No Paraná, o trabalho de recrutamento que não deu muito certo foi na região de Antonina e em Paranaguá. Foi uma experiência que a gente abortou e não fizemos mais. [...] Em Cascavel também foi feito um contato importante, porque Cascavel tem a característica de ser um pólo de atração daquela região toda. Eu lembro que o Ademar era o recrutador, e foi fazer o trabalho lá. Ele foi tentar fazer a divulgação em rádio. Ele ia na frente, mapeava o lugar, fazia o barulho e depois eu ia para fazer a peneira, fazer a seleção em si. Neste trabalho em Cascavel, eu acabei nem indo. Ele telefonou dizendo: “Não vai dar. O pessoal aqui está me ameaçando e não fizeram divulgação em rádio, jornal, e disseram que não posso ficar dando bandeira por aí porque os fazendeiros vão acabar me pegando”. Aí, o que que ele fez? Foi para a rodoviária e lá começou a fazer contato, discretamente, conversando com um e outro, conseguiu alguns trabalhadores.<sup>178</sup>

Verner afirmou que foram feitos três recrutamentos no Paraná, utilizando-se dos mesmos recursos pedagógicos aplicados em Santa Catarina. Conta que em Ponta Grossa foi preso por ter anunciado a existência de vagas para mecânicos de manutenção na Indústria de Fundição Tupy. Este anúncio teria provocado a ira da Associação Comercial e Industrial que, após Verner ter-se recusado a sair da cidade, acionou a polícia sob a alegação de que estaria recrutando trabalho infantil. Mesmo assim, conseguiu trazer para Joinville os mecânicos que a empresa estava necessitando. Para Verner, a forma utilizada para buscar trabalhadores em Santa Catarina e no Paraná foi a mesma. Porém, no Paraná, a campanha teve um efeito mais prolongado. Revelou;

No Paraná a fama nossa pegou que foi uma coisa louca. O sujeito que queria qualquer coisa, ele vinha direto pra Tupy, mas vinha armado com um amigo. Na verdade, os que vinham voluntariamente não tinha nada garantido. Mas aqueles que vinham com a campanha de recrutamento, aí sim. Mas é claro, nós olhávamos nos aspectos de seleção, se ele era analfabeto, o estado físico: às vezes o cara era muito franzininho, muito fraquinho. Só se a gente tivesse um serviço adequado, a gente não tinha nenhuma predileção quanto a isso. Mas os mais fortes sempre eram os melhores porque suportavam mais o calor, a pressão. Aí se criou inclusive uma vila chamada vila Paranaense. Então por isso, o que ocorreu foi uma migração na década de 80, final dos anos 70, até 85, 86, uma migração violenta para Joinville e nós



não tínhamos mais ascensão sobre aquilo. Aquilo era voluntário. O cara estava sem emprego, perdia o emprego lá no café, não sei aonde, era para Joinville que ele se mandava. Daí porque Joinville cresceu desta maneira e isto deve-se parte a mim, sem sombra de dúvida. Eu sou às vezes culpado por isto. Então, o que nós buscávamos sobrava para outras empresas. E as outras empresas foram crescendo com isto.^^®

O depoente, durante a entrevista, mostrava reações de orgulho e de sentimento de culpa ao considerar-se responsável por um processo de migração, visto pelas autoridades municipais como causa dos problemas sociais na cidade.

Mesmo com o recesso econômico em meados dos anos 80, os trabalhadores, principalmente oriundos do Paraná, continuavam chegando. Por isso, ele foi chamado para dar explicações sobre o inchamento da cidade;

Até um dia na Associação Comercial, me chamaram lá e disseram; “O senhor não quer vir aqui e dar algumas explicações?” “Que explicações? O senhor deve ir lá e discutir com o diretor da empresa”. “Não, nós queremos que você venha aqui. O diretor, o Mário Bôhem, já falou e agora nós queremos ouvir de você, porque o prefeito está reclamando que a cidade está inchando”. Eu digo; “Mas o que eu vou fazer, meu Deus?! Vocês é quem precisavam da mão-de-obra, não eu. Eu tive que fazer o meu trabalho”. [...] Constantemente apareciam pessoas que não tinham condições, a gente via, e através do Serviço Social da empresa, pagava passagem de volta. Mas não era a gente que mandava buscar, não. Era aquele que vinha, louco, com mulher, filho, tudo, porque lá não tinha mais serviço. E aqui também começou a acabar.^^

Por outro lado, o surto migratório não está descolado da recessão econômica ocorrida no início dos anos 80, somada ao desastre da propalada política agrícola “Plante que João garante” (referência ao conhecido *slogan* utilizado pelo governo do General João Baptista Figueiredo). Agricultores paranaenses que perderam as suas terras, ou emprego nesta época, deslocaram-se para Joinville. Com o aceleramento deste processo migratório, Joinville sofreu o impacto de um

crescimento populacional nas décadas de 1970 e 1980, em média de 6,4% ao

ano.<sup>181</sup>

Verner frisou que há dois anos foi fazer uma visita aos funcionários do setor de recrutamento da Fundação Tupy e obteve a informação de que trabalhadores do Paraná ainda procuraram pela empresa. Para ele, “isto mostra que nós fizemos um trabalho bem feito, honesto, correto, porque se fosse ruim, ninguém vinha”.<sup>182</sup>

Em meados da década de 1980, o mercado de trabalho já estava saturado em Joinville. As empresas sofreram uma retração no seu desenvolvimento por conta da política econômica brasileira, não conseguindo absorver a mão-de-obra disponível. Aos poucos, o desemprego foi tomando uma proporção alarmante e as empresas tornaram-se mais exigentes no processo de seleção de pessoal. Se até então “fechavam-se os olhos” para contratar os trabalhadores, criou-se uma situação inversa. Observe-se o depoimento de Moacir:

Quando este ciclo começou a mudar, que a empresa praticamente atingiu o seu objetivo que era os oito mil e seiscentos funcionários, e o país começou a entrar numa recessão, neste período a gente começou a apertar mais o processo de seleção. Aí tinha a entrevista no sentido de filtrar, para ver quem estava melhor preparado para ficar na empresa, se valia a pena investir [...]. Começamos as amarações até com as indicações. A partir de agora, uma indicação era uma responsabilidade. Procurei jogar abertamente com as pessoas sobre o que é a realidade do trabalho.’<sup>A</sup>

O desemprego começou a tomar conta de Joinville. No entanto, a cidade continuou recebendo diariamente migrantes que desembarcavam na rodoviária, esperançosos em melhorar a qualidade de vida. Os problemas sociais tornaram-se evidentes, chamando a atenção de alguns setores públicos municipais. A Secretaria

---

<sup>181</sup> Conforme estatística do IPPUJ (Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville). Pela FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1960, a população de Joinville era de 70.687 habitantes; em 1970, 126.559; em 1980, 235.812; em 1997, 397.987.

<sup>182</sup> LEMKE, Verner. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

do Desenvolvimento Social atendia, por dia, trinta pessoas em média, que buscavam ajuda alimentar ou de encaminhamento de emprego. O jornal *Extra* era um dos únicos, ou o único veículo de comunicação a tornar pública a situação em que se encontravam os migrantes. Em 1984, este periódico divulgou uma reportagem sobre “os destinos” dos migrantes que chegavam na cidade e não conseguiam emprego:

A explicação para toda essa massa que chega a Joinville e fica a perambular pela cidade, muitos pedindo esmola, está no fato de que Joinville tem fora do estado grande fama de empregadora, ainda. Há alguns anos, ônibus eram fretados para trazer trabalhadores de outras regiões, já que faltava mão-de-obra no município. Agora o cenário é totalmente diferente. Mas a boa fama continua, e homens desempregados com suas respectivas famílias ainda acreditam na perspectiva de emprego fácil e juntam dinheiro apenas suficiente para chegar na cidade. E só aqui vêem que a situação mudou drasticamente. ^®^

Como a situação havia mudado e as empresas já não precisavam de tantos braços, os migrantes representavam uma preocupação para o setor público municipal, pois teria que gerenciar de alguma forma os problemas da população ociosa na cidade. Funcionários da Coordenadoria Regional da Secretaria do Desenvolvimento Social permaneciam diariamente na rodoviária, das 6:00 às 22:00 horas, fazendo um levantamento e triagem dos migrantes que chegavam a Joinville em busca de emprego. Aplicava-se toda uma pedagogia de convencimento para que os mesmos voltassem ao município de origem. Quando as técnicas de convencimento falhavam, eram encaminhados à coordenadoria, que passava a cuidar do caso, fornecendo condições financeiras mínimas para retornar, ou permanecer na cidade. O “Eldorado” dos excluídos da terra tornou-se um pesadelo. O uso das novas tecnologias nas empresas, a globalização do mercado, e a desregulamentação no mundo do trabalho imposta pela política neoliberal expulsou da linha de produção grande parte dos trabalhadores oriundos das áreas rurais.

---

Excluídos da roça, seduzidos pela cidade e excluídos da fábrica, esses migrantes perderam toda e qualquer referência e noções de direitos, restando a conformidade de acreditar que se tratava de um fracasso pessoal por força de “destino”.

---

## 4 AS LUZES DA CIDADE

“As cidades, como os’ sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondem uma outra coisa”.

Italo Calvino\*

Joinville tem acumulado vários títulos, comumente usados para divulgar o nome do município e incutir na população o “caráter nobre” da cidade. Desde rótulos e propaganda até os manuais didáticos das instituições de ensino destacam; “Cidade das Flores”, “Cidade dos Príncipes”, “Cidade das Bicicletas”, “Manchester Catarinense”.

*Outdoors* espalhados em pontos estratégicos, em épocas específicas durante o ano, expõem dizeres como este: “Uma cidade onde tem príncipes, flores e bicicletas, o que mais precisa para ser feliz?”, Com isso, tenta-se forjar uma representação coletiva de felicidade, determinada pelo interesse de um grupo que, no dizer de Chartier,

[...] faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como prova de uma realidade que não é. Assim, a representação transfigura-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata.<sup>185</sup>

Costuma-se incutir a idéia de que Joinville é uma cidade de povo *ordeiro*, *honesto e trabalhador*, por causa de sua origem germânica. A imprensa local sempre

---

\* CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 44.

<sup>185</sup> CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa; Difel, 1990. p.22.

fez questão, como ainda faz, de exibir que Joinville é a maior cidade de Santa Catarina, o terceiro pólo industrial do Sul do Brasil e a primeira em arrecadação de imposto de renda, enaltecendo assim a Manchester Catarinense, tornando notória a preocupação em mostrar o seu *espírito empresarial*.

Visitantes que passam pelo centro da cidade ficam maravilhados, elogiam a beleza dos jardins, das casas bem cuidadas e a limpeza das ruas.



Jardins bem cuidados no centro da cidade revelam a preocupação em causar boa impressão aos visitantes.

Os discursos oficiais das autoridades municipais, estaduais e nacionais, e dos empresários, em datas comemorativas, ou festivas, exaltam Joinville pela dedicação e pelo amor ao trabalho, qualificando-a como modelo de desenvolvimento a ser seguido, pelo desempenho e prosperidade das empresas. Em 1978, o então presidente da Federação das Indústrias, Bernardo Wolfgang Wemer, na inauguração de uma das unidades do SENAI, fazendo uso da palavra, afirmou que, “se neste país se desejasse identificar a população e o espaço que representassem as mudanças brasileiras nos últimos 15 anos, Joinville ofereceria o melhor

desempenho. Joinville serve de exemplo de trabalho”.<sup>186</sup> Por sua vez, o prefeito Luís

Henrique da Silveira, no mesmo evento, discursou longamente destacando “a

importância do relacionamento que deve nortear a filosofia entre empresa e

empregados, a fim de que ambos se integrem e se completem, com vistas ao próprio

fortalecimento de cada qual”.<sup>187</sup>

Nesta imagem idealizada da cidade, confundem-se empresários e operários,

na construção do desenvolvimento industrial, reconhecidamente, pelo menos, nos

discursos; no entanto, não se permite, ainda, o acesso de todos aos benefícios do

progresso urbano. Nestes discursos em que empresários e trabalhadores aparecem

juntos, como construtores e beneficiários, está o disfarce da exclusão, camuflada

pela ideologia burguesa do bem-estar a ser alcançado por todos, muitas vezes

incorporado pelo trabalhador, que o assimila como verdade e entende que a sua

transferência do campo para a cidade representou uma melhoria econômica e social.

Lúcio Kowarick, analisando as condições de vida do migrante rural em São

Paulo, diz que, na visão desse migrante, houve uma melhoria econômica e social em

relação ao tempo em trabalhava na área rural. Para o autor, esta auto-avaliação

[...] é decorrente de uma impressão de participação que se dá mais no nível simbólico do que no real, fruto de uma dinâmica inerente à sociedade de massas que forja através dos meios de comunicação aquilo que pode ser designado de “mercado de ilusões”, é o mundo das vitrines, da televisão, dos painéis publicitários onde os que subiram servem de exemplo e esperança para aqueles que só podem consumir na fantasia o sucesso e o estilo de vida daqueles que venceram.<sup>188</sup>

<sup>186</sup> Confrome reportagem, “Amaldo Prieto inaugura novo Centro de Fomnação do SENAI”, fazendo uso da palavra, o Prefeito Luís Henrique da Silveira, o presidente da Federação das Indústrias Bernardo Wolfgan Wemer, o Ministro do Trabalho Amaldo Prieto e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias Hidro e Temioelétricas do Norte de Santa Catarina, Amiin Bächtold. *A Notícia*. Joinville, 28 jul.1978. p.9.

<sup>187</sup> MINISTRO do Trabalho estimula os que se dedicam à fomnação profissional. *A Notícia*. Joinville, 25jun.1975. p.12.

<sup>188</sup> KOWARICK, Lúdo. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.50.

Na verdade, o progresso significa a acumulação de riqueza em poder de uma pequena parcela da sociedade e o aumento da pobreza da maioria da população.

Para o migrante rural, que via na cidade uma condição de vida oposta àquela que levava como agricultor, tratava-se, à princípio, de administrar as expectativas criadas em torno do encantamento pelo espaço urbano com as situações que se apresentavam a cada dia.

Sebastião Rodrigues, como foi mencionado anteriormente, afirmou que, nos tempos da roça, tinha a idéia fixa de um dia morar em Joinville. E conta como foi a sua chegada e as primeiras impressões na cidade;

Cheguei na rodoviária que ficava ali na prefeitura velha. Cheguei ali, com a mala na mão, olhava prum lado, olhava pro outro, aí perguntei; “Aonde é que fica o Boa Vista?” E o motorista de táxi me disse: “Prá lá. Eu perguntei: “Como é que eu pego o ônibus?” “Olha, lá na frente você pega o ônibus que leva até o centro. Lá você pergunta aonde fica o Boa Vista”. Perguntei: “Aonde fica o centro?” “É pra lá”. “E muito longe?” “Não, é pertinho”.^®®

Sebastião queria ir para o bairro Boa Vista, pois tinha a intenção de trabalhar na Indústria de Fundição Tupy, única referência que tinha da cidade. Como achou complicado chegar até o local desejado sem conhecer ninguém e nem ter lugar para morar, resolveu pedir ajuda ao motorista de táxi para que o levasse a uma pensão próxima à Tupy. E relatou o diálogo com a dona da pensão:

Cheguei numa pensão daquela lá e o motorista de táxi disse: “Tem vaga para um rapaz aí?” “Donde é que tu é?”, perguntou a dona da pensão. “Oa onde é que tu é?”, perguntou o motorista de táxi. “Lá de Angelina”, respondi. “Não conheço este lugar”, respondeu a dona. “Florianópolis”, respondi. “Tem vaga, mas já sabe, tem que dar adiantado o aluguel, e não lavo roupa, não lavo nada, não dou comida, não dou nada”. Eu disse: “Tá bom”. E fiquei. A mulher com uma cara feia, sabe. Era meio gordona. E aí fiquei. E aí comecei a perguntar pra ela: “O dona Maria, onde é que é a Tupy?” “Não está escutando este barulhão? É de lá”.®®



Para o depoente, a vontade de vencer era maior do que as dificuldades que se apresentavam. Por isso, no dia seguinte foi até a Tupy com o intuito de realizar o seu sonho. Uma grande fila o esperava na entrada das dependências da empresa. O recrutamento era realizado fora da fábrica. Sebastião afirmou que nunca iria esquecer da forma como foi recrutado; “Tinha umas cadeiras bem altas e uma escada. Nunca esqueci daquilo. E o cara olhou e disse; ‘você ali atrás’. Aí um cara disse; ‘Você!’. Aí eu olhei e o cara disse; ‘Foi você mesmo que olhou pra trás. Óh, vem cá’. Depois olhou pra outro e disse; ‘Ei, você lá atrás’. Escolhia assim por cima”.<sup>191</sup> Isto confirma as informações de Verner Lemke ao relatar que até 1973 o recrutamento na Tupy era feito na base do grito. Mas para quem estava determinado a fazer parte de “uma das maiores empresas da América Latina”, a forma desajeitada de recrutamento não passava de uma observação registrada na memória, para mais tarde ajudar a entender a complexidade das relações de poder nos diferentes grupos que compõem a cidade. Assim, ser um dos tantos escolhidos entre centenas de candidatos, naquele momento, não deixava de ser um privilégio. Conforme o depoimento de Sebastião, a entrevista para a seleção de pessoal era realizada com uma certa dose de terrorismo, para deixar o candidato inseguro e criar nele uma expectativa de compromisso com a empresa caso fosse escolhido para fazer parte do seu quadro. Uma das perguntas do rol da entrevista era se o candidato já havia trabalhado na roça. Depois vinham outras interrogações seguidas de inferências desestimuladoras; “Tu queres trabalhar na Tupy? A Tupy não é bom pra trabalhar. Tem poeira, pó, fogo, tem barulho, é pesado. Tem que trabalhar oito horas por dia e tem que fazer serão; paga pouco”.<sup>192</sup> Depois deste procedimento, o

candidato era encaminhado para o processo de seleção, enquanto aguardava para ser chamado. Sebastião lembra da emoção que sentiu quando um funcionário da Tupy foi de *kombi* buscá-lo na pensão, para começar a trabalhar na empresa. Junto com um grupo, passou por um treinamento de algumas horas. Depois, o responsável informou-os que deveriam apresentar-se no dia seguinte às 7:00 horas da manhã para conhecer a Tupy. Segundo lembrou, “eu tava todo bobo”, pois finalmente havia chegado o grande dia de conferir a grandiosidade da empresa que há tanto idealizara em imagem, e que se tornara quase obsessão.

Para quem no campo não teve tempo de cultivar sonhos porque a vida sempre foi sinônimo de trabalho, a cidade representou a continuidade das preocupações e dos afazeres na luta pela sobrevivência. Carmelita mudou-se para Joinville quando não tinha mais condições de sobreviver com o trabalho na roça. Como a maioria dos irmãos, quase todos solteiros, moravam em Joinville, em casa alugada, decidiu migrar juntamente com a mãe para reunir toda a família, tão logo a construção da casa própria fosse concluída. Na entrevista, lembrou;

Quando vim pra Joinville, nos primeiros dias pra sair na cidade, como foi difícil! Eu vim pra trabalhar. Lá a gente trabalhava e aqui a gente também tinha que trabalhar. A gente ia pra fábrica. Eu trabalhava no turno da manhã. [...] Diziam que aqui a casa tinha que ficar limpa. Não podia limpar só uma vez por semana. Tinha que limpar todos os dias, passar cera. Então tinha que ajudar a mãe. Tinha que lavar aquela rouparada, três vezes por semana. [...] De tarde, eu tinha que limpar a casa, recolher a roupa, dobrar, ajudar a mãe. E à noite, era aquela louçarada. [...] Inclusive, depois que eu comecei a namorar com o Zé, [com quem casou-se] nas quartas-feiras eu dizia; “Comam ligeiro que eu quero lavar a louça antes que ele chegue”. Tinha que lavar a louça até nas quartas-feiras.<sup>133</sup>

Ruberval José Sabatowski, técnico em metal-mecânica, residia em Ponta Grossa, no Paraná. Através de jornais editados em Curitiba, tomou conhecimento da

oferta de emprego que havia nas empresas de Joinville e resolveu conferir a possibilidade de encontrar trabalho. Relatou:

Eu vim pra Joinville à procura de emprego. Eu não conhecia Joinville. Foi difícil quando cheguei aqui. Cheguei numa madrugada de quinta-feira. Fiquei aí na rodoviária e às 6:00 horas da manhã circulou o jornal *A Notícia* e eu já me deparei com a Consul, a Embraca Nielson, Ciser, Tupy, Senai, precisando de mão-de-obra especializada.<sup>194</sup>

Como técnico em metal-mecânica, Ruberval logo estava empregado, dada a falta de mão-de-obra especializada nas empresas. A dificuldade para Ruberval, segundo declarou, foi adaptar-se em Joinville, no convívio com os habitantes da cidade. No seu entendimento, essa dificuldade deveu-se ao fato de que, tão logo começou a trabalhar, ouvia no ambiente da fábrica pessoas comentando sobre as preferências das empresas em admitir trabalhadores de fora, porque os joinvilenses não tinham muita afinidade com o trabalho. Estes comentários fizeram dele uma pessoa cautelosa em relação às amizades e nos negócios.

Hélio Daufemback conta que teve dificuldades nos relacionamentos tanto no campo do trabalho, como fora dele. Imaginava que na cidade as pessoas faziam um trabalho burocrático, nada relacionado à atividade produtiva. Desencantou-se com as pessoas quando percebeu a fragilidade nos relacionamentos por conta das sutilezas nada inocentes, especialmente dos mais velhos, a quem na infância havia aprendido a reverenciar e a respeitar. Durante muito tempo passou quase que isolado, sem qualquer identidade de grupo. Para ele, isso era “como se tirasse o tapete de alguém e o deixasse sem base nenhuma”.<sup>195</sup>

Remi Hermesmeier considera que, ao chegar em Joinville, perdeu muito mais do que o chão. Como o seu pai era proprietário de um estabelecimento

---

194

195

comercial, tinha contato com toda a população da região. A família acabou perdendo a propriedade, obrigando-se a vir para a cidade. Com isso, Remi perdeu as referências. A sua vontade era voltar ao lugar de origem, pois, “a gente sempre viveu no meio de todo mundo. Todo mundo conhecia todo mundo e aqui não conhecia ninguém. Lá todo mundo se cumprimenta e aqui as pessoas mal cumprimentam o outro. Foi muito difícil no início”.<sup>196</sup>

Era de fato um mundo diferente, nunca visto antes pelos migrantes acostumados a conviver na comunidade entre conhecidos, de hábitos idênticos, compartilhando dos mesmos costumes. Aldira, acostumada a viver no campo, nunca tinha tido contato com a vida urbana. Recém-casada, aos dezessete anos transferiu-se para Joinville. O marido já trabalhava em uma indústria nesta cidade. Apegada à família, viu o seu mundo desmoronar-se à sua volta:

Eu era presa aos meus pais, trabalhava na lavoura. Quando cheguei aqui era tudo diferente. Chorava. O meu marido não deixava trabalhar. O meu marido trabalhava de vigilante de noite, aí ficava sozinha e chorava, tinha vontade de ir embora. Mas eu pensava assim: “Não, eu me casei e foi pra ficar”. Daí veio a primeira filha e depois veio a segunda e fui me adaptando com o jeito do pessoal aqui [...] Depois que comecei a trabalhar é que vi que no sítio era diferente [...] A vida aqui na cidade é mais convida. No sítio é mais parado. Aqui amanhece o dia e já é aquela correria. Lá o pessoal levanta cedo pra ir pra roça, mas é quieto, não se ouve nada. Ao meio-dia, seis da tarde não é aquele tumulto. O domingo lá é muito sossegado. Não tem nada. É quieto, quieto.”<sup>197</sup>

Evanir Elizabeth revelou ter tido muitas dificuldades até ajustar-se na cidade. Os hábitos das pessoas com quem teve de conviver soavam-lhe estranhos. Na primeira empresa em que trabalhou, não conseguiu permanecer mais que cinco meses, conforme declarou:

Gente da roça vem pra cá, chegava em casa, via o serviço tudo pra fazer, ficava nervosa [...] Eu não era acostumada com a fábrica, aquelas mulheres assim, eu não era acostumada com aquele bolo ali dentro. Elas brincavam e eu ficava assustada com tudo o que ouvia [...] Eu tinha medo de andar de

madrugada [...] então não deu pra continuar. Pedi a conta.<sup>198</sup>

Rea afirmou que o trabalho na roça lhe consumia muito mais tempo do que aquele na fábrica. No sítio, além das atividades exigirem maior esforço físico, não restava-lhe muito tempo para dedicar-se a alguma ocupação que estivesse fora das obrigações cotidianas. Ao chegar na cidade, Rea não precisou mais que algumas semanas para considerar o campo e toda a sua história construída um lugar do passado, preferindo a vida urbana. Apesar de estranhar os hábitos da cidade, assim se manifestou quanto a morar em Joinville;

Foi a coisa melhor que aconteceu. Não precisava levantar tão cedo. Eu acordava cedo, mas daí eu pensava: “Puxa, mas eu não preciso acordar cedo, pois não vou sair pra roça. Eu posso ficar domiindo”. Na roça eu domiia menos e trabalhava mais. E na fábrica, não. Na fábrica tem horário pra trabalhar e na roça não tem horário. Eu trabalhava em dobro [...] Aqui eu vivi. Em Joinville eu vivi, porque lá eu não vivia. Eu só trabalhava. Eu era uma escrava. Aqui conheci outras pessoas, comecei a me divertir, sair.<sup>199</sup>

Dilnei da Rosa, como a maioria dos jovens que migraram para Joinville, iniciou a vida na cidade morando em pensão. Como opção de lazer, começou a freqüentar os salões de bailes acompanhando os colegas de pensão, mas logo percebeu que não poderia continuar com aquelas companhias por causa das extravagâncias externadas nestes locais, incompreendidas por Dilnei. Comentou; “Daí eu pensei; aqui não é lugar pra gente ter colegas. O que eu tenho que fazer é ficar em casa escrevendo. Todo o meu sentimento, eu escrevia”.<sup>200</sup> Nas horas de folga, uma caneta e folhas de papel tornaram-se suas fiéis companhias. Contos e poemas cristalizaram-se, resultantes da sua introspecção, que ele chama de “histórias que eu imaginava”, numa conjugação de sentimentos de resignação e de

<sup>198</sup> MATIAS, Evanir Elizabeth Gross. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

<sup>199</sup> STAHNKE. Rea Mauss. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).



solidão. Este afastamento ajudou Dilnei a realizar um sonho que tinha aos dez anos de idade: ter uma casa só para ele. Então passou a aplicar todas as suas economias na construção do seu projeto de vida. A casa própria representava para Dilnei uma questão vital. Conforme afirmou: “Eu comecei a viver depois de vinte anos. Depois que eu consegui uma casinha e entrei pra dentro, daí eu comecei a viver”.^^ Algum tempo depois, Dilnei encontrou um espaço de realização pessoal, participando da Pastoral da Saúde e da Associação de Moradores do bairro Jardim Paraíso, nas quais teve uma atuação efetiva na luta por melhorias na qualidade de vida da população local.

João Medeiros, ao contrário de Dilnei, tinha muitos amigos na sua terra natal. Ao transferir-se para Joinville, teve a felicidade de encontrar muitos dos conterrâneos seus trabalhando na mesma empresa e morando no mesmo bairro, a maioria freqüentando a Igreja São José Operário, o que facilitou a sua convivência no espaço urbano, pois conhecia e confiava nas companhias com as quais saía para divertir-se. Mas entende que as formas de divertimento na sua terra natal eram mais saudáveis do que na cidade, pois, “aqui o cara fazia qualquer brincadeirinha, já ficava desconfiado. Lá, nós ficávamos mais à vontade. Aqui era diferente. Mesmo que a cidade não era assim tão grande como agora, mas quando saía á noite, já tinha um pouco de desconfiança”.^

Para Terezinha Fernandes, morar em Joinville significou recuperar a saúde, bastante abalada com o trabalho na roça. No entanto, mesmo considerando mais leve o trabalho na cidade, ainda assim, em alguns aspectos, preferiria a vida pacata que levava na roça. Afirmou:

O mais difícil da passagem da roça para a empresa foi o horário. Horário pra ir, pra comer, pra sair. No sítio não tinha horário. Se chegasse uma visita na casa da gente, a gente não trabalhava para atender as visitas. Aqui não, chega quem chegar, não se pode perder um dia de serviço. No início a gente achava tudo isso muito estranho, quando chegava gente não podia ficar. [...] Quem está na roça e não conhece como é a cidade, até hoje não entende. Eles dizem que na casa de fulano não adianta ir porque ele tem que trabalhar. [...] Meu pai (que ainda vive na roça) é um que não entende pra que tanto trabalho. Ele diz que a gente só trabalha e domie. [...] Vida na cidade é boa, mas é muito corrida.^“

**Horários rígidos e a conseqüente perda da liberdade representam a outra**

**face da imagem que os migrantes tinham da cidade antes de fazer parte dela.**

**Salésio Röhden levou muito tempo para conseguir adaptar-se ao estilo de vida**

**urbana. Acostumado ao ar livre e dono do seu próprio horário de trabalho, entende**

**que a sua vinda para a cidade se fez necessária por uma questão de sobrevivência,**

**mas falou das dificuldades quanto à adaptação;**

Foi difícil, muito difícil. Lá a gente tinha liberdade. Quando chegava às cinco horas da tarde, se Quisesse sair e dar uma pescada, fazia. Dizia; “Pai, nós estamos indo pescar”. Jogava a enxada atrás de um cepo lá e pegava o anzol e ia pro rio. Voltava às nove horas da noite. Isto a gente fazia toda vida. E chegando aqui não tinha nada disto. Não foi fácil de pegar o ritmo. Mas a gente acaba acostumando com tudo. Até acostumar bem, levou mais de um ano. Só que a gente não esquece. Quem foi do interior, não esquece.^o^

**Acostumar-se significa esquecer alguns dos hábitos cultivados na roça e incorporar outros, começando com a rigidez no horário de trabalho. Para José Fausto, as exigências da empresa aos poucos vão limitando a liberdade do trabalhador, que não dispõe mais de tempo para encontrar-se com os amigos, com os familiares e para usufruir da vida o que ela oferece pois, segundo comentou, “se você tem uma jornada de trabalho na roça, onde você confia o tempo no cantar do grilo, ou no assobio de um passarinho, ou no nascer do sol, dentro de uma empresa você não vê isto. Você fica longe das coisas belas”.^**

É notável a descrição da discrepância entre a concepção idealizada da cidade e a condição encontrada, à qual o migrante teve de adaptar-se. Havia, na maioria das vezes, uma distância muito grande entre a expectativa de “ganhar muito dinheiro em Joinville”, conforme as promessas inscritas nas propagandas, e o ganho real, se comparado aos gastos para manter-se. Em 1978, o operário Rubens Garetti, então com 21 anos, procedente de Laurentino, SC, declarou ao jornal *Extra* “Vim para Joinville à procura de emprego, mas o que arranjei não dá para pagar as despesas de pensão, comida, roupa e essas coisas”.<sup>^</sup> Por outro lado, por mais que se acreditasse na existência, em Joinville, de abundância de empregos, a conquista por uma vaga nas empresas nem sempre era tão simples quanto parecia. Nem todos os trabalhadores estavam empregados o tempo todo.

Casimiro de Souza encontrava-se desempregado quando foi entrevistado pelo jornal *Extra* em 1978. Segundo afirmou, “emprego tem, só que eles conversam com a gente [...] às vezes a gente não serve. Vontade de trabalhar não falta, mas tem uma tal de qualificação, sei lá...”<sup>^^</sup>

Em 1974, *A Notícia* divulgou uma pesquisa realizada junto aos chefes de departamentos de Relações Humanas e de Recrutamento de Pessoal da Indústria de Fundação Tupy, Cia. Industrial Hansen, e Indústria de Refrigeração Consul sobre o planejamento das empresas e a relação entre a demanda e a oferta da mão-de-obra. Constatou-se, na ocasião, que alguns entraves impediam as empresas de atingirem as metas propostas, entre os quais, a falta de estrutura habitacional e a falta de mão-de-obra qualificada. Estes problemas estariam relacionados à migração porque o trabalhador



[...] vindo de outras regiões, atraído pelo magnetismo industrial que caracteriza Joinville, este mesmo empregado, após sentir as dificuldades oriundas da falta de habitação (em raríssimas oportunidades a consegue, em se tratando de trabalhador não especializado), esbarra em problemas vários, principalmente os relacionados com a sua subsistência e de sua família. [...] A Cia. Hansen recebe, por dia, sessenta a oitenta candidatos a emprego, mas somente dez são aproveitados, por se enquadrarem dentro dos critérios de seleção adotados pela empresa. [...] Na Tupy, a cada mil candidatos que se habilitam a emprego, duzentos e cinquenta são aproveitados.<sup>208</sup>

Portanto, o migrante, ao chegar em Joinville, não demorou a entender que teria de lutar para superar, em parte, as inúmeras dificuldades encontradas.

As dificuldades de adaptação ao trabalho na fábrica constituíram um dos fatores que levaram muitos dos migrantes a procurar outra forma de sobrevivência na cidade, trabalhando por conta própria. De acordo com o crescimento dos bairros, uma das possibilidades de trabalho requerida pelo migrante foi a instalação de um estabelecimento comercial. Na década de 1970, chamou a atenção da imprensa local a quantidade de bares na cidade. O jornal *Extra* constantemente fazia reportagens sobre a vida do migrante, pondo em evidência as suas conquistas e dificuldades no trabalho e na moradia, principalmente. Em 1978, o referido periódico noticiou:

Cerca de 80% dos bares, ou lanchonetes de Joinville pertencem à pessoas vindas da região do Sul do estado. De Tubarão, do Guatá, de Criciúma, de Lauro Müller, de Morro da Fumaça, de Laguna, de Imbituba, dos mais diferentes municípios sulistas, tanto das sedes, como do interior.<sup>209</sup>

A dificuldade de adaptação não foi o único motivo que levou os migrantes a se dedicarem a atividades no comércio por conta própria. Havia o desejo de prosperar financeiramente. José Manoel da Silva declarou que, depois de trabalhar dois anos em fábrica, resolveu montar um bar, porque como empregado, “ficava

---

<sup>208</sup> problemas habitacionais atrapalha mão-de-obra em Joinville dificultando a fixação do Homem. *A Notícia*. Joinville, 29 set. 1974. p.12.

<sup>209</sup> ÊXODO rural. *Extra*. Joinville, 20-26 maio 1978. Ano I, n. 11, p.7.

naquilo toda a vida, não dava. Todo mundo dizia: ‘Um bar, um bar dá’. Queria ir pra frente, ficar rico. Eu digo; Vou pedir a conta e vou botar um bar”.<sup>210</sup>

Anelson Geraldo Fernandes, casado com Terezinha Regelin Fernandes, migrou para Joinville por influência do irmão. Considera-se um vencedor, pois com seu trabalho conseguiu construir uma casa e comprar um caminhão, o que lhe possibilitou adquirir a liberdade viajando pelo Brasil como condutor autônomo. Com orgulho e empolgação, relembrou do tempo em que permaneceu na fábrica, pela disposição que tinha para trabalhar, causando admiração aos colegas. Afirmou que, ao contrário de muitos trabalhadores, não tinha do que reclamar. Acredita que teve sorte, por isso se deu bem em Joinville. Destacou:

Eu trabalhava à noite, mas trabalhava como um louco. Começava às dez horas da noite e ia até as cinco da manhã. Mas como eu era trabalhador, não media esforço. Uma e meia da tarde eu estava na Döehier até às cinco horas da manhã. Eu necessitava. Quando recebia o pagamento, dava o dobro dos outros. Os caras diziam que eles não sabiam como que estes paranaenses vinham pra cá, vão morar embaixo de uma lona e logo eles têm casa. É sério, eles falavam isto pra mim. Isto era porque a gente estava acostumado a trabalhar na roça.<sup>211</sup>

Anelson e Terezinha, passavam a maior parte do tempo trabalhando na fábrica. Não restava nenhum tempo para o lazer e para o descanso. A rotina, da casa para o trabalho e vice-versa, impossibilitou que Terezinha conhecesse um pouco mais a cidade onde mora. Ainda hoje, dificilmente vai ao centro, ou a outros bairros. Ela assim se expressou; “Aqui em Joinville, nunca saímos. Só para o trabalho e para a Igreja. Aos sábados á noite íamos à missa, mas dormia na metade da missa por causa do cansaço”.<sup>212</sup>

Assim como Terezinha, a maioria dos migrantes só conhece o bairro no qual mora. Com raras exceções, o migrante, ao estabelecer-se em Joinville, ajustou-se a uma rotina diária que o impede de explorar o espaço geográfico da cidade. O seu tempo é distribuído entre a casa, a fábrica, a igreja e, às vezes, a escola do filho. Aos migrantes do sexo masculino, inclui-se, aqui, o bar situado entre o limite da fábrica e a casa, parada obrigatória a um número considerável de trabalhadores.

Maria Ivonete afirmou que durante muito tempo, em Joinville, não teve acesso a nenhuma forma de lazer a não ser visitar a sua mãe, que residia na mesma rua.

Trabalhava de diarista e na fábrica. De manhã tratava de diarista e das uma e meia da tarde às dez da noite trabalhava na fábrica. Eu chegava em casa, ia escovar o banheiro, lavar roupa pra adiantar o meu serviço. Tinha dias que era uma hora da manhã e eu estava na cozinha limpando. Eu trabalhava demais.^^^

A depoente revelou ter remorso do tratamento que dispensou á filha mais velha, que, ainda pequena, teve de assumir as tarefas da casa. Muitas foram às vezes que Maria Ivonete surrou a menina por não saber lavar a roupa adequadamente.

Para o migrante que passava pelo processo de recrutamento e seleção e vinha a Joinville de ônibus contratado pela Tupy, o primeiro contato com a cidade era na pensão, lugar que a partir de então passaria a residir. A adaptação destes trabalhadores era demorada. Moacir revelou ter acompanhado alguns dos migrantes procedentes do Norte do Paraná, e, segundo informou, tinham dificuldades de adaptar-se na cidade. Comentou que eram comuns as confusões na pensão envolvendo paranaenses. Contou:

Nos processos de seleção, a gente sugeria que todos viessem munidos de seus documentos. Mas quando a gente fala do cara estar documentado, a

linguagem do pessoal do sítio, documentado é ter um “três oitão” na cinta. Houve um episódio em uma das pensões num final de semana, que a segurança da Tupy teve que intervir porque ia sair tiroteio. Tinha um cara que estava na pensão há mais tempo e viu aquela turma nova desembarcando do ônibus, novatão, tudo meio xucros, e foi tirar sarro de alguém. Os caras se estranharam. E quando começaram a puxar amria, não tinha aquele que não tivesse trazido uma.^^”\*

No bairro Boa Vista, numa área de ocupação de mangue, fomriou-se a chamada vila paranaense, habitada, quase que na sua totalidade, por migrantes procedentes do Paraná. Ali no seu entorno, criou-se uma fama, quase que um mito, sobre a relação do paranaense com a violência. Espalhou-se pela cidade que era extremamente perigoso transitar sozinho nessa área, especialmente à noite, devido à má conduta dos paranaenses.

Teodomiro Oliveira dos Santos, mineiro, procedente do Paraná, era um entre inúmeros moradores da região de mangue no bairro Boa vista. Em entrevista para o jornal *Extra* em 1980, declarou:

Lá eu era da roça. Plantava arroz, feijão e outras coisas, principalmente verduras. Nunca consegui sair da miséria, até que descobri, com um amigo, também mineiro, que Joinville era a cidade onde se poderia começar a vida de novo e ganhar muito dinheiro trat>alhando para os outros, em fábrica. Vim para cá. Hoje sou operário de uma fundição, ganho até seis milhão e um pouco mais Quando faço serão para pagar prestação [...] Todo mundo tem que trabalhar, porque senão nossos filhos morrem de fome. Não adianta brigar com o patrão. Ele não pode pegar nossos filhos e levar para a casa dele [...] Agora pelo menos, tenho além desse banraco, muita fé em conseguir montar uma coisinha para mim [quis dizer uma casa de comércio] e trabalhar por conta própria.^’®

Na condição de operário, habitando em uma humilde casinha de dois cômodos de madeira, Teodomiro disse estar conformado com a situação. Ele não responsabiliza ninguém pela sua pobreza, pois entende que, sendo migrante, o setor público municipal nada tem a ver com o problema, uma vez que veio para Joinville

<sup>214</sup> FLORIANI, Moacir José. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>215</sup> ESPINHEIROS abrigando operários paranaenses em péssimas condições. *Extra*. Joinville, 19-26 maio 1980. Ano III, n. 142, p.5.

por vontade sua. Se tivesse que pedir ajuda, deveria ser ao governo do Paraná, de onde saiu fugindo da miséria, segundo informou. Esta forma de pensar foi e é largamente propagada entre os joinvilenses, que acham ser da competência do governo do Paraná a responsabilidade sobre os migrantes procedentes daquele estado. O depoimento de Teodomiro traduz um sentimento quase que comum em Joinville em relação ao migrante, principalmente, o paranaense. De uma maneira geral, o migrante paranaense sempre foi discriminado e costuma-se responsabilizá-lo pelos problemas sociais.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, o jornalista e radialista lido Campello, constantemente se utilizava dos meios de comunicação para discutir a discriminação social do migrante, este que, na sua visão, trouxe para Joinville a força do trabalho e também novas formas de comportamento. No jornal *Extra*, declarou:

A explosão demográfica verificada em Joinville nos últimos cinco anos, em função do extraordinário desenvolvimento no seu parque industrial, ainda não foi devidamente encarada, e talvez nem aceita em toda sua realidade, principalmente pelos chamados “homens públicos” [...] A verdade é que nos últimos cinco anos a população de Joinville praticamente dobrou, de forma muito especial em virtude da migração. Na fila do ônibus, na rodinha da mesa do bar, nas salas de aula, nos corredores do INPS, em todo lugar onde houver uma pequena ou grande concentração humana, predomina, via de regra, por incrível que pareça, a presença do não joinvilense [...] Quando afirmamos que esta realidade ainda não foi aceita, nos baseamos no fato de, até agora, não termos visto nenhuma iniciativa visando dar ao não joinvilense um tratamento capaz de fazê-lo amar Joinville, como se fosse real e definitivamente sua nova cidade.^^®

Apolinário Ternes demonstrou a sua preocupação com o processo migratório, pela descaracterização dos valores supostamente homogêneos cultivados até então, ao afirmar que, “nas décadas de 1970 e 1980, Joinville sofre de



uma singular perda de identidade, desfigurando-se de suas características históricas”.<sup>217</sup>

As opiniões sobre o migrante dividiam os habitantes da cidade. Para alguns, a preocupação estava na dificuldade em preservar a cultura germânica com o aumento populacional ocasionado pela migração, enquanto que outros denunciavam a exclusão pela qual passavam os migrantes.



Estilo arquitetônico (fachada) Incentivado pelo setor público municipal nas décadas de 1970/80.

Aos poucos, a “cidade das flores” que encantava turistas começou a mostrar que nem tudo eram flores para quem vivia do trabalho assalariado. As contradições da cidade fabril obtiveram visibilidade pela imprensa local.

O editorial do jornal *Extra*, datado de 6 de janeiro de 1984,<sup>218</sup> abordou a problemática da falta de segurança do joinvilense, relacionando o aumento da violência ao desemprego e à migração. No mesmo periódico, um artigo remete o problema da violência e do desemprego à política econômica do Brasil e ao descaso

<sup>217</sup> TERNES, Apolinário. *Joinville, a construção da cidade*: São Bernardo do Campo; Bartira Gráfica editora, 1993. p. 158-169.

<sup>218</sup> A VIOLÊNCIA urbana. *Extra*. Joinville, 6 jan. 1984. Ano V, n. 839, p.2.

dos governantes, pois, “a indústria não absorve toda mão-de-obra que a cada ano está pronta [...] e o campo não oferece atrativos ao filho do camponês, que na esperança de melhores dias vem para o eldorado urbano sobrecarregar um mercado já saturado”.<sup>219</sup>

Na promessa de um bom emprego, alardeada na ação propagandista das empresas que atraíram o trabalhador rural para a cidade, não estavam inscritos o alto custo de vida e a impossibilidade de conseguir uma moradia por um preço compatível com o salário. Desta forma, o migrante submetido à exploração, sofreu com problemas vinculados à questão da moradia, pois a habitação é uma mercadoria especial e a sua aquisição consiste em uma luta árdua.

Para Ariete Rodrigues, de alguma maneira é preciso morar. Mas

[...] morar não é fradonável. Não se pode morar um dia, e outro não morar. [...] A moradia não é fradonável em partes que possam ser vendidas ao longo do dia, da semana ou mesmo do mês. [...] Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fradonável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização [...].<sup>220</sup>

Joinville, como toda cidade brasileira geradora de empregos, insere-se nesta problemática. O migrante percebeu que, para sobreviver na cidade, teria que se fixar em áreas distantes do centro, desprovidas de serviços públicos. A falta de uma política econômica voltada ao atendimento das necessidades da população em geral deixou na marginalidade milhares de trabalhadores que se deslocaram em busca de novas perspectivas. Este movimento migratório desordenado acentuou-se a partir da década de 1970 com a transferência da economia agrária à economia primordialmente urbana, gerando um desequilíbrio entre a oferta habitacional e a

---

<sup>219</sup> DERETI, Rogério. Violência; um problema econômico? *Extra*. Joinville, 6 jan. 1984. Ano V, n. 839, p.4.

demanda populacional, permeado pelo preço do imóvel. Assim, o migrante, até conseguir se estabelecer, costumava morar em casa de amigos, de parentes, em pensão ou ficava dependente de aluguel.

Os jornalistas, que falavam em nome da iniciativa privada, demonstravam preocupação com a falta de mão-de-obra para suprir as necessidades das empresas, pois, “a falta de estrutura que atenda o fluxo migratório coloca em seriíssimas dificuldades os seus empregados, colaboradores por excelência, para enfrentarem os elevados e abusivos aluguéis impostos pelo próprio desenvolvimento econômico”.<sup>221</sup>

É na sociedade urbano-industrial que vai configurar-se uma diferenciação das condições de moradia, obedecendo à lógica da relação de produção. Para Lúcio Kowarick, o agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população não atinge a cidade toda, mas as áreas nas quais se concentra a pobreza, pois, “a distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete as condições sociais dos habitantes da cidade, espalhando no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas”.<sup>^</sup>

Para fugir do aluguel, porque o preço era incompatível com o minguado salário que recebiam muitos dos trabalhadores, inúmeras famílias de migrantes optaram pelo sistema de ocupação das áreas de mangue, e ali foram construindo a moradia com a ajuda dos familiares e amigos. O verbo “optar” foi aqui utilizado, na ausência de outro que melhor pudesse expressar a falta de opção dentro do sistema

---

<sup>221</sup> PROBLEMA habitacional atrapalha mão-de-obra em Joinville dificultando a fixação do Homem. A *Notícia*. Joinville, 29 set.1974. p. 12.



segregador do parcelamenio da terra, obrigando as camadas mais pobres a morar nas piores localizações na cidade.

A mudança de todas as unidades da Fundação Tupy, do centro da cidade para o bairro Boa Vista no início da década de 1970, estimulou a ocupação das áreas de mangue no entorno do seu espaço fabril. Deslocaram-se, para esta área, trabalhadores, em sua maioria migrantes, operários da própria Fundação Tupy. Esta disponibilidade de mão-de-obra próxima beneficiou a empresa, pois teve diminuído os custos com deslocamento de operários. Foi neste contexto que as áreas de mangue começaram a representar uma alternativa para a edificação de moradias. Percebendo que o salário recebido não era suficiente para a aquisição de um terreno em condições favoráveis à moradia, erguiam paiafitas em terras pertencentes à Marinha.



Ocupação das áreas de mangue em Joinville

Em consequência da oferta de emprego proporcionada pela Indústria de Fundação Tupy, a ocupação das áreas de mangue situadas no bairro Boa Vista tomou proporções inevitavelmente irreversíveis. Em alguns anos, a ocupação

estendeu-se no sentido Norte/Sul na zona Leste da cidade, atingindo a extensão aproximada de 20km, do bairro Espinheiros ao de Fátima, formando uma imensa favela, imperceptível aos turistas e à comunidade joinvilense.

A situação agravou-se na década de 1980 diante da recessão econômica e com a escalada inflacionária que atingiu o país. Foi a classe trabalhadora quem pagou o ônus da crise, com o rebaixamento do salário, na oportunidade apontado como responsável pela inflação. Sendo Joinville uma cidade industrial, a crise econômica gerou a retração na produção fabril e levou ao desemprego um contingente de trabalhadores, desestruturando centenas de famílias que dependiam do salário mensal, inclusive para pagar as parcelas do terreno ou da casa própria. Inúmeras famílias de migrantes, que haviam parcelado a compra de terreno, perderam a propriedade para a imobiliária por falta de pagamento, em nome do não-cumprimento do acordo estabelecido no contrato de compra e venda. Neste caso, não houve outra alternativa senão juntar-se aos demais moradores das áreas de mangue.

#### 4.1 O burburinho da fábrica

**“Mas ele desconhecia este fato extraordinário: que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário”.**

Vinicius de Moraes\*

São comuns as citações bíblicas entre os pesquisadores que abordam temas relacionados ao trabalho, para associá-lo à maldição de Adão, ao sofrimento com a perda do paraíso. Esta forma do olhar sobre o trabalho parece não fazer parte do pensamento do migrante, que sempre trabalhou para prover o seu sustento. Pelo contrário, os entrevistados não questionaram a gênese do trabalho, mas, classificaram-no “como uma benção”, uma condição básica da vida humana. No entanto, entendem que o trabalho é basicamente o único direito que tem o trabalhador, sendo, ao mesmo tempo, uma obrigação, pois “a vida de pobre é só trabalhar e criar filhos. É a vida do pobre. Tem que trabalhar pra sustentar”.<sup>224</sup>

Sobre o ajustamento na rotina de trabalho com a mudança do campo para a cidade, embora a maioria dos entrevistados tivesse revelado ter tido dificuldades de adaptar-se aos horários rígidos e, principalmente ao barulho, eles não reclamavam do trabalho em si. Na fala do migrante, “trabalhar, a gente tinha que trabalhar mesmo, na roça ou na fábrica. Então a gente acabava se acostumando”.<sup>224</sup>

Moacir José Floriani, migrante, em 1976 integrou-se à equipe de recrutamento e seleção da Indústria de Fundição Tupy. Para Floriani, o espaço fabril é um ambiente agressivo promovido pelo calor e pelo ruído. É um lugar que oferece

---

\* MORAES, Vinicius de. O operário em construção. In; *Antologia poética*. Rio de Janeiro; José Olímpio, 1988.

<sup>223</sup> SILVA, José Manoel da. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>224</sup> COSTA, Vital da. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

muitos riscos ao trabalhador. Por isso, havia na empresa uma grande rotatividade nos três primeiros meses, com um alto índice de rejeição dos admitidos, que chegava a um terço do pessoal. Sobre essa rotatividade inicial, ele relatou;

Muita gente se assustava com a realidade que encontrava na empresa, imaginava o cara trabalhar uma vida inteira no mato, escutando passarinho, de repente vê aquele fogo pingando. O fenômeno quando sai do forno, aquilo é um espetáculo meio dantesco. O cara olhava: "Aqui é o inferno". Era onde muita gente ia embora em menos de uma semana. Era comum isto.®



Labaredas de fogo no interior da indústria de fundição Tupy.

Conforme o entrevistado, a rotatividade de trabalhadores era mais intensa entre os solteiros, porque havia a possibilidade de se desligarem da empresa com mais facilidade para buscar outro emprego, o que não acontecia com tanta frequência com o trabalhador que possuía dependentes, pois a responsabilidade de mantenedor da família seria sempre um fator de relevância nesse sentido.

---



Diomício De Bona trabalha há vinte e sete anos na Fundição Tupy. Começou no pátio da empresa puxando ferro, passando a operador de máquina. Foi líder de equipe, sendo eleito operário padrão em 1986. Considera-se um líder nato. Mas como revelou, o seu espaço foi sendo conquistado. Porém, de início, foi difícil na fábrica;

No começo fiquei assustado com tanto ferro velho no pátio. Puxava ferro com a canocinha até a máquina. Olhava para os montes de ferro, com chuva ou com sol eu tinha que trabalhar e pensava; “não mudou muito da roça”. Mas dizia pra mim mesmo: “eu não sou obrigado a ficar aqui”. Fiquei dois meses e fui indicado para operar máquina de cortar ferro.^^®



Diomício De Bona no pátio da fundição Tupy.

Enedir sempre dividiu as despesas da casa com o marido. Foi com o trabalho do casal que conseguiram construir uma casa e sustentar a família. Apesar das evidências religiosas na sua fala, alegando que agradece a Deus pelo emprego

---

que tem, pois há milhares de pessoas que gostariam de estar no seu lugar, revelou que o trabalho na fábrica não tem sido nada fácil.

A minha adaptação na fábrica foi difícil. É difícil até hoje. Eu estranho muito. Eu nasci e me criei no sítio. No sítio tu não tem hora pra nada. A hora que dá pra fazer comida, tu faz. A hora que dá pra ir pra roça, tu vai. Não tem assim aquele corre-corre de hora marcada. Então pra mim foi difícil até hoje. Às vezes é assim: eu estou trabalhando, mas me dá uma saudade daquele tempo na roça! É bem difícil. [...] eu me sinto assim, presa, eu estou num presídio, numa cadeia, que não tenho aquela liberdade como fui criada.<sup>^^^</sup>

Enedir passa boa parte da sua vida na empresa apesar da difícil adaptação, não por causa do trabalho, mas do ambiente e das circunstâncias. Mesmo assim, ela acabou por se ajustar, uma vez que diminui, à medida que o tempo passa, a possibilidade de encontrar outra forma de vida fora do convívio da cidade. Segundo revelou, nos finais de semana quando está em casa, sente falta das colegas do trabalho, pois acostumou-se com a companhia delas.

A mudança do trabalho na lavoura para a fábrica, a princípio, causou um impacto na vida do migrante, pelos contrastes entre o universo rural e o urbano. O início de trabalho na fábrica, de maneira geral, foi traumático para o migrante. Rea Stahnke, ao chegar em Joinville, conseguiu emprego em uma malharia. Acostumada com a labuta diária no campo onde, o tempo todo, trabalhava quase que sozinha, teve dificuldades de ajustar-se ao espaço fabril junto a centenas de operárias. Sobre a experiência dos primeiros dias na fábrica, informou;

Ah, nos primeiros dias eu caí em desespero. Até febre me dava à noite. Era muita gente, era muito barulho, e eu me desesperava. Mas depois de semanas eu já era outra pessoa. Eu já não era mais aquela que veio lá do sítio. Eu era muito carrancuda. Eles diziam pra mim que eu era mim. Mas era o meu jeito assim. No sítio a gente é assim. Aí depois que eu comecei a fazer amizade com os outros, aí a minha vida melhorou, de dia pra noite [...] Depois que as colegas me conheceram, melhorou. No começo elas só me olhavam de cara feia. Depois elas me diziam: “Mas tu não é assim como parece” [...] Mas no começo eu estranhei. Eu achei tudo muito esquisito pra mim. Na roça eu tinha que trabalhar pesado. Isto eu senti, porque na fábrica o serviço é diferente. Eu pensava: “Mas como eu vou me acostumar com isto aqui? Vai ser difícil na costura”. Eu era acostumada na enxada, no machado. Aqui era

---

mais leve. Então foi uma vira volta muito grande pra mim.^^®

**Ageu Silvano Fernandes saiu da sua terra natal para trabalhar na Fundação**

**Tupy. Tudo o que hoje possui, casa, carro, alegou ter conseguido trabalhando nesta empresa, pois chegou em Joinville apenas com uma mala na mão. Em momento algum atribuiu as suas conquistas materiais ao esforço de trabalhar excessivamente, além do horário normal, mas à possibilidade que a empresa oferecia de fazer horas extras e, desta forma, obter um salário razoável, o que lhe possibilitou adquirir uma moradia, casar-se e constituir família. No depoimento, afirmou:**

A gente ocupava quase todo tempo na finna. Havia muita hora extra. Existia pouca hora de folga. A gente trabalhava as oito horas normais e depois tinha as horas extras. Eu trabalhava à noite, das vinte e duas horas até às cinco e meia da manhã. Domiia até ao meio dia. Ao meio-dia pegava de volta e ia até às cinco da tarde. Depois vinha e domiia de novo e pegava às vinte e duas horas. Isso dava um cansaço! [...] No início eu gostei da empresa, mas a gente estranhou assim com o barulho, muita gente. No refeitório ia muita gente. A gente fica acanhado. [...] Outro ponto que a gente estranhou foi o ar, o ar pesado. Eu tinha bastante saúde lá. Cheguei aqui, comecei a ficar intoxicado por causa do ar. Comecei a ficar doente.^^^

A vida de Ageu não foi fácil. Ele e a mulher adoeceram. A causa do adoecimento, segundo revelou, estaria no desajustamento da relação entre o casal, que só começou a melhorar através do “exame” das Sagradas Escrituras quando entraram para uma Igreja Pentecostal. Entende que a enfermidade desapareceu quando a paz entrou na casa.

João Medeiros considera que a sua adaptação na fábrica se deu em detrimento das condições de vida que levava trabalhando na agricultura. A diferença salarial entre uma situação e outra justificava a sua persistência em trabalhar o maior número de horas por dia, embora reconhece, hoje, que o salário da época, considerado por ele alto, era o resultado de muito esforço e cansaço. Conforme

informou, o trabalho ocupava a maior parte do tempo, durante o dia, à noite e nos finais de semana;

Na fábrica a gente tinha que cumprir, aquele horário. Um pouco foi difícil. A gente trabalhava muitas horas. Trabalhava doze horas por dia. Foi puxado. Além de trabalhar doze horas, tinha fim de semana que a gente fazia serão, trabalhava no sábado. Na Companhia Hansen fiquei seis anos. Fiz muito serão por lá. [...] Eu tive problemas com o meu chefe. Não que eu fosse rebelde. [...] Só que nós trabalhávamos muito, como já te falei. Muitas vezes eu trabalhava à noite, então isso aí, um rapaz novo de vinte anos, dava um sono que Deus o livre. Um dia desses, eu fiquei lá num canto e dormi. E o meu chefe disse: “Não sei como não te mando embora”. Aí eu chamei ele e disse; “Desculpa, o dia estava muito quente, não deu pra dormir de dia, o sono foi demais e eu adonmed”. Aí ele falou: “Espero que não aconteça mais. Vai trabalhar”.^^°

Paralelamente ao suposto bom salário que ganhavam, as horas extras, o barulho, o sono, o cansaço, o autoritarismo e a incompreensão dos chefes de seção fazem parte do vocabulário dos trabalhadores, presente na fala dos entrevistados. Para alguns, uma dificuldade. Para outros, um mal necessário, tanto para a empresa como para o trabalhador. No entanto, a maioria deles não fez uso do termo *exploração*, a não ser aqueles que de alguma forma participavam das discussões políticas em associações de moradores ou em sindicatos.

José Fausto, por influência da ala progressista da Igreja Católica, participou da Pastoral Operária, ingressando mais tarde na diretoria do Sindicato dos Mecânicos. Considera que o trabalho desenvolvido junto às comunidades, através das pastorais, ajudou-o a compreender que poderia haver outro tipo de vida para o trabalhador, nem sempre percebido pelo mesmo, porque este só viveu na condição de explorado e, portanto, não despertou para outras possibilidades. Justificou a sua fala alegando que faz parte de uma família de dez irmãos e foi o único a interessar-se pelas questões sociais da comunidade. Os demais, á medida que foram chegando em Joinville, ajustaram-se ao trabalho da fábrica, cada qual dando ênfase



aos seus interesses particulares, sem refletir ou sem discutir os problemas coletivos

dos trabalhadores. Para José fausto, o ambiente da fábrica é desumano:

O ser humano na fábrica, ele não é nada diferente da própria máquina. Você só tem valor na hora que apresenta produção. Não é olhado o problema que o trabalhador tem, se ele tem condições de trabalhar. Mesmo sem condições de produzir, ele tinha que estar presente. Esta exploração fazia que mesmo o trabalhador estando doente, ele tinha que produzir. O médico da empresa, na época, não dava atestado. Isto é um desrespeito ao ser humano.^^'

O entrevistado desaprova não só o tratamento dispensado aos trabalhadores pelo médico da empresa, como também a falta de habilidades dos chefes de seção ao dirigirem-se aos subordinados com grosserias. Trabalhando no sindicato, percebeu que a maior reclamação dos trabalhadores ainda continua sendo a questão de relações humanas com as chefias, as quais, para manter o seu posto, ou para chegar a ele, humilham aqueles que estão sob o seu poder. No entanto, o trabalhador, com medo de perder o emprego, só reclama deste problema depois que ficou desempregado. Percebe-se a veracidade deste depoimento ao constatar que a maioria dos entrevistados não falou abertamente dos procedimentos das chefias. Indagados sobre o tema, afirmaram que os chefes executam o trabalho que é determinado pelos seus "superiores".

Laércio Goeder, quando começou a trabalhar na Döehier, em 1985, já havia concluído o segundo grau. No seu entendimento, este foi, talvez, o motivo pelo qual nunca teve problemas em relacionar-se com a chefia da empresa, pois na fábrica as pessoas eram simples, portanto, fácil de fazer amizade. Declarou que a maioria dos chefes de seção não possuíam curso superior, por isso não se sentia diminuído ou excluído dentro da fábrica. Porém, o maior problema que enfrentou na empresa

---

durante o tempo em que trabalhou à noite, e com o qual teve de lutar, foi de ordem fisiológica. Afirmou;

O maior problema que encontrei, mesmo, foi o sono. O serviço que eu tinha era bastante parado.[...] Então o sono chegava. Eu lavava o rosto, voltava, parecia um zumbi, com sono a ponto de algumas vezes pensar que eu ia desmaiar de sono, cair onde eu estava, apagar de sono.<sup>^^^</sup>

O depoente alegou que já havia trabalhado à noite na lavoura do fumo em Ibirama. Na época da colheita costumava ajudar a família a manter estável a temperatura da estufa. Mas considera que no sítio o trabalho noturno não chegava a ser tão estressante como na fábrica, porque conseguia controlar o cansaço revezando-se com os familiares nesta tarefa. Laércio afirmou que no ambiente da fábrica é criado um clima de terrorismo, incutindo nos trabalhadores um sentimento de medo do diretor, ou do patrão. “É comum ouvir os colegas falarem; ‘óh, pode passar um diretor aqui, não pode te ver sentado, não pode te ver isto, aquilo’. Assim era na Dõehier. A imagem que se criava assim em cima dos diretores era muito ruim”.<sup>^</sup> Na sua compreensão, era uma tática da própria chefia para conseguir firmar-se no posto que ocupava, dada a sua incapacidade de liderança e de conhecimento pela falta de escolaridade.

Sebastião Rodrigues informou que, tão logo arranhou emprego, aprendeu as normas disciplinares da empresa e entendeu que havia um horário a ser cumprido, mesmo se não tivesse trabalho para executar no dia. Relatou; “eu sabia que, numa empresa, eu não era dono de mim. Sabia que a hora que eu batesse cartão, eu dependia das outras pessoas. Não podia sair do local do serviço. Não podia sair nem pra tomar água”.<sup>^</sup> Revelou também que aprendeu a lidar com os chefes a

quem estava subordinado, não permitindo ser tratado com humilhação. Às grosserias do chefe, ele respondia; “Eu sou lá da roça, sou um bun<sup>o</sup> e não falo estas coisas pra você. Eu pensei que você fosse um cara, que por ser líder numa seção, você sabia como conversar comigo”.<sup>^</sup> Na próxima vez, segundo o depoente, o chefe já se dirigia a ele com mais delicadeza.

Dilnei revelou que nunca importou-se com a pressão dos chefes de seção sobre os trabalhadores, pois entende que a preocupação maior da empresa é com a qualidade da produção. Por isso, discute com o encarregado sempre que é exigida maior quantidade na produção, porque acaba comprometendo a qualidade. Alegou que se fosse levar em consideração sempre que é pressionado, não conseguiria trabalhar.

Dilnei considera-se um bom profissional em solda; e tem orgulho disso. Mas tudo o que aprendeu neste ramo de trabalho, foi por teimosia. Ele tinha uma preocupação em afirmar-se profissionalmente porque a cidade seria, para ele, o último espaço a conquistar e agora que estava nela, não tinha como voltar, por mais difícil que fosse a sua vida. Segundo informou, “no trabalho, às vezes, tinha algum problema. Mas eu tinha aquele pensamento de que voltar para casa era pior. Então eu tinha que me adaptar do jeito que desse”.<sup>^</sup> Para o migrante, retornar ao local de origem significaria uma derrota, pois teria de aceitar as condições de vida negadas anteriormente. Apesar de todos os problemas, o trabalho na fábrica ainda oferece mais vantagens se comparado ao da roça. Como Dilnei, Hélio também estava convicto de que, mesmo diante das dificuldades de adaptação na cidade, não haveria retomo. Assim se manifestou: “eu sabia que era impossível me estabelecer

por lá. Mesmo, também, voltar, eu via isto como algo muito feio, pois as pessoas iriam comentar. [...] Isto era uma preocupação. [...] Então era aqui, e só”.^^ O depoente tinha a preocupação de ser alvo de comentários maldosos dos conterrâneos, a exemplo do ocorrido com seu vizinho que retomou ao local depois de trabalhar alguns meses em Joinville. Os obstáculos teriam de ser vencidos, não importando se, para isso, transcorressem meses ou anos. A superação das dificuldades geralmente estava ligada ao próprio trabalho. A busca de uma qualificação profissional poderia representar mais autonomia na escolha do trabalho. Por isso, Dilnei, não tendo condições de estudar, procurou aprender a manusear os processos da solda na própria empresa, nas horas de folga do trabalho, o que lhe causou alguns problemas com a chefia;

Eu estava sempre interessado em aprender uma profissão. Por isso ganhava muita enchida de saco do encarregado, porque aonde tinha um soldador eu me metia lá pro cara me ensinar, na hora do almoço ou na hora que dava uma folguinha. Cortar ferro com a máquina de solda, se queimar todo, sempre fui metido nisto. Eu aprendi. Sou um profissional. O que depender de solda eu faço, mas tudo porque eu me metia e queria aprender.^^

Trabalhar exageradamente e correr riscos eram características comuns no depoimento dos migrantes. A agilidade e o esforço com que realizavam o trabalho na roça davam a eles a disposição para executar qualquer atividade na fábrica, com sobra de energia. José Manoel afirmou não ter reclamação alguma do patrão e nem do serviço pesado, durante o período em que trabalhou como operário. Na sua visão, não há patrão ruim para quem trabalha certo. Acostumado a puxar madeira no mato, na fábrica sentia vontade de exercitar-se da mesma forma, como se fosse uma necessidade do organismo. No depoimento, alegou:

Ninguém agüentava trabalhando comigo. Não tinha ajudante que desse conta. Eu não dava moleza. Eles tinham que ser ligeiros, porque senão a

talha vinha em cima deles. [...] No fim, eu fiquei sozinho. Pra mim, tinha que trabalhar, se acabar. Eu não podia ver uma coisa na minha frente, que eu tinha que tirar. Acabava o meu trabalho, ia ajudar o outro. Mas não adianta, na firma não é isto. Na firma é mais devagar.<sup>239</sup>

Se, de um lado, José Manoel tinha esta disposição para o trabalho, é bem verdade, também, que nunca conseguiu ajustar-se inteiramente na fábrica. Por isso retornou algumas vezes para o sítio, para a lavoura, pois lá se sentia mais livre.

Sobre seu desajustamento na fábrica, relatou:

O que mais me incomodava na fábrica era o horário. Tinha que estar lá no horário. Só saía naquele horário. Depois de trabalhar algum tempo na fábrica, sentia necessidade de sair. [...] Eu pedia a conta e eles me davam aumento, um serviço melhor. Não queriam que eu saísse de jeito nenhum. Eles me diziam que eu era o homem mais trabalhador que tinha lá. Era porque estava acostumado na roça. [...] Pedi a conta uma porção de vezes e eles não me davam. Eu ia lá, trabalhava o mês de aviso, ia lá buscar o dinheiro, e eles diziam: “Não, nós te damos mais tanto e tu fica”. E davam um serviço melhor. Eu ganhava e ficava de novo. Daí trabalhava mais um tempo, me aborrecia, pedia a conta de novo, queria sair, era acostumado na roça, assim solto. E lá era preso. A gente não era acostumado com isto.<sup>240</sup>

A maioria dos ex-agricultores teve dificuldades em adaptar-se ao horário rígido da fábrica, ou com o autoritarismo do chefe. Entretanto, havia aqueles que aparentemente viviam em harmonia no espaço fabril. Vital da Costa era um deles.

Sobre seu ajustamento ao espaço fabril, informou:

Era só cumprir o horário certo. Sempre cumpri com os horários até hoje. Nunca cheguei tarde na firma. Sempre pontual na hora de sair e na hora de entrar. Nunca me preocupei com isto aí. Achei que é bom. [...] Sempre tive muita amizade com os colegas na fábrica, com os encarregados, chefes, não tenho nada pra falar deles. Muitos acham que os encarregados não prestam, brigam com o chefe. Mas eu nunca tive este problema. Já são vinte e nove anos trabalhando assim.<sup>241</sup>

Para Maria Ivonete, os primeiros dias na fábrica foram difíceis porque estava insegura em relação ao trabalho, pois tinha medo de errar e de não corresponder às expectativas das encarregadas da seção. Por isso, nos primeiros tempos espelhava-

se nas operárias que estavam ao seu lado, como referências para acompanhar o ritmo de trabalho. E recorda, com humor, o primeiro dia de trabalho na malharia

Casimiro Silveira;

Cheguei lá, só apitou, eu entrei pra dentro, era quinze pras sete - entrei no primeiro dia no horário nonnal - entrei junto com uma morena que já trabalhava lá e ficou de papo com as outras. Entrei numa seção de rendas e já comecei a trabalhar antes de apitar às sete horas. Aí a minha cunhada, que trabalhava lá, começou a rir, a rir. "Ivonete, tu trabalhando antes da hora!" E foi lá. "Ivonete, deixa de ser boba. Tá tudo mundo rindo de ti". Eu disse: "Por quê? Estou trabalhando". "Mas é hora quando apitar sete horas. Tu entrou quinze pras sete". Eu cheguei lá, pau e pau, puxando o fiozinho da renda, achando que tinha que estar trabalhando. Achava que, entrou na seção, tinha que trabalhar. Daí minha cunhada já estava lá há uns oito meses e eu comecei a seguir em tudo o que ela dizia, se podia fazer isto ou não pode fazer aquilo, eu seguia. Ia mais ou menos seguindo as outras.^\*\*^

A depoente revelou que sempre levou o trabalho muito a sério, evitando qualquer tipo de brincadeira com as colegas na seção, porque temia perder o emprego quando a empresa realizasse corte do pessoal que não dava conta da produção estipulada. Por isso sempre se preocupou em manter estável a sua produção na costura. E relembra;

Tinha um relógio que marcava ali, e eu sempre olhando se estava em dia com a minha produção. Quando eu via que estava um pouquinho atrasada, nem no banheiro eu ia. Trabalhava pra dar conta. Quando via que a minha produção estava em dia, ia no banheiro rapidinho e voltava. [...] No Casimiro, podia ir ao banheiro quantas vezes quisesse. Já na Consul, não. Era só quando saía a tunna toda, por causa das máquinas. A gente trabalhava em quatro pessoas na máquina e nós tínhamos aquele horário, nós quatro, pra ir no banheiro, um operador e três auxiliares. Ia junto e voltava junto rapidinho. Tinha que contar o horário pra chegar junto, porque se ficava dois lá e vinha dois, o encarregado já via que dava tempo, pois assim como a fulana já estava aqui, os outros dois já era pra estar aqui também. Então nós estávamos sempre combinando as coisas pra não levar mijada.^\*\*^

Maria Ivonete afirmou que na empresa sempre obedeceu aos chefes, concordando com todas as decisões tomadas. Mesmo não gostando, trabalhava em qualquer setor, executando tarefas para as quais fosse designada, porque entendia

que os encarregados tinham a incumbência de mandar; e as operárias, a obrigação de cumprir as oito horas de trabalho. Esta forma de conceber o trabalho rendeu-lhe muitas intrigas com as colegas que passaram a chamá-la de puxa-saco. Porém, observou que havia diferença na forma de tratar as operárias quando o chefe de seção pertencia ao sexo masculino. Um chefe homem sabia “chamar a atenção”, de maneira diferente que as encarregadas, as quais não tinham habilidade de mostrar o erro sem humilhar. Maria Ivonete acredita que esta é uma forma da encarregada assegurar o emprego, pois, “lá fora elas são legais. Mas ali elas são mandadas para serem assim. Se ela quiser agüentar o emprego, tem que ser assim. Não é porque elas querem. Elas já são orientadas para serem assim”. 244

Carmelita guarda na lembrança muitas histórias de lutas pela sobrevivência.

Nos últimos vinte e dois anos tem se dedicado ao trabalho operário. Acostumada com a severidade das intempéries ao executar as atividades na roça, considera que na fábrica o trabalho é mais leve, apesar da poeira e do horário rígido. Na sua visão, reclama do trabalho na fábrica quem nunca trabalhou na roça. Mesmo quando as filhas eram pequenas, sempre conseguiu conciliar o trabalho na fábrica e os afazeres domésticos. Camnelita só não se adaptou trabalhando como costureira na indústria de confecção Dôhier. Relatou;

Aquele emprego foi pra mim uma decepção. Na costura eu não gostei. Na costura tem encarregada. Na fábrica tem encarregado, homem. Na costura tem a encarregada, a dobradeira que olha, tem o controle. Encarregado homem é melhor. De certo porque quando eu vim de lá, em casa tinha os rapazes, depois eu fiquei tomando conta da roça. Como eu tenho um problema no dedo, tive um panarício quando eu era pequena, aí pra costurar tinha que ser rápido pra fazer a produção e eu botei o dedo embaixo da máquina. Fui mostrar pra encarregada, sabe o que ela disse pra mim? “Quem sabe agora você fica mais rápida”. O dedo pingando de sangue. Então eu achei que mulher pra mulher é bem mais difícil. Elas enchem mais, assim. Eu trabalhava na Sul Fabril, o encarregado era homem, eu trabalhei oito anos e não levei tanta enchida de saco como foi em três meses que eu trabalhei ali. Aí pedi pra sair, porque não ia conseguir a alta produção deles. Também eu

---

estava acostumada a trabalhar em pé. Achei horrível trabalhar sentada [...] Até hoje eu digo; “Não gostei da costura”. A Corina diz; “Por que tu não bota as tuas meninas no Döehier?” Eu digo; “No Döehier? Não. Prefiro a Confio”.^”®

A maioria das entrevistadas alegaram ter tido dificuldades no relacionamento com as chefes de seção durante o período em que trabalharam em malharias. Algumas procuravam a justificativa desta experiência, na visão delas negativa, alegando incapacidade de subordinação a uma pessoa do mesmo sexo. Outras, entendiam que o problema estava na insegurança da chefe em relação aos seus superiores, por isso, na expectativa de corresponder, de atingir o limite de produção estipulado pela empresa, agiam com severidade, às vezes tratando as operárias de forma desumana. Para a assistente social Marlene, a relação entre operárias e as respectivas chefias deve ser analisada em dois ângulos. De um lado, as mulheres, por uma questão cultural, respondem melhor ao trabalho se comandadas por lideranças masculinas, transferindo, assim, o consentimento da autoridade que fora exercida pelo pai; e por outro, precisa-se levar em consideração a discriminação que historicamente tem acompanhado a mulher. “Então, para se impor, é só pelo autoritarismo mesmo. A mulher, para desempenhar um papel dentro de uma organização, tem que ser cem vezes melhor do que o homem, se não, ela não consegue galgar o espaço dela. É uma questão de espaço mesmo<sup>246</sup>. De todo modo, parece que, nas malharias, a opressão era maior, não só nos setores cujos postos de comando eram ocupados por mulheres. Remi Hermesmeier informou ter trabalhado em uma malharia, mas não conseguiu adaptar-se por causa da poeira e pelo tratamento dispensado pela chefia.^”^ Para Maria Ivonete, trabalhar numa

---

OLIVEIRA, Camielita Kesting de. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).



empresa grande, bem estruturada, c»m regras definidas, em que encarregados de seção e operários fazem cursos de relações humanas, é fácil, principalmente para quem já teve experiência em malharia. Por isso a depoente afirma ter se adaptado ao ambiente de trabalho na Indústria de Refrigeração Consul, por mais exigentes que fossem as normas a serem seguidas. Declarou: “Eu sempre tive vontade de trabalhar numa firma como a Consul. Firma grande, firma boa, que toda a vida, a Consul é Consur.^”®

Claudete de Aguiar fez uma revelação surpreendente quanto às empresas nas quais trabalhou. De forma singela, pautada nas suas experiências, afirmou que nas empresas em que predomina o trabalho feminino, há uma tendência maior de haver fofocas e confusão entre as trabalhadoras, porque as operárias misturam amizade com trabalho. Ela entende que este é um dos motivos pelos quais as chefes são mais exigentes e cobram excessivamente das subordinadas. Mesmo assim, no trabalho, prefere estar subordinada às determinações de chefes do sexo masculino. Sobre sua experiência, relatou:

Eu tive mais chefe mulher do que chefe homem. Em matéria de chefe, mulher é pior [...] A última fábrica que trabalhei, na Nielson, meu chefe era homem. Era meio grosso, gritava, mas mesmo assim, sou mais chefe homem do que chefe mulher. Porque tem cada encarregada mulher!^^®

Em 1974, a Indústria de Fundição Tupy incluiu a mão-de-obra feminina no quadro de trabalhadores para atuar na linha de produção. Até então, o trabalho feminino nessa empresa só era aceito para exercer funções mais qualificadas nos departamentos administrativos, ou nos serviços de zeladoria. Do ponto de vista da empresa, esta iniciativa resultaria no aumento da produção. A mudança atraiu a

---

<sup>248</sup> VIEIRA, Maria Ivonete. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

atenção da imprensa escrita. O professor e sociólogo Afonso Imhof, na época, divulgou um projeto de pesquisa para estudar a entrada da mulher na indústria metal-mecânica, e assim se expressou:

A mulher em Joinville era até 1974 mão-de-obra destinada principalmente para as indústrias têxteis (tecelagem, fiações, malharias, confecções), plásticas, de refrigeradores e química. Era-lhe recusada a entrada na indústria metal-mecânica, mas a partir deste ano de 1974 assistimos a entrada da mulher como operária em uma empresa [...].<sup>250</sup>

Na visão de jornalistas *ú'A Notícia*, o aproveitamento da mão-de-obra feminina pelas empresas seria um apêndice do trabalho masculino, tendo como objetivo a melhoria do salário familiar do trabalhador.

A Fundação Tupy S.A., bem como a Indústria de Refrigeração Consul e a Cia. Hansen Industrial além de, a primeira estar selecionando pessoal de fora do município de Joinville, estão ampliando a capacidade de absorção da mão-de-obra feminina, ocupando principalmente as esposas e filhas de trabalhadores, no sentido de melhorar a renda familiar do próprio trabalhador e de sua família.<sup>^®^</sup>

Afonso Imhof levantou algumas hipóteses para explicar esta iniciativa da Indústria de Fundação Tupy. Segundo revelou, vários foram os fatores que impulsionaram a entrada da mulher no mercado de trabalho assalariado, entre os quais, o baixo salário das famílias migrantes provenientes das áreas rurais. Porém, há que se levar em consideração a possibilidade de a mulher estar sendo admitida na referida empresa com um salário inferior, ocupando o lugar que historicamente era dominado pelo homem. Afirmou o sociólogo:

A empresa pioneira na adoção do emprego de mulheres casadas e de solteiras em 1974 revela-se otimista quanto aos aspectos de produção, disciplina e assiduidade. São estes aspectos, além da discriminação salarial que pode estar ocorrendo, que nos levam à formulação de hipótese sobre a manipulação econômica da oferta de trabalho à mulher.<sup>^®</sup>

<sup>250</sup> IMHOF, Afonso. A mulher operária em Joinville: situação, preconceito e discriminação. *Revista de História*. São Paulo, v. LVI, n.111, jun./set. 1977. (Projeto de pesquisa.) p.211.

<sup>251</sup> QUALIFICADOS. *A Notícia*. Joinville, 9 set. 1974, p. 12.

<sup>252</sup> IMHOF, Afonso. Op. cit., p.213.

O primeiro grupo de operárias a entrar para o setor metal-mecânico na Fundação Tupy era formado por mulheres solteiras. Sebastião Rodrigues, de 1974 a 1976 foi líder de uma das seções na qual trabalhavam mulheres. Para Sebastião, foi a pior fase da sua vida. Ele conta;

Em 74 teve mudança, que botaram os homens pra rua e admitiram mulheres e eles não colocaram mulheres, colocaram moças. Se colocassem mulheres casadas, seria melhor, mas colocaram moças. Eu era o mais velho e fui o líder delas. E eu era solteiro e não sei se você sabe, mas viver com uma mulher, a gente tem que saber viver, e viver junto com trinta e cinco mulheres que eu tinha, era o caos. Justamente quando elas vieram trabalhar comigo, eu parei de fumar. Foi o período mais difícil que eu tive foi aquele tempo, porque eu queria organizar elas, porque eu não conhecia nenhuma delas. Eram todas acima de vinte e dois anos de idade, todas solteiras. Não podia entrar mulher casada. Então a dificuldade é que tem aquela dengosa, tem aquela que é braba, tem aquela que ri [...] Aquela mulherada tudo junto, uma trazia problema de namorado, outra chorava porque estava com dor de barriga, outra fazia fofoca, era o caos. Não sei se foi por causa da situação das mulheres, mas eu comecei a ficar doente [...] Um dia eu virei a mesa. Nunca esqueço aquele dia. Chamei o encarregado, que avisou o chefe de departamento: “A partir de amanhã, toda mulher que entrar na Tupy tem que ser casada”. Seu Castelo perguntou: “Por que Rodrigues?”. “Porque mulher moça só dá trabalho”.<sup>253</sup>

Sebastião não ficou mais que dois anos como líder das mulheres no setor de expedição. Revelou que, depois de ter se casado, o comportamento das operárias em relação a ele melhorou um pouco, mas, a esta altura, já estava doente, sofrendo diariamente com dores no estômago e na cabeça, Por isso insistiu para ser trocado de setor. “Eu estava naquela Tupy, tinha um pé de árvore, estava toda pretinha de poeira. Me dava uma tristeza quando eu entrava ali pra dentro. Aí não agüentei mais. Foi indo até que me trocaram de seção”.^

Sebastião alegou que a falta de mão-de-obra não foi o único motivo de a empresa ter empregado o trabalho feminino. Como certas atividades dentro da empresa eram consideradas leves, chegou-se á conclusão de que as mulheres poderiam realizá-las. No entendimento de Sebastião, a empresa foi em parte

responsável pelas atitudes comportamentais das operárias, porque no primeiro dia de trabalho apresentou o líder e o chefe de departamento como seus protetores, alertando sobre os riscos a que estavam expostas, pedindo para que tomassem cuidado a fim de não se machucarem. Por isso elas se achavam no direito de fazer chantagens caso o líder não atendesse às suas reivindicações. A demonstração da fragilidade feminina seria desnecessária, segundo Sebastião, considerando-se o tipo de trabalho neste setor.

Era contar peças e colocar nas caixas. Então se era para pegar esta caixinha e colocar lá, chamavam a gente; “Ei, vem cá, leva pra mim”. “Por que tu não pega, gurá, esta caixa e leva pra lá?”. “Ah, se fosse pra outra tu pegava, mas como é pra mim, tu não pega”. Tinha quem dizia; “Ah, cuida com elas, porque elas são malvadas. Elas podem fazer um rolo contigo e tu pode ir pra rua sem direito”. Eu era líder e nós, encarregados, an-umávamos as nossas roupas pra ver o que acontecia. Então elas faziam tudo. Se eu vou contar tudo o que acontecia dentro daquela Tupy com aquela mulherada, o que a gente já sofreu.<sup>^^</sup>

Vemer Lemke considera-se mentor da idéia de admitir mulheres na Fundação Tupy para operar no trabalho fabril. Com orgulho, revelou que “nenhuma fábrica no Brasil tinha colocado mulher em fundição. Isto foi uma coisa pioneira que, modéstia à parte, foi idéia minha e da minha equipe”.<sup>^</sup> A idéia teria partido da necessidade de melhorar o ambiente de trabalho.

A mulher, no entendimento nosso naquela época, era mais tolerante, aceitava melhor a instrução do chefe. Ela se colocava melhor dentro da fábrica. E o ambiente melhorou, porque com um montão de homens, havia um desrespeito. [...] A produtividade aumentou. O respeito dentro da fábrica aumentou.<sup>257</sup>

Seguindo o raciocínio do depoente, em que medida a presença do trabalho feminino no espaço fabril, no qual predominava o sexo masculino, proporcionaria maior produtividade para a empresa? Se a lógica da fábrica é a produção, a

empresa estaria utilizando-se de recursos psicológicos para que os trabalhadores produzissem mais? Considerando que o trabalho fabril é embrutecedor, parece evidente a importância do papel da presença feminina para tornar o ambiente menos agressivo, na medida em que os trabalhadores fantasiariam situações relacionadas à libido, equilibrando as tensões e, conseqüentemente, produziram melhor e com mais satisfação. Nesse sentido, observa-se o duplo caráter da dominação no espaço fabril. O operário, ao mesmo tempo em que era explorado e oprimido pelo patrão, era também opressor da figura feminina.

Laércio revelou que na indústria de confecção Döehier, empresa na qual trabalhou durante muitos anos, a mulher sempre foi discriminada em termos salariais. A mulher poderia exercer a mesma função e, no entanto, recebia salário inferior ao homem. Alegou ter conhecimento deste fato porque sempre conversava com a funcionária que trabalhava ao seu lado, única mulher no setor. Infomriu: “Geralmente no setor tinha uma mulher pra não acontecer muitas brincadeiras. Acredito eu que a ideologia da empresa era esta. Não que havia necessidade de colocar mulher para barrar as brincadeiras que existiam no setor, porque até mesmo elas entravam nas brincadeiras”.^

Verner considerou um erro a experiência da Fundação Tupy, iniciando o trabalho feminino com a admitindo mulheres solteiras, porque os chefes foram vítimas de chantagens, pois as operárias “colocavam o sujeito em situações complicadas na área sexual, com cantada; elas é quem faziam a coisa”<sup>259</sup> Por isso, segundo Verner, a empresa mudou de tática. À medida em que as trabalhadoras solteiras foram saindo, as vagas iam sendo ocupadas por mulheres casadas, de

---

GOEDER, Laércio. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

preferência com idade superior a trinta e cinco anos, cujos filhos já tivessem uma certa independência em relação aos cuidados básicos. Dava-se preferência às esposas dos operários que possuísem as credenciais citadas acima. Porém o casal nunca poderia trabalhar junto na mesma seção, conforme declarou o entrevistado;

Às vezes um colega olhava pra uma delas, diziam qualquer coisa e se o marido estivesse por perto, já xingava o outro por ter olhado pra mulher dele. Então nós procurávamos colocar a mulher numa outra seção, nunca na do marido. Ou o marido na outra. E foi uma t>oa experiência [...] Depois, sabe o que nós fizemos com elas? Operadoras de ponto rolante, mecânicas, tomeiras, isto tudo qualificado, com salários mais alto do que o marido [...] Treinávamos elas.^®°

Vemer julgou ter sido válida a experiência, tanto do ponto de vista da empresa, como daquele dos trabalhadores. Os problemas de relacionamento na empresa entre homens e mulheres foram ínfimos, considerando-se o saldo positivo registrado com a participação do trabalho feminino. Entretanto, foi categórico quanto à sua preferência. “Eu sempre digo pra minha mulher; Eu prefiro trabalhar com duzentos homens, mas não com dez mulheres.”^^

Moacir Floriani analisou o trabalho feminino na Indústria de Fundição Tupy, sob a ótica comportamental. Considerou que o período de adaptação com a presença feminina na empresa foi tumultuado e foi preciso transcorrerem cinco anos para que a idéia fosse absorvida. O problema estava na dificuldade que os chefes e os operários em geral tinham em aceitar com naturalidade a presença da mulher nos espaços da fábrica e tratá-las de forma adequada. A situação foi assim descrita por Moacir;

O pessoal não estava preparado para isto, na forma de tratamento. A mão-de-obra masculina era tratada com mais rigor. E pra mulher, o pessoal não conseguia passar uma ordem da mesma fonna. Em malharias, historicamente era o ambiente de trabalho da mulher. A condição era outra. Mas dentro do ambiente de fundição, imagina, lá com oito mil homens, e de repente você contrata duzentas mulheres. A atenção da empresa toda estava voltada para

aquele setor aonde tem duzentas mulheres, sem sombra de dúvidas. Isto não foi pulverizado pela empresa toda. O pessoal que estava lá no final da linha de acabamento, queria passar pela macharia para ver exatamente quem é que estava trabalhando lá, o que criou uma série de problemas. Teve gente que petxleu o emprego em função exatamente disso.<sup>262</sup>

Moacir alegou que as mulheres foram admitidas na macharia, porque além da falta de mão-de-obra na empresa, naquele setor estava havendo problemas na qualidade da produção. *Macho*, é um componente feito de areia, que ajuda a formar a parte oca das peças de ferro. As saliências do macho teriam que ser retiradas com cuidado, porque qualquer rebarba comprometeria todo o trabalho da fase seguinte; a confecção da peça. Era um trabalho delicado, que exigia paciência, conforme declarou Moacir:

o homem não é muito dado a minúcias f...] Por isso é que foi comprovado que ninguém melhor do que a mulher para fazer aquele trabalho [...] Isto era uma coisa que gerava um certo constrangimento. “O que que você faz?” “Ah, eu sou limpadora de macho”. Às vezes se levava isto por outro lado. Ficava até ruim em casa. A mulher falava pro marido quando ele perguntava; “O quê que tu faz na Tupy?” “Ah, eu limpo macho”. Então foi introduzida uma alteração. Passou-se a denominar de limpador de núcleos de areia. Hoje o pessoal volta a falar em limpador de macho porque já passou esta fase. Virou coisa de domínio e não tem mais problema.<sup>263</sup>

Claudete trabalhou pouco tempo no setor de expedição na Indústria de Fundição Tupy. Pediu desligamento da empresa porque também não se adaptou ao ambiente de trabalho. Revelou: “O meu setor era de homem, mas trabalhava, ali, mais mulheres. Tinha um cara que carregava as nossas caixas”.^ Por outro lado, a depoente declarou que as circunstâncias demonstravam a necessidade de trabalhar em silêncio, pois os operários podiam interpretar de forma distorcida uma simples palavra, ou cumprimento.

Evanir Elizabeth afirmou que, decorridos mais de vinte e cinco anos morando em Joinville, conseguiu se estruturar psicologicamente, dividindo o tempo entre a fábrica e a casa. Hoje tem prioridades que ultrapassam a esfera doméstica. Revelou não ser mais obcecada pelo trabalho do lar, tendo uma postura diferente da época do primeiro emprego. Depois da separação conjugal, assumiu sozinha a educação e o sustento dos filhos. Por isso considera o emprego que tem na metalúrgica Duque “um presente de Deus”. Procura atender todas as reivindicações da empresa, inclusive quando solicitada para trabalhar horas extras.

Quando tinha serão, o tempo todo eu fazia serão. Começava a trabalhar à uma e meia da tarde e só parava às duas horas da manhã. [...] Sábado eu pegava às nove horas da manhã e só voltava pra casa às dez horas da noite. Domingo, às dez da manhã até as dez, mela noite. A felicidade maior é quando está cheio de serviço pra gente. Depois da separação, minha vida era mais voltada para o trabalho, os filhos. Eles sobreviviam, se eu trabalhasse.^@^

A depoente entende que deve esforçar-se ao máximo para não dificultar a vida dos chefes, porque “se estão ocupando tal cargo é por serem responsáveis”.

O chefe de seção, conhecido como *encarregado*, era geralmente uma figura não grata para os operários, pois simbolizava a opressão. Passar da condição de operário a chefe era o desejo de muitos trabalhadores, tendo em vista as vantagens salariais e o *status* que lhes seria conferido. Mas, para alguns dos trabalhadores, a promoção causou um desconforto porque os colegas da seção tiveram-no como traidor, alguém que passara para o lado do patrão. Ruberval José Sabatowski, depois de alguns anos trabalhando numa empresa de carrocerias de ônibus, assumiu um cargo de chefia, passando a viver um conflito pessoal por causa da mudança no relacionamento com os colegas. Sobre o seu constrangimento, o entrevistado declarou:

---



Depois que assumi um posto de chefia dentro da empresa, minha vida mudou muito. Eu estava antes junto com os operários, junto com as pessoas amigas [...] a gente era bem visto no meio deles. Quando passei para a chefia, foi mais difícil, por causa do comportamento deles; não aceitavam que eu dentro da empresa saísse da base para o lado de chefe. Foi um pouco difícil, sim, eu mesmo em me adaptar para depois me adaptar ao meio deles.^

Ruberval declarou que sentia um mal-estar quando recebia do seu chefe ordens para tomar decisões contrárias aos interesses dos operários, mas teve de adaptar-se ao meio patronal porque o sustento da família dependia daquele emprego. Hoje, fora da empresa, entende que na época, certamente, pela forma de agir, certamente estava no lado patronal. Porém não lhe restavam muitas alternativas e teria que dirigir os subordinados de acordo com os interesses da empresa, pois também era manipulado para agir de tal forma. O psiquiatra e professor Christophe Dejours, especialista do trabalho, afirma que os chefes acabam negando o sofrimento dos trabalhadores pelo silêncio, participando até mesmo do sistema de opressão para resguardar-se na posição que conquistaram na empresa, ou por temer a ameaça de demissão. O referido autor acrescenta, ainda:

Cometer atos reprováveis, ou ter atitudes iníquas com os subordinados, fingindo ignorar-lhes o sofrimento, ou com colegas com os quais, para permanecer no cargo ou progredir, é forçoso ser desleal, isso faz surgir um outro sofrimento muito diferente do medo: o de *perder a própria dignidade e* trair seu ideal e seus valores. Trata-se portanto de um “sofrimento ético”, que vem acrescentar-se ao sofrimento causado pela submissão à ameaça.^

Ruberval entendia muito bem o significado do sofrimento ético, que consumia-lhe a consciência todos os dias, a cada nova exigência do seu superior imediato. Conforme informou, toda empresa tinha medo do sindicato, por isso alertava os chefes: “Se o sindicato faz a orelha esquerda, você tem que trabalhar a

orelha direita” (entenda-se, do trabalhador).<sup>268</sup> Chegou um determinado tempo em que Ruberval não conseguiu mais ficar do lado da empresa, porque esta exigia que fosse cobrada dos trabalhadores a produtividade e, ao mesmo tempo, negava-lhes o aumento salarial proposto pelo sindicato. Encarregado de convencer os seus subordinados a acatarem as decisões da empresa sobre a definição salarial, Ruberval percebeu que estaria traindo a confiança dos operários, por isso não teve coragem de cumprir a incumbência que lhe fora delegada. O fato de ter galgado um degrau na hierarquia organizacional da empresa não lhe dava o direito de ficar contra os amigos que trabalhavam arduamente no chão da fábrica. Revelou:

O trabalhador, hoje, ele quer um salário melhor, uma dignidade, uma casa, um terreno, um automóvel, coisa que ele pensa, que é o sonho dele [...] Então você começa a ter outra visão. E o meu caso foi isto. Eu comecei a não atender a empresa. Eu escutava o que a empresa queria, mas não passava para a base.<sup>269</sup>

Este procedimento, incompreendido pela empresa, custou-lhe a perda do emprego. Ruberval foi delatado por um líder de grupo, o que fez com que se sentisse traído porque sua intenção era defender os direitos dos trabalhadores. Para o depoente, a dificuldade maior talvez estivesse no fato de ele ter sido um humilde operário e, ao ocupar um cargo de chefia por ter se destacado entre os demais, pôs fim a uma relação de cumplicidade para dar lugar a um exercício de poder. Mas nem todos os trabalhadores agiam como Ruberval quando alcançavam um posto mais elevado na empresa. A consideração pelo bem-estar coletivo era um privilégio de poucos dos que saíam da base e se distanciavam do trabalho braçal.

João Medeiros, após ter sido demitido de uma empresa na qual trabalhava de operário, sentiu-se realizado por liderar um grupo de trabalhadores no seu novo

emprego. A aproximação com os diretores da empresa e as reuniões foram suficientes para garantir a sua satisfação no emprego até aposentar-se, dezoito anos depois. João relatou:

Lá na Ciser, eu peguei um postozinho melhor quando entrei. Eu também gostava de trabalhar, de mostrar serviço, também subi um pouquinho [...] Por este motivo eu fiquei lá dezoito anos. Talvez eu não ganhava tão bem quanto na Hansen, mas a gente tinha muito incentivo do próprio diretor da empresa que levava a gente lá pra um jantar, daqui a pouco surgia uma reunião que tinha lá, já ia pra lá. Então aquilo fez com que a gente ficou amarrado naquela empresa. Eu também peguei muito conhecimento lá. Eu fiz muitos cursos. O setor que eu cuidava precisava ter estes cursos, reuniões, um monte de coisas que precisava aprender pra tocar aquele setor. Ter muitas relações humanas com o pessoal. Então fez com que eu ficasse dezoito anos lá.<sup>270</sup>

No depoimento, João não mencionou qualquer evidência de conflito existencial por exercer o poder sobre os operários. É provável que a explicação esteja no fato de João ter entrado na empresa exercendo um cargo de chefia. Neste caso não havia nenhum envolvimento anterior com os operários que comprometesse a relação de hierarquia entre chefe e subordinado.

A experiência de trabalho na fábrica vivida por Hélio Daufemback assemelham-se, em alguns aspectos, aos relatos de Ruberval sobre o relacionamento com os operários. Hélio pediu demissão da empresa em que trabalhava para fazer parte do grupo Tupy, após ter sido selecionado para ocupar a função de laboratorista químico. Como não gostava do trabalho que fazia, considerou uma vitória a conquista do novo emprego:

Eu vibrava sozinho no banheiro, pulava sozinho lá dentro como se fosse o fim da escravidão. Comecei a trabalhar na fábrica e comecei a perceber que o meu objetivo não era também aquele, porque era um trabalho repetitivo, tinha que fazer isto, isto e aquilo sempre. Fiquei mais de três anos nesta função que era chata, ganhava pouco e não era este o meu objetivo. Como eu era bem passivo, me deixaram lá por todo este tempo. Um dia meu chefe me disse; “A gente sabe que isto aqui está bem representado, por isso mesmo a gente nunca te tirou desta função”. Comecei a perceber que o grande lance não era ficar calado, mas começar a reclamar.<sup>271</sup>

Por causa da timidez, o depoente revelou não ter desenvolvido habilidades na arte da comunicação; por isso sentia-se melhor na fábrica trabalhando um pouco isolado. Obrigou-se a melhorar o relacionamento na empresa quando se transferiu para o processo de fusão, pois teria que discutir com os colegas do setor a qualidade das peças fabricadas. Como não exercia liderança na empresa, não lhe era exigido que pressionasse os colegas a manter a qualidade na produção. Houve um momento, porém, que a situação mudou. Hélio assim a descreveu:

Quando eles me botaram como supervisor de controle de qualidade, aí então eles exigiam de mim. Mas eu sempre fazia ver que o pessoal não estava contente com isto ou com aquilo, até que um dia um gerente me falou: “Mas você tem que tomar uma postura do lado da empresa e não do lado do empregado. Você é um representante da empresa. Olha, tu estás mexendo com uma questão de vida ou morte. A questão é mais séria do que tu imaginas”. Aí eu comecei a me tocar e a perceber o que realmente estava tramitando por trás disso aí. Outra vez, o diretor, depois de uma greve que teve lá, ele estava falando do porquê das greves. Eu levantei a mão e falei: “Não foi dito para o pessoal que a empresa não tinha condições de dar mais do que o estabelecido?” Ele disse: “Sim”. Eu perguntei: “Por que então depois desse problema, aí deram alguma coisa a mais? Por que não deram antes para evitar a greve?” Aí eu comecei a entender que era uma luta de forças. Isso foi em 86, que comecei a entender e quando veio, em 89 a campanha para presidente da República, e com o Lula nos debates na televisão, ficou bem mais claro esta luta de forças e de poder. Depois que eu entendi isso, nunca mais consegui ficar do lado do patrão. Comecei a desconfiar de tudo, a conjecturar e a perceber que não tinha mais nada a ver comigo essa coisa de tentar ir para o lado da empresa.^^^

Para o depoente, a opressão sobre os operários aumentava a cada dia. Estava para instalar-se, em Joinville, uma empresa de perfis, portanto concorrente da Perfilados Tupy, na qual trabalhava. Os chefes amedrontavam os operários com a perda do emprego decorrente da falência da empresa, se não fosse mantida a qualidade na produção. Hélio, que já conseguia fazer outra leitura da situação, pensava consigo mesmo; “Isto não é problema nenhum, porque automaticamente o número de empregos é o mesmo. Então a questão não é, se esta vai á falência ou a

---

outra”.^^ A partir de então, não conseguiu mais seguir a ideologia da fábrica. Entendeu a falsidade dos chefes em afirmar que se a empresa prosperasse, o empregado estaria bem. Hélio começou a discutir com os empregados a exploração nas relações de produção capitalista. No entanto, percebeu que apenas um dos colegas aproximava-se dele para discutir a temática do trabalho. Hoje entende que os operários certamente não confiavam nele para falar sobre estas questões, porque viam-no como chefe que representava a empresa. O despertar da consciência de classe trouxe para Hélio a amarga experiência do desemprego. Isto explica, talvez, a razão de tantos trabalhadores preferirem não entender a política econômica da empresa, para manterem-se seguros no emprego, esperando a aposentadoria chegar e, assim, começarem a viver.

As empresas, segundo Ruberval, mantêm um código entre si para excluir do mercado de trabalho o operário grevista e o chefe de seção que deixou de praticar a política patronal: “Você não tem provas, mas você realmente sabe que existe”.^^\* Moacir Floriani mencionou a existência, na empresa, de “um livrão, que é o cadastro do ex-funcionário; ele era o parâmetro pra gente poder rapidamente dizer se a pessoa tinha alguma chance de retomar, ou não”.^^ Em março de 1980, grande parte dos trabalhadores da Cia. Hansen Industrial, tendo à frente a organização sindical, cruzou os braços durante alguns dias para reivindicar melhoria salarial, resultando na demissão em massa dos grevistas, que, além de perderem o emprego, ficaram marcados na cidade. O *Extra* denunciou estar havendo um alerta expresso contra os grevistas que foram despedidos da Cia. Hansen. Sem citar

nomes, o referido jornal informou que “uma das principais empresas de Joinville nos horários comerciais estaria fazendo apelo para conseguir operário, no entanto, no portão, há uma placa avisando que não aceita operários que trabalharam na

Hansen”<sup>276</sup>

Costumava-se dar preferência ao operário que chegava através de indicação de amigos, ou de parentes. Salésio Rohden trabalhou em Joinville em duas fábricas. Nas duas, a entrada na empresa foi facilitada pelo cunhado que exercia a profissão de guarda. Na metalúrgica Duque, empresa na qual trabalha, teve dificuldades com o chefe, até este descobrir que Salésio era cunhado de Antônio. Contou:

Eu peguei um encarregado que era um carrasco. De cara ele não foi muito com a minha cara. Ele parava atrás de mim, ou parava no meu lado e ficava sacudindo a cabeça. Ele queria que eu desse produção já de início. E foi um trabalhão. Aí o meu cunhado perguntou: “como é que está indo no serviço?” “Ah, ô encarregado não vai com a minha cara de jeito nenhum. Vai me botar pra rua e não vai demorar”. Ele falou; “Pode deixar comigo. Eu vou falar com ele”. Não sei o que conversaram, daí ele falou: “Por que tu não falou que o Antônio era teu cunhado? E o teu imião, o Fabiano, o Fabiano é presidente da associação do bairro, eu conheço. Tivesse falado, eu já te dava uma força”. “Acontece que eu quero falar por mim, não pelos outros. Eu sei que o senhor não vai com a minha cara”. Ele falou: “Ah, agora é diferente. Eu sei da tua situação [...] Se for por minha causa tu não vai mais pra rua. Mas eu vou ser bem franco, tu já estava na lista pra ir pra rua”.^^

Se não fosse a interferência do cunhado, talvez Salésio tivesse perdido o emprego, o que seria para ele um problema, pois a esta altura em Joinville já havia um número elevadíssimo de desempregados. As vagas nas empresas eram muito disputadas e somente conseguia colocar-se no mercado de trabalho aqueles que se destacavam no teste de seleção, para o qual era necessário um bom nível de escolaridade.

---

<sup>276</sup> PERSEGUIÇÃO: Ninguém emprega grevistas que são despedidos. *Extra*. Joinville, 14-21 abr. 1980. Ano III, n. 137, p.5.

A automação nas empresas e a recessão econômica que se acentuou no país no final dos anos 80 deixaram na marginalidade inúmeros trabalhadores procedentes das áreas rurais. Os testes de seleção exigiam trabalhadores qualificados para preencher o quadro de funcionários, cada vez mais restrito. Moacir Floriani assim se manifestou sobre a seleção no período de recessão nos anos 80;

A gente começou a apertar mais o processo de seleção. Aí tinha a entrevista no sentido de filtrar, para ver quem estava melhor preparado para ficar, se valia a pena investir [...] Começamos as amarrações até com as indicações. A partir de agora, uma indicação é uma responsabilidade. Procurei jogar at)ertamente com as pessoas sobre o que é a realidade do trabalho. Não adianta você que está no setor de expedição dizer pro cara que é uma maravilha, e ele entra aqui e vai para a esmerilhação. O cara vai te xingar com certeza. Todo mundo queria o melhor lugar. Só que no melhor lugar tinha pouca movimentação, que era onde o pessoal se adaptava, o pessoal efetivamente ficava.^^®

Moacir relatou, ainda, que no processo de seleção de pessoal deparou-se com algumas situações constrangedoras e perigosas. Citou, como exemplo, o caso de um trabalhador que se candidatou a uma vaga na empresa, mas havia, em sua Carteira de Trabalho,

[...] uns vazios. Eu fui apertando até que ele me abriu que tinha matado um cara e tinha ficado preso por um bom tempo e por isso a Carteira estava um longo tempo sem assinatura. E agora, dizer o que pro cara? Tinha que dar uma voHa toda, porque você não podia dizer que estava rejeitando por aquela informação que ele te passou.^^®

Episódios como este exigiram um método eficaz para obter informações mais precisas sobre o candidato a emprego. O setor de segurança da empresa passou a pesquisar informações de ordem policial. Enquanto os candidatos ocupavam-se com os exames médicos exigidos como parte dos procedimentos legais no processo de seleção, o que demorava uns três dias, “era checado lá, a região de onde ele tinha vindo pra ver se o cara era barra limpa mesmo, ou se o cara

tinha aprontado alguma coisa. A gente acabava ainda rifando alguns durante o processo”.^

Moacir revelou que, com a vinda de trabalhadores do Paraná, aumentaram os casos de agressões dentro da empresa, dos quais nem mesmo os chefes de seção eram poupados. Informou;

De vez em quando acontecia que o chefe chegava, queria impor uma linha dura lá, o cara mandava o braço no chefe. Aconteceram várias passagens assim. Aí, de repente, começou a própria chefia a ficar preocupada e não estava mais a fim de ir para aquela área lá, área de esmerilhão, que era o serviço mais agressivo, justamente onde tinha o pessoal mais revoltado, até pela própria situação. Acho que isto é uma consequência, muitas vezes, do trabalho. O trabalho daquele tipo deve deixar o cidadão no último, e chega o chefe lá, vem querer dar uma comigida no cara, não dá outra [...] Se for pesquisar quantas agressões houve ali, é coisa de louco lá dentro. Mas a empresa, por trás de todo aquele ambiente hostil, por trás de toda aquela coisa complicada, ela tinha um “Q” de família. No período da década de 70, a Tupy era uma “mãezona”. A área social era muito bem estruturada. Procurava realmente fazer o máximo pelas pessoas.^®^

A imagem da *Tupy mãe* confunde-se com a pessoa de Hans Dieter Schmidt, um dos diretores que dirigiu a empresa de 1958 a 1979. Segundo Moacir, “o Dieter tinha uma visão muito humanista, tanto é que vem daí este comentário ‘Mãe Tupy’”.^^ No dizer de Verner, “a Tupy, na época em que aquela diretoria existia, foi uma empresa, porque eram homens de caráter”.^

Dieter gozava de uma popularidade porque costumava circular na fábrica entre os operários, cumprimentando-os, conversando. Para os trabalhadores, a atitude do diretor representava uma verdadeira manifestação de humanidade, de companheirismo. Moacir atribui a forma de Dieter relacionar-se com os operários, em grande parte, à sua formação profissional que, assim como seu pai Albano, teve início na fábrica. Além do mais, na conversa com os operários, conseguia obter as

---

<sup>280</sup> FLORIANI, Moacir José. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>281</sup> FLORIANI, Moacir José. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>282</sup> FLORIANI, Moacir José. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>283</sup> LEMKE, Verner. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).



informações que interessavam sobre a movimentação interna. Sobre esse diretor, revelou;

Eu lembro dele, quando entrei em 76, nas minhas andanças pela fábrica, encontrei ele várias vezes falando com os operários. Ele não ia falar com o chefe da seção. Ele buscava a infonnação com o cara que fazia o trabalho. Daí esta infonnação vinha purinha, sem aquela infomiação costumeira. As rondas do pessoal da segurança da casa dele, no morro, uma propriedade grande, a ronda demorava uma meia hora pro cara percorrer todos os limites da propriedade, ele acompanhava nos dias em que estava mais tranqüilo, pegava um guarda daquele e acompanhava. Um guarda, numa empresa como a Tupy, tem muita infomnação, porque passava por todos os pontos, interagia com muita gente. Então ele pescava aquilo que ele queria saber, uma infonnação direta da fonte, sem intermediários.^@^

A “mãezona” Tupy certamente conhecia o pensamento de Maquiavel.

Quando não conseguia ser amada por todos, usava a política do temor para “acalmar os ânimos” dos trabalhadores. Apolinário Ternes afirma que, às vésperas do golpe militar de 64, enquanto o Brasil amargava em meio a greves, mergulhado no clima de subversão, a Tupy conseguiu manter a produção estável, apesar das muitas dificuldades:

A Tupy, em Joinville, conheceu também desafios e agressões, partindo de lideranças comunitárias identificadas com o movimento de rebeldia que se alastrava por todo o Brasil. Em janeiro de 1964, refletindo o agravamento de toda a situação nacional, é instalada a Guarda Industrial, um batalhão de 40 homens. A Revolução de 64 acaba devolvendo também a tranqüilidade á cúpula administrativa da Tupy. Dieter Schmidt, que sempre mantivera relações diretas de colaboradores de dois parques industriais, reúne os quase 3.000 operários no Boa Vista e profere um emocionado discurso, repelindo acusações e citando nominalmente os líderes que, em Joinville, tentaram promover a rebelião dos “operários contra os patrões”. Dieter é intensamente aclamado ao reafirmar que - a exemplo do que sempre fizera - “na Tupy eu sempre continuarei a caminhar pela fábrica e a abraçar os meus colaboradores de todos os níveis.”<sup>285</sup>

O pulso firme e o afago do diretor da empresa proporcionavam segurança aos operários. A falta de organização trabalhista, marca da atuação sindical da época, deixou os trabalhadores à mercê da ação pedagógica do patrão.<sup>286</sup>

Através do veículo de comunicação da Fundação Tupy, os operários tinham a oportunidade de conhecer “as virtudes” dos diretores da empresa. O periódico *Correio Tupy* proporcionava aos trabalhadores a idéia da existência na fábrica de um patrão que se confundia com o pai. Homenagem como esta, não era rara;

“Dr. Hans Dieter Schmidt: 20 anos na presidência.  
(Poema de um colaborador sem identificação)  
Ouço tua voz, Dieter Schmidt,  
Quebrando-se nas estruturas dos pavilhões da fabrica,  
A voz do trabalho jorrando nas faces felizes,  
No fogo, na fofça, na fé do labor  
Ouço-te que conclamas emocionado  
Esse entusiasmo maior que vem desta gente de mãos calejadas,  
Que vem desta gente de trabalho duro e penoso,  
Que conhece, contudo, o valor do próprio empenho.  
Ouço-te que clamas, a voz clara, a mão firme.  
Qual destemido fundidor que não teme a labareda traiçoeira,  
O homem da areia, do macho, do fomo,  
O homem da linha, da fresa, dos tomos.  
Ouço-te que afirmas, na força deste homem,  
Esta coragem industrial brasileira,  
À frente da empresa que busca o progresso,  
O bem-estar da comunidade.  
Ouço-te empenhares no coração do teu posto,  
Essa gratidão humana do empregador pelo empregado.  
Levando adiante, inabaláveis,  
Os princípios que Albano te deixou.  
Tu, sim, Dieter, tens,  
No calor mais ardente do ferro,  
Que há sempre de correr nas fomalhas,  
Um símbolo incandescente deste respeito que votas.  
Aos braços que dão fôma ao fênô,  
A força dos teus colaboradores.  
Ao empenho dedicado da tua mão-de-obra.<sup>287</sup>^@^

<sup>286</sup> Confonne depoimento de José Fausto, durante muito tempo, em Joinville, os sindicatos pertenciam a famílias. O Sindicato dos Mecânicos era chamado de “Sindicato dos Freitas”, e o Sindicato dos Metalúrgicos, “Sindicato dos Carvalhos”. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

<sup>287</sup> DR. HANS Dieter Schmidt: 20 anos na presidência. *Correio Tupy-Edição da Fábrica*. Joinville, ago.1978. Ano III, n. 23, p.1.

Esta devoção do operário ao patrão e à empresa, expressa através dos periódicos, demonstra ser, talvez, muito mais, uma maneira de canalizar interesses de ambas as partes. De um lado, o trabalhador desejaria encontrar amparo manifestando-se exatamente de acordo com os princípios da empresa, e esta aproveitaria os dizeres dos mesmos, para promover-se, disseminando a idéia de pertencimento à grande família. Christophe Dejours, para quem os periódicos internos servem para informar a mentira e ocultar a verdade sobre a situação da empresa, afirma que para a elaboração de folhetos, boletins e jornais requer uma estrutura de pessoal especializado e financeira, mais a colaboração dos trabalhadores para resultar na “distorção comunicacional”. Sendo assim, os gastos excessivos e a mobilização da publicidade têm como objetivo alcançar o mercado e a clientela, além de fabricar a imagem de satisfação e felicidade dos trabalhadores, tendo como resultado a adesão de todos os setores da empresa, mantendo um discurso padronizado, ou um silêncio que deturpa a realidade, pois, “a mídia substitui o debate que seria necessário para confrontar as duas descrições do trabalho (gerencial e subjetiva) e poder assim chegar à verdade e realidade da situação dentro das empresas”.^

0 *Correio Tupy*, através de fotos, valorizava os trabalhadores, exibindo-os enquanto executavam atividades nos seus postos de trabalho. Para Christophe Dejours, “a imagem ilustra o texto - ou melhor, o substitui. O recurso à imagem demanda o funcionamento imaginal (sic) a apreensão imaginária, em vez da reflexão, da análise e, de modo geral, da atividade de pensar com a qual compete o imaginário”. Ainda para o autor, a falsa valorização dos trabalhadores nos periódicos

é documentada pelo fato de sua realização ser é confiada a um especialista em comunicação a serviço da empresa.<sup>^</sup>

No *Correio Tupy*, as entrevistas serviam de base para as reportagens. A forma de redação pressupõe uma ação voluntária dos entrevistados, omitindo as estratégias das práticas discursivas para promover a cultura da empresa. Na medida em que “permitia” que os trabalhadores se expressassem, utilizando-se deste veículo de comunicação, fazia deles aliados seus. As reportagens sempre aparentavam uma imagem de paz e de tranquilidade na empresa. Os espaços apareciam todos harmonizados, e o trabalhador, considerado sempre prioridade da empresa. Episódios aparentemente banais ganhavam sentido nas mãos do redator.

Um dos trabalhadores da linha de produção, procedente de Tubarão, em 1987, estava na empresa menos de um ano, quando foi notícia no *Correio Tupy*. Relatava o referido periódico:

Gilmar entrou em contato com a redação, para conseguir uma foto da Tupy, “mas que seja bem grande para eu poder botar num quadro e pendurar junto aos que eu já tenho, lá em casa”. [...] perguntamos-lhe então por que este interesse em ter o retrato da Tupy na sua sala de visitas, e a resposta foi a seguinte: “A foto da Tupy eu queria muito porque ela é muito bonita. Bota coisa linda nessa foto, que eu vi pela primeira vez na sala dos guardas. Mas não é só isso; apesar de ser novo na Tupy, já fiz tantos amigos, que muita gente pensa que sou velho na fímbria, porque me dou com todo mundo, falo com todo mundo, até com os chefes grandes. Eu me sinto tão em casa, que quis levar uma foto para minha casa”. Por percebermos que seu companheirismo na empresa e seu entusiasmo pelo trabalho tão bem representam a realidade de incontestáveis companheirismos, achamos inevitável fazer o registro, apresentando-o para os que ainda não tiveram oportunidade de conhecê-lo.<sup>289</sup>

Levar a fábrica para dentro da própria casa, e ter a fábrica como sua casa. Eis uma demonstração, aos olhos da empresa, “de amor ao trabalho”. Agradecido por ter contato com “os chefes grandes”, o trabalhador tornava-se, assim, operário

<sup>289</sup> DEJOURS, Christophe. Op.cit., p. 68-69.

<sup>^</sup> GILMAR, colecionador de quadros. *Correio Tupy*. Joinville, nov.1987. Ano IX, n. 79, p.2.

vinte e quatro horas por dia, absorvido pela ideologia da fábrica e motivado a executar as tarefas com afinco. Envolvido sutilmente pela pedagogia de Relações Humanas da empresa, o trabalhador demonstrava com satisfação o orgulho de ser um “escravo feliz”.

Criar um ambiente de cooperação entre os trabalhadores seria uma prática eficiente da empresa para obter maior rendimento na produção. Para o professor Paulo Sérgio do Carmo, “a empresa, fazendo crer que seus interesses são coincidentes com os dos empregados, gera nestes o sentimento de participar dos objetivos da companhia, a qual, por sua vez, deve merecer seus esforços contribuindo, assim, para seu sucesso econômico”.<sup>291</sup>

Sebastião Pereira da Silva, procedente de Lages, começou a trabalhar na Indústria de Fundição Tupy em 1978, na função de espalhar minério no pátio da empresa. Em 1987, a redação do periódico *Correio Tupy* elogiou Sebastião pelo serviço prestado à empresa em nove anos de trabalho no mesmo setor, tempo suficiente para que conseguisse construir, no local, um abrigo para esconder-se da chuva e tomar café. No depoimento, Sebastião revela ser um operário comprometido com a empresa e feliz com o trabalho que realiza; “Se a gente não trabalha com amor, o serviço não vai pra frente. Comigo preguiça não existe e eu gosto demais deste meu trabalho; e fico alegre em poder estar aqui, ao ar livre, como fazia em minha terra natal. E depois, volta e meia vem alguém aqui me visitar”.<sup>^</sup> Para o referido órgão de comunicação, o trabalhador precisa de tão pouco para ser feliz; amor ao trabalho e amigos na empresa. Altair Vaiz, operário da Indústria de Fundição Tupy, em 1989 teve a sua casa destruída por um incêndio. Este episódio

---

<sup>291</sup> CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992. p.60.

<sup>292</sup> NOSSO amigo “Bastião”. *Correio Tupy-Edição da Fábrica*. Joinville, ago. 1987. Ano IX, n. 78, P.2.

sensibilizou alguns dos trabalhadores que mobilizaram uma campanha para reconstruir a casa de Altair. A imprensa deu destaque a esta ação beneficente, ressaltando que “todos os colegas ajudaram, provando, assim, que a família Tupy é verdadeiramente unida”.<sup>294</sup> Altair declarou: “Não sei como agradecer o que meus amigos fizeram por mim, é algo que a gente sente e não tem como explicar. Depois desse gesto tão bonito de meus colegas, sinto um orgulho ainda maior em pertencer à grande família Tupy”.<sup>295</sup>

No dizer de Paulo Sérgio do Carmo, algumas empresas se aproveitam da condição solitária de trabalhadores que vivem nas grandes cidades, longe dos familiares, criando um ambiente psicológico de dependência. Escreve o referido autor:

A empresa se apresenta como família, cuja equipe é capaz de proporcionar um lar, dando proteção social e emocional para o indivíduo. Explora, assim, a sua necessidade de segurança, afeto, prestígio e auto-realização. Em retribuição, a empresa espera ser recompensada, com uma força de trabalho dedicada, esforçada e satisfeita.<sup>295</sup>

Numa empresa como a Tupy, predominantemente formada por trabalhadores migrantes, o serviço de Relações Humanas teve uma influência fundamental no desempenho da produção, manipulando o comportamento do empregado, fazendo-o acreditar na responsabilidade que exercia no processo produtivo.

Em dezembro de 1980, o *Correio Tupy* registrou a inauguração da nova igreja São Sebastião, no bairro Iririú, destacando a participação da Fundação Tupy na realização do templo. A empresa teria doado o terreno e aterrado o local da obra com “quatrocentas carradas de areia usada e escória de fundição” - material

---

<sup>294</sup> Idem, ibidem.

<sup>295</sup> CARMO, Paulo Sérgio do. Op. cit., p.60.

inaproveitável que, de qualquer forma, teria como destino final o depósito de entulho da empresa. No dia da inauguração, a homenagem foi para os diretores da Fundação Tupy, pois teriam beneficiado, com a construção da igreja, grande parcela de moradores que trabalham na empresa, oriundos do Paraná, do Sul de Santa Catarina e do Vale do Itajaí. Grata pelos benefícios recebidos, “a comunidade manifestou seu agradecimento através das palavras do Reverendo Padre Valente, bem como através de uma faixa com os dizeres alusivos, colocada na parte frontal da igreja, conforme se vê na fotografia que publicamos: *Povo agradece a Dieter Schmidt e Bender*”.<sup>296</sup> Pode-se inferir que a empresa tinha o cuidado de ocupar o tempo livre do trabalhador com práticas que disciplinavam a mente e o corpo. A igreja aliando-se à fábrica, ou a fábrica aliando-se à igreja, ambas mantinham um discurso coeso de respeito e submissão às autoridades, a Deus, aos eclesiásticos e, por extensão, aos patrões. Os fiéis aprendiam as lições da passividade, da valorização do trabalho e da aceitação do sofrimento. Reconfortavam-se no final de semana, para reiniciar as atividades na segunda-feira, convictos de sua missão terrena e dos desígnios divinos.

Na década de 1980, em Joinville, trabalhar na Empresa Brasileira de Compressores - Embraco representava um *status*. Ser admitido na Embraco era sinônimo de competência. Em 1987, o veículo de comunicação interna da empresa divulgou a existência de doze trabalhadores procedentes de Imaruí, “ligados por laço de parentesco e de trabalho”. As irmãs Nerci e Edite, cada qual, mãe e tia de dez jovens empregados na Embraco, mostraram-se orgulhosas por manter a família unida, trabalhando todos na mesma empresa. Edite afirmou que todos os dias

---

<sup>296</sup> INAUGURAÇÃO da nova Igreja São Sebastião. *Correio Tupy*. Joinville, dez. 1980. Ano XIX, n.153, p.7.

lavava com satisfação os uniformes das filhas, pois, “somos felizes por termos vindo para Joinville e encontrado trabalho na Embraco”. Para Nerci, seu maior desejo era aposentar-se na Embraco; os familiares ganharem um relógio como gratificação da empresa por dez anos de serviços prestados, como ela ganhou; e ver os netos trabalhando na Embraco.^

Para a trabalhadora Ana Ema Francisco, cada novo compressor, cada nova marca estabelecida na Embraco “é uma vitória. A gente se sente dona daquele pedacinho de fábrica onde se trabalha. Só me arrependo de não ter começado antes”.^

A imprensa escrita tem sempre a mão do redator como fator determinante na escolha dos atores que irão compor o cenário social da empresa, dando forma própria a cada um dos depoimentos. Nesse sentido, o depoente, no caso, o operário, sabedor de que a sua fala será transformada em texto, correndo o risco de ser lido pelos companheiros e pelo patrão, terá o cuidado de selecionar os argumentos e os verbos empregados durante a entrevista para a formulação da reportagem. E o jornalista também encontra os limites na hora de redigir a matéria porque, acima de tudo, tem um compromisso com a empresa para a qual trabalha.

A divulgação da valorização dos trabalhadores, sempre vinculada às propostas da empresa, faz transparecer a ausência de conflitos sociais, enquanto consolida o controle sobre o corpo e a mente do operário. Ademar Américo da Silva, em 1988 foi apresentado pelo *Informativo Hansen* como um dos operários que há dezoito anos estaria acompanhando o crescimento do Grupo Hansen. O texto revela que Ademar, ao entrar na “Cipla se assustava um pouco com as máquinas [...] Hoje



ele se movimenta pelo interior da fábrica como se fosse sua casa; ‘Me lembro bem do primeiro dia. Eu cheguei e as luzes do painel da máquina se acendiam. Chamei o encarregado, pensando que ia estourar a máquina’”.<sup>299</sup> Mas com o crescimento da empresa, “Pode-se ter uma idéia de quanto esse avanço traz para os colaboradores, observando-se os balanços sociais [...] que se vê que o Grupo investe no seu patrimônio; O Homem. Os colaboradores sempre foram e sempre serão a mola mestra dessa grande estrutura que hoje é a Hansen”.<sup>300</sup>

Empregados e patrões aparecem sempre de mãos dadas nos discursos impressos nos órgãos de comunicação das empresas. O *Atualidades Lumière* demonstra haver uma harmonia na fábrica diante de uma sólida estrutura social que

[...] comprova seu alto grau de entendimento entre o capital e o trabalho, cuja posição invejável foi alcançada através de uma mentalidade realista e progressista em termos empresariais e humanos numa demonstração clara de programas assistenciais e sociais bem elaboradas, cujos frutos dividem-se entre patrões e empregados.<sup>301</sup>

Em 1978, dona Frida, uma das operárias da Indústria Casimiro Silveira, completou trinta anos de trabalho na empresa. Entrevistada pelo *Atualidades Lumière*, declarou que, se pudesse retomar há trinta anos atrás, começaria a trabalhar na mesma empresa porque desde os diretores aos colaboradores todos lhe querem bem. Indagada sobre a maior alegria e a maior tristeza na vida profissional, respondeu que foi ter recebido das mãos do diretor presidente da empresa uma medalha relativa aos vinte anos “de casa”; e na noite em que foi chamada em casa para ajudar a apagar um incêndio no setor de embalagem. A destruição ocasionada

<sup>299</sup> ADEMAR Américo, há dezoito anos acompanhando o crescimento da Cipla. *Informativo Hansen*. Joinville, 19 fev.1988. Ano XVIII, n. 91, p.5.

<sup>300</sup> MENSAGEM. *Informativo Hansen*. Joinville, 19 fev. 1988. Ano XVIII, n. 91, p.2.

<sup>301</sup> CASIMIRO Silveira S.A., ontem e hoje. *Atualidades Lumière*. Joinville, jan./fev. de 1971. Ano I, n.1,

pelo incêndio foi, para dona Frida, “a mesma coisa que tivesse desaparecido a metade do meu lar”.<sup>^</sup>

O apego à fábrica e o bom relacionamento com o patrão aparecem nos periódicos como algo natural, no mundo do trabalho operário. Os discursos fazem parecer a existência de uma harmonia no espaço fabril, condicionando os trabalhadores a aceitarem as normas disciplinares da empresa, enquanto promovem o exercício da alienação e do prazer em trabalhar. O alcance dessas idéias não era privilégio apenas dos trabalhadores de fábrica. Um dos jornais de maior circulação na cidade divulgou;

Joinville, diga-se, no aspecto da boa relação entre patrões e empregados, dá exemplos notáveis, predominando um clima em que o entendimento é a tônica, no geral um e outro comportando-se dentro da filosofia nova que rege o assunto, onde os direitos são reconhecidos de parte a parte e onde cada qual cumpre o seu papel sinceramente.[...] Acordo, questões trabalhistas, reclamações da área, diante do volume de assalariados existente em nosso meio empresarial, apresentam cifras mínimas, não raro dando aos patrões demonstrações de que estão certos.[...] tudo a indicar que patrões e empregados, aqui em Joinville, alcançaram um grau de maturidade funcional, de consciência quanto aos seus papéis que orgulha a nossa comunidade.<sup>^</sup>

A publicação dessa matéria, no Dia do Trabalho, elogiando a comunidade Joinvilense representada pelos patrões e operários trabalhando em regime de auxílio mútuo, pretendeu demonstrar aos leitores a convivência e um bom relacionamento entre capital e trabalho. Segundo a visão do jornalista responsável, a pouca incidência de processos trabalhistas contra as empresas explica-se pelo fato de haver um sentimento humanitário do patrão, associado aos valores agregados da classe operária, em reconhecimento à sua valorização no trabalho. Como a maioria dos trabalhadores procediam do campo, conheciam apenas a ideologia da fábrica.

---

<sup>^</sup> VAMOS nos conhecer melhor. *Atualidades Lumière*. Joinville, fev.1978. Ano VI, n. 26, p.3.

Mesmo trabalhando sob severa disciplina, não possuíam elementos de oposição ao patrão.

Os representantes dos jornais representam também as forças produtivas da cidade. Dificilmente os conflitos entre capital e trabalho seriam discutidos na imprensa, exceto em periódicos que mantinham interesses em atuar numa linha de oposição ao jornal que representava os poderosos. Raramente aparecem denúncias de empresas que cometeram irregularidades contra o trabalhador. O *Extra*, em 1986, levantou uma problemática bastante comum nas empresas de Joinville, porém silenciada até mesmo entre os trabalhadores. Uma das malharias foi denunciada porque as “colaboradoras”, entre outras coisas, não podiam fazer as suas necessidades fisiológicas com liberdade, tendo que, antes de fazer uso do sanitário, bater o cartão ponto e pegar a chave do banheiro na mesa da encarregada. Concluído o uso, a funcionária deveria devolver a chave ao local e tornar a bater o cartão para reiniciar o trabalho. Para o vice-presidente da empresa, este procedimento fazia parte das normas internas. Por outro lado, o subdelegado do trabalho pronunciou-se alegando não ser “admissível que exista empresas em Joinville com este tipo de procedimento, já que sua finalidade é inibir a pessoa e criar um clima tenso[...].”<sup>^</sup>

A imprensa, incansavelmente buscava convencer o trabalhador das suas obrigações, enquanto procurava promover a boa imagem do patrão. Algumas matérias chegam a ter um cunho apelativo aos operários para que estes não massacrassem os patrões com exigências e desentendimentos. Não raro, o patrão era visto como vítima, e o empregado, um felizardo, pois executava o seu trabalho e ia para casa descansar ou divertir-se, enquanto o patrão, não tinha hora para coisa

---

alguma pelas inúmeras atribuições que lhe tomavam as vinte e quatro horas do dia.

Além das atividades que precisava executar na empresa, o patrão tinha outros incômodos como:

Comparecer a uma reunião na casa do doutor fulano e que não pode faltar porque o doutor é influente e poderá facilitar ou complicar negócios futuros. As mesmas conversas, as mesmas caras e pela madrugada começa a se despedir. No dia seguinte, cabeça cheia, chega ao escritório, e o doutor, aquele, foi transferido, aquele cliente pediu concordata. [...] Empregado que pede aumento. Empregado que precisa de dinheiro porque a mulher ficou doente. Empregado que diminuiu sua produção porque resolveu trocar de mulher. Empregado que quebrou uma peça, que saiu mais cedo porque tem problemas particulares. [...] o empregado, não quer ser patrão. Lá isso não. [...] Acabou o tempo em que ao final de uma discussão entre empregados, um deles sempre largava o “bom é ser patrão”. Agora não. Parecem estar mais esclarecidos sobre as funções e encargos do patrão. [...] Daqui a pouco, os classificados dos jômals vão sofrer uma pequena alteração e passar a ficar assim: “Precisa-se de um patrão”.^\*®

No espaço fabril a disciplina e a hierarquia sempre foram valores cultivados e inculcados nos trabalhadores através dos discursos impressos nos meios de comunicação. A obediência e o respeito aos chefes, condições instituídas ao trabalhador, não passam de um forma de adestramento para responder às necessidades da produção. Na Fundação Tupy, nas datas festivas, patrões e empregados discursavam em nome da empresa e dos operários, deixando transparecer que a harmonia era o centro de interesse entre ambos. Os diretores à medida que valorizavam com palavras os trabalhadores, citavam os benefícios oferecidos pela empresa, não só para aqueles que estavam diretamente ligados a ela, mas a toda comunidade. Da mesma forma, o trabalhador que fazia uso da palavra discursava em nome dos operários, como se continuasse a fala do diretor:

É com prazer que represento os colaboradores da Fundação Tupy, para transmitir à administração desta empresa o apreço [...]. Ao ingressar no quadro de trabalhadores, há dez anos passados, logo deu para sentir que os seus diretores não se preocupavam apenas com a produção de sua empresa, mas também com o desenvolvimento de seus colaboradores. Nós empregados não precisamos reclamar de nossos direitos, pois eles sempre estão em dia.

---

Apesar dos problemas e crises do mundo agitado de hoje, nunca recebemos atrasados nossos pagamentos. Assim, com muito mais responsabilidade cumprimos nossos deveres. [...] Diante de tudo isto, resta-nos agradecer, em nome de todos os colaboradores da Fundação Tupy, a esta Diretoria.^

A empresa acima citada promovia, anualmente, concursos de redações entre os trabalhadores de diversos setores. Em 1983, o Serviço Interno de Prevenção de Acidentes no Trabalho - SIPAT divulgou a redação premiada nesta categoria;

Eu sou o pé do João.

Puxa, como eu sofria nos tempos em que o João trabalhava na lavoura, lá pros lados do norte do Paraná. Todo dia de manhã era obrigado a carregar o João por caminhos cheio de pedra. E assim: na cara limpa, sem proteção nenhuma. As marcas tão aqui, pode olhar, ó! Mas agora tudo acabou: fazem uns cinco anos que o João tá trabalhando na Tupy, e a minha vida mudou. Agora o pessoal da CIPA botou na cabeça do João que ele tem que me proteger, e ele vem me protegendo direitinho. O João não sai de casa sem me calçar o sapato (às vezes bota até com um bico de aço) e, assim protegido não tem barra que eu no encare. Agora tem uns caras lá na sessão, que não costumam proteger os seus pés... e vivem perdendo dias de trabalho, atrasando a vida deles e a vida do Brasil. Eu não! Eu ando protegido e não perco nada de bom que a vida me oferece.^^

A redação dava à fábrica uma boa imagem, pois demonstrava ter cuidados com a saúde dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, servia de exemplo ao trabalhador, instigando-o a que se preocupasse com a prevenção de acidentes “para não atrasar a vida do Brasil”. Assim como a qualidade no trabalho, o discurso da qualidade na produção assumia fundamental importância, e era necessário que fosse incorporado pelos trabalhadores. Através do concurso de redação, a meta poderia ser alcançada com mais facilidade. Em 1983, a redação escolhida foi;

Nossa qualidade objetiva

Em quase toda e qualquer região onde hajam seres vivos, desde o invisível micróbio até a mais pequena formiga, observamos sempre que tais seres inferiores desempenham determinadas atividades peculiares à sua espécie, como a exigirem de si mesmos uma qualidade que visa a um objetivo, qual

---

^ LANÇAMENTO da pedra fundamental do novo módulo do refeitório. *Correio Tupy*. Joinville, maio 1981. Ano XX, n.155, p.6. O trabalhador que fez o referido discurso, Agostinho Rausis da Rosa, foi eleito operário padrão em 1982.

^^^REDAÇ —  
n.62, p.5.

seja, a sobrevivência. Nós seres humanos, que nos classificamos como superiores por sennos dotados de inteligência, também agimos de modo organizado, isto é, realizamos o trabalho que nos compete, da maneira mais perfeita possível, corrigindo erros, acertando falhas, buscando soluções, a fim de que nos sintamos realizados, bem como danmos continuidade à nossa espécie. Sendo a Tupy, nossa colméia, ou colônia de trabalho, toma-se de maior importância que realizemos nossas tarefas, desde as mais simples até as de mais alta responsabilidade, obedecendo a critérios não apenas de quantidade, mas também de qualidade. [...] Nossa empresa [...] acredita no esmero, dedicação de empenho dos seus colaboradores, e necessita manter o prestígio que possui.<sup>^®</sup>

O diretor da Fundação Tupy, Dieter Schmidt, não viveu para ver a recessão econômica e a crise da empresa que iniciou em 1984. Morreu em um acidente aéreo em 1981, no Oeste catarinense. Em 1985, mais de sete mil trabalhadores da Fundação Tupy, pela primeira vez na história da empresa, em quarenta e seis anos de funcionamento, entraram em greve por causa dos baixos salários. Alguns dos operários declararam estarem indignados com os diretores, por não os terem recebido, sob a alegação de que “não negociavam com pés de chinelo”. Na assembléia, com a presença do sindicato dos metalúrgicos, exibiam-se faixas com os dizeres; “Que saudades do Dr. Dieter Schmidt”. Para estes trabalhadores, “tudo isso não aconteceria se Dieter Schmidt estivesse vivo, pois na época dele os funcionários ganhavam melhor. Depois que ele morreu, eles só querem tirar e não dar nada”.<sup>^</sup> Observa-se aqui uma certa alienação dos trabalhadores ao levar para o campo pessoal um problema de ordem estrutural. Sem questionar a relação de exploração, os trabalhadores atribuíram os baixos salários á má vontade da nova diretoria, comparando salários e atitudes dos diretores com o que existira em tempos passados, como se o pagamento em dia fosse uma virtude e não uma obrigação da empresa.

---

<sup>^</sup> NOSSA qualidade objetiva. *Correio Tupy-Edição Fábrica*. Joinville, mar. 1983. Ano VI, n. 60, p.5.

<sup>^</sup> GREVE pára fundição Tupy. *Extra*. Joinville, 2 out.1985, n. 1274, p.6.

Entre os entrevistados, poucos foram os que participaram de greves. Sempre que uma greve fosse deflagrada, conseguiam encontrar um jeito de burlar as decisões das lideranças sindicais, acatando as ordens da empresa. Talvez tenha sido também esta uma das razões pelas quais as empresas tinham interesse em contratar trabalhadores rurais, pois, na prática, demonstraram ser mais obedientes, passivos e cumpridores dos deveres. Enedir afirmou não ter participado de greves, por medo de perder o emprego, pois necessitava trabalhar. Quando estava um pouco mais de um ano na Metalúrgica Duque, houve uma greve que, segundo informou, “o sindicato fechou o portão. A empresa foi buscar nós lá no centro. Lá pela rua Santos Dumont, tem uma entrada na fábrica. Entramos por lá. Muitos funcionários não compareceram. O motivo, eu acho que era aumento de salário.”<sup>^^</sup> Vital da Costa lembrou de uma greve na empresa em que trabalhava, que perdurou três semanas. Informou que não participou efetivamente, mas ficou cumprindo horário na rua, em frente à empresa porque a qualquer momento poderia ser chamado para voltar a trabalhar. Para o depoente, aqueles foram dias difíceis. Declarou: “A gente só cumpria ordens. Ficava lá todos os dias, na estrada, porque uma hora podia voltar a trabalhar. Era chato. Mas quem quisesse trabalhar, nem podia. O sindicato fazia o começo, era o cabeça. Os operários não iam fazer por conta própria”.<sup>^^^</sup> As greves geralmente representavam um período de angústias para os migrantes que ficavam indecisos entre as decisões da empresa e as do sindicato. Acostumado, na roça, a tomar as decisões por conta própria, ou, no máximo, negociar diretamente com o dono da terra na qual trabalhava, o migrante, na fábrica, teve que aprender a lidar com situações desconhecidas. Possivelmente

por causa da herança trazida das relações de trabalho no campo, o migrante quase sempre preferia, no caso de uma greve, aceitar as ordens do patrão. Exceto para poucos, as lideranças sindicais representavam uma ameaça ao emprego, sinônimo de perigo, por isso mantinham delas um certo distanciamento. Não que os migrantes tivessem uma identificação, um apreço às atividades que executavam na fábrica. Pelo contrário. Como se percebe, as dificuldades de adaptação no trabalho fabril foram imensas. O emprego era uma questão de sobrevivência. Gostando ou não, seria esta a condição para permanecer na cidade, a menos que conseguisse trabalhar por conta própria, um sonho alimentado pela maioria dos trabalhadores. Sebastião Rodrigues, por exemplo, informou que, depois de trabalhar durante sete anos numa grande empresa de Joinville, decidiu pedir demissão para dedicar-se exclusivamente ao comércio. Da movimentação de um pequeno estabelecimento comercial anexo à sua casa no bairro Espinheiros que, segundo informou, atendia aos migrantes paranaenses, os quais residiam nas proximidades, conseguiu juntar dinheiro suficiente para abrir uma lanchonete. A empresa, porém, negou o pedido de Sebastião, alegando que ele e mais três dos antigos empregados representavam a força do trabalho da Embraco. Sendo assim, não teria acordo. Dias após, uma greve foi deflagrada. O depoente contou;

Quando cheguei, de manhã cedo, quando eu vi aquele tenremoto, aquele pessoal, disse: “Chegou a nossa vez, Vanderlei. É uma grana e chegou a nossa vez. Se nós perder esta... Nós já batemos o cartão”. [...] Aí combinamos nós oito [...] Combinamos de fazer greve. Daí nós fomos pra rua. Aí o encan^egado chegou perto de nós e perguntou: “Vocês vão trabalhar”? “Não, aquele cara do sindicato falou que nós não temos que trabalhar e nós não vamos”. É, se vocês querem trabalhar, vocês vão trabalhar; se vocês não querem trabalhar, vocês vão pra rua”. “Você falou que não íamos pra rua porque nós somos o ceme da Embraco”. Aí ele chamou pelo nome, um por um: “Não vão mesmo”? “Não”. [...] Quando chegou de tarde, mandou nós: “De manhã não precisa vir trabalhar. Vem só segunda-feira”. Segunda-feira, nós no ônibus, estava todo cheio de guardas. Eu era bem visto na Embraco. Era fiscal de ônibus, CCQ, aquelas coisas, era bem visto. Quando cheguei lá no relógio, coloquei a carteirinha, um engenheiro: “Veio trabalhar você? Tá bom”. Mas nem cheguei perto da máquina. Aí o encarregado já me chamou: “Vai até lá fora dar uma voltinha. Vocês também, Vanderlei, Vilson, Valmir, vão todos, vão conversar lá fora”. [...] Quando vi, já estávamos no Recursos



Humanos. Aí deram a folha pra nós e disseram: “Ao final de vinte dias vocês vão ser chamados. Fiquem em casa aguardando”.<sup>^^^</sup>

Desta forma, entrando na greve, Sebastião conseguiu realizar o sonho de ser comerciante. Com o dinheiro que recebeu de indenização, construiu um sobrado e ampliou a lanchonete.

Sobre o ajustamento do trabalhador na fábrica, Maria Célia Paoli aponta dois artigos relevantes escritos por Juarez Rubens Brandão Lopes: “Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivações”; e “Relações industriais em duas comunidades brasileiras”, publicados em 1960 e 1961, respectivamente. O autor, ao procurar os trabalhadores na fábrica, não encontrou um operário fabril, mas “migrantes rurais urbanizados, com vinculação precária e instável à fábrica”.<sup>^^^</sup> Ao que parece, os trabalhadores de fábrica em Joinville, nas décadas de 1970 e 1980, pouco se diferenciam dos pesquisados por Juarez Lopes. Ao sair do campo, o migrante trouxe, na sua conduta, influências individuais e, na busca por um bom emprego ou pela sobrevivência, não se envolvia em projetos coletivos, ou em qualquer situação relacionada à empresa, a menos que lhe conviesse.

---

<sup>312</sup> RODRIGUES, Sebastião. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>313</sup> LOPES. Apud. PAOLI, Maria Célia, et. al. Pensando a classe operária; os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo; Marco Zero, 1984, p. 135.

**“Não tenho saudades do tempo de trabalhar na roça,  
mas tenho saudades de andar no meio do mato,  
do silêncio, respirar o ar, ouvir os pássaros cantar,  
o barulho das matas, das águas, isto dá saudade”.**

**Dilnei da Rosa\***

As entrevistas têm demonstrado que a saída do migrante do local de origem para Joinville foi, em grande parte, motivada pela sedução e pela expectativa criada em torno de um sonho de melhorar de vida, trabalhando como operário. As fábricas estimularam o deslocamento dos trabalhadores rurais para os centros urbanos. Para Eunice Durham, a migração é motivada por insatisfação, sobretudo no sentido econômico. A transferência para a cidade significa uma possibilidade de realização pessoal, segundo “as aspirações do migrante que condiciona todo o processo de integração da zona urbana”.<sup>314</sup> Embora haja uma distância separando as expectativas da realização, o migrante, ainda assim, alega que a vida melhorou depois que se fixou na cidade. A melhoria é quase sempre justificada pelo recebimento do salário mensal, uso dos meios de transporte coletivo, hospital, escola e igreja próximos da sua casa e o acesso ao mundo do consumismo, embora muitos dos migrantes não possam efetivamente consumir. A mesma autora considera, ainda; “A posse de móveis, rádio, fogão a gás, às vezes inclusive

---

\* Dilnei da Rosa. Entrevista concedida à autora. (AHJ).

<sup>314</sup> DURHAIW, Eunice, Op. cit., p.145.

geladeira e televisão, é motivo de orgulho e prova palpável de sucesso alcançado”.<sup>315</sup>®

À medida que o migrante é posto em contato com inúmeras facilidades, ele perde, na mesma proporção, a sua cultura. Afirma Ecléa Bosi:

O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoadado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada de “código restrito” pelos lingüistas: seu jeito de viver, “carência cultural”; sua religião, credence ou folclore.<sup>316</sup>®

A referida autora considera que o trabalhador rural chega à cidade com as raízes partidas. Ao perder as referências, obriga-se a encontrar formas que lhe dêem o direito de pertencer a um grupo, para dar sentido à vida. O desaparecimento do antigo modo de vida causou muito sofrimento ao migrante. Até alcançar sua adaptação - o que poderia levar semanas ou anos - ele passou por um processo de transformação dolorido, entre o aprendizado na cidade e a saudade do campo, dos amigos e familiares que lá deixou. A solidão, o medo de andar nas ruas, de perder-se, de ser enganado, de ser roubado; uma angústia permanente para quem não estava acostumado com um ambiente de movimentação constante, um mundo estranho, com valores estranhos, os quais não compreendia. “Era como se tirasse o tapete de alguém e o deixasse sem base nenhuma”, como afirmou o migrante Hélio, referência citada no capítulo *Luzes da Cidade*. Encontrou alguma referência aderindo a uma Igreja cujos preceitos religiosos incluíam a solidariedade, influenciando na auto-estima dos fiéis, característica inexistente na Igreja a qual pertencera até então. Com referência à mudança de religião, assim se manifestou;

---

<sup>315</sup> Idem, *Ibidem*. p.205.

<sup>316</sup> BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992, p.17.

Na Católica, você entra e não faz diferença. Você é mais um só. Nas outras Igrejas, não; as pessoas te recebem de braços abertos e dão valor e atenção, e estão vinte e quatro horas dispostos a te escutar, a te compreender. Isto foi um grande subterfúgio meu. A fomição intelectual, que de repente me faltava, depois eu supri nesta área. Às vezes, muitas pessoas vem pra cá, ficam sozinhas e se engajam na igreja, que não seja a Católica. Não sei se isto que me motivou a mudar de religião, [...] Não sei o que teve mais peso, se foi a busca por uma verdade doutrinária, ou se era por causa da minha dificuldade de engajamento com um grupo social.<sup>317</sup>

Da solidão, em grande parte causada pela timidez, à consciência de classe no trabalho da fábrica, passaram-se muitos anos na vida de Hélio. Depois de amargar a experiência do desemprego por não concordar com alguns princípios da empresa, começou a identificar-se com milhares de trabalhadores excluídos. Desestruturado, procurou obter respostas aos questionamentos, entrando para a Faculdade de História. O historiador inglês E. P. Thompson, ao estudar a formação da classe operária inglesa nos séculos XVIII e XIX, revolucionou toda uma teoria fundamentada no marxismo, ao afirmar que o trabalhador adquire consciência de classe “a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida”,<sup>318</sup> determinada pelas relações produtivas.

Ruberval, ao partir para Joinville, deixou a família no Paraná até conseguir moradia. Nos primeiros meses estranhou a cidade, pois percebeu que as pessoas com quem encontrava nas ruas, na pensão, no trabalho, não eram joinvilenses, mas migrantes. Considera que sua adaptação foi difícil. Por falta de opções, ou por indução da empresa, costumava passar os finais de semana nas dependências da Sociedade Esportiva e Recreativa, até perceber que aquele espaço representava a extensão da fábrica. Convicto de que a finalidade da recreativa era, em boa medida, a de afastar o trabalhador das influências sindicais, explicou;

<sup>317</sup> DAUFEMBACK, Hélio. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>318</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa: a força dos trabalhadores*, v.I. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 304.

Em Joinville, a maioria das empresas tem recreativa. [...] a gente sente que é para a própria empresa mesmo. Às vezes, de um lazer, vira um campo de concentração. [...] a gente vai pra lá, mas eles querem que você fica ali jogando bola, fazendo isto, fazendo aquilo, quase que, como assim, pra não sair pra outros lados aos domingos; não sair, passear. Então ficar dentro da empresa. [...] Mas quando chega na segunda-feira que você vem para a empresa, você vê que, “eu vi tudo aquilo lá, mas não vi o que queria”. Poderia pensar em coisas maiores. Eu tenho certeza que o objetivo da empresa é alienar os empregados através da recreativa, fazendo-os viver lá o tempo todo. Eu também vivi neste meio. É manipular, é tirar o trabalhador do sindicato, do ambiente que faz com que ele tenha visão.^^®

Decidido em não mais sujeitar-se à manipulação da empresa, já doente, foi demitido. Com problemas de coração, submetido a intervenções cirúrgicas, com três pontes de safenas, Ruberval não consegue mais trabalho em empresas.

José Fausto acredita que a dominação das empresas sobre o operário, hoje, é mais sutil do que nas décadas passadas quando se valorizava a reunião das famílias nas recreativas. Nos últimos anos, as empresas levaram para o local de trabalho a prática da recreação para ocupar o tempo livre do operário. A empresa oferece refeição, transporte e lazer. Trata-se de mecanismos para desviar a atenção dos trabalhadores dos problemas, porque, cansados, preferem depois de almoçar, jogar uma partida de dominó, sinuca, caixeta, ou truco. Assim, a empresa evita que os operários se reúnam em grupo para discutir as questões do trabalho. E nos finais de semana, os trabalhadores se dispersam, não mantendo contato com quem convive durante a semana. Para José Fausto, o trabalhador de fábrica não se relaciona nem mesmo com os vizinhos. Na maioria das vezes, não conhece o vizinho do outro lado do muro que os separam. O migrante, acostumado a valorizar os vizinhos no local de origem, sofre até adaptar-se à nova situação. Com o tempo, a rotina de trabalho se encarrega de mudar os hábitos do migrante, tomando-o tão igual nos relacionamentos quanto o cidadão. Conforme o depoente, “o pessoal que mora na roça, chega no final de semana, anda quilômetros para ir na casa do outro.

---

Quando chega na cidade, acaba encontrando uma série de dificuldades que não estava acostumado lá, o cansaço, o estresse, e acaba se acomodando”.<sup>^</sup> Aqui, encontram-se, talvez, as razões do desenraizamento, qualificado por Ecléa Bosi como “a mais perigosa doença que atinge a cultura”: a migração e o trabalho operário.<sup>^^</sup> Na roça, o agricultor tem o domínio e o conhecimento do início ao fim do processo produtivo. Ingressando na fábrica, o migrante torna-se um complemento da máquina e é tomado pela fadiga porque é obrigado acompanhar o ritmo da produção sem, no entanto, conhecer o destino das peças que fabrica. Isto leva, inevitavelmente, à alienação do trabalhador.

Isolado da convivência social, o trabalhador, fora da empresa, nos finais de semana, ocupa o seu tempo cuidando do jardim, da horta, fazendo concertos, lavando o carro, construindo ou pintando o muro. Inconscientemente, continua exercendo atividades que requerem esforços físicos, repetitivos, às vezes sob a vigilância do relógio, como se fosse o prolongamento do trabalho na fábrica. Para Christophe Dejours, este comportamento deve ser entendido como resultante do condicionamento da organização do trabalho produtivo, contaminando involuntariamente o tempo fora da fábrica. O trabalhador, nesta circunstância, ao ocupar o tempo livre, estaria se protegendo de comportamentos espontâneos que comprometeriam o condicionamento mental e que o fizessem refletir sobre a opressão do trabalho produtivo. Assim, “o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho formariam um *continuum* dificilmente dissociável”.<sup>^</sup>

---

<sup>320</sup> FAUSTO, José. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>321</sup> BOSI, Ecléa. *Cultura e desenraizamento*. Op. Cit., p. 18.

<sup>322</sup> DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cotez/Oboré, 1992. p.46-47.

Não visualizando outra forma de sobrevivência na cidade, o migrante mantinha ininterrupto o condicionamento do trabalho na fábrica e fora dela. Seja por necessidade, por condicionamento, ou por falta de opção de lazer, é comum aos migrantes manterem-se ocupados nos finais de semana. Carmelita sempre dividiu o tempo entre o trabalho na fábrica e os afazeres da casa, mantendo alguns dos costumes que trouxe do campo. Todos os anos, na véspera do Natal, utilizando-se da mesma receita que trouxe na bagagem com a mudança para Joinville, confecciona doces e bolachas, embora as filhas e o marido não apreciem estas iguarias. Mesmo sem saber explicar o motivo de manter o costume, afirmou:

Aqui eu continuo fazendo aqueles docinhos enfeitados, desde que vim pra cá, que morava com a mãe, depois me casei e continuei todo ano fazendo. [...] E tem que ser aquele enfeite de bolinhas coloridas. Parece que aquilo marcou tanto, que quando eu era pequena, a minha imiã fazia. Fazia com dois dias antes e tinha que esconder pra nós não comer. E ainda dizem que agora é mais difícil. Mas agora tem tanta fartura. E naquele tempo tinha que esconder, se não chegava o Natal e não tinha mais nada.^^^

A depoente demonstrou que guarda não só as memórias da vida camponesa, mas também a conservação de hábitos do local de origem. Continua considerando o domingo um dia especial, dedicando-se com esmero na preparação de pratos para o almoço, depois de an^umar os cômodos da casa, principalmente a sala e os quartos. Informou com orgulho e convicção:

Outra coisa que continuo fazendo é arrumar a cama no dia de Domingo, mais bem arrumada do que durante a semana. Lá a gente não tinha uma colchinha pra usar; só no domingo a gente tinha. Agora eu tenho ainda uma colcha especial para usar no dia de domingo. Eu mando as meninas antimar e elas perguntam: “Pra quê? Deixa assim”. Ainda hoje eu anrumei os quartos e coloquei tudo as colchinhas novas. Mas quando elas anrumam não é assim. Hoje de manhã elas perguntaram; °Por que a mãe quer a colcha nova”? “Ah, por quê? Porque é domingo”. Já é uma diferença. Porque se não, continua sempre aquela mesma rotina.^^\*

---

<sup>323</sup> OLIVEIRA, Camielita Kesting de. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

Carmelita reconhece que na cidade teve de mudar muitos dos hábitos. Mas não reclama, porque considera a vida urbana melhor que a camponesa, pelas facilidades que oferece e as possibilidades de usufruí-las. Conseguiu realizar o sonho de estudar, cursando da quinta à oitava série no Ensino Modular oferecido pela empresa. Hoje ostenta com orgulho o certificado de 1- Grau, conseguido com sacrifício estudando até altas horas da noite, mesmo contra a vontade da sua mãe.

Apesar de ter passado tantas dificuldades, considera válidas as experiências que trouxe da roça e não faz questão de esquecê-las, conforme declarou;

Gosto de plantar alface, cebola, verduras. Apesar de ser um pedaço pequenino, mas a gente sempre planta, pra não dizer que esqueceu da roça. Eu sempre gosto de plantar a minha horta. Nunca deixei de fazer. Apesar de que agora a verdura é barata. Mas não é pelo pre<sup>32</sup>. É a vontade de ver crescer. É tão bonito e eu sempre gostei de plantar<sup>32</sup>.

A conservação de uma horta no quintal da casa é uma característica comum entre os entrevistados, exceto aqueles que residem em terras inóspitas, como as áreas de mangue, ou ainda os migrantes que, no local de origem, não tinham o hábito de oijltivar verduras, porque, trabalhando de arrendamento, priorizavam a plantação de cereais, às vezes por exigência do arrendador. Ecléa Bosi observa que, nos loteamentos populares, em bairros da periferia, “a terra é raspada pelo trator que condena o solo á esterilidade. Roubando-se a camada de terra mãe, fértil, escura, o morador fica impedido de plantar no torrão árido e vermelho sobre o qual assenta a casa.<sup>^</sup> Fora desta condição, o migrante rural que conseguia um terreno para construir a casa, reservava uma parte dele para cultivar alface, cebola, couve, temperos e ervas medicinais.





Casaf de migrantes trabalhando na horta.

Terezinha, mantém, na frente da casa em meio às roseiras, um canteiro de verduras viçosas, atraindo a atenção dos transeuntes que, constantemente, pedem uma porção de cheiro verde. Alegou que sabe identificar o migrante rural só por este ato, pois. “quando a pessoa já trabalhou na roça, ela pede pés de ceboia. Mas quando é da cidade, pede só as folhas da ceboia. Dá pra saber certinho quem é da roça e quem não é. Quem não é da roça não planta nada no quintal<sup>327</sup>”. Terezinha não perdeu o gosto pelo trabalho na lavoura. Acredita que a educação dos filhos é mais tranqüila, morando no sítio. Mas entende não ser mais possível retornar, pois “não tem o que fazer no sítio, cx)m os filhos criados aqui. Eles não sabem pegar uma enxada na mão. Mas eu gostava de poder voltar pro sítio, ter um pedacinho de terra pra poder criar galinha, ter uma vaca de leite, assim eu gostava”.<sup>^</sup>

Como Terezinha, Enedir também tem saudades do sítio. Divide o tempo entre os afazeres da casa e o trabalho na fábrica. Alegou que sua adaptação na

cidade foi muito difícil. Praticamente não tem tempo para o lazer, nem mesmo para visitar as colegas de trabalho, uma vez que dentro da fábrica não é permitido conversar. Nos finais de semana só sai de casa para ir à igreja. A depoente só não volta para o sítio porque sabe que a família não a acompanharia, especialmente a filha casada. Para deixar o campo, a decisão foi rápida e fácil, mas para retomar, depende agora da vontade de terceiros. Por isso acha que nunca mais viverá fora da cidade, pois entende que deve permanecer com a família. E assim, procura conformar-se, justificando não ter o direito de exigir das filhas que deixem o local onde trabalham e estão as suas raízes, para viver da agricultura. Mas se fosse possível, “eu voltaria. Eu seria mais feliz lá. Eu gostava mais de lá. [...] Se pudesse voltar lá, eu voltaria. Eu largava tudo e ia trabalhar na roça de novo. Deve ser porque a gente nasceu lá, se apegou com o lugar”.^

Diferente da situação de Terezinha e de Enedir, que deixaram o campo, casadas, quando já tinham criado raízes. Remi foi levado para a cidade pela família quando adolescente. Por isso prefere morar em Joinville e “hoje não voltaria pra trabalhar lá, pra viver. [...] Joinville foi uma cidade que me ajudou muito a progredir. Se tivesse ficado lá no interior, não teria o que tenho agora aqui”.^ Remi passa a maior parte do tempo trabalhando. Além de trabalhar na fábrica, é proprietário de uma pequena casa comercial. Mesmo assim, encontra tempo para passear com a família. Informou que, como fazia no local de origem, todos os domingos vai à missa.

Laércio deixou a casa dos pais, ainda muito jovem, mas afirmou que o processo de enraizamento na cidade não foi fácil. Apesar da conduta essencialmente urbana, conserva alguns dos hábitos da vida rural: “É difícil pegar

uma borracha e apagar o passado. Ele sempre volta no convívio do dia-a-dia. Ele volta. [...] É difícil apagar as raízes. [...] E tudo o que faz bem pra gente, devemos conservar”.<sup>^^</sup> Laércio cultivava, na sua propriedade, uma horta e um lindo jardim. Alegou que sente a necessidade de estar em contato com a terra, de pisar no solo, razão pela qual não troca a labuta da sua casa, pela praticidade de um apartamento.

João Medeiros está aposentado, mas possui uma agropecuária e, segundo informou, através deste ramo de atividade teve a oportunidade de aproximar-se de CTGs desenvolvendo o gosto pelas modalidades dos rodeios, dos quais participa constantemente.<sup>^^</sup>

José Manoel por várias vezes retornou ao campo para viver da lavoura. Conhece bem a vida de agricultor e de operário. Hoje não consegue mais trabalhar em empresas porque a saúde está comprometida. Alegou que sofre “dos nervos”. Mora na periferia da cidade e mantém-se ocupado criando animais, especialmente vacas. Vende leite na comunidade e, assim, consegue sobreviver. Ele e Doraci alimentam um sonho: voltar para o sítio pra “estar no meio da criação”.<sup>^</sup>

Duas características estão presentes em quase todos os depoimentos: a continuidade da observação dos preceitos religiosos cultivados pelos migrantes no local de origem e o desejo de um dia poder voltar ao campo. Percebe-se que a igreja, a princípio, foi o único elo que ligava o migrante rural à cidade. O hábito de freqüentar a igreja, unindo os agricultores nos finais de semana, continuou um costume comum entre os migrantes. A celebração da missa significava a permanência de uma tradição que alimentava o sentido da vida rural. Ecléa Bosi

considera que as práticas religiosas poderão ser um fator de enraizamento, quando os responsáveis pela celebração têm a sensibilidade de envolver os fiéis com ações e linguagem populares. Escreve a autora:

o cansaço, as horas extras de labuta sugam o alento, fragmentam o mundo, separam os amigos. Mas em algumas datas, as visitas retomam, os amigos se encontram, os fragmentos se religam. A especulação urbana criou rupturas e abismos entre os que se querem ver, mas os pontos distanciados se aproximam, e o mapa afetivo da cidade se reconstitui então. Os crentes populares entendem a visita às casas do bairro, em especial às casas dos doentes, como uma missão, um prolongamento do culto.<sup>334</sup>

Diomício De Bona acredita que tem uma missão. Nas horas de folga, dedica-se à ODmunidade. Alegou que segue os ensinamentos que recebeu de seu pai; atender aqueles que precisam. Na empresa onde trabalha há vinte e oito anos, é considerado por muitos, um conselheiro, um pai, um exemplo de liderança. Em 1986, foi eleito “operário padrão” de Joinville. O levantamento histórico da sua atuação na empresa, na comunidade e na família garantiram-lhe o título mais desejado entre os operários.



Entrega do troféu “Operário Padrão” a Diomido De Bona.



**Uma pasta contendo inúmeros depoimentos de pessoas da comunidade, elogiando e agradecendo os feitos de Diomicio, dão provas do seu envolvimento comunitário. Declarou:**

Nas horas de folga, fora da fábrica, sempre dediquei o meu tempo para fazer alguma coisa para os outros. Me dediquei ao trabalho comunitário. Nos finais de semana ajudava os amigos ou pessoas necessitadas a construir a sua casa. [...] Além desta, tenho outras propriedades que estão cedidas para outras pessoas com dificuldades de morarem.. [...] Fui catequista, ajudei a construir a Igreja da comunidade. Fui fundador do grupo vocacionai. Fazia encontros de jovens, visita às pessoas carentes. Fui coordenador do gaipo de reflexão. Tinha uma equipe que ajudava com donativos, reforma de casas para as pessoas carentes. [...] Fui também da pastoral da família e ministro do matrimônio. Hoje sou tesoureiro e fundador do grupo da terceira idade aqui na comunidade, que faz parte da Secretaria do Bem-Estar Sodal. [...] Hoje, procuro fazer o meu trabalho independente na comunidade, ajudando a construir casas, ajudando com alimentação a quem precisa. Sempre que vou fazer compras no mercado, compro uma quantia a mais para dar aos necessitados.<sup>335</sup>



**Diomicio dando assistência à mulher enfenma**

Um líder comunitário é sempre visado pelos partidos políticos, por sua inserção na comunidade e habilidade na comunicação. Diomício já foi convidado para ingressar na política partidária, mas não se interessou porque considera a ação dos partidos políticos distante das necessidades da população. Desta forma, trabalhando com autonomia, fora de ideologias políticas, estaria ajudando a todos na comunidade, independentemente das convicções partidárias.

Sebastião Rodrigues, ao contrário de Diomício, aproveita todas as oportunidades para tirar proveito dos candidatos, vereadores de todos os partidos políticos, em benefício da comunidade. Trabalhando como comerciante na comunidade dos Espinheiros, hoje bairro Espinheiros, alegou que, em 1985, diariamente apareciam dez novos moradores em média nas imediações do estabelecimento comercial, procedentes principalmente do Paraná, como também do Sul de Santa Catarina. O bairro não oferecia nenhuma infra-estrutura. Era um canto abandonado do bairro Boa Vista. Preocupado com a favelização dos moradores. Sebastião procurou a Câmara de Vereadores, e lá obteve orientação de um parlamentar do bairro ao qual pertencia, para organizar os moradores do local. As primeiras ações deveriam ser a criação da associação de moradores e a construção de uma igreja para facilitar a mobilização popular. Contrariando as determinações do padre da paróquia que não concordava em desmembrar a comunidade, a igreja foi construída. As novenas nas casas dos fiéis mobilizaram a comunidade e, com recursos arrecadados em festas, concluíram a obra.

Sebastião foi presidente da Associação dos moradores, e garante que só trabalhou para o bem da comunidade, obtendo melhorias para o bairro. Defende, como princípio básico, a organização popular. Por meio dela, segundo declarou, conseguiu obter benefícios junto à Prefeitura. Foi assim que conseguiu a sede

social, o jardim de infância e a elevação da comunidade de Espinhelros a bairro. Apesar de não ter preferência por um partido específico, sempre manteve contato com políticos para garantir os projetos da comunidade. Afirmou, no entanto, que nunca se comprometeu com candidato algum por não acreditar na honestidade desses candidatos e nem tampouco nos órgãos públicos municipais. No entanto, declarou que, “se a gente é líder numa comunidade, a gente tem que participar mesmo de vez em quando lá dentro, pra gente conseguir alguma coisa. E pra gente conseguir alguma coisa da prefeitura, a gente tem que ser organizado”.<sup>^</sup> Por não acreditar em promessas de candidatos, o depoente sempre buscou os benefícios em época de campanha antes das eleições, utilizando-se da política do “toma lá, dá cá”;

Nós estávamos precisando de barro pro aterro da igreja. Eu queria que o Tebaldi desse esse barro. Então fui falar com ele e disse: “Nós precisamos de barro pro aterro”. Ele disse: “Ah, mas lá não dá. Se marcar uma reunião, quantas pessoas você garante?” “Deve dar umas 100 pessoas”. “Então tá bom, eu vou”. Eu botei 560 pessoas naquela reunião. No outro dia, o barro estava na igreja. Cinco caminhões puxando barro. Então, se eu não pego este barro, outro ia pegar. Então eu peguei. É assim que a gente trabalha.<sup>337</sup>

Como líder comunitário, Sebastião exerce uma considerável influência sobre os moradores do bairro. Alegando estar sempre pensando na comunidade, revelou os planos de ação para as próximas eleições:

Este ano vai ter eleições. Posso até trabalhar pra um vagabundo, que sei que não vai ganhar mesmo, mas que ele faça alguma coisa, independente do resultado. Hoje, eu faço parte da direção da igreja. Estamos precisando de umas 300 cadeiras para a igreja. Se chegar um candidato e quiser marcar uma reunião na minha casa, marca. Mas eu quero umas 300 cadeiras. Chamo o pessoal e digo; “Se querem votar no homem, podem votar. Ele vai dar 300 cadeiras pra igreja. Mas vocês têm que ir lá. Se quiserem votar, podem votar”. Se ele perder a eleição e vier cobrar de nós, eu digo: “Eu fiz o meu”, [entenda-se: eu fiz a minha parte], Uma das coisas que eu sempre quis fazer aqui na comunidade e acho que é uma coisa que pode ser feita agora, nesta eleição, é entubar todas estas valetas, esgotos. Entubar tudo. Não sai muito caro. Pode ser que a gente consiga também nesta eleição. [...] As conquistas aqui geralmente se dão em épocas de eleição.<sup>^</sup>

Sebastião demonstrou estar satisfeito na comunidade em que vive. Apesar das dificuldades iniciais de adaptação na cidade por não ter conhecidos em Joinville, conseguiu enraizar-se porque, na falta de opção de lazer, buscou refúgio na igreja do Boa Vista. Foi com o padre Felício, segundo afirmou, que aprendeu as primeiras lições de solidariedade. Pode-se afirmar que na medida em que busca melhorias para a comunidade, criando uma infra-estrutura para o bairro, está contribuindo indiretamente para o sucesso dos seus negócios, porque trará mais moradores para o bairro e, conseqüentemente, aumentará a clientela no seu estabelecimento comercial.

A realização da segunda característica comum aos migrantes, a vontade de retornar ao local de origem, como fizeram muitos, fica cada vez mais distante à medida que o tempo passa. Para Eunice Durham, o migrante rural, geralmente, ao vir para a cidade, continua ligado de alguma forma à sua terra, para assegurar o seu retomo, caso não se habitue com a vida urbana.^

A assistente social Marlene observou, da sua experiência de trabalho que, “se a pessoa não tinha mais nada, lá no interior aonde ela deixou, de onde ela saiu, então ela tinha um esforço maior para se adaptar. Se ela tinha um sitiozinho, então ela voltava com mais tranquilidade, embora voltasse e retornasse. Mas deixou um vínculo lá, uma segurança”.^ Afirmou ter atendido diversos operários com dificuldades de adaptação no trabalho, enviados pela empresa para convencê-los a não se demitirem. A reclamação era do barulho na fábrica, com o qual não

---



acostumavam e, por isso, pretendiam retornar às atividades no campo. Para

Marlene, o retorno quase sempre resultava em decepção;

Na cabeça deles, eles voltando pra suas origens, a vida ia continuar a mesma de antigamente. O que não era verdade. A experiência dizia que eles iam voltar. Eles vendiam a casa aqui, [...] porque eram trabalhadores, faziam muitas horas extras, então eles conseguiam, [...] compravam um terreninho lá, e depois de dois ou três anos, eles voltavam pra cidade, na miséria de novo.<sup>^^</sup>

Neste caso, o desenraizamento era ainda maior porque o migrante sentia-se desajustado na cidade e no campo.<sup>^^</sup> Ficando na cidade, o trabalhador alimentava a esperança de um dia voltar, não para viver da lavoura, como afirmou a maioria dos entrevistados, mas na condição de aposentado, para usufruir da tranquilidade no convívio com a natureza. Alguns já conquistaram a aposentadoria, mas sentem-se impedidos de deixar a cidade porque os filhos ainda não conseguem sobreviver sem a ajuda dos pais e nem tampouco se dispõem a morar no sítio.

Nas falas de muitos dos migrantes, o retorno representa a possibilidade de usufruir o melhor da vida na meia idade, combinando o sossego que o campo oferece com a estabilidade econômica conquistada na cidade: “Na condição atual [aposentado] eu até voltaria. Não mais para depender daquilo”.<sup>^</sup> “Eu gostaria se pudesse pegar um terreninho pra plantar. Mas para voltar pro sítio e começar tudo de novo, não”.<sup>^</sup> Quando parar de trabalhar, se for possível, voltaria para o sítio, mas a minha mulher não quer”.<sup>^</sup> “Voltar pro sítio hoje não dá mais. Mas se eu

---

<sup>341</sup> CUSTÓDIO, Mariene Silveira. *Entrevista concedida à autora.* (AHJ).

<sup>342</sup> Um levantamento realizado empiricamente, na comunidade de São Ludgero, demonstrou que a maioria dos agricultores que partiram para Joinville e retomaram ao local não continuaram durante muito tempo trabalhando na roça. Deslocaram-se para outras cidades, e estão exercendo atividades comerciais. Significa que a dificuldade maior do migrante não estava na adaptação à vida urbana, mas ao trabalho da fábrica.

pudesse voltar, eu voltava. Se a mulher quisesse voltar, eu voltava. Mas pra viver do sítio, isto não”.<sup>^</sup> “Se fosse pra voltar pra lá, até posso. De vez em quando comentamos que a gente até voltaria, mas não com aquelas mesmas condições. Passar o que a gente passou lá em tempos atrás, aí não tem condições”.<sup>^^</sup> “Hoje, pela idade da gente já é mais difícil voltar. Os filhos todos aqui na cidade e eles não entendem de roça. Quando eu me aposentar, aí nossos planos é de voltar pra lá”.<sup>^</sup> “Hoje eu não voltaria mais pra roça. [...] Só se for aposentada. De outra maneira não dá pra morar pra lá”.<sup>^</sup>

Aldira, depois da difícil adaptação na cidade, viveu a experiência de voltar para o local de origem e viver da lavoura. Em 1982, o marido de Aldira encontrava-se desempregado. Desiludidos com a cidade porque não encontrava emprego, venderam a propriedade em Joinville, retornando ao município de Papanduva, onde permaneceram durante seis anos. A depoente relatou que teve dificuldades durante este período, principalmente em relação às filhas, pois “não se acostumaram. [...] Elas choravam muito. Lá não tinha banheiro como aqui e elas estranharam e não queriam ir naquela casinha fora, tomar banho na bacia. Elas não se acostumaram”.<sup>^</sup> Eunice Durham afirma;

Se o migrante consegue empregar-se ou empregar a família, ganhando o bastante para sobreviver e se reproduzir, passa a gozar de um nível de vida que, por mais ínfimo que seja, é em geral superior ao que gozava na zona rural. Isto porque o “viver” na cidade só é possível através de padrões de consumo que são “luxo para o trabalhador agrícola”. “Trabalhar e viver” implicam consumir produtos manufaturados (sapatos, roupas, produtos alimentares processados) que são inacessíveis ao homem do campo. Por isso é que a cidade é quase sempre tão valorizada, até para os que “não se acostumam” ou não obtêm emprego e a abandonam. Mesmo quando volta para a zona rural, o migrante reconhece a “superioridade” da cidade, e a impossibilidade de nela viver é, em geral, atribuída antes a uma deficiência do sujeito do que do objeto.<sup>^^</sup>

<sup>^</sup> COSTA, Vital da. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>347</sup> MEDEIROS, João. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>^</sup> FERNANDES, Ageu Silvano. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>^</sup> HERBST, Aldira de Jesus Pereira. *Entrevista concedida à autora*. (AHJ).

<sup>^</sup> HERBST, Aldira de Jesus Pereira. *Entrevista concedida à autora*. (AHJy

O sonho de consumo, a oportunidade de comprar “objetos de luxo” que não conseguiu trabalhando na roça comprometia o salário de operário. Marlene relatou;

Na Tupy tinha Cooperativa onde a gente podia comprar fiado. A briga minha era que a Cooperativa devesse vender gêneros alimentícios; e vendia som. Então, a maior alegria do empregado que entrava na Tupy era comprar um toca-fitas. [...] Eu ficava doida, porque eles viam que tinha um saldo devedor no envelope de pagamento, com descontos na Cooperativa. Eu dizia: “Tu comprou um som”?! “Ah, eu comprei um som”. Feliz da vida. Não tinha dinheiro pra comer.^“

Hoje, depois da experiência de retornar ao campo, Aldira prefere a vida urbana, embora considera a cidade um ambiente de constante riscos à integridade moral dos jovens. Entende que às vezes chega a “sufocar” as filhas com o excesso de cuidados. A filha mais velha só começou a sair de casa desacompanhada da mãe aos dezesseis anos. Declarou que mantém um sistema de constante vigilância sobre as filhas, assim como fazia a sua mãe, controlando horários de chegada e fiscalizando as companhias. Sentiu-se constrangida quando foi interrogada pela filha; “Mãe, por que com esta idade, com dezessete anos, eu não sou casada e a mãe já era casada?” “Eu respondi pra ela que lá era mais diferente do que aqui. O namoro de lá era mais diferente. O namoro de lá era mais respeitado. O namoro de hoje em dia não é mais respeitado como era antes”.^

O migrante rural, ao chegar na cidade, sofreu um choque cultural, e não conseguindo transcender o conservadorismo, desestruturou-se diante das tendências da vida urbana. A contestação dos valores tradicionais pelos jovens urbanos gerou muitos conflitos entre migrantes e seus filhos. Uma distância muito grande separou as duas gerações. A primeira foi marcada pela obediência à

inquestionável autoridade dos pais, e a segunda, pelo questionamento e imposição dos valores dos filhos. Aldira encontrou, no centro de formação catequética da Igreja Católica, uma forma de aliviar o sofrimento que a rotina de trabalho produz e, ao mesmo tempo, entender o comportamento da geração das filhas. Nos finais de semana trabalha na comunidade, catequizando crianças e adolescentes. Afirmou que prepará-los para a 1ª Comunhão e Perseverança está sendo uma experiência agradável, embora no início não sabia sequer o significado de *catequese*.

Para Ageu Silvano, o trabalho na fábrica lhe proporcionou a aquisição de bens materiais, como a casa e o carro, mas tirou-lhe a saúde física e mental, recuperada somente após a sua entrada numa Igreja Evangélica. Pelo ensinamento nas histórias da Bíblia encontrou a paz que a família estava necessitando para continuar unida. Segundo o depoente, uma nova vida começou e as enfermidades desapareceram, motivo pelo qual continua na Igreja ajudando outras pessoas: “A gente se alegra ao entrar na Igreja e vê pessoas necessitadas chegando quase chorando, oprimidas, possessas pelo demônio, vão lá, o diabo sai e ela sai alegre. Então é uma coisa melhor do que nós conhecíamos”.^

Christophe Dejourn, ao analisar o processo do adoecimento, observa que nenhum operário está a salvo da angústia gerada pela insatisfação no trabalho. Esse sofrimento nem sempre é reconhecido pelo próprio trabalhador como consequência do trabalho; “Sofrimento e doença podem ser vividos e interpretados pelas pessoas como golpes do destino ou como fatalidades. O sofrimento pode também ser considerado uma provação divina”.^

Pedro Sedino Cardoso chegou em Joinville em 1971, “com quatro filhos, a mulher e uma malinha de roupa” conforme declarou. Trabalhou na Fundação Tupy até 1990 e, às custas de muitas horas extras, conseguiu construir uma casa. Abalado psicologicamente por causa do excesso de trabalho, aproveitou a oportunidade de crise da empresa e fez um acordo para demitir-se. Com o Fundo de Garantia comprou uma propriedade no local de origem. De volta à lavoura, permaneceu lá durante cinco anos, retomando a Joinville. Hoje Pedro faz parte da Igreja Assembléia de Deus e considera-se um homem feliz. Declarou; “Eu acho que o que a gente precisava, uma casinha, uma morada, que hoje a gente tem. [...] Sonho de ficar rico não adianta a gente pensar, que não fica mesmo. [...] tenho amizade. Vou na igreja, a gente chega lá contente, todo mundo contente, nunca tive brigas com o pessoal”.<sup>^</sup> Pelos relatos, percebe-se que o desejo de muitos dos migrantes de “melhorar de vida na cidade” resume-se às condições básicas de sobrevivência. Talvez, a busca pelos ensinamentos da Igreja tenha exatamente o propósito de converter o sentimento de fracasso, ou de revolta por não ter realizado as perspectivas que tinha em mente ao chegar na cidade, em aceitação da vida que tem, valorizando o que conquistou. O conformismo ajuda a suportar o sofrimento de uma vida de luta, de retrocesso e recomeço; ajuda, também, a suportar a idéia que a pobreza é uma condição permanente, independente do local em que se vive.

Rea nunca foi muito ligada às questões religiosas. Alegou que a religião não assumiu nenhuma importância na sua vida, nem a ausência dela. Costuma ir à igreja quando convidada, em ocasiões específicas. Chegando à cidade, canalizou as energias a um mundo que desconhecia no local de origem. O ânimo nas festas e

bailes nos finais de semana revela uma mulher que descx)briu o fascínio pela vida e, ao mesmo tempo, o medo de perdê-la. Revelou:

A minha vida começou depois dos quarenta. [...] Eu sei que tenho sessenta anos, mas eu não sinto isto. Eu não tenho dor, não tenho nada. Vou nas minhas festas, tomo as minhas cen/ejas, chego em casa às quatro horas da manhã e às seis horas já estou levantando pra lavar roupa, pra limpar a casa. Não sinto cansaço. E não tomo remédio. Eu quero viver. Não quero morrer de jeito nenhum. [...] Eu acho que sofri tanto, que agora eu quero recuperar tudo aquilo que perdi. Todos os anos que perdi eu quero recuperar agora. Eu acho que é por isso que eu não sinto que estou ficando velha.<sup>357</sup>

Para a depoente, na cidade as condições de vida melhoraram. Por isso só voltaria a Rio do Sul se fosse obrigada. Considera que, se isto viesse a acontecer, “seria um castigo muito grande. Deus que não me castigue.[...] Em sítio, também não quero mais morar. É muito bom passar as férias, mas não pra trabalhar”.^

Desde criança, Dilnei imaginava conquistar um mundo diferente, desconhecido, com acesso aos bens materiais que lhe proporcionassem conforto e privacidade. Sonhava ter uma casa murada, embora não soubesse exatamente o que era muro. Desejava um lugar onde pudesse ficar sozinho e pensar, onde pudesse escrever, imaginava poder sair de casa quando quisesse, conseguir comprar uma bicicleta, quando nunca tinha visto uma. Imaginava ter um rádio melhor que o do seu pai, para escutar música quando quisesse. Imaginava ter uma mulher e ser feliz. Hoje Dilnei tem uma casa murada e mobiliada, um rádio que fica ligado a maior parte do tempo, adquiriu uma bicicleta, depois uma moto e quando se casou, um carro. Tem um filho. O excesso de isolamento custou-lhe o divórcio. Decepcionou-se com o casamento e com a pessoa que não soube entendê-lo. Conheceu o mar e ficou fascinado por ele. Construiu uma casa na praia e passa os finais de semana acompanhando os movimentos do mar, imaginando os

mecanismos que provocam as intermináveis ondas. Considera a liberdade um bem supremo. Paga a pensão do filho. Voltou a estudar e alegou ter perdido a capacidade de escrever poesias. Tem curiosidade de conhecer o modo de vida dos povos indígenas. Ainda não se adaptou com o barulho da cidade. No passado, fez parte de um grupo de jovens, participou da Pastoral da Saúde, da Associação de moradores e foi catequista. Sua vida, hoje, é diferente, conforme relatou:

Hoje eu vou na Igreja mas não participo mais de grupos, nada, porque grupo de jovens, eu já não sou mais um jovem para isso. [...] Eu sou separado. Depois já não se faz aquela amizade assim. O meu pensamento é que o dia em que me aposentar, eu alugo esta casa aqui, e vou morar na praia. Minha casa lá é longe da praia, no meio do mato. Escolhi este terreno por causa das árvores nativas. [...] Quando encontro alguém que me entende, eu namoro. Muitas acham que eu conto muitas histórias, acham que sou maluco. [...] Tudo é uma passagem importante na vida da gente. Cada um tem suas histórias.^®®

Nem todos os migrantes conseguiram, em Joinville, a exemplo de Dilnei, adquirir um teto para abrigar a família. Os solteiros tiveram a possibilidade de se estabelecer e construir uma moradia, pois, estando só na cidade, moravam em pensão e passavam a maior parte do tempo trabalhando. O pagamento das horas extras excedia o valor do salário registrado na Carteira de Trabalho. O mesmo não acontecia com o trabalhador que trazia a família e pagava aluguel. A maioria das famílias, especialmente as que chegaram em Joinville a partir da década de 1980, não dispunham de recursos para comprar uma casa ou terreno, porque em geral, eram agricultores sem terra, em alguns casos oriundos do interior do Paraná, vítimas da política agrícola do país. O salário do trabalhador, quando estava empregado, mal dava para os gastos com a alimentação da família que, geralmente, era numerosa. Impossibilitados de pagarem aluguel, as áreas de mangue começaram a ser ocupadas.



O jornal *Extra* constantemente denunciava as más condições de vida dos migrantes que chegavam a Joinville atraídos pela oferta de empregos e só puderam se fixar em áreas de terras da Marinha. Os barracos improvisados, palafitas nas beiras dos rios e nos manguesais, aumentavam a cada dia proporcionalmente à queda de empregos, incomodando as imobiliárias, preocupando os órgãos públicos municipais e chamando a atenção da imprensa. Os migrantes rurais modificaram o cenário do espaço geográfico da cidade, introduzindo o aparecimento de favelas, conforme reportagem do *Extra*: “A menos de 800 metros de uma das principais vias da cidade, a Avenida Paulo Medeiros, fica localizada uma verdadeira favela. A maior parte dos moradores são originários do Paraná, onde trabalhavam na lavoura. As casas toscamente construídas de folhas de zinco e madeira, ganhas com muito custo”.<sup>^</sup> O depoimento de Joaquim, publicado no referido periódico, revela a derrota do trabalhador que deixou as atividades agrícolas pensando melhorar de vida na cidade e encontrou a exclusão. Procedente do município de Pato Branco, PR, Joaquim, em 1979, com vinte e oito anos, chegou em Joinville e por algum tempo trabalhou de operário e conseguia pagar o aluguel. Mas o desemprego obrigou-o a buscar outra alternativa: “A gente saiu de lá com mulher e filhos para ver se a sorte aqui era melhor. [...] No começo a vida aqui era boa, mas agora ficou difícil, desempregado e sem dinheiro”.<sup>^^</sup>

O conhecimento das atividades exercidas na roça pouca serventia tem numa cidade industrial. Para Lúcio Kowarick, “o migrante precisa urbanizar seus

---

<sup>^</sup> POSSEIROS do Rio Cachoeira: sete famílias estão ameaçadas. *Extra*. Joinville. 15 out.1983. Ano VI, n. 779, p.2.

<sup>361</sup> Idem, Ibidem.



conhecimentos, interiorizando, entre outros, regras e valores de distância e proximidade social, fruto das relações interclasses imperantes na metrópole”.<sup>^</sup>

O jornalista lido Campeio, ao escrever sobre o descaso dos políticos, que só se preocupam com os eleitores oriundos de outras regiões em vésperas de eleições, usou o termo “joinvilização” para expressar a necessidade de oferecer aos migrantes um tratamento adequado, visando à sua adaptação em Joinville. Elogiou a iniciativa de um grupo de migrantes, contando:

Recentemente, em um boteco de Joinville , na zona Sul da cidade, vi uma grande idéia ser gerada. Um pessoal de Taió, Salete, Rodeio e aqueles lados gerou a criação de uma sociedade que teria como finalidade servir de ponto de apoio para os seus conterrâneos que aqui chegassem. Apoio de absoluta solidariedade no sentido de os mais antigos, orientar sobre o melhor negócio a fazer, o emprego mais fácil a conseguir, o aval quando merecido e necessário, enfim, uma irmandade.<sup>^®^</sup>

Outras iniciativas, além da acima citada, chamou a atenção da imprensa. A mobilização de um encontro de migrantes oriundos do Sul do estado, com o objetivo de avaliar as necessidades dos migrantes, principalmente nas questões de moradia e emprego, foi registrado no *Extra*:

Seis operários de Joinville resolveram averiguar quantos migrantes existem em nossa cidade. Para tal, estão convidando todos os migrantes procedentes das cidades sulinas para o primeiro encontro a se realizar no dia 29 deste mês [novembro] às 15:00 horas e 30 minutos, tendo como local a paróquia do Boa Vista. Na oportunidade estarão presentes, segundo informou ontem na redação, José Fausto, três padres: José Pereira Kuntz, de São Ludgero; Miotélio, de Criciúma e o padre Kenp, de Tubarão. Eles em suas respectivas cidades estão fazendo um trabalho de orientação às pessoas que têm interesse em vir morar em Joinville.<sup>^</sup>

O comparecimento dos três padres no encontro talvez esteja ligado à cumplicidade que tinham com os agentes de reautamento e seleção da Fundação Tupy. Conforme observou Vemer Lemke na entrevista, os padres eram procurados

---

<sup>362</sup> KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 114.

para ajudar na tarefa de incentivar os fiéis a migrarem para Joinville, A visita dos párocos co-responsáveis pelo êxodo ao local do destino dos migrantes poderia representar uma fiscalização das promessas dos agentes. Conforme depoimento de José Fausto, o encontro aconteceu e foram distribuídos formulários para fazer um levantamento de dados sobre as condições de vida dos migrantes. No entanto, afirmou:

Tivemos dificuldades em continuar com o projeto de manter encontros entre o pessoal do Sul, por falta de apoio, principalmente por parte da Igreja. Procuramos o D. Gregório na época e ele achou que nós iríamos ficar discutindo e íamos acabar regionalizando a questão do migrante como um todo, porque nós temos que conhecer as raízes de cada região. Ninguém tem registrado em Joinville a história do migrante. [...] Nós fizemos na época um levantamento, onde foram preenchidas umas seiscentas ficha que foram distribuídas, contendo um questionário. Nós procuramos saber alguma coisa sobre o migrante. Nós queríamos conhecer o migrante, o porquê de ele vir pra cá. Se o mesmo problema dele era o mesmo problema meu, se era a falta de ter um pedaço de terra seu para trabalhar. [...] Todo mundo sabe que você veio para a cidade não porque você queria. Você veio empurrado da ten-a. Você é empurrado do cabo da enxada para a cidade. Chegando aqui na cidade, você se depara com uma cidade enorme e com dificuldades de se encontrar com outras pessoas, primeiro porque você tem uma jornada de trabalho exaustiva e você tem um meio de transporte deficiente em Joinville. Isto, somado ao seu esgotamento, ao seu cansaço. Chega no final de semana você está esgotado e não tem mais condições de correr, de procurar os amigos, saber onde eles estão e muitas vezes nem sabe que o teu vizinho é teu amigo, que veio da tua terra.^

A Igreja representou, e talvez ainda representa, a única força capaz de organizar a população, ou de desarticulá-la quando do seu interesse. O bispo D. Gregório, ao reprovar a idéia de reunir os migrantes do Sul do estado, estaria evitando a possibilidade da criação de um movimento social que poderia escapar do controle da Igreja, correndo o risco de dividir os fiéis, ou de insuflar os ânimos dos operários contra a exploração no trabalho, a exemplo da comunidade do Floresta, dirigida pelo padre Luis Fachini, responsável pela paróquia Cristo Ressuscitado. Acusado pelos donos das “forças produtivas” de agitar a “massa trabalhadora” e de

utilizar materiais subversivos durante a celebração da missa, padre Fachini rebatia as acusações através da imprensa, alegando;

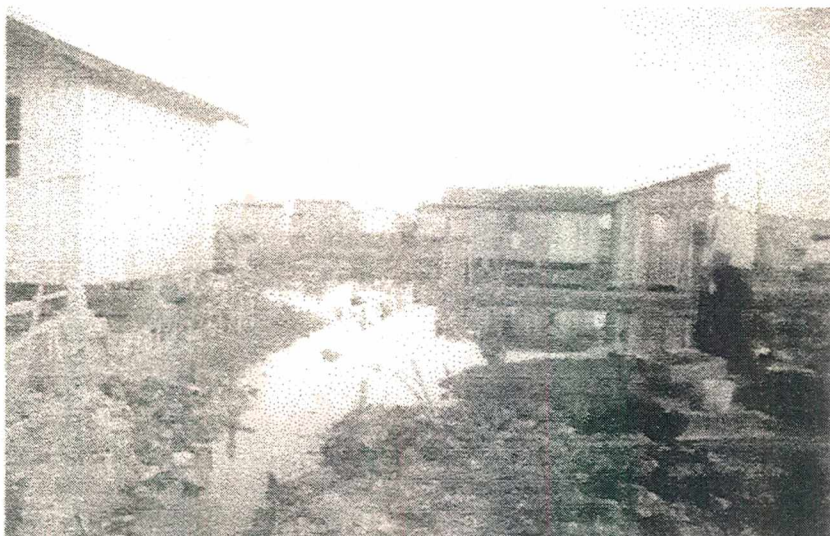
Apenas conscientizamos os operários para deixar de ser tão explorados em sua força de trabalho. [...] Estando desorganizado e desinformado, toma-se presa fácil dos patrões, pois não sabe exigir seus direitos. [...] Não somos contra o governo e os patrões. Somos a favor dos operários. Apenas procuramos garantir os direitos dos mais pobres.<sup>^</sup>

Ecléa Bosi afirma que, “se a migração e o trabalho operário são desenraizantes, o desemprego é um desenraizamento de segundo grau”.<sup>^^</sup> Descartados do trabalho organizado da fábrica, muitos dos migrantes foram parar nas áreas marginais da cidade, desprovidas de qualquer serviço público, tentando sobreviver fazendo “biscates”. Ainda, inúmeras famílias que haviam parcelado a compra de terreno, com o desemprego, não conseguiram honrar o compromisso estabelecido no contrato de compra e venda, perdendo a propriedade para a imobiliária. Estes trabalhadores foram sendo empurrados para a periferia, ocupando as áreas de manguesais. Não foram só os desempregados que ergueram palafitas no mangue. À medida que o arrocho salarial tornava-se cada vez mais expressivo para as famílias de migrantes, principalmente para as numerosas, a favela representou uma saída, uma forma de permanecerem na cidade, mantendo um padrão mínimo de sobrevivência.

---

<sup>^</sup> FACHINI garante que é apenas a favor das classes pobres. *Extra*. Joinville, 20-27 out. 1980. Ano III, n.163, p.5.

<sup>367</sup> BOSI, Ecléa. *Cultura e desenraizamento*. Op. Cit., p. 18.



Ocupação das áreas de mangue em Joinville

Ariete Rodrigues entende as favelas como uma estratégia de sobrevivência para a população. Para a autora, a favela é “uma saída, uma iniciativa, que levanta barracos de um dia para o outro, contra uma ordem desumana, segregadora. Uma iniciativa que desmitifica o mito da apatia do povo; é apático o indivíduo que luta pela sua sobrevivência, que busca resgatar sua cidadania usurpada?”.<sup>^</sup> Porém, pensar na possibilidade de um trabalhador favelado vir a alcançar a cidadania, parece complicado, pois morar em favela significa ter uma condição precária, longe dos direitos que se entendem como básicos à dignidade humana. No dizer de Lúcio Kowarick, “a precariedade das condições de vida, por si só, já torna temerário classificar o favelado como um cidadão urbano”. Além do mais, segundo o mesmo autor, o favelado tem sido desqualificado na condição de habitante urbano, pois ocupando a terra alheia, “passa a ser definido por sua situação de ilegalidade”, ferindo a ordem “dos direitos fundamentais da sociedade, centrada na propriedade

---

privada”, o que dificultaria o exercício da sua defesa no caso de uma ação relativa à moradia.<sup>^</sup>

Os manguesais são considerados reservas ecológicas e preservados pelo Código Florestal. Do ponto de vista legal, o corte da vegetação e o aterro dos manguesais são considerados crimes. Por definição em lei, os manguesais pertencem à União, à qual cabe a tarefa de proteger e controlar a sua ocupação. Isto não foi levado em consideração em Joinville, principalmente pelos órgãos institucionais encarregados de proteger o Patrimônio Público. Durante muito tempo, o SPU, Serviço de Patrimônio da União, ligado ao Ministério da Fazenda, emitiu certificados de ocupação dessas áreas a grandes empresas e a particulares, utilizadas para especulação imobiliária, agravando a situação.

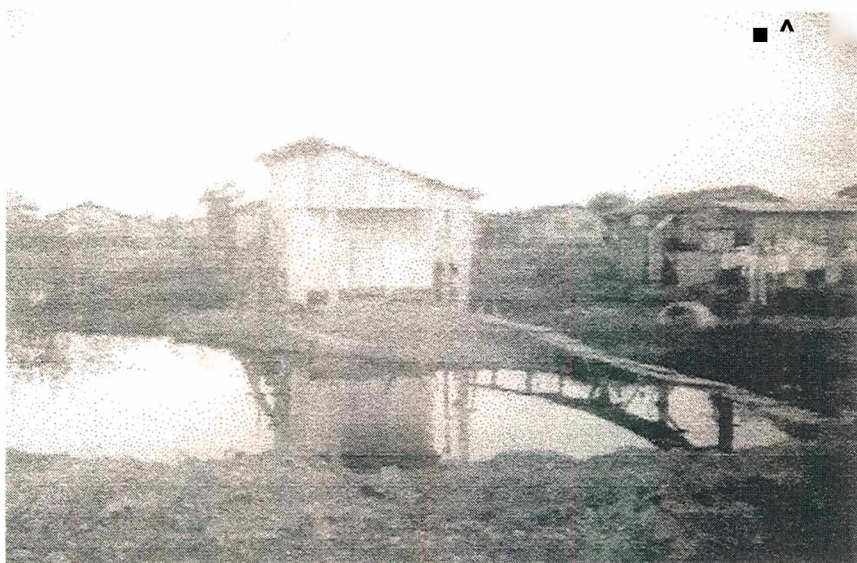
A ocupação desordenada das áreas de mangue trouxe aos moradores todos os tipos de problemas característicos de uma favela, agravados pelo desconforto do mau cheiro das águas paradas embaixo das casas e do ataque de mosquitos e de caranguejos à noite. É bom lembrar que os dejetos domésticos e industriais, em sua maioria, são depositados no rio Cachoeira, que deságua no braço de mar que alimenta toda a área de mangue, contribuindo com o aparecimento de uma série de doenças que afetavam os moradores, principalmente as crianças, que ficavam expostas a todos os tipos de perigo. O jornal *Extra* foi o primeiro veículo de comunicação a expor a problemática dos moradores das áreas de mangue. Em 1980, uma reportagem desnudava o cenário de pobreza de famílias de migrantes no manguezal do Espinheiros no bairro Boa Vista, desconhecido pelos joinvilenses:

Todas as janelas iam sendo fechadas por aquela gente assustada, amarelada, quase que raivosa, não se sabe porquê. Na medida em que a *variant* aproximava-se das casas, todos saíam con-endo, principalmente as



mães, atrás de suas crianças. Pelo mangue, o mau cheiro, que seria muito atraente para caçadores dos deliciosos caranguejos. Mas aí não; naquele local eram famílias que estavam não sendo caçadas, mas procuradas para entregar os resultados sobre exames de vermes. Não se tratasse de um povo primitivo, mas de uma legião onde cerca de vinte famílias, cada quai com pelo menos três filhos - há uma com dez deles - veio do Paraná, à procura de emprego; encontrou, mas o salário é tão minguado que mai dá para sair de um simples barraco, com água e mangueira - quando não de poço - e a luz através do chamado "rabicho". [...] A instalação sanitária tem pori;a, mas, peia sua aparência, ftca mais aberta que fechada dia e noite; porta escancarada, ganrafas, caixas velhas, trapos, restos de panos pendurados em arame farpado - varais - um boneco plástico todo enlameado, sem braços e sem pemas, preenchem a moldura de um quadro real, autêntico de uma cidade grande, escoadouro de filhos do êxodo, não só rural, Mas daqueles que se acostumaram a depositar esperanças em cidades industriais, e, o que é pior, a passar fome.<sup>^ TM</sup>

Para sair de casa e alcançar o acesso principal que dava passagem à rua, o caminho sobre as águas era construído com algumas tábuas, formando uma espécie de trapiche. No entanto, os moradores destas áreas passaram a ser apontados por ambientalistas e acadêmicos como responsáveis peia poluição e devastação dos mangues.



Ocupação das áreas de mangue em Joinville

O aumento das ocupações nas áreas de mangue começou a chamar a atenção e a preocupar os promotores imobiliários e as autoridades municipais. A precariedade das condições de moradia devido à falta de infra-estrutura levou os moradores a buscarem soluções junto aos órgãos competentes. Com o apoio do Centro dos Direitos Humanos de Joinville e da Pastoral dos Mangues, os moradores dessas áreas organizaram-se em associações, fundando a Associação dos Moradores e Amigos do Mangue, através da qual foi desencadeado um movimento social popular com o objetivo de reivindicar, junto à Prefeitura Municipal, o saneamento básico e a regulamentação dos lotes ocupados.

A criação dessa associação, incentivada pelo Centro dos Direitos Humanos, foi de fundamental importância para dar força ao movimento reivindicatório. As reuniões dos grupos seguiam o método “ver, julgar e agir”, criado por Cardijn,<sup>371</sup> onde eram discutidos os problemas que os atingiam, seguindo-se a reflexão e a análise de como agiria Jesus dentro daquela situação, para que depois fossem traçadas as metas de ação. Em Joinville, a raiz de todo o processo de formação coletiva estava na constituição das Comunidades Eclesiais de Base. A Paróquia Cristo Ressuscitado, situada no bairro Floresta, foi a primeira a incluir na sua prática religiosa as experiências da comunidade. A Pastoral Operária, entre outras, teve uma participação importante nas atividades da Igreja atuando no campo da justiça social, denunciando as arbitrariedades e os maus tratos que as empresas impunemente praticavam contra os trabalhadores.<sup>372</sup>

A emergência dessas transformações no seio da Igreja Católica, centradas na justiça, na ação libertária, deve-se à aise da perda da sua influência sobre a

---

<sup>371</sup> Conforme MURARO, Valmir Francisco. *Juventude operária católica*. Brasiliense; São Paulo, 1985, p. 8-9.

população, por cx)nta do catolicismo pautado na salvação individual e no conformismo político. A partir da Conferência dos Bispos latino-americanos, realizada em Medelim, no ano de 1968, a Igreja Católica na América Latina reformulou a sua prática discursiva, fazendo a opção pelos pobres.^Foi no interior desta nova Igreja que se criaram as condições para o surgimento de movimentos sociais populares, ligando as comunidades através dos agentes pastorais. Neste contexto, desencadeou-se em Joinville um movimento para a defesa dos direitos dos moradores em loteamentos clandestinos, tendo o apoio, inclusive jurídico, do Centro dos Direitos Humanos, instituição também criada pelos dirigentes da paróquia Cristo Ressuscitado e devidamente registrada em 1979.

Nas reuniões das CEBs, os moradores das áreas de mangue encontraram espaço para os reclames e para expressar as suas experiências até então silenciadas, em torno de motivações religiosas inspiradas na Bíblia. O ensinamento do Evangelho assumiu uma ressignificação, onde a salvação passa pelas condições de vida mais humanas. Desta maneira, as experiências coletivas - ou a partir de iniciativas surgidas no seio dessas coletividades - abriram espaço para que as injustiças sufocadas viessem à tona em forma de protestos. A mobilização popular através das CEBs fortaleceu as Associações de Moradores, sendo o elo de ligação entre a comunidade e o poder público. Era o canal por onde chegavam às autoridades municipais os principais problemas da população e as suas reivindicações.

Dada a mobilização popular dos moradores das áreas de mangue em prol da regularização dos lotes ocupados, apoiada pelo CDH, pelas CEBs e Associações



de Moradores, as empresas e promotores imobiliários, donos de extensas áreas de mangue conseguidas ilegalmente com o beneplácito das autoridades municipais constituídas, começaram a pressionar o governo municipal a fim de conter as invasões indevidas. A Fundação Tupy investiu contra os moradores que ocuparam as áreas de mangue “a ela pertencentes”, ameaçando derrubar as casas. Se o “invasor” fosse um operário que trabalhasse na própria Tupy, este era chamado e recebia um aviso para que deixasse a área. Sebastião Rodrigues, migrante, trabalhava na Tupy e morava na área de mangue perto da empresa, desde 1974 quando se casou. Ele conta que também foi chamado e pressionado pela empresa para deixar o local:

Não sei se você lembra, no Boa Vista tinha aquelas casa na Tupy. Tinha casa que derrubaram com um monte de gente morando. Eu morava ali perto. O pessoal da Tupy me chamaram um dia lá e me disse: “Olha, tu tens que sair daquela casa lá, porque se não nós vamos denrubar também”. Eu disse; “quer derrubar, pode derrubar. Eu de graça não vou sair. Eu comprei”. Era uma meia-água que comprei quando a minha menina era pequena. Eu não saí, fiquei lá. Outro dia me chamou de novo, aí eu disse: “Pra sair de lá, quero três mil cruzeiros. Eu quero três mil cruzeiros e me empresta mais três mil cruzeiros pra eu comprar um terreno”. Aí eles me emprestaram três mil cruzeiros e me deram três mil cruzeiros. Mas eu não saí, fiquei lá. Quando faltava uma prestação pra pagar, aí me ameaçaram. Se eu não saísse eles iam derrubar a minha casa. Aí fiquei com medo que eles iam denrubar e comprei um terreno lá no Aventureiro.^^^\*

Contraditoriamente, a Tupy tentava expulsar os moradores das terras que supostamente lhe pertenciam, enquanto ela própria continuava incentivando a vinda de migrantes paranaenses.

Os promotores imobiliários que haviam adquirido glebas de terras pertencentes à Marinha ameaçavam os posseiros de despejo. Carlos Schneider, proprietário de uma das maiores imobiliárias, expediu várias ordens de despejo. O migrante excluído dos processos produtivos e impedido do direito à moradia distancia-se das referências materiais que permitiriam a possibilidade de integrar-se

na cidade. Dirce, uma das vítimas da ordem de despejo, desabafou: “Pobre não tem direito mais nenhum, nem de morar no mangue. Até aqui eles chegam a tirar a gente”.=^^

Em 1984, na gestão do governo de Dieter Wittich Freitag (1983-88), o Setor de Assistência Social da Secretaria do Bem-Estar fez um levantamento das condições socioeconômicas dessas áreas. Cerca de 75,6% sobreviviam com uma renda mensal de até dois salários mínimos. Apenas 58,1% das casas eram servidas de energia elétrica e 51,5% tinham água encanada.^@ A partir de então, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal elaborou um projeto de urbanização das áreas de mangue, sob a coordenação do Secretário José Carlos Vieira. O projeto previa o aterro das áreas de mangue já ocupadas, utilizando o material retirado da dragagem do rio Cachoeira e dos canais no mangue. A proposta era que se evitassem novas ocupações, por isso seria necessário o controle da Prefeitura sobre esta área. O prefeito Wittich Freitag procurou obter recursos financeiros junto ao governo estadual para concretizar o seu projeto. Mostrando-se preocupado com a situação, em uma reunião realizada na Faculdade de Engenharia de Joinville, em 1984, com representantes da AMUNESC (Associação dos Municípios do Norte do Estado de Santa Catarina) e o secretário de Planejamento de Santa Catarina, o prefeito proferiu: “Estamos criando uma sub-raça que dificilmente poderá ser útil á sociedade, uma vez que as condições de vida que existem nos mangues é

---

<sup>375</sup> POSSEIROS do Rio Cachoeira: sete famílias estão ameaçadas. *Extra*. Joinville, 15 out.1983. Ano VI, n. 779, p.2.

<sup>376</sup> PREFEITURA Municipal de Joinville. *Levantamento das áreas invadidas de mangues das tenras de Marinha que não possuem Infra-estrutura*. Joinville,1984.

subumana”.^^ A fala do prefeito parece revelar não propriamente uma preocupação com a situação de miséria dessa população, mas com as possíveis consequências ao mundo do trabalho, com as questões ligadas á produção, No entanto, afirmou que a solução imediata para o problema de instalação de submoradias seria promover o aterro nas áreas habitadas e implantar um rígido sistema de fiscalização para controlar a ocorrência de novas “invasões”.



Aterro nas áreas de mangue ocupadas

Enquanto as autoridades ligadas ao capital estavam preocupadas com o visual da cidade, ou com o futuro da qualidade do trabalho para gerar riquezas “à sociedade”, o jornal *Extra* continuava emitindo aos leitores análises e opiniões sobre os moradores das áreas de mangue. Com base no relatório organizado pela Secretaria de Bem-Estar Social, o periódico informou que a maior parte dos moradores dos mangues eram retirantes vindos do Paraná e 25% do interior de Santa Catarina, quase sempre atraídos pela possibilidade de encontrar em Joinville boas ofertas de emprego. As famílias deixaram o meio rural pela impossibilidade de continuar na lavoura. “Uma vez na cidade, conseguem emprego nas indústrias e, pelo baixo salário, terminam por se acomodar nos mangues, construindo uma meia-

água [...] pela falta de condições das pessoas em adquirir um terreno em outro local<sup>378</sup>. Alguns dos moradores foram ouvidos pela redação do jornal e se mostraram descontentes com a ação da Prefeitura Municipal, interessada muito mais em manobras políticas no local do que efetivamente solucionar o problema. Cansado de tantos levantamentos realizados nas áreas de mangue, um morador desabafou;

Levantamento de novo? Já fizeram tantos levantamentos e nunca resolveu nada. [...] O pessoal está revoltado com a reportagem da televisão que disse que as pessoas da cidade achavam que o mangue enfeava a passagem dos turistas. Eles só se preocupam com a aparência e não com as condições de vida que a gente leva.^^®

No final dos anos 80 e início dos anos 90, o setor público municipal desenvolveu duas campanhas: uma, interna, visando devolver aos locais de origem os migrantes desempregados, custeando as passagens, ou o caminhão que levaria a mudança. Outra, externa, divulgando as profissões que estavam em alta em Joinville, com o intuito de atrair profissionais qualificados na área da medicina, odontologia, engenharia e ensino universitário. Na propaganda expressa na *Folha de São Paulo*, apresentando a cidade, os dizeres: “Favelas; não existem favelas”.^

A divulgação da campanha que pretendia mandar embora o excedente de migrantes não obteve muito êxito. A maioria dos migrantes ficou na cidade. Como retornar sem ter para onde ir? O emprego das tecnologias que havia expulsado do campo os agricultores expulsou das fábricas os trabalhadores sem qualificação. Os migrantes rurais foram os que mais sofreram a ação do desemprego. Uma parcela expressiva caiu nas malhas da filantropia, contentando-se em receber cestas básicas de instituições religiosas e sociais. Outros estão sobrevivendo do trabalho

---

<sup>378</sup> PREFEITURA realiza minucioso estudo. *Extra*. Joinville, 28 abr. 1984, ano VII, n. 928, p.3.

<sup>379</sup> MORADORES não acreditam em melhorias. *Extra*. Joinville, 28 abr.1984, ano VII, n. 928, p.3.

^ JOINVILLE aposta na informática para crescer. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 jan.1993, Caderno de economia, p. 44.

informal. Eram pobres no campo e continuaram pobres na cidade. Nas últimas décadas, o campo mudou, a cidade mudou. Os opostos aproximaram-se. Em algumas áreas, o campo urbanizou-se. A cidade empobreceu. Os hábitos modificaram-se. José Fausto alegou não reconhecer mais a terra natal: “Hoje está tudo mudado. Eu passo por lá e não vejo mais aquela história. O pessoal não é mais o mesmo, mas ficaram as raízes”.^^ Carmelita considera a mudança algo natural. A vida seria uma passagem, assim como o tempo. Para explicar, usou um exemplo concreto: “No tempo da minha mãe, não tinha fraldas, a criança era enleada com panos velhos. Depois, nós, já tinha fralda, tudo passadinha. Agora, já é fralda descartável. É a mudança. É a passagem do tempo”.<sup>382</sup>

Não foram apenas os agricultores que se urbanizaram os únicos a sentir a mudança no campo. Afonso Kesting nasceu em São Ludgero, na comunidade de Morro do Cruzeiro, onde vive até hoje como agricultor. Numa longa entrevista na casa em que nasceu, e onde mora até hoje, declarou não ter saído do campo porque nunca se sentiu atraído pela cidade, pois sempre gostou muito de trabalhar na terra. Este apego pela terra iniciou aos oito anos, num dia em que foi sozinho para a roça dirigindo um carro de bois. Isto o teria deixado orgulhoso e com a certeza do que queria na vida.

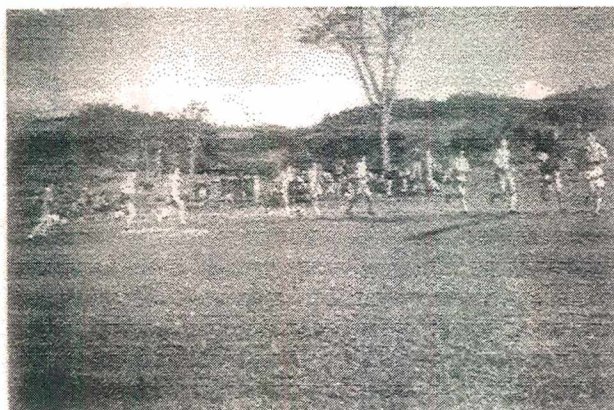




Vista pardal da propriedade rural de Afonso Kesting

O entrevistado afirmou ter vivido intensamente a juventude, descrevendo-a como a melhor fase da sua vida; lamentou que hoje os jovens já não ficam mais na comunidade aos finais de semana. Afonso falou do novo comportamento no campo;

As coisas aqui mudaram bastante. Hoje os jovens têm mais facilidade de se deslocar até o centro, por causa da condução, tem carro, tudo. Só que há mais dificuldade da juventude se encontrar. Primeiro, se encontravam dez, vinte, trinta jovens aos domingos à tarde aqui no nosso lugar. Hoje geralmente são dois ou três rapazes que se encontram sozinhos. Outros já saem sozinhos para outro lugar. Esta é a dificuldade dos jovens aqui. Por causa disto não querem mais ficar no interior, porque a maneira de ter diálogo entre os jovens é mais difícil no interior do que na cidade. Falando sinceramente, se eu pudesse voltar a ser jovem, queria viver o tempo de jovem, quando fui jovem, por motivo de esporte, motivo de alegria, não tinha este querer de um ser mais do que o outro. A sinceridade naquele tempo era mais do que hoje. Pro jovem era melhor naquele tempo.<sup>383</sup>



Time de futebol da localidade de Morro do Cruzeiro entrando em campo. Atividade esportiva realizada aos domingos à tarde, prestigiada pela comunidade e que ficou na memória dos migrantes e dos agricultores que permanecem no local.

“Naquele tempo” é uma expressão carregada de sentimentos e de significados particulares, para quem as lembranças do passado se tomam uma necessidade para dar sentido ao presente. O depoente, hoje com 56 anos de idade, disse ter sido jovem até os 45, pois participou com os jovens das atividades esportivas e comunitárias, sem qualquer discriminação. Porém, este tempo parece ter ficado para trás, porque, conforme o seu depoimento, hoje os jovens mantêm uma distância dos pais, dos mais velhos. Mesmo estando juntos, o tema da conversa não é o mesmo. Para o depoente, a mudança não foi sentida somente no comportamento, mas também na produção:

Pra vender, hoje aqui está mais fácil do que primeiro. Hoje eles vêm pegar os suínos em casa. De primeiro, nos anos 60 e 70, nós levava os suínos daqui à Pindotitã, de carro de boi. [...] Hoje é mais fácil. Se eu quero vender um litro de leite, vendo na porta; suíno, na porta. Hoje o transporte facilitou. Só que o lucro é menos do que aquele tempo.<sup>^</sup>

Afonso reconhece que o emprego da tecnologia facilitou a produção, mas o custo é muito alto para acompanhar o ritmo das exigências do mercado. O aumento da produção não significou maior rentabilidade financeira. Ao contrário, os preços

---

dos produtos agrícolas revelam que houve uma perda nos lucros, se comparados às décadas anteriores. Para garantir a produtividade, o agricultor obriga-se a investir continuamente na propriedade, recorrendo aos empréstimos financeiros. Isto representa, na maioria das vezes, um risco para o produtor rural, conforme afirmou o entrevistado:

A dificuldade da agricultura, hoje, é o preço. Quando eu comecei aqui [investir na agropecuária], tinha empréstimo no banco, eu me lembro como hoje, que eu fiz um empréstimo para construir este depósito nos anos 80, quando fui pagar o último empréstimo - eu fumava naquele tempo ainda - com duas carteiras de ciganos deu para pagar o último empréstimo. Os primeiros dois pagamentos foi difícil, o terceiro foi mais fácil, foi mais fácil o quinto. O juro era fixo. [...] Hoje, se você tira um empréstimo de dez mil reais, quando vai pagar, você vai pagar quinze ou vinte. Vai pagar o dobro. A dificuldade é esta. ^®^

A insegurança e as incertezas na lavoura continuam “empurrando” os filhos dos agricultores para as cidades. Dos três filhos de Afonso, apenas um permanece ainda no campo, trabalhando com o pai. A instalação de algumas indústrias em São Ludgero atraiu os trabalhadores rurais das cercanias que, a exemplo do que ocorria em Joinville no início dos anos 70, dividem o tempo dedicando-se às atividades na lavoura e na fábrica, conforme depoimento de João Wanderlind, residente em São Ludgero: “Os agricultores vêm trabalhar na cidade. De manhã trabalham na roça e das 13 às 21 horas trabalham na indústria. Tem muita gente fazendo isto porque não sobrevive mais com o trabalho na roça. Já precisam da indústria junto, para ter mais uma fonte de renda”.^

---





Vista parcial da área agrícola do município de São Ludgero

João Wanderlind declarou que se senie realizado trabalhando como agricultor e agropecuarista e gostaria que os filhos continuassem com a mesma profissão, fazendo o mesmo trabalho. Porém, reconhece as mudanças comportamentais de uma geração para outra. Mas se pudesse escolher, preferiria, para os filhos, a época em que viveu, pois, “não havia maldade. Todos confiavam um no outro. Era um grupo mais unido, com mais persistência, interesse, com mais moralidade, coisa que não tem mais hoje. O jovem não tem mais o interesse no coletivo. Ele está voltado ao individual”<sup>387</sup>

Francisca Wanderlind, também permanece no mesmo lugar onde nasceu, na comunidade de Morro do Cruzeiro. Questionada sobre o motivo de nunca ter pensado em sair do local, argumentou que não conseguiria viver longe da roça, sem cultivar a tenra. Entende, no entanto, que hoje “não é como na nossa época. O comportamento da juventude é outro. Naquela época, os jovens saíam todos

juntos”.<sup>^</sup> Pelo relato da depoente, hoje os jovens só reúnem-se para organizar o culto religioso. Eles não se interessam mais em cultivar a amizade, ou em discutir os problemas do local, porque se dispersam, cada qual com interesses particulares.

“A passagem do tempo” possibilitou ao agricultor adquirir eletrodomésticos, usar roupas de marca, perfumes, assistir a programas de televisão, comunicar-se com o mundo, tomar cerveja nos finais de semana, usufruir da aposentadoria, enfim, viver em condições de igualdade com o cidadão urbano em relação ao acesso aos bens de consumo. Porém, para manter o padrão de consumo alcançado, novas exigências se fazem sentir nas comunidades rurais, obrigando o agricultor a ocupar o tempo livre, aumentando as horas de trabalho, como ocorreu com os trabalhadores urbanos.

O trabalho assalariado continua sendo uma opção de sobrevivência e que oferece maior segurança aos trabalhadores para satisfazer as necessidades socialmente definidas. Certamente o agricultor que se desloca para a cidade, hoje, não terá um impacto tão expressivo e as rupturas serão menores, se comparado àquele que migrou nas décadas passadas.

Apesar das dificuldades e do estranhamento do migrante rural em contato com a vida urbana, o desejo dominante de melhorar de vida determinou a reelaboração de valores em conflitos, valendo-se das relações pessoais para ajustar-se aos padrões culturais da cidade, que foram assimilados em parte, mas sem esquecer os costumes adquiridos no local de origem.

---

As chaves do futuro e de utopia estão escondidas, quem sabe,  
na memória das lutas, nas histórias dos simples.  
Nas lembranças dos velhos.  
Ecléa Bosi \*

Com o presente trabalho procurou-se acompanhar a trajetória de agricultores que abandonaram os meios tradicionais de sobrevivência e optaram pelo trabalho industrial. Pretendeu-se analisar as formas encontradas pelo migrante para ajustar-se ao trabalho organizado na fábrica e como os costumes tradicionais foram conservados ou reelaborados para adequar-se às exigências da vida urbana.

As incertezas e os questionamentos acerca das categorias de análise do conhecimento histórico nas últimas décadas, contribuíram para o surgimento de um campo de pesquisa mais reflexiva, permitindo que o historiador se movimente entre as múltiplas possibilidades de conceber a história.

A valorização de novos atores trouxe à discussão pontos obscuros sobre um público ignorado pela história. Os trabalhadores que passam uma vida toda na roça ou na fábrica, produzindo bens que talvez nem possam consumir, vivem e morrem no anonimato porque não deixam registros além de alguns papéis, comprovantes da compra de um imóvel, pagamentos de impostos, contratos de trabalho; às vezes, o nome impresso na lista telefônica ou, ainda, se o trabalhador for “competente”.

---

\* BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira*: São Paulo; Ática, temas e situações. 1992, p.41.

agradar o patrão e deixá-lo feliz, talvez possa aparecer no jornal da empresa e se tornar imortal.

É possível que a vontade inconsciente do ser humano de não ser esquecido e de alcançar a imortalidade explique a razão de o trabalhador, com seu esforço, tentar sobressair aos olhos da empresa e da comunidade.

Se a história dos trabalhadores fosse escrita apenas com a utilização dos periódicos de fábrica como fonte de pesquisa, ter-se-ia *uma história*, analisada a partir do ponto de vista dos jornalistas contratados para emitir a imagem de uma convivência pacífica no espaço fabril, uma harmonia entre capital e trabalho, mostrando a alma generosa do patrão ao oferecer aos operários, além da dignidade do trabalho, festas de 1<sup>o</sup> de maio, espaço para recreação e cestas de natal.

Sem a utilização da história oral, ficaria complicado escrever sobre a vida do agricultor, as razões que teve para abandonar o campo e aventurar-se na cidade. As entrevistas demonstraram que as comunidades das áreas rurais, até o início da década de 1970, tinham características semelhantes na organização do trabalho e na forma de socialização. A unidade familiar era a base da economia de subsistência. Daí a importância das famílias numerosas. As crianças aprendiam a trabalhar acompanhando os adultos nas tarefas diárias, em casa ou na lavoura. A divisão sexual era quase imperceptível no trabalho, porém, acentuada nos espaços religioso e de socialização. Com raras exceções, a vida social das comunidades rurais estava de alguma forma vinculada aos preceitos religiosos.

As dificuldades de sobrevivência no local de origem estão presentes nas falas da maioria dos entrevistados. As dificuldades não se resumiam na forma da execução do trabalho na lavoura, mas, e principalmente, nas precárias condições de vida dos agricultores. Apesar de todo o esforço da família, dificilmente a produção

excedia às necessidades básicas. À medida que as dificuldades foram tomando visibilidade e que, na mesma proporção, surgia o conhecimento de outras formas de sobrevivência, a cidade mostrou-se uma alternativa, onde seria possível almejar uma vida de conforto, prosperidade e um futuro.

A atração exercida sobre os agricultores pela cidade não foi uma ação aleatória, que surgiu espontaneamente. Existia uma predisposição em decorrência das condições de vida no campo. A desvalorização do trabalho agrícola foi um dos fatores que empurrou os agricultores para a cidade. Porém, o rápido crescimento industrial alimentou o processo migratório, liberando o trabalhador rural de suas atribuições em favor das atividades fabris. Algumas das empresas em Joinville, diante da escassez de mão-de-obra, empreenderam campanhas publicitárias para atrair trabalhadores nas mais diversas regiões do estado e fora dele, atingindo principalmente as áreas rurais, seduzindo os agricultores que de alguma forma estavam “desencantados” com o trabalho na lavoura. A influência de pessoas conhecidas, que moravam em Joinville, ajudava na tomada de decisão para trocar o trabalho da roça pelo da fábrica. É possível inferir que o deslocamento dos agricultores para a cidade foi motivado, em parte, pelo conhecimento da existência de outras atividades como forma de sobrevivência. As famílias ou os jovens optaram pelo espaço urbano porque acreditaram na possibilidade de melhorar de vida. Os reclames publicitários foram, em grande medida, responsáveis pela migração que garantiu às fábricas mão-de-obra disponível para acompanhar o ritmo do crescimento industrial do país.

Joinville é uma cidade constituída, em sua maioria, de migrantes oriundos principalmente do campo. No entanto, a diversidade cultural parece não ser reconhecida pelos formadores de opinião que continuam divulgando o caráter

germânico de seus habitantes. As várias entrevistas realizadas com tantos migrantes permitiu elaborar uma abordagem histórica que, se não válida para explicar a complexa teia que constitui a cidade, serve, certamente, para analisar alguns dos fios que a tecem.

Ao analisar o comportamento do migrante rural na fábrica, alguns questionamentos ficaram sem respostas. Dentre eles, entendemos como mais importante; “Por que alguns dos trabalhadores se adaptaram com relativa facilidade à disciplina do trabalho fabril, enquanto outros não suportaram o mesmo ambiente?” No geral, todos, indistintamente, sofreram com a ruptura da vida rural para a urbana, pelo menos nos primeiros meses. A ruptura com os costumes tradicionais, o desligamento do grupo ao qual pertenciam, o estranhamento do espaço urbano e as mudanças bruscas do trabalho no ambiente fabril, onde nada lembrava a natureza, levaram algum tempo para serem assimilados. A passagem do universo rural para o urbano deve ser entendido como um processo que requer a aprendizagem de novos padrões sociais. É certo que os mais jovens, solteiros, adaptaram-se de forma mais tranqüila a estas transformações. As reclamações mais frequentes em relação ao trabalho na fábrica foram os horários rígidos, o sono, o barulho e o pó.

É comum ouvir dos migrantes do Paraná, que as empresas preferiam trabalhadores oriundos daquele Estado porque os joinvilenses não eram “chegados ao trabalho”. Por “joinvilenses”, entendem-se todos os trabalhadores não paranaenses, ou seja, os que já se encontravam em Joinville antes de eles chegarem. O que talvez esteja oculto nestes dizeres é o fato de as empresas, a princípio, preferirem trabalhadores oriundos do campo, pois estes aceitavam qualquer serviço, sem exigências na questão salarial, por uma necessidade de sobrevivência.

O desejo de melhorar de vida passava, em primeiro lugar, pela aquisição de uma casa. Por isso o migrante permanecia na fábrica o maior tempo possível, excedendo-se nas horas extras. Muitos deles, no final de alguns anos de trabalho constante, desenvolveram um processo de desgaste físico e mental que os levou ao adoecimento. Os sintomas mais transparentes descritos nas falas são a insônia, a tristeza, a irritabilidade e o nervosismo. Mesmo assim, o trabalho na fábrica foi considerado, pela maioria dos migrantes, uma atividade leve, se comparada com a do campo.

Quando o migrante trazia a família, as dificuldades aumentavam, porque os gastos eram maiores que o salário de um operário sem qualificação. Enquanto alguns conseguiram algum bem material, outros continuaram na miséria, tal qual viviam no local de origem. Alguns buscaram no ensino formal a saída para melhorar de vida, enquanto tantos outros nunca entraram num estabelecimento escolar. No entanto, a maioria dos migrantes reconhece a “superioridade” da cidade, porque no sítio não teriam o padrão de consumo de produtos industrializados, por mais ínfimo que seja. Diferente do que ocorria no campo, a vida do migrante, na cidade, é regulada pelo salário, portanto, dependente do emprego. A perda dos meios de subsistência na cidade é uma das razões do retomo para o campo. Porém, a causa mais freqüente desse retomo foi a dificuldade de ajustar-se à disciplina do trabalho fabril. Percebeu-se, ainda, nas entrevistas, que o agricultor, uma vez em contato com a cidade, ao retornar ao local de origem sente a mesma dificuldade em reajustar-se às relações de trabalho, o que o leva, quase sempre, de volta para a cidade.

Nas falas dos migrantes, quando se reportavam ao passado, percebe-se um certo saudosismo do tempo que trabalharam na roça. Mas não é do trabalho na roça

que sentem falta. Com exceção de alguns depoimentos, a maioria só retomaria ao local de origem quando estiver aposentada, não para viver da agricultura, mas para usufruir a natureza, as coisas belas e o sossego que o campo oferece.

As agricultoras, cujos maridos puderam oferecer um padrão de vida razoável à família, e que, portanto, ao chegaram em Joinville ocuparam-se apenas dos afazeres domésticos, tiveram mais facilidade de integrar-se no espaço urbano e hoje não pretendem retornar ao sítio, pois encontraram na cidade tempo disponível para passear ou desfrutar do conforto conquistado, ao contrário das que buscaram na fábrica uma forma de aumentar a renda familiar. Quando a sirene toca, a trabalhadora liberta-se do espaço controlador, dos ruídos ritmados, mas logo enfrenta outra jornada de trabalho, que lhe consome todo o tempo fora da fábrica, lavando, passando, cozinhando e limpando.

Nas entrevistas, foi possível perceber o caráter repressor do espaço fabril onde predomina o trabalho feminino. Ficou demonstrado o autoritarismo das chefes de seção, ou encarregadas, em relação às operárias, as quais revelaram preferir ser chefiadas por trabalhadores do sexo masculino. Por sua vez, os encarregados entrevistados alegaram terem tido problemas de relacionamento com as trabalhadoras por serem dadas ao uso de chantagens e de outras práticas que dificultavam as tarefas de chefia.

Ao chegar em Joinville, o único espaço que o migrante de imediato reconheceu e se integrou foi a Igreja. Esta instituição, enquanto espaço socializador, ocupou uma posição estratégica na vida dos migrantes, tanto no sentido de reuni-los, confortá-los, conscientizá-los e/ou aliená-los. A grande maioria dos migrantes, independentemente da procedência, pertencia à Igreja Católica. A rigidez com que foram doutrinados permitiu ao migrante a possibilidade de exercer a atividade de



catequista nas comunidades de diversos bairros de Joinville, ensinando às crianças e aos adolescentes as lições do catecismo da mesma forma como as aprendeu. No entanto, não é raro encontrar trabalhadores que romperam com a Igreja à qual pertenciam, para integrarem-se a outras seitas religiosas, geralmente não aceitas no local de origem. As razões que os levaram a buscar este novo espaço de convivência e de busca são as mais variadas: problemas conjugais, o desemprego, a doença, a busca de alternativas contra a solidão e o resgate da auto-estima.

Se no local de origem a Igreja simbolizou o campanário do agricultor, de onde emanavam os valores, os anseios, a socialização das comunidades, é bem possível que na cidade, ao buscar as referências sociais nas instituições religiosas, houve um estranhamento porque o grupo, além de não ser exatamente o mesmo que estava acostumado a encontrar, já não desempenhava para o migrante o mesmo papel de espaço socializador. Frente às dificuldades de relacionamento, alguns dos migrantes encontraram nas Igrejas Pentecostais, geralmente com poucos membros, o restabelecimento do convívio social, sob a alegação de que havia mais “calor humano” e, ao contrário do padre, o pastor é sempre mais atencioso com os fiéis.

A forma simples de socialização com que os trabalhadores rurais viviam no campo, as poucas opções de lazer e a inquestionável autoridade dos pais proporcionavam uma certa tranquilidade entre as gerações. O silêncio velado sobre as questões conflituosas mantinha a comunidade sob controle, preservando a permanência dos costumes morais e religiosos. As influências externas, através dos meios de comunicação, puseram em xeque algumas das verdades inquestionáveis, desestruturando os alicerces das comunidades tradicionais. Se no interior já houve algum choque entre as gerações com a introdução de novos conhecimentos, uma

vez na cidade, o migrante rural, ao constituir família, encontrou muitas dificuldades na educação dos filhos, porque trouxe toda uma bagagem de valores incompatíveis com a vida urbana. O trabalho na roça permitia aos pais maior controle sobre os filhos, pois os membros da família executavam atividades afins, portanto, passavam a maior parte do tempo juntos. Os valores começaram a ser questionados pelos jovens, quebrando o isolamento das comunidades rurais na medida em que os hábitos urbanos foram sendo assimilados pela população camponesa.

Na cidade, o migrante teve de aprender a lidar com situações adversas as quais estava acostumado no campo, no plano das relações familiares. Por causa do trabalho, os pais já não podiam acompanhar a vida dos filhos em tempo integral. Os filhos, por sua vez, ganharam espaço porque, desobrigados do trabalho tinham o tempo livre para ampliar o círculo de amizades, o que causou preocupação aos pais.

Os diferentes caminhos tomados pelos migrantes só poderão ser analisados sob a ótica das experiências que trouxeram do interior, da convivência na comunidade, do padrão de vida, dos hábitos, da questão educacional e religiosa, tudo isso somado às novas experiências de trabalho na fábrica.

Ao elaborar este trabalho, uma página da história da autora foi virada. Nas memórias vivas dos migrantes, nas histórias dos simples, foi tocada pelas lembranças de seu próprio passado de sonhos e de labuta, de experiências vividas no campo e na cidade. A proposta de dar voz ao trabalhador e devolver a sua história, significou dar visibilidade as contradições no mundo do trabalho encobertas pelos cânones da história tradicional.

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

**ALBERTI, Verena.** *História Oral: a experiência do Cpdoc.* Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História contemporânea, 1989.

**ALMEIDA, Antônio de.** *Movimentos sociais e história popular: Santo André nos anos 70 e 80.* São Paulo: Marco Zero, 1992.

**ALVES, Elza Daufenbach.** *Discurso religioso católico e normatização de comportamentos (São Ludgero - SC, 1900-1980).* Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

**ALVIM, Rosilene.** *A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

**ARAÚJO, Hermetes Reis de. (org.).** *Tecnologia e cultura: ensaios sobre o tempo presente.* São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

**BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas.** *Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino.* *Revista Brasileira de História. Brasil 1954-1964. v.i4, n.27,* São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1994.

**BIHR, Alain.** *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.* São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

**BOSI, Alfredo.** *Cultura Brasileira: temas e situações.* São Paulo: Ática, 1992.

**BOSI, Ecléa.** *Simone Weil: a razão dos vencidos.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

---

.. *Cultura e desenraizamento.* In: **BOSI, Alfredo.** *Cultura Brasileira: temas e situações.* São Paulo: Ática, 1992.

**BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique.** *Passados recompostos: campos e canteiros da história.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998.

**BRANCHER, Ana (org.).** *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

**BURKE, Peter. (org.).** *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Edusp, 1992.

**CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.**

**CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.**

**CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos da liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.**

**CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992.**

**CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.**

**DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: o cotidiano operário em São Paulo - 1920-1943*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.**

**\_\_\_\_\_. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil-1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.**

**DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.**

**\_\_\_\_\_. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.**

**DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A nova História cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.**

**DIAS, Maria Odila S. L. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.**

**DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.**

**FENLON, Déa Ribeiro (org.). *Sociedade e trabalho na História. Revista Brasileira de História*, v.6, n. 11, set. 1985/fev. 1986.**

**FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.**

**FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965.**

**FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.**

**GIDDENS. Anthony. *Política, sociologia e teoria: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.**

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo; Loyola, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. O ressurgimento da narrativa; alguns comentários. *Revista de História*, Campinas, n.2/3, 1991.

HUNT, Lynn. *A nova História cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IMHOF, Afonso. A mulher operária em Joinville: situação, preconceito e discriminação. *Revista de História*, São Paulo, v. LVI, n.111, jun./set. 1977. (Projeto de pesquisa.)

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento, e mudança social: formação da sociedade urbana industrial no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. *A tecelagem dos conflitos de classe: na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

\_\_\_\_\_. *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à Sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961 - 1970)*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

- MENDONÇA, Sonia Regina de.** Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964). *Revista Brasileira de História, Brasil: 1954-1964*, São Paulo: Marco Zero, . v. 14, n.27, 1994.
- MEURER, Belini.** *Entre flores e manguesais: a construção do real em Joinville.* São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MICHELS, Ido Luiz.** *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico - 1956 aos precatórios - 1997.* Campina Grande, MS: UFMS.1998.
- MONTENEGRO, Antonio Torres.** História Oral: caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set.92/ago. 93.
- MORAES, Dênis de. (org.).** *Globalização, mídia e cultura contemporânea.* Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- MORAES, Marieta de. (org.).** *História oral.* Rio de Janeiro, Diadorim, 1994.
- MORIN, Edgar.** *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo II: necrose.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- MURARO, Valmir Francisco.** *Juventude operária católica.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NIEBUHR, Marlus.** *Memória e cotidiano do operário têxtil na cidade de Brusque - SC: a greve de 1952.* Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- NUNES, Terezinha de Fátima Mattos.** Espaço público; a revelação dos constrangimentos e do sofrimento no trabalho a partir da formação de grupos de expressão. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- OLIVEIRA, Carlos Gomes.** *Integração: Estudos Sociais e Histórico, Joinville, Santa Catarina, Brasil.* Florianópolis; Gráfica Canarinho, 1984.
- ORTIZ, Renato.** *Mundialização e cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAOLI, Maria Célia, et. al.** Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História.* São Paulo; Marco Zero, 1984.
- PEDRO, Joana Maria. FLORES, Maria Bemardete Ramos.** *(Re)inventando a cidadania: a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis.* Florianópolis; Sinergia, 1994.
- PERROT, Michelle.** *Os excluídos da História.* Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.

**PROJETO HISTÓRIA.** *Dossiê: diálogos com E. P. Thompsom.* São Paulo: PUC, n.12, out.1995.

\_\_\_\_\_. *Cultura e trabalho.* São Paulo, n.16, fev.1998.

**ROCHA, Isa de Oliveira.** *Industrialização de Joinville - SC: da gênese às exportações.* Florianópolis; [ s.n.], 1997.

**RODRIGUES, Ariete Moysés.** *Moradia nas cidades brasileiras.* São Paulo: Contexto, 1990.

**SADER, Eder.** *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

**SANTOS, Rosangela Verônica dos.** *A fadiga psíquica na indústria.* Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

**SEYFERTH, Giralda.** *Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança.* *Revista do Museu Paulista.* São Paulo: USP, 1983/84, v. XXIX, p.73-96.

**SERRA, Geraldo.** *Urbanismo e centralismo autoritário.* São Paulo: Edusp, 1991.

**SILVA, Vilmar Vidor da.** *Indústria e urbanização no Nordeste de Santa Catarina.* Blumenau; Ed. da FURB, 1995.

**SINGER, Paul.** *A crise do "milagre".* Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.* São Paulo; Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. *Evolução da economia brasileira: 1955-1975.* *Novos Estudos.* CEBRAP. São Paulo; Ed. Brasileira de Ciências Ltda. .n.17, jul./ago./set. 1976.

**SIQUEIRA, Deis E. et al. (org.).** *Relações de trabalho, relações de poder.* Brasília; UnB, 1997.

**SOROKIN, Pitirim A. et al.** *Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano.* In; **MARTINS, José de Souza (org.).** *Introdução crítica à Sociologia rural.* São Paulo, Hucitec, 1986.

**SOUTO, Américo Augusto da Costa.** *Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929).* In: **BRANCHER, Ana (org.).** *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

**TERNES, Apolinário.** *Joinville, a construção da cidade.* São Bernardo do Campo; Bartira Grafica, 1993.

\_\_\_\_\_. *A estratégia da confiança.* Joinville; S. ed. , 1998.

\_\_\_\_\_. *História de Joinville, uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1984.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. v.II Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe trabalhadora inglesa: a força dos trabalhadores*, v. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *.. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TREBITSCH, Michel. *A função epistemológica e ideológica da História oral no discurso da História contemporânea*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

VILANOVA, Mercedes. *Pensar a subjetividade - estatísticas e fontes orais*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, (s.d.).

ZANELATO, João Henrique. *Homens de barro: experiências de trabalhadores da cerâmica vermelha (olaria) em Morro da Fumaça*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.



## FONTES PERIÓDICAS E DOCUMENTOS

**EMPREGO:** a Via Sacra de todo dia. *Extra.* Joinville, 1-7 abr. 1978, ano I, n.4.

**ÊXODO** rural. *Extra.* Joinville, 20-26 maio 1978, ano I, n. 11.

**CAMPELO**, lido. Cotidiano. *Extra.* Joinville, 18-20out. 1978, ano I, n. 54.

**PERSEGUIÇÃO:** ninguém emprega grevistas que são despedidos. *Extra.* Joinville, 14-21 abr. 1980, ano III, n. 137.

**ESPINHEIROS** abrigando operários paranaenses em péssimas condições. *Extra.* Joinville, 19-22 maio 1980, ano III, n.142.

**FACHINI** garante que é apenas a favor das classes pobres. *Extra.* Joinville, 20-27 out. 1980, ano III, n.163.

**MIGRANTES** em Joinville querem se reunir. *Extra.* Joinville, 21 nov. 1981, ano lil, n.258.

**POSSEIROS** do Rio Cachoeira: sete famílias estão ameaçadas. *Extra.* Joinville, 15 out. 1983, ano VI, n.779.

**VIOLÊNCIA** urbana. *Extra.* Joinville, 6 jan. 1984, ano V, n.839.

**DERETI**, Rogério. Violência: um problema econômico? *Extra.* Joinville, 6 jan. 1984, ano V, n.839.

**IMIGRAÇÃO** aumenta em Joinville. *Extra.* Joinville, 25 abr. 1984, ano VII, n.925.

**PREFEITURA** realiza minucioso estudo. *Extra.* Joinville, 28 abr. 1984, ano VII, n.928.

**MORADORES** não acreditam em melhorias. *Extra.* Joinville, 28 abr. 1984, ano VII, n.928.

**SUB-RAÇA** está surgindo nos mangues de Joinville. *Extra.* Joinville, 29 abr. 1984, ano VII, n.929.

**GREVE** pára Fundação Tupy. *Extra.* Joinville, 2 out. 1985, n. 1.274.

**MALHARIA** local é denunciada. *Extra.* Joinville, 1 maio 1988, ano IX, n.1428.

**RELAÇÃO capital e trabalho.** *A Notícia.* Joinville, 1 maio 1973.

**QUALIFICADOS.** *A Notícia.* Joinville, 9 set. 1974.

**PROBLEMA habitacional atrapalha mão-de-obra em Joinville dificultando a fixação do homem.** *A Notícia.* Joinville, 29 set. 1974.

**MINISTRO do Trabalho estimula os que dedicam à formação profissional.** *A Notícia.* Joinville, 25 jun. 1975.

**PRIMEIROS passo positivos do SINE.** *A Notícia.* Joinville, 31 jul, 1976.

**ARNALDO Pietro inaugura novo centro de formação do SENAI.** *A Notícia.* Joinville, 28 jul. 1978.

**JOINVILLE aposta na informática para aescer.** *Folha de São Paulo.* São Paulo, 10 jan.1993. Caderno de economia, p. 44.

**DR. HANS Dieter Schmidt: 20 anos na presidência.** *Correio Tupy - Edição da Fábrica.* Joinville, ago. 1978, ano III, n.23.

**INAUGURAÇÃO da nova Igreja São Sebastião.** *Correio Tupy.* Joinville, dez. 1980, ano XIX, n.153.

**LANÇAMENTO da pedra fundamental do novo módulo do refeitório.** *Correio Tupy.* Joinville, maio 1981, ano XX, n.155.

**NOSSA qualidade objetiva.** *Correio Tupy - Edição de Fábrica.* Joinville, mar. 1983, ano VI, n.60.

**REDAÇÕES premiadas na CIPAT.** *Correio Tupy - Edição de fábrica.* Joinville, out.1983, ano VI, n.62.

**NOSSO amigo "Bastião".** *Correio Tupy- Edição da Fábrica.* Joinville, ago. 1987, ano IX, n.78.

**GILMAR, colecionador de quadros.** *Correio Tupy.* Joinville, nov. 1987. Ano IX, n. 79.

**UMA GRANDE prova de amizade. O Fundidor.** Joinville, mar./abr. 1989, Ano II, n.5.

**UMA FAMÍLIA na Embraco - entrevista/ relato.** *Embraco Notícias.* Joinville, dez. 1987, n.37.

**DO PRIMEIRO ao 30.000.000® compressor.** *Embraco Notícias.* Joinville, mar. 1988, n.40.

**MENSAGEM.** *Informativo Hansen.* Joinville, 19 fev. 1988, ano XVIII, n.91.

**ADEMAR Américo, há dezoito anos acompanhando o crescimento da Cipla.** *Informativo Hansen.* Joinville, 18 fev. 1988, ano XVIII, n.91.

**CASIMIRO Silveira S.A., ontem e hoje.** *Atualidades Lumière.* Joinville, jan./fev. 1971, ano 1, n. 1.

**VAMOS nos conhecer melhor.** *Atualidades Lumière.* Joinville, fev. 1978, ano VI, n. 26.

**PATRÃO? O monstro inocente.** *Informativo Cônsul.* Joinville, dez. 1973, n. 22.

**PREFEITURA Municipal de Joinville.** *Levantamento das áreas invadidas de mangues das terras de marinha que não possuem infra-estrutura.* Joinville, 1984.

**IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento em Joinville.**

**FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

**AFONSO KESTERING, 57 anos, casado, agricultor, natural e residente em São Ludgero, SC.**

**AGEU SILVANO FERNANDES, 46 anos, casado, ex-agricultor, operário (linha de produção) natural de Pedras Grandes, SC, procedente de Tubarão, SC, residente em Joinville.**

**ALDIRA DE JESUS HERBST, 41 anos, casada, ex-agricultora, operária (zeladora), natural de Papanduva, SC, residente em Joinville.**

**ANELSON GERALDO FERNANDES, 47 anos, casado, ex-agricultor, ex-operário, caminhoneiro, natural de Três Barras, PR, residente em Joinville.**

**CARMELITA KESTERING DE OLIVEIRA, 49 anos, casada, aposentada, ex-agricultora, operária (operadora de máquinas), natural de São Ludgero, SC, residente em Joinville.**

**CLAUDETE VIEIRA DE AGUIAR, 42 anos, casada, ex-agricultora, ex-operária, natural de Lauro Müller, SC, procedente de Orleães, SC, residente em Joinville.**

**DILNEI DA ROSA, 38 anos, divorciado, ex-agricultor, operário (soldador), natural de Armazém, SC, residente em Joinville.**

**DIOMÍCIO DE BONA, 50 anos, casado, aposentado, ex-agricultor, operário (técnico sênior), natural de São Ludgero, SC, residente em Joinville.**

**ENEDIR REGELIN BESEN, 47 anos, casada, ex-agricultora, operária (linha de produção), natural de Três Barras, PR, residente em Joinville.**

**EVANIR ELIZABETH GROSS MATIAS, 45 anos, desquitada, ex-agricultora, operária (linha de produção), natural de Irati, PR, procedente de Londrina, PR, residente em Joinville.**

**FRANCISCA WANDERLIND, 46 anos, solteira, agricultora, natural e residente em São Ludgero, SC.**

**HELENA DAUFEMBACK DO NASCIMENTO, 47 anos, casada, ex-agricultora, professora, natural de São Ludgero, SC, residente em Joinville.**

**HÉLIO DAUFEMBACK, 45 anos, casado, aposentado, ex-agricultor, operário (técnico metalúrgico), natural de São Ludgero, SC, residente em Joinville.**

**JOÃO MEDEIROS, 53 anos, casado, aposentado, ex-agricultor, ex-operário, comerciante, natural de São Ludgero, SC, residente em Joinville.**

**JOÃO WANDERLIND, 49 anos, casado, técnico químico, agropecuarista, natural e residente em São Ludgero, SC.**

**JOSÉ FAUSTO, 45 anos, casado, ex-agricultor, ex-operário, ex-comerciário, sindicalista, natural de São Ludgero, SC, residente em Joinville.**

**JOSÉ MANOEL DA SILVA, 70 anos, casado no religioso, aposentado, ex-agricultor, ex-operário, ex-comerciante, natural de Rio do Sul, SC, procedente de Ibirama, SC, residente em Joinville.**

**LAÉRCIO GOEDER, 32 anos, casado, ex-agricultor, ex-operário, professor, natural de Imbuia, SC, residente em Joinville.**

**MARIA IVONETE VIEIRA, 46 anos, divorciada, aposentada, ex-agricultora, ex-operária, diarista, natural de Lauro Müller, SC, procedente de Orleães, SC, residente em Joinville.**

**MARLENE SILVEIRA CUSTÓDIO, 43 anos, casada, assistente social, procedente de Florianópolis, SC, residente em Joinville.**

**MATIAS WEBER, 51 anos, casado, técnico em contabilidade, agricultor, pecuarista, natural de Grão-Pará, residente em São Ludgero, SC.**

**MOACIR JOSÉ FLORIANI, 46 anos, casado, filho de agricultor, ex-comerciário, funcionário da Fundação Tupy, gerente comercial, natural de Atalanta, SC, residente em Joinville.**

**PEDRO SEDINO CARDOSO, 59 anos, casado, aposentado, ex-agricultor, ex-operário, natural de Itaiópolis, SC, residente em Joinville.**

**REA MAUSS STAHNKE, 60 anos, viúva, aposentada, ex-agricultora, ex-operária, diarista, natural de Rio do Sul, SC, residente em Joinville.**

**REMI HERMESMEYER, 37 anos, casado, filho de agricultor e comerciante, ex-operário, comerciante, natural de Santa Rosa de Lima, SC, residente em Joinville.**

**RUBERVAL JOSÉ SABATOWSKI, 40 anos, desquitado, ex-agricultor, ex-operário, natural de Imbituva, PR, procedente de Curitiba, PR, residente em Joinville.**

**SALÉSIO BLASIUS RÖHDEN, 41 anos, desquitado, ex-agricultor, operário (linha de produção, natural de Grão-Pará, SC, procedente de Paranavaí, PR, residente em Joinville.**

**SEBASTIÃO RODRIGUES, 50 anos, casado, ex-agricultor, ex-operário, comerciante, construtor, natural de Angelina, SC, procedente de Florianópolis, SC, residente em Joinville.**

**TEREZINHA REGELIN FERNANDES, 47 anos, casada, ex-agricultora, ex-operária, natural de Três Barras, PR, residente em Joinville.**

**VERNER LEMKE, 62 anos, casado, aposentado, filho de comerciante, ex-funcionário da Fundação Tupy, ex-comerciante, natural e residente em Joinville.**

**VITAL DA COSTA, 51 anos, casado, aposentado, ex-agricultor, operário (linha de produção), natural e residente em Joinville.**